

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DO ANO 2011  
NO  
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»  
DE  
BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>CCDRN</b>	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CDS/PP</b>	Centro Democrático Social/Partido Popular
<b>IMI</b>	Imposto Municipal de Imóveis
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PDM</b>	Plano Director Municipal
<b>POD</b>	Período da Ordem do Dia
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional

**Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 30 de Setembro de 2011, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança. ....**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
<b>DIVERSOS:</b> Presenças e faltas	201
Membros que pediram substituição	8
Membros convocados	9
Quórum	7
Expediente	8
Intervalo para almoço	86
<b>MOÇÕES</b>	
1- Portagens A4	14
2 – Extinção de autarquias	21
3 – Túnel do Marão	64

<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>	<b>Pág.</b>
<b>1 -ACTAS</b> - Leitura, discussão e votação da acta da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 27 de Junho de 2011	9
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	12
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	12
<b>4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b>	28
<b>4.1</b> – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	33
<b>4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO</b> sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal	82

de Bragança:	
<b>4.2.1</b> – Alienação da participação do Município de Bragança no capital social da empresa Município E.M, S.A – Empresa Metropolitana de Cartografia – EMC.	82
<b>4.2.2</b> – Fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis para o ano 2012.	86
<b>4.2.3</b> – Majoração e Minoração da taxa do imposto Municipal de Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados.	122
<b>4.2.4</b> - Fixação da participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para o ano de 2012.	151
<b>4.3</b> – <b>DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO</b> sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económica – Financeira reportados a 30 de junho de 2011.	158
<b>4.4</b> – <b>DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO</b> sobre a seguinte proposta da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território – “Colóquio – A reabilitação urbana no contexto das novas políticas urbanísticas”.	191

### **INTERVENÇÕES**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Amândio Gomes	18,101,103
Ana Almeida	70,74,97,102,144,158,193,196,197
Bruno Veloso	10,74,77,98,108,156,191
Eduardo Malhão	13,23,76,200
João Ortega	10,11,109,195,201
Jorge Novo	66,75
José Lourenço	103
José Baltasar	73
José Brinquete	19,22,78,95,103,155,195,199
José Lourenço	71,147
Luís Pires	32,65,145,155,190
Luís Vale	28,30
Nuno Reis	104,110,157

Presidente da Câmara	47,60,63,81,94,111,133,187,190
Presidente da Mesa	10,11,12,13,15,16,17,18,19,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,59,60,61,62,63,64,65,66,69,70,71,72,73,74,75,76,77,80,81,82,84,85,86,93,94,95,97,98,100,102,103,104,107,108,109,110,111,117,118,119,120,121,131,132,133,144,145,147,148,149,150,151,154,155,156,157,158,187,188,189,190,191,193,194,195,196,197,198,199,201
Telmo Afonso	26
Victor Pereira	107

### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Adriano Rodrigues	188
Ana Almeida	2,61,189
Bruno Veloso	93,94,190
Eduardo Malhão	16
Fernando Paula	62
José Brinquete	132,189
Luís Pires	15,131
Nuno Reis	62
Vítor Pereira	60

### **DECLARAÇÕES DE VOTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Ana Almeida	24,85,119,151
Bruno Veloso	18,120,121
Eduardo Malhão	118
José Brinquete	17,25,118
Luís Pires	150
Luís Vale	26
Nuno Reis	65
Paulo Xavier	18
Victor Pereira	24,85

**PONTO DE ORDEM À MESA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Bruno Veloso	30
Nuno Reis	133
Maria Veloso	149

**DEFESA DA HONRA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Paulo Xavier	27
Vítor Pereira	27

----- Aos **trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Quarta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das vinte horas, na qual participaram noventa e um membros, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: .....

**1- ACTAS:** Leitura, discussão e votação da acta da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 27 de Junho de 2011.....

**2- PÚBLICO** – Período de Intervenção.....

**3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** .....

**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....

**4.1** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. ....

**4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança: .....

**4.2.1** – Alienação da participação do Município de Bragança no capital social da empresa Município E.M, S.A – Empresa Metropolitana de Cartografia – EMC. ....

**4.2.2** – Fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis para o ano 2012. ....

**4.2.3** – Majoração e Minoração da taxa do imposto Municipal de Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados. ....

**4.2.4** - Fixação da participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para o ano de 2012. ....

**4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO** sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económica – Financeira reportados a 30 de junho de 2011. ....

**4.4 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO** sobre a seguinte proposta da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território – “Colóquio – A reabilitação urbana no contexto das novas políticas urbanísticas”. .....

**QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes: .....

**EXPEDIENTE:** Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro. ....

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 27 DE JUNHO DE 2011**

<b>Data</b>	<b>Remetente</b>	<b>Assunto</b>
13/07/2011	Adérito Pires	Desistência da elaboração do livro A República como Bragança a recebeu.
15/07/2011	Câmara Municipal de Bragança	Construção da Auto-estrada Transmontana. Suspensão das obras de construção pela empresa Somague
22/07/2011	ANACOM	Resposta à reclamação do funcionamento dos CTT Correios em Bragança.
22/07/2011	Grupo Parlamentar os Verdes	Audição Pública Parlamentar sobre o sector Ferroviário.
22/07/2011	Associação dos Criadores Bovinos de Raça Mirandesa.	Vem pelo meio convidar O Sr. Presidente da AM a estar presente no concurso nacional de Bovinos de Raça Mirandesa.
29/07/2011	Movimento Cívico de Cidadania da Estrada Nacional 217	Vem pelo meio, informar a urgente requalificação da estrada nacional 217, Bragança – Izeda – Mogadouro.
15/09/2011	Municipália	16.ª edição do salão Internacional de Equipamentos e serviços Municipais
15/09/2011	APADI	Convite para o almoço anual
22/07/2011	Deputada do CDS/PP Ana Cláudia G. Almeida	Pedido De Elementos, Relatório Auditoria Externa, E Sociedade De Advogados Luís Filipe /Chaveiros

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO EMITIDA A PARTIR DE 27 DE JUNHO DE 2011**

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
01/07/2011	CMB	Envio de senhas de presença
01/07/2011	CMB	Representantes dos Presidentes de Junta em, vários Órgãos
01/07/2011	CMB	Envio de boletins itinerários

**I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**MANDATOS-MEMBROS:**.....

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** .....

**PSD:** Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós e Rui Fernando Rodrigues Correia .....

**PS:** Alzira da Conceição Bento; Luís Filipe Pires Fernandes; Manuel António Pires e Marisa Rodrigues Gomes Alexandre .....

**Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso.....**

**MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....**

**PSD: Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso e António Neves Pires .....**

**PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina Silva Paula; Maria Aurora Correia  
e Francisco Manuel Esteves Marcos .....**

**Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Liberato Soeiro.....**

**Instalação: Maria Aurora Correia .....**

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.....

----- Então iríamos começar os trabalhos desta quarta sessão ordinária do ano de dois mil e onze com o ponto 1.....

**1- ACTAS:** Leitura, discussão e votação da acta da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 27 de Junho de 2011.....

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, alguém tem algum reparo, alguma correcção, algum esclarecimento sobre a acta? Que se queira pronunciar? .....

----- A Mesa não regista nenhuma intervenção, pelo que vamos proceder à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ACTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, SEIS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E OITO MEMBROS PRESENTES. ....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Luís do Vale faz declaração de voto dizendo que apenas se esteve pela questão de estar ausente na última sessão ordinária do dia vinte e sete de Junho de 2011.....

----- Muito bem, quero entretanto dizer o seguinte, Srs. Deputados. ....

----- Na Comissão Permanente este assunto foi discutido, relativamente às actas, normalmente é o conjunto de documentos mais extenso que tem muita relevância no volume de papel produzido, e naturalmente nos consumos, digamos financeiros, com a sua produção, ficou decidido que a partir da próxima e já a partir da acta respeitante a esta Sessão, as actas são distribuídas em papel exclusivamente aos Srs. líderes dos grupos municipais, sendo que todos os outros deputados a receberão por meios digitais. Aqui, mais uma vez, uma chamada de atenção, agora reforçada, por este

motivo, aqueles Srs. Deputados que até ao momento não indicaram o email para receber as comunicações da AM, que o façam, hoje, imagino que desde já há um ano e pouco que nós fizemos esta solicitação, tenha havido eventualmente um reforço por parte dos Srs. Deputados na utilização dos meios informáticos e/ou terem criado contas de email, e portanto nesse sentido fica esta informação, as actas serão apenas produzidas em papel para os líderes dos grupos municipais, os Srs. deputados que não tiverem meios informáticos, foi assim que ficou decidido, podem solicitar ao líder do grupo municipal o acesso às actas. ....

----- No entanto estarão sempre aqui na Secção de Apoio à AM, as actas em forma de papel para serem consultadas por quem entender. .... Esta foi uma tomada de decisão por parte da Comissão Permanente.....

----- Eu registo uma intenção de pedido de esclarecimento, julgo eu, Bruno Veloso, tens a palavra, depois o Ortega também. ....

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da AM. E já que toca nesta temática, só fazer uma solicitação, que acho que todos nós verificámos isso, quem recebe a informação por email, tem encontrado sistematicamente algumas dificuldades na recepção dos documentos, ou vem metades de uma vez, ou vem metades de outra e aconteceu com esta convocatória, que se recebe a convocatória atempadamente, mas que receberam a documentação só na segunda feira à tarde. Ora, em especial com documentos em formato digital, nada, nem nenhum erro informático justifica este atraso todo. E pedia também a atenção para que essa documentação fosse enviada a seu tempo devido, que deve ser enviada aquando da convocatória. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Ortega, tens a palavra para o teu pedido de esclarecimento .....

----- **João Ortega** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, a todos muito bom dia. ....

----- Eu, acima de tudo, queria fazer uma sugestão em relação a este tema, para além do que já foi dito, a questão é que os documentos informáticos chegam muitas vezes com alguns problemas, nomeadamente por exemplo no que eu recebi, e recebi em duplicado, duas vezes, aparecem-me umas dezenas largas de páginas em branco. Ora a questão é que o que nós recebemos como digital tem que ser fiável, quer dizer, eu tenho que confiar que não há ali nenhum problema. Portanto, primeiro eu sugeria que todos os documentos fossem em PDF e não em Word porque distraidamente eu posso

apagar qualquer coisa no Word, ou acrescentar, sem querer, e eu tenho um documento alterado e portanto que não é fiável, e alguns documentos efectivamente chegam com... quer dizer, eu não sei se as páginas em branco não significam nada, se as páginas em branco são informação a que eu não tive acesso. Portanto estou de acordo em poupar papel, mas é preciso que os documentos digitais que nos chegam sejam fiáveis. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, .....

----- Srs. Deputados, peço desculpa por este pequeno intervalo, entretanto estão a entrar outros Deputados a quem eu peço que tomem os vossos lugares.....

----- Relativamente à questão feita pelo Deputado Bruno Veloso, vamos obter o documento comprovativo da data de envio, ver se houve de facto algum lapso por parte da AM, ou se se prendeu com outra questão, vamos ver os dados do nosso lado e depois já te damos resposta. ....

----- Relativamente à questão formulada, e bem, pelo Arquitecto Ortega, eu devo dizer o seguinte: No final da acta, diz, e eu tenho agora como, para me acompanharem o raciocínio na acta referente à AM do dia 27 de Junho, haveis de ver que na página 307, a última, tendes os documentos junto de vós, diz: Notas, ponto 1 - as paginas, e que diz respeito às páginas em branco, estão branco mas estão numeradas, as páginas 93 a 95, 128 a 262 dizem respeito a anexos das certidões, as quais foram enviadas com a convocatória nº 70 de 14 de Junho de 2011, ou seja, estas páginas em branco marcam o espaço das certidões que foram recebidas e já distribuídas antes da reunião e portanto não constam na acta porque estão na convocatória da reunião anterior, seria uma duplicação de envio de documentos e naturalmente tornar-se-ia mais pesado o documento. Não sei se me fiz entender? .....

----- João Ortega, vens aqui ao microfone para ficar registado. ....

----- **João Ortega** – Eu confesso que não li até ao final e não li as notas, no entanto se o documento é um documento que deve permanecer, o documento deve ser completo e um PDF hoje é fácil juntar essas coisas todas, portanto mesmo que assim seja, eu penso que se a acta é um documento que deve ser lido, ou deve ser registado na integridade, isso nada invalida que em lugar das folhas em branco seja lá posto, e mais não é a primeira vez e em outros documentos mesmo do Word que eu recebi desta vez também há páginas em Branco. Portanto dará algum trabalho, eu creio que sim, mas um documento oficial não me parece que fique correcto deixando páginas em branco que remete para outro documento. Hoje, em meios informáticos isso dá algum trabalho, mas é perfeitamente possível de fazer, e portanto ele deve aparecer na integra, é a minha opinião. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu devo dizer que concordo com a tua opinião, sim, na verdade a acta transcreve na íntegra e de facto tendo os elementos sido remetidos, e agora informaticamente o problema não é grande, tendo sido remetidos de facto conjuntamente com a convocatória a acta é o reflexo total da reunião, concordo com essa observação. Eu, então, peço aos Serviços que no futuro deixem de existir as páginas em branco, deixar de existir a nota no final e no sítio adequado constarão os anexos que assim vêm já da Câmara, e desde já alguns tempos que vêm digitalizados por parte da Câmara, a acta será então representativa no todo de tudo quanto aconteceu, independentemente das certidões terem sido enviadas atempadamente, no lugar dessa página em branco constará o anexo da certidão que serviu para o debate e constituirá parte integrante da acta. ....

----- Fico satisfeito por esta chamada de atenção, acho que é uma nota positiva e os serviços da AM vão proceder dessa forma, reflectindo um pouco devo concordar em absoluto com a tua posição. Ficará então assim que os serviços vão proceder desta forma como acabámos agora, enfim, de reflectir, sem deliberação, apenas uma decisão de se integrar na acta, dessa forma, parece correcto.....

----- Muito bem, Srs. Deputados ficaram já com as informações relevantes, vamos proceder à poupança de papel, vamos proceder à diminuição dos custos de envio de correio, acho que estamos também a dar o nosso contributo não só em termos de economia financeira, mas também naquilo que diz respeito à economia do ambiente. ....

----- Srs. Deputados, posto isto passamos ao ponto seguinte.....

#### **PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção. ....**

----- Eu pergunto se há alguém do público aqui presente que pretende fazer uma intervenção neste espaço de debate? É este o momento em que se deve inscrever para proceder à intervenção que considerar necessária.....

----- Não regista, a Mesa, nenhuma intenção de intervenção do público, pelo que avançamos para o ponto seguinte. ....

#### **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ....**

----- Srs. Deputados, pedidos de inscrição para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia? ..

----- Regista, a Mesa, as intenções de intervenção de: Eduardo Malhão, Amândio Gomes, Brinquete, Jorge Novo, Luís do Vale, Vítor Prada Pereira, Ana Cláudia Guedes de Almeida, José Luís Baltazar e Luís Pires. Estão feitas as inscrições para o Períodos de Antes da Ordem do Dia. ....

----- A Mesa quer relembrar que os grupos que não esgotarem o tempo, podem pedir inscrições para terminar o período, não há problema. ....

----- Então a Mesa dá a palavra ao Sr. deputado Eduardo Malhão, faça o Favor. ....

----- **Eduardo Malhão** – Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, cumprimento a Sra. Secretária e o Sr. Secretário, cumprimento o Sr. Presidente do Executivo, cumprimento os Srs. Vereadores, cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados, cumprimento, igualmente, os Srs. Presidentes de Junta, cumprimento também o Público presente e a Comunicação social. ....

----- A matéria que inspirou esta minha intervenção é certamente uma matéria que vos inspira a todos vós e inspira também a comunidade em geral, refiro-me obviamente à dialéctica que tem sido travada ultimamente em torno das portagens da A4. Por isso vou focar-me mais na solução e menos no problema, de uma forma objectiva e directa, deixando-vos apenas algumas notas breves de reflexão. E a primeira nota que eu faço é no sentido de recordar aqui, que tem que se fazer essa justiça, que já no passado mês de Abril o grupo municipal do PS nos trouxe aqui uma moção na mesma direcção através de precisamente da posição de uma proposta, o que demonstrou um bom exercício de coerência e responsabilidade democrática o que obviamente se saúda e se regista com agrado. ....

----- Surgiu também nesta última semana o movimento de iniciativa dos autarcas do Distrito, também inquietados e preocupados, que uma situação que, de facto, põe em causa o futuro e a sustentabilidade da nossa região e por isso deram conta, pessoalmente, ao Sr. Primeiro Ministro, da sua posição, isso também foi tornado público através da Comunicação Social. ....

----- Penso que é dentro desta lógica de coerência e credibilização da vida política que o Grupo Municipal do PSD deve apresentar também aqui, hoje, uma moção, nessa mesma direcção e nessa mesma linha, tendo presente e sublinhando que a orientação do Partido a nível nacional e do próprio Governo, aliás já o disse aqui depois do acordo da Troika, não é exactamente essa, mas nós temos que ter coerência, votámos favoravelmente essa moção quando foi proposta pelo PS, não faria sentido que agora tivéssemos uma posição diversa, que não demonstrássemos aqui perante todos vós e perante os nossos eleitores, uma postura também de coerência e de credibilização da vida política. Por isso entregaria à Mesa a moção para discussão e votação e pedia que fosse lida pela Mesa. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Então eu paço de imediato a ler a moção apresentada pelo grupo municipal do PSD. ....

## “Moção

1 – Considerando que o Nordeste Transmontano faz parte de uma das regiões mais deprimidas da Europa, consequência directa da sua própria Geografia, encravada nas montanhas e limitada historicamente por uma das maiores linhas de fronteira com Espanha, e também consequência da discriminação e do abandono por parte dos sucessivos Governos, sofrendo assim de condições naturais desfavoráveis e adversas, agravadas por políticas centralistas e macrocéfalas, contrárias aos princípios fundamentais da subsidiariedade, da solidariedade e da coesão territorial;.....

2 – Considerando que o actual ciclo económico marcado pela estagnação, pela crise das finanças públicas e pela falta de confiança dos mercados financeiros, tem maiores repercussões em regiões do interior já de si debilitadas e fragilizadas, como é o caso concreto do Nordeste Transmontano, quer pelas suas já referidas especificidades quer ainda pelo acesso tardio e desigual à rede de auto-estradas e de outras infra-estruturas fundamentais, o que constitui mais uma injustiça e uma discriminação para os cidadãos e as empresas da região, tanto ao nível da igualdade de oportunidades para o todo nacional como da competitividade da sua economia, factores estes decisivos e determinantes para a atracção e a fixação de pessoas e empresas no nosso território;.....

3 - Considerando que a região apresenta baixos índices de desenvolvimento económico, muito por ausência de políticas públicas que promovam e estimulem o empreendedorismo e a criação de postos de trabalho, como alavanca fundamental para a fixação de população e a sua renovação geracional, de forma a garantir a sua sustentabilidade demográfica, económica, social e ambiental, e a evitar o seu cada vez mais acentuado despovoamento e consequente empobrecimento; .....

4 – Considerando ainda que foram criadas a todos os transmontanos legítimas expectativas através da promessa pública de que a A-4 seria a “Auto-Estrada da Justiça e da Solidariedade” e como tal ficaria isenta do pagamento de portagens, com excepção das circulares de Bragança e de Vila Real, bem como do túnel do Marão, a que acresce o facto de outras regiões terem beneficiado durante muito tempo da isenção de portagens, mesmo apresentando rendimentos per capita superiores aos da nossa região, e também o facto da construção da A-4 resultar da duplicação do IP-4, o que deixa os utilizadores sem alternativas seguras e resultou num custo global muito mais reduzido e, portanto, com menos sacrifícios para o país. ....

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 30/09/2011, deliberou propor ao Governo o seguinte: .....

----- **A isenção do pagamento de portagens na utilização da A-4, até o rendimento dos residentes atingir a média nacional, bem como a execução das ligações em falta às sedes de concelho.** .....

----- Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.....

----- Propõe-se ainda o envio para conhecimento e divulgação da presente moção a todas as Instituições públicas e privadas da região e a todos os órgãos de comunicação social regional. ....

O Grupo Municipal do PSD,.....

a) António Eduardo Fernandes Malhão” .....

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados está feita a leitura da moção. Há algum pedido de esclarecimento? .....

----- Um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado, aliás para ficar registado na acta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires do PS. ....

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente muito bom dia, Sr. secretário, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, muito bom dia a todos, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia. ....

----- Apenas uma nota muito breve, porque eu gosto das coisas extremamente claras e não gosto que haja hipocrisias no ar, eu quero apenas ter apenas conhecimento se existe a noção de que este processo de Autoestrada sofreu, no que toca, no que concerne, a portagens, sofreu uma inversão a partir do momento em que houve a negociação para o último Orçamento de Estado. Porque como vocês se recordam e é isso que eu quero que esteja presente por causa das hipocrisias, o governo do então Eng. Sócrates disse e é o que está em lei neste momento, porque nada foi alterado ainda, apenas será passível de ser alterado com a conclusão da Autoestrada, disse que: os únicos troços portajados seriam aqueles que eram alternativos às cidades de Vila Real e Bragança e bem assim como o túnel, certo? .....

----- Neste momento o que nós temos sobre a Mesa é que a Autoestrada no seu conjunto, excepto estes troços, legalmente ainda não é portajado, o que houve foi uma negociação com uma imposição do PSD na altura, para que se o Orçamento fosse aprovado pelo PSD, aprovado ou, pelo menos, se houvesse a abstenção e permite-se que o Orçamento fosse aprovado, que esse valor teria que ser pago, ou seja, o PSD impôs, na altura, ao governo do PS, a portagem no restante da Autoestrada da A4. E é essa questão que eu faço ao promotor da moção se tem noção, se tem consciência de que isso está

nestes moldes, porque há uma coisa que eu gosto, são as coisas claras, somos a favor que não se pague, agora o que há que ter noção e há que reconhecer, porque as coisas também que ser reconhecidas de uma forma séria quando é altura para isso, que aquilo que estava proposto era que não se pagasse, portanto foi com a negociação do Orçamento que o PSD veio trazer para a frente que teria que se pagar, e eu gostava que isto fica-se claro, para que não haja aqui hipocrisias de quando está um partido no Governo se dá por uma lado e quando está outro, está outro, apenas isto de uma forma simples, clara e objectiva. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, para resposta ao pedido de esclarecimento, o proponente da moção, Eduardo Malhão. ....

----- **Eduardo Malhão** – Renovo os cumprimentos. De facto não queria fazer demagogia sobre esta matéria e eu disse que ia tratar desta matéria de uma forma objectiva e directa. Nós sabemos que o Governo do PS, e não queria entrar por aí, de facto fez uma coisa e depois negociou o seu contrário com a Troika, e que existe um compromisso em matéria de SCUT's e em matéria de sustentabilidade das Estradas de Portugal, como sabem, uma empresa com imensas dificuldades para assumir os seus compromissos. E este processo é um processo obviamente encadeado e que não se pode dissociar de toda a conjuntura económica e toda a situação que o nosso país atravessa. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Peço aos Srs. Deputados, agora, um período de inscrições para intervenções sobre esta moção.

----- Intervenções? Não há intervenções.....

----- Portanto vamos passar à votação da moção. ....

----- Quero só dar a informação que temos registado a presença de 73 Deputados na sala. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, SETE ABSTENÇÕES E SESENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES. ....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Registamos declaração de voto do Sr. Deputado Brinquete, do Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, Paulo Jorge Almendra Xavier e Bruno Veloso. ....

----- Tem a palavra o Brinquete. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, minhas Senhoras e meus Senhores. A CDU teve que votar, abstendo-se pelos seguintes factos: esta moção que faz todo o sentido e é pertinente no momento actual, tem uma contradição insanável, para nós, que é, é o recuo em relação à exigência dos Presidentes de Câmara, os Presidentes de Câmara que o Eduardo Malhão citou, aprovaram um documento que está no site do Município e cuja reivindicação é muito singela, mas muito objectiva, que diz: “Consideramos de elementar justiça a isenção de portagens na utilização da A4”. Eu repito, “consideramos de elementar justiça a isenção de portagens na utilização da A4”. Ora, esta moção acrescentou uma coisa que não podemos estar de acordo, que é, pôr um tempo para a isenção. Nós temos que reivindicar a isenção pura e dura, na medida em que não há alternativa, a própria moção do PSD chama a atenção de que o troço é construído em cima da IP4, e portanto de certa forma enfraquece a reivindicação dos Presidentes de Câmara quando forem recebidos pelo Sr. Primeiro Ministro. ....

----- **Presidente da Mesa** - Já foram! Então, agora, quando o Sr. Primeiro-Ministro souber desta decisão vai dizer - afinal a AM desautorizou o Presidente da Câmara de Bragança. ....

----- Por outro lado nós temos também aqui uma decisão aprovada na AM, que o Eduardo Malhão não se lembrou, só se lembrou da do PS, talvez para fazer ponte para o PS votar, mas temos aqui uma decisão também que exige pura e simplesmente não pagar portagens, porque, por exemplo, o seu companheiro de Macedo de Cavaleiros o Eng. Beraldino Pinto, pede cinco, seis anos, qualquer dia quatro, seis, dez, doze, não se pode negociar assim! Não podem é aplicar as portagens! .....

----- Para terminar, dizer que o Deputado Luís, do PS, tem toda a razão, estava decidido que a A4 não tinha pagamento de portagens à excepção das variantes, e depois nas negociações que o PS teve com o PSD, o PS queixa-se que o PSD é que impôs, passou a haver portagens em todas as SCUT's, aliás o actual Primeiro Ministro ainda na qualidade de Presidente da AM de Vila Real, há 4 ou 5 meses declarou para a acta, que é a favor da cobrança de portagens aqui na IP 4. Portanto por essas contradições todas reveladas pela sua moção, embora tendo aspectos interessantes de consideração, nós não podíamos votar contra, mas também não podíamos votar a favor. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé. ....

----- **Paulo Xavier** – Muito bom dia, Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, muito bom dia. ....

----- Em Nome da razão e porque neste momento a ligação das duas capitais de distrito, Bragança e Vila Real, ficam sem alternativas rodoviárias adequadas, por isso o meu voto é a favor, mas também um sentido forte que todos nós devemos ter em nome da solidariedade e da coesão social territorial. ....

----- Defendo que os residentes destes dois distritos, devam ficar isentos da cobrança de portagens enquanto a total ausência de alternativas credíveis rodoviárias. No que concerne ao pagamento de portagens nas circulares de Bragança e Vila Real, sou a favor do pagamento de portagens em virtude de existirem boas alternativas, ou seja, utilizador/pagador. ....

----- Disse. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** – O PS naturalmente só poderia votar a favor desta moção que vem ao encontro daquilo que tem sido sempre a postura do PS, quer a nível nacional, quer a nível local, e reforçando também aquilo que o meu camarada Luís Pires disse na sua intervenção, no que reporta aquilo que aconteceu no passado. O PS sempre defendeu a excepção de portagens na A4, excepto nos troços que tem alternativas, fruto da negociação para a aprovação do Orçamento de Estado deste ano, com o PSD, o PSD exigiu ao PS que de facto se vingasse em todas as SCUT's o principio do utilizador/pagador. E só nessa medida é que naturalmente houve um recuo a bem do país, mas naturalmente a nossa posição mantem-se para que a A4 não tenha portagens. ....

----- Queria também, se me é permitido, chamar uma pequena atenção para correcção da moção, ao Sr. Eduardo Malhão, quando refere que a mesma deve ser enviada ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, uma vez que esse ministro não existe, chama-se Ministro da Economia e Emprego. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Deputado Amândio Gomes, faça o favor, tem a palavra para a intervenção, que é o segundo Deputado inscrito. ....

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. ....

----- Eu apenas vim aqui para pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara e consiste no seguinte. Chegou ao meu conhecimento de que o último parecer sobre o estudo de impacto ambiental para a construção da Barragem de Veiguinhas tinha sido chumbado, se assim foi eu penso que a Câmara deveria tomar uma atitude forte em relação a estes senhores que teimam em fazer da nossa terra uma coutada para no dia de amanhã virem a seu belo prazer gozarem as delicias de Montesinho. ....

----- Penso que não podemos abdicar desta pretensão porque se nos querem apenas impor que não se faça a barragem que trataria custos menores para o abastecimento de água a Bragança, nós temos que efectivamente lutar para modificar este estado de coisas, que é inconcebível, não podemos deixar que nos imponham outras soluções para o abastecimento de água a Bragança, obrigando os residentes a pagar uma importância muito superior àquela que resultaria da exploração da água a partir da barragem de Veiguinhas e da actual. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado da CDU, José Brinquete. ....

-----**José Brinquete – Apresentou, por escrito, o seguinte:** .....

-----“O agora anunciado “Livro Verde” (negro, e não verde se ao conteúdo se fizesse corresponder a cor) para a reforma administrativa do poder local constitui um verdadeiro programa de subversão do poder local democrático, uma nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição dos partidos da política de direita de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. .

-----As propostas agora anunciadas, acobertadas pelo programa de agressão e submissão que o PSD, CDS e PS subscreveram com a TroiKa estrangeira, visam, ao arripio da Constituição da República Portuguesa liquidar a autonomia das autarquias e reconstituir um modelo de dependência e subordinação existente ao 24 de Abril.....

-----De facto, com a inteira colaboração do PS e dando continuidade a orientações e opções ensaiadas em momentos anteriores, o governo prepara um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.....

-----Um ataque que constituiria, a concretizar-se, a completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril com os seus elementos diferenciadores: .....

- a) Um poder local amplamente participado; .....
- b) Plural, colegial e democrático;.....

c) Dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira; .....

d) Ocupando um lugar na organização democrática do estado não subsidiário, nem dependente do nível central. ....

-----Um programa de agressão ao poder local que é na sua essência e consequências um programa de agressão às populações e às suas condições de vida.....

-----Sob um manto de falsidades e de formulações generalizantes, o pacote legislativo anunciado visa nos seus eixos centrais e em concreto:.....

- O desfiguramento do sistema eleitoral com a eliminação das eleição directa das Câmaras Municipais, construído sobre o poder absoluto e a falta de controlo democrático. ....
- Um desfiguramento acompanhado ainda de uma significativa redução do número de eleitos.....

----- Em rigor, pode afirmar-se que o que agora é proposto tem subjacente uma concepção que ainda mantém o princípio da eleição (embora irremediavelmente limitada e amputada) mas que já não disfarça a ambição dos seus autores de impor um sistema de governação local que, à boa maneira do fascismo, tratava de nomear presidentes de câmaras e regedores para as freguesias, remetendo a gestão política para os chefes de secretaria municipais.....

-----A instituição de um regime de finanças locais assente numa dinâmica de tributação adicional e penalizante sobre as populações, reduzindo os factores de coesão e eliminando o princípio constitucional de “justa repartição entre a administração central e local dos recursos do Estado”... ..

O que agora se reapresenta é a repetição de uma reforma fracassada do então Secretário de Estado Miguel Relvas, em 2003. Que constitui uma tentativa de despojar os municípios de numerosas atribuições e competências, afastando ainda mais as populações dos centros de decisão e diminuindo a sua participação. ....

-----E ainda uma “reforma administrativa” que, com a eliminação de um número significativo de freguesias e municípios, visa a redução substancial da participação política, eliminar a proximidade entre titulares de órgãos públicos e cidadão e retirar expressão e força à apresentação dos interesses locais....

O PCP dirige-se à população, ao movimento associativo e outras organizações do presentes na vida local, aos eleitos em geral, aos trabalhadores da administração local, aos patriotas e aos democratas para que ergam a sua voz e manifestem a sua oposição aos projectos de liquidação do poder local democrático, de mutilação de princípios constitucionais e de empobrecimento da vida e do regime democrático”. .....

-----Feito esta declaração, que consideramos muito importante sobre o que pode estar a vir, eu entregava na Mesa uma moção para ser também considerada pela Assembleia .....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Passo então a ler a moção apresentada pela CDU, .....

### **“Moção**

Considerando que o poder local democrático é indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos, com submissão apenas à Constituição da República Portuguesa, às Leis, aos Tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis, e é parte da arquitectura do Estado Português;.....

Considerando que é herdeiro de tradições centenárias (milenares no caldo de muitas das freguesias que querem ver extintas) em cujo caldo se consolidaram e sobreviveram elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional;.....

Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a pura e simples extinção de freguesias e municípios. ....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 30 de Setembro de 2011, decide.....

1 – Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade de recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: .....

a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local e no combate às assimetrias regionais;.....

b) A extinção de autarquias em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública e será um factor de empobrecimento da vida democrática local.....

2 – Não aceitar extinguir autarquias e reduzir as suas atribuições e competências à revelia das condições de autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa.....

O eleito da CDU .....

a) José Brinquete” .....

-----**Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimentos sobre esta moção, Srs. Deputados? Um pedido de esclarecimento, regista a Mesa. Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra. ....

-----**Ana Almeida** – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Caros colegas, Público em geral, Comunicação Social. Eu curiosamente, ó! José Brinquete, hoje, se calhar, brincou connosco outra vez, para a minha intervenção no PAOD também trago este documento, e daí a minha intervenção, porque eu queria perguntar se a moção que o José Brinquete apresenta, é uma moção para todos os quatro vectores estratégicos que o documento analisa, ou apenas para o 4º ponto, porque parece-me que os outros dois não têm tanto a ver connosco, José Brinquete, um terceiro tem, sim senhor, mas o 4º é o que interfere, digamos assim, directamente nas competências locais e no sistema de eleição. Se assim for, estou consigo, se não for, terei que votar contra. ....

-----Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.....

----- José Brinquete, quer proceder ao esclarecimento que foi pedido? .....

-----Tem para isso a palavra. ....

-----**José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, respondo com todo o gosto, para dizer, desde logo, o seguinte: Como devem ter reparado há uma diferença substancial entre a declaração política que eu fiz e o conteúdo da moção e mais em concreto o conteúdo da decisão de vier a ser votada, e sendo certo que o pacote é muito extenso, a moção tende a ter uma preocupação central que é os cuidados que o legislador deve ter sobre dois parâmetros e situamo-nos sobre dois parâmetros. Um primeiro é a importância que o poder local tem na aproximação às populações, é o primeiro ponto. O segundo ponto é que as reformas que se vierem a fazer respeitem a constituição. ....

-----Mas, depois, se a Dr. Cláudia tiver outra moção pode até a complementar, não é? Mas esta tinha esta preocupação que era: um sinal da AM no sentido de que o legislador, que será sempre as forças políticas na Assembleia da República, que vão legislar sobre a matéria, porque agora o Governo só apresentou grandes linhas gerais ainda, ainda não apresentou nenhuma lei, e as grandes linhas que o Sr. Primeiro Ministro apresentou foi na base do “livro verde”, que nem sequer foi este Governo que o elaborou, embora quanto o Primeiro Ministro as apresenta, já partilha de muitas delas, também, portanto a proposta tenderá a mandar um “recado”, que é a nossa opinião de que a reforma que se fizer tem que ter cuidados, e não há muito tempo para falar disso aqui, sobre o nosso Concelho em particular que é exemplar desses cuidados que pode vir a não ter; .....

-----Espero que tenha respondido, de alguma forma .....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Depois de este pedido de esclarecimento e da resposta produzida, a Mesa pede aos Srs. Deputados que se inscrevam para intervenções sobre esta moção.....

----- Registamos a inscrição de Eduardo Malhão, do PSD, e não registamos nenhum outro pedido para inscrições para intervenção sobre esta moção, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Malhão. ....

-----**Eduardo Malhão** – Bom dia a todos, uma vez mais. O grupo municipal do PSD não irá votar favoravelmente esta moção da CDU, porque ela de facto é ambígua e bastante redutora daquilo que é essencial. Penso que há unanimidade em torno da necessidade de haver uma reorganização administrativa do país, obviamente que essa reorganização, na perspectiva do PSD, tem que assentar em dois vectores fundamentais. O primeiro deles será a qualificação das autarquias locais, e a sua dignificação, e o segundo deles será a necessidade de racionalizar meios e recursos públicos, que são escassos e que são pagos por todos. ....

----- Por isso nós somos a favor da reorganização administrativa do nosso país e obviamente que somos a favor da dignificação das Juntas da Freguesia, porque neste momento é o que está em causa, não está em causa a extinção de municípios, pelo menos para já, não há essa indicação, e obviamente que as Juntas de Freguesia têm que resultar, deste processo, muito mais fortes e muito mais valorizadas, no sentido de não continuarem a ser os parentes pobres do poder local e no sentido de lhe conferir também alguma densidade. Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----Estou a assistir à entrada, julgo que alunos de uma escola, eu vou pedir aos Srs. Deputados, aliás já é recorrente este meu pedido aos Srs. Deputados que estão a ocupar as duas últimas filas, que as deixem livres, avançando, para que os Srs. alunos ocupem as duas últimas filas deste Auditório Paulo Quintela. ....

-----Acaba de fazer a intervenção o Sr. membro do Grupo Parlamentar do PSD, Eduardo Malhão, não tendo havido mais inscrições vamos passar à votação da moção apresentada pela CDU. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM TRINTA E OITO VOTOS CONTRA, VINTE E SEIS ABSTENÇÕES E ONZE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES. ....**

-----**Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Vítor Prada Pereira, Ana Cláudia Guedes de Almeida, José Brinquete, Luís do Vale. Tem a palavra, Vítor Prada Pereira, para a sua declaração de voto. ....

-----**Vítor Pereira** – Bom dia a todos. O PS comungando das preocupações, é evidente, que a CDU trás aqui nesta moção, é claro que o projecto que o PS defende nesta matéria concretamente para a reestruturação das Autarquias e do poder local em Portugal, colide e é por isso que hoje nós abstivemos, uma palavra muito forte que eu penso que tem esta moção – “extinção”. O Projecto que o PS defendeu em tempos e lembro aqui que o PSD, na altura, recusou e agora retoma e vem nos dar razão passado algum tempo, também é importante que se note isso, nós nunca falamos em extinção de Freguesias, nos falamos em reorganização e agrupamentos de Freguesias, o que é completamente diferente. Portanto se eventualmente a palavra “extinção” não estivesse aqui presente, porque está aqui e está aqui de uma forma bem marcante, nós votaríamos a favor desta moção sem qualquer tipo de pejo, assim não o poderemos fazer, porque nós, nunca o PS defende qualquer extinção de qualquer Freguesia, antes pelo contrário, defende é uma maior capacidade das Freguesias, agrupando-se, com uma maior escala, se quiserem, e com outras competências e por isso mesmo - “extinção”, isso nunca, nunca o faríamos. ....

-----Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado. ....

-----Tem a palavra, agora, Ana Cláudia. ....

-----Estamos a falar ainda em declarações de voto. ....

-----**Ana Almeida** – Bom dia novamente. Justificar só o sentido de voto do CDS/PP e só aqui uma nota àquilo que o Vítor Prada disse. ....

-----Eu do documento que tenho em mãos, que é o documento verde da reforma da administração local, de facto não leio em parte nenhuma que se fale em extinção, também se fala em reorganização ou em se reforçar. Porquê, concretamente, o voto do CDS/PP, porque acho que estaríamos a votar contra nós próprios também, e essa é uma primeira razão porque no ponto quatro dos objectivos específicos, o que este Governo se propõe fazer e é aquilo que o CDS, sendo coerente comigo mesma, tem reclamado desde da primeira sessão em que participei até hoje, é um reforço, é a dotação do estatuto que a AM deve ser reconhecido, de órgão regulador e fiscalizador da Câmara Municipal, e esse é um dos pontos chave do capítulo que hoje o José Brinquete apresenta na moção e que estaríamos a contestar.....

----- Por outro lado, como bem disse e reconheceu o José Brinquete, o documento é uma carta de intenções, tem linhas gerais, linhas estratégicas e assenta numa metodologia. E mais, José Brinquete, o documento responsabiliza-nos, enquanto membros desta AM, na discussão do modelo, da distribuição das competências, e acho que é nesse ponto que devemos estar atentos e exigir e esta Assembleia comprometer-se hoje e aqui, de que quer participar e quer enviar em uníssonos ou não, uma posição séria, pensada, estudada, sobre a competência, a distribuição de competências locais, mas que ainda estará para vir, daí de me ter absterido. ....

-----Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

-----Tema palavra, agora, para a sua declaração de voto, José Brinquete. ....

-----**José Brinquete** – Como se calcula, a CDU quando apresenta uma proposta é sempre com o desejo e com o objectivo de vir a ser aprovada, e por isso não fica completamente satisfeita porque a proposta acabou por não ser aprovada, de qualquer maneira eu penso que foi muito positivo de termos apresentado esta proposta, na medida em que iniciámos uma discussão hoje sobre uma matéria da maior importância, a Dr. Cláudia chamou a atenção de que seremos chamados noutros momentos a discutir isso, e mesmo o resultado que a Assembleia deu é um resultado de que não há aqui uma maioria imponente contra a ideia de querermos ser ouvidos. Claro que a palavra extinção podia ter sido minimizada se o PS falasse nisso, mas também não tenhamos medo das palavras, por mais voltas que se deem, o que se pretende é a extinção de Freguesias e é por isso que sobre essa matéria, como vamos ainda discutir muito, eu tenho quase a certeza e não digo que tenho a certeza porque não se deve ter a certeza de nada, mas tenho quase a certeza que muitos de vocês que votaram contra estarão aqui numa etapa a seguir a torcer a orelha e nessa altura depois já não deita sangue, como se costuma dizer.....

----- E, até para terminar, diria o seguinte: O Telmo Afonso, o Presidente da Junta de Espinhosela votou contra a moção, mas entretanto tem aqui uma página inteira, ao lado do Presidente da Junta de Rabal e eu pensei que era gente firme e muito bem, o Presidente da Junta de Rabal foi coerente, tem aqui uma página inteira no Jornal da Terra, que o título é – “freguesias rurais lutam pela sobrevivência”-, deu um grande contributo agora para a sua terra com o voto que, sendo certo que eu respeito o seu voto e o voto é livre de todos, mas é interessante como é que me chegou às mãos este recorte aqui numa fotografia tão gira, quer defender a freguesia, vai fechar a sua freguesia, vai fechar, se nós não defendermos os nossos interesses. ....

-----Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----Luís do Vale, para declaração de voto ainda. ....

-----**Luís Vale** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta AM, Presidentes de Junta, Sras. e Srs., bom dia a todos. ....

-----Eu gostaria de ter feito uma intervenção acerca de esta moção da CDU, mas como prejudicaria no meu tempo e como quero falar a seguir acerca de outro assunto, optei por só fazer a declaração de voto. -- ....

----- Parece-me que de facto este documento verde é redutor e a própria intenção do Governo não passa de crer ou pretender introduzir profundas delimitações na democracia e no poder local, e optei por isso, o BE não poderia deixar de votar favoravelmente esta moção. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----Julgo ainda, dentro deste ponto recebi indicação do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela para uma intervenção para defesa da honra, se não me engano. ....

-----O Paulo Jorge Xavier, também. ....

-----**Telmo Afonso** – Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Presidentes da Junta, membros da Assembleia, Comunicação Social e Público em geral. - ....

-----Em relação à fotografia até acho que não me beneficia em nada, estou quase tão gordo como o Paulo, mas em momento algum, em momento algum, no que respondi para o jornal e mesmo ontem, ou antes de ontem, a rádio Brigantia esteve em Espinhosela a fazer uma entrevista sobre esta problemática da reorganização das Freguesias, e eu nunca disse, em lado nenhum, que era contra o agrupamento de Freguesias. Sempre salguei o papel importante que têm as Freguesias no meio rural, em todas as componentes, sociais e que possamos imaginar, e que as pessoas podem vir a ficar prejudicadas em termos de relacionamentos e competências sociais ou de relacionamento social com as populações e portanto isto do agrupamento, quer queiramos quer não, em que eu não sou contra, que fique aqui vincado que não sou contra o agrupamento das Freguesias e que Espinhosela, segundo quando sei, e que foi votado em PDM em mandato anterior, ficava como cabeça de núcleo do agrupamento de Freguesias. ....

-----Portanto nesta entrevista do jornal, não disse, em lado nenhum, que era contra o agrupamento de Freguesias. ....

-----Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia.....

----- Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, em defesa da honra? .....

-----**Paulo Xavier** – Não é bem em defesa da honra, mas tenho que usar obviamente este elemento aqui na Assembleia, mas é mais para me dirigir à verdade, que não é verdade, que é uma falsa verdade dali do nosso Deputado Vítor Pereira. ....

-----Vítor Pereira diz aqui que os Presidentes de Junta no mandato em que o PS nos veio trazer e propor a dita reorganização, que não era reorganização nenhuma, nós éramos contra, e sabe porquê, Sr. Deputado? Porque a meio do mandato o PS, na altura maioria, aqui trouxe, a dizer que o PSD, que os membros desta Assembleia eram, na altura, contra. Não! Eram, na altura, contra, sim senhora, aquilo que era tirar os Presidentes de Junta da Assembleia, a meio do mandato, só isso. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Sr. Vítor Prada Pereira, tem a palavra para defesa da honra e julgo que terminará aqui este ponto. ....

-----**Vítor Pereira** – É Claro que a minha honra de maneira nenhuma foi ofendida não é isso que me trás aqui, mas para o esclarecimento que me cumpre fazer, aquilo que eu disse, ó! amigo Paulo Xavier, aquilo que disse é que o PSD, não foi os Presidentes de Junta, de maneira nenhuma, o PSD à altura, quando era Secretário Geral, e agora esclareço, o Sr. Presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Meneses, quando era Secretário Geral, assinou um compromisso com o nosso líder parlamentar, Alberto Martins, na altura líder parlamentar, para fazer face a esta reforma das Freguesias e passado pouco tempo quando reuniu com a Associação Nacional de Municípios, liderada pelo Fernando Rua, não foi de Freguesias, foi de Municípios, com o Fernando Rua, rasgou pura e simplesmente o acordo, é isso que eu disse, mais nada, pura e simplesmente. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Srs. Deputados, quero-vos dizer que estão prejudicadas as inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, porque o Período de Antes da Ordem do Dia, como sabem, tem, enfim, legalmente o período de sessenta minutos, terminaram os sessenta minutos, de modo que não há mais espaço de intervenção neste ponto. No entanto chamamos a atenção dos Srs. Deputados que

estavam inscritos para o PAOD, se o tema se enquadrar no Período da Ordem do Dia, que façam as suas reinscrições neste momento. ....

-----Terminámos, então, o Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que vamos passar ao

**PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....**

-----

-----**Presidente da Mesa** - Peço desculpa, há questões à Mesa, que queiram formular? .....

-----Querem vir ao microfone esclarecer algum assunto? .....

-----Terminou sim! Terminou o tempo do PAOD, 60 minutos, terminou, é essa a questão que queria formular? É essa a questão que queria formular? Sim senhor. ....

-----**Luís Vale** – Ó! Sr. Presidente, .....

-----**Presidente da Mesa** – Tem a palavra o Sr. Deputado, a Mesa esclarecerá os Srs. deputados, de seguida, tem a palavra. ....

-----**Luís Vale** – Ó! Sr. Presidente, eu compreendo que queira cumprir o Regimento, mas houve duas ou três intervenções do grupo municipal do PSD, e não houve nenhuma, por exemplo, do Bloco Esquerda, acho que o CDS também ainda não enteviu, e o PS também não? Quer dizer é uma questão de rapidez de por o braço no ar? .....

-----**Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, no momento em que a Mesa solicitou as inscrições, houve Deputados que colocaram os braços no ar e nós registámos, Srs. Deputados, registámos os pedidos de inscrição à medida que fomos vendo os braços no ar, houve até senhores deputados que colocaram o braço no ar muito depois de nós já termos lido as inscrições. Lamentavelmente, eu lamento, tenho muita pena, .....

-----Vítor Prada Pereira, tenho muita pena que não tenham colocado os braços no ar no momento adequado. ....

-----As inscrições tinham este seguimento, que a Mesa teve o cuidado de ler depois de registar, e digo, depois de ler ainda houve quem coloca-se o braço no ar e a Mesa incluiu esse pedido de inscrição:

-----Deputado Malhão; Amândio Gomes; Brinquete; Jorge Novo, Presidente de Junta de Freguesia; Luís do Vale; Vítor Prada Pereira; Ana Cláudia e Eng. José Luís Baltazar do PSD. ....

-----Srs. Deputados, têm que ter, enfim, o devido cuidado quando manifestam e naturalmente eu percebo o vosso amargo de não poderem fazer a intervenção no momento em que se inscreveram, lamentavelmente, ou não, houve um conjunto de dinâmicas, nomeadamente a votação das moções,

que impediu que o tempo de sessenta minutos que está na legislação Portuguesa como aquele que está destinado ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi esgotado e a Mesa não dá mais a palavra a nenhum Deputado, nesta matéria, e o meu esclarecimento foi suficiente. ....

-----

-----**Presidente da Mesa** – Não, a Mesa entende que foi, lamento, respeitamos posições diferentes. Bruno Veloso, única inscrição aceite, peço desculpa, para terminarmos já de imediato. ....

-----**Presidente da Mesa** - Está tudo gravado, não tem problema nenhum. ....

-----

-----**Presidente da Mesa** - Peço desculpa, eu vou esclarecer este assunto, vamos lá a ver, o Sr. Deputado não percebeu? Vamos ver, há aqui duas situações, uma é a legislação Portuguesa limita a sessenta minutos o PAOD, o que eu disse foi: se houver grupos municipais que dentro do espaço de debate, ainda tem tempo para apresentar as suas intervenções, limitadas pelos sessenta minutos, podem fazer inscrições. ....

-----

-----**Presidente da Mesa** – Desculpe, o PAOD é limitado pelas inscrições feitas e algumas foram ultrapassadas. ....

----- Termino dizendo que as inscrições que eu li não correspondem à leitura que vocês faziam, que eram do PSD, ....

-----

-----**Presidente da Mesa** – Considere, o Sr. Deputado, como entender, a legislação Portuguesa sobrepõe-se à sua e à minha vontade, é 60 minutos é, ....

-----

-----**Presidente da Mesa** - Não está não! Peço desculpa, Sr. Deputado, ainda tenho que dizer outra coisa, disse o seguinte: Terminados os sessenta minutos não dou a palavra a mais ninguém sobre esta matéria. E disse, também, que no Período da Ordem do Dia tem tempo suficiente para se reinscreverem de novo, e pese até o seguinte, que os grupos Municipais tenham o cuidado quando vêm fazer as intervenções, de gerir o seu tempo. Acontece que as moções que vieram a discussão queimaram o tempo necessário. ....

-----Sr. Deputado Bruno Veloso tem a palavra para um ponto de ordem à Mesa. ....

-----**Bruno Veloso** – Sr. Presidente, é com algum lamento e estranhamente que tomamos conhecimento da sua nova atitude na gestão desta Assembleia Municipal. ....

-----Em primeiro lugar nunca foi essa a metodologia desta Assembleia Municipal, estimo muito que, ao que parece, o Sr. Presidente desde a última Assembleia Municipal até esta, tenha andado a estudar legislação e não tenha sequer tido a hombridade de comunicar isso aos líderes parlamentares, na gestão dos seus próprios tempos. ....

-----O que acontece é que o PS proferiu uma intervenção, não tendo esgotado o tempo do PAOD, e naturalmente se os assuntos aqui trazidos pela bancada do PSD, e muito bem, e com todo o direito e com toda a propriedade, são para serem discutidos, é nessa discussão que o PS tem que entrar e naturalmente na gestão dos seus tempos. Se a atitude, agora, passa a ser esta, é uma falta de atitude democrática da parte do Sr. Presidente e é um desrespeito também pelo estatuto do direito de oposição, de proferir aqui as suas ideias e aquilo que são os seus pontos de vistas, e aquilo que hoje aqui se está a passar, Sr. Presidente, em tantos anos de Assembleia Municipal, nunca vi tantos, de uma forma tão escrupulosa, tão escrupulosa, o ter em atenção os sessenta minutos do PAOD, quando há partidos que não utilizaram o seu tempo para poderem utilizar com as suas propostas, isto não é uma questão de quem corre primeiro com o braço no ar, isto não é a escola primária, é uma Assembleia Municipal, uma Assembleia Municipal eleita democraticamente e onde as pessoas têm democraticamente a obrigação de serem ouvidas e terem intervenção nesta mesma Assembleia Municipal, e o Sr. Presidente, com a sua atitude, está exactamente a coarctar tudo aquilo que é o estatuto do direito de oposição. ....

-----Muito obrigado. ....

-----**Luís Vale – Apresentou uma missiva à Mesa (Ver ANEXO I desta Acta)** .....

-----**Presidente da Mesa** – Lamento profundamente, eu quero dizer que, de facto, as inscrições que estavam previamente feitas, faziam querer à Mesa que até nem se atingiriam os sessenta minutos e quero dizer o seguinte: PSD, Malhão, na intervenção que fez gastou dois minutos e trinta; Amândio Gomes, do PSD, gastou um minuto e vinte; Brinquete, da CDU, gastou quatro minutos, todo o resto do tempo, isto a pedidos de inscrições para intervenções, todo o resto do tempo foi consumido com a apresentação das moções e os necessários esclarecimentos, intervenções, votações, declarações de voto, sobre as moções. Acabo de vos ler que o PSD teria a intenção, e respondendo, de prolongar, se calhar, o seu debate, e só usaram três minutos e quarenta. Agora, lamento, Srs. Deputados, e não há aqui alteração nenhuma, os sessenta minutos do PAOD sempre foram respeitados, .....

-----Mas não fiquem prejudicados, porque nós temos, enfim, uma visão democrática das coisas, cumprimos com a legislação, não fomos nós que constituímos o Regimento, foi por nós constituído e aprovado, e vocês votaram favoravelmente, mas acima do Regimento está a lei, e a lei impede ultrapassar os sessenta minutos. ....

-----Srs. Deputados que estão inscritos no PAOD, tem o momento seguinte para fazer as vossas intervenções que estavam inicialmente programadas, a Mesa não vos cortará esse direito, o período que vem a seguir tem muito mais tempo, e vão-no fazer, não peçam à Mesa que proceda de forma ilegal ultrapassando aquilo que a lei determina e por isso o Período de Antes da Ordem do Dia está terminado, neste momento.....

-----**Presidente da Mesa** - Eu peço desculpa Sr. Deputado, acha relevante depois de tudo o que eu disse? Então faça favor Sr. Deputado, tem a palavra. ....

-----**Nuno Reis** - Sr. Secretários, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM. ....

-----O que eu quero dizer aqui, como relator da Comissão que procedeu à alteração do Regimento, devo dizer que não posso, de maneira nenhuma, aceitar aquilo que foi aqui dito pelos partidos da oposição, de que foi coarctado o direito de oposição, ou o direito de manifestarem as suas opiniões. Não posso aceitar aqui, o Regimento é muito claro, o Período de Antes da Ordem do Dia tem um limite de duração de sessenta minutos, isso foi discutido na Comissão, faz uma reprodução exacta e fiel da Lei n.º 169/99 e portanto aqui não há nenhuma alteração, aquilo que se passa aqui é que o PS está irritado, porque gere tão mal o seu tempo como geriu as finanças do país. Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

-----**Presidente da Mesa** – Vamos então passar com o POD, com a apreciação da informação escrita, Srs. Deputados! .....

-----Tenho que dizer o seguinte: não, lamento, eu tenho que remeter, se entenderem, para Assembleia, a decisão sobre o prolongamento deste período. A lei impede-nos que ultrapássemos os 60 minutos, ponto final, parágrafo. ....

-----**Presidente da Mesa** - Não, desculpa, este ponto de ordem à Mesa está incluído junto da discussão que estamos a fazer. ....

-----**Presidente da Mesa** – Não, peço desculpa, eu não dou a palavra a mais nenhum Deputado, neste momento.....

-----**Presidente da Mesa** - Se o pedido de interpelação à Mesa tem a ver com o PAOD... queres fazer uma intervenção à Mesa, vens aqui fazer a intervenção à Mesa e ponto final. ....

-----Srs. Deputados, eu não vou dar mais a palavra a ninguém. ....

-----**Luís Pires** – Bom, muito bom dia a todos. Só, muito rápido, é assim, este tipo de questão que eu fiz à Mesa, tem que ser dados, nem que seja até à meia-noite, agora é assim, o que eu quero é que haja coerência. ....

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, peço desculpa, .....

-----**Luís Pires** – A seguir responde, Sr. Presidente, quando eu terminar, se faz o favor. ....

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, peço desculpa, o Presidente da Mesa gere os trabalhos e eu é que digo se, se, .....

-----**Luís Pires** – Sim, sim, mas é o que está lá escrito. ....

-----**Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, deixe-me dizer o seguinte - nem que seja até à meio noite - está naturalmente consciente que está a cometer uma ilegalidade! .....

-----**Luís Pires** – É uma metáfora, acho que a percebe. ....

-----**Presidente da Mesa** – Não é metáfora nenhuma, .....

-----**Luís Pires** – É uma metáfora, acho que a percebe. ....

-----**Presidente da Mesa** – Está a ver porque é que a lei e o regimento impõem condições, sempre? ...

-----**Luís Pires** – Posso concluir .....

-----**Presidente da Mesa** – Pode concluir agora. ....

-----**Luís Pires** – É muito simples, vamos concluir, a ver se nos entendemos, é assim: eu não me importo que haja aqui, há legalidade e tem que ser cumprida. Agora não se pode vir aqui no intuito de fazer uma interpelação e fazer uma declaração como foi feita anteriormente, o Sr. Presidente tem a obrigação também de ver qual é que é a condução que cada um dos Deputados está a fazer e não deixar terminar, porque houve muito tempo que foi consumido com intervenções a utilizar uma natureza que não foi aquela que substantivamente foi preferida, não pode ser, esta última, e é isso que eu queria perguntar, qual foi a natureza da intervenção do Nuno, aqui?.....

-----**Luís Pires** - Não porque ele não fez uma interpelação à Mesa, o que ele fez foi uma declaração, entendem? É isso que eu quero que seja cumprido aqui, rigor, mais nada. ....

-----**Presidente da Mesa** – Meus caros, façam a gestão adequada dos vossos tempos, e vamos passar ao ponto seguinte: .....

-----Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para a apresentação do documento sobre o Estado e Vida do Município. ....

**PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** .....

**“ - ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -**

*Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 27 de Junho de 2011, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.*

**1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**Divisão Financeira**

**1.1.1 - Secção de Contabilidade**

Com reporte ao período acumulado a 31 de Agosto de 2011, a execução bruta do Orçamento da receita é de 55,84% (no montante de 21 337 821,18€), para um Orçamento da despesa paga de 53,13% (no valor de 20 300 942,57€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de Agosto de 2011 uma execução financeira de 39,95% (5 540 990,32€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 4 607 925,78€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Actividades Municipal no valor de 933 064,54€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 4 668 756,76€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 38,69% e o Plano de Actividades Municipal, constituído pelas actividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 47,59%.

A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista , em 31 de Agosto , uma diminuição de 1 503 293,31€, ou seja, de -9,90 pontos percentuais, comparativamente a 1 de Janeiro de 2011.

De 01 de Junho a 31 de Agosto de 2011 do presente foram deliberados, em reunião de Câmara, **apoios financeiros para as Juntas de Freguesia**: Investimento: 125 424,50€, compensação água: 63.795,00€; **Subsídios e Participações** para Associações e Instituições sem fins lucrativos: 86 088,75€.

### **1.1.2 - Sector de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento**

No período de 1 de Janeiro a 31 de Agosto de 2011 o total da receita arrecadada foi de 632 637,45€ representando um saldo negativo de 88 754,55€ (-12,30%), comparativamente ao período homólogo.

Durante o período de 13 de Junho a 12 de Setembro de 2011, foram abertos 21 procedimentos por Ajuste Directo e 2 procedimentos por Concurso Público referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 719 306,25€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foram emitidas 865 notas de encomenda no valor total de 695 014,16€, correspondendo a uma despesa de capital de 89 389,40€, enquanto a despesa corrente ascendeu ao montante de 605 624,76€ e enviadas a satisfazer pelos fornecedores.

Em termos patrimoniais foram adquiridos 41 bens móveis, no valor de 54 067,99€; registaram-se 5 estudos e projectos, no valor de 105 693,06€; registaram-se 6 empreitadas, no valor de 85 169,00€; adquiriram-se terrenos, no valor de 32 700,54€ e venderam-se 7 parcelas de terreno, no valor de 28 767,35€.

## **1.2 - Divisão Administrativa**

### **- Sector de Expediente Geral e Arquivo**

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: no âmbito do processo da Desmaterialização e Gestão Documental, foi dada continuidade à digitalização de facturas recebidas; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 5100 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 5 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

No âmbito do **Arquivo** foi dada continuidade à introdução de 566 registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica. Este Sector prestou apoio nas seguintes tarefas: - redacção de um texto, para colocação numa placa, relativo ao “Forno do Pão”; - proposta de protocolo a assinado com o Exército Português; - investigação relativa ao “Centro de Memória da Presença Militar”; iniciou-se a pesquisa em periódicos relativa ao Grupo Desportivo e Bragança, para elaboração de livro.

**1.2.1 - Secção de Recursos Humanos** – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 8 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo

resolutivo certo e incerto) e 6 processos de aposentações. Estão a decorrer 4 estágios no âmbito do PEPAL IV e 11 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego. Dada continuidade ao processo de informatização dos processos individuais dos colaboradores.

#### **- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação**

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projeto de Modernização Administrativa.

O principal website do Município de Bragança registou, de 1 de Julho a 31 de Agosto, um total de 48.222 visitas (média de 778 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 3.751 vezes (61/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 604 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.032 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 834 visitas e da Biblioteca Municipal 281.

Os visitantes dos websites autárquicos são oriundos, maioritariamente, de Portugal, seguidamente de Espanha, do Brasil, de França e dos Estados Unidos da América.

Relativamente ao Facebook do Município, registou, nos meses de Julho e Agosto, um total de 20.777 visualizações, contando com cerca de 2.500 “amigos” e 932 fãs, que seguem diariamente as actualizações do Município.

## **2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL**

### **2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO**

#### **Serviço de Animação e Equipamentos Culturais**

**Centro de Arte Contemporânea** – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 08 de Julho, a exposição “75 Fotografias, 35 Mulheres, 42 Anos”, de Julião Sarmento, o artista português mais internacional da actualidade, que vai estar patente até 9 de Outubro de 2011.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente desde o dia 29 de Janeiro a exposição “Metamorfoses”.

Nos meses de Junho, Julho e Agosto foram realizadas 39 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 4108 pessoas.

**Museu Ibérico da Máscara e do Traje** - Nos meses de Junho, Julho e Agosto visitaram o Museu 4906 pessoas. Neste período foram realizadas 27 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

**Teatro Municipal de Bragança** – Durante os meses de Junho e Julho realizaram-se 13 espectáculos com 18 sessões e 4.686 espectadores. De destacar a co-produção/co-criação/residência artística, de 20 de Junho a 10 de Julho, com o Teatro da Garagem de Lisboa que culminou com a apresentação do espectáculo “Ao Relento” cuja realização envolveu a comunidade local. O projecto contou com a participação de 40 jovens da cidade, apresentando 3 sessões do espectáculo (dias 7, 8, 9 de Julho) e revelou-se um êxito graças à participação e envolvimento de todos.

No âmbito dos Concertos de Verão: O palco na praça, foram apresentados 3 espectáculos – 1 por semana – pelos grupos Couple Coffee, Juhanna Johola e Madre Tierra. Embora com uma versão mais reduzida na quantidade, mas não na qualidade, mereceu a melhor atenção do público que continuou a responder enchendo a Praça Norte.

**Bibliotecas Municipais** - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1337 monografias e efectuada a correcção de 2293 registos. No período em questão, registou-se a presença de 7554 em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas actividades, tais como: desenho e pintura, projecção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 812 crianças.

**Biblioteca Adriano Moreira** - Nos meses em análise registou-se a presença de 475 pessoas neste espaço.

**Centro Cultural Adriano Moreira** - No dia 09 de Junho foram inauguradas as exposições, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, “a(co) existência de agamben” de Marco Costa e “esculturas” de Paulo Moura, que estiveram patentes até ao dia 26 de Agosto.

No dia 09 de Setembro inaugurada a exposição “Atrás da Máscara – Colectiva de Artistas de S. Tomé”, com a participação dos artistas Adilson Castro, Alex Keller, Eduardo Malé e René Tavares, patente até ao dia 09 de Outubro.

Esta iniciativa, desenvolvida no âmbito do Convénio de Geminação existente entre o Município de Bragança e a Câmara Distrital de Água Grande (S. Tomé e Príncipe), tem como objectivo sensibilizar as

comunidades para a valorização da arte enquanto veículo de comunicação e o reforço das relações históricas e culturais entre os dois povos, através de algo comum: a máscara e o traje.

**Sector de Animação, Produção e Turismo** - Durante o meses analisados foram atendidos 11.138 turistas.

## **2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE**

### **Serviço de Educação**

Para preparação do ano lectivo 2011/2012, nomeadamente no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, foi renovado o contrato para a realização das actividades de Ensino do Inglês e de Actividade Física e Desportiva aos alunos do 1º ao 4º anos do 1º CEB, com a empresa ZonaMeeting – Actividades Desportivas e Educativas, Lda., elaborou-se, e foi assinado, um acordo de colaboração entre o Município e a Fundação “Os nossos livros” para a leccionação e coordenação pedagógica do ensino da música; elaboraram-se e assinaram-se os acordos de colaboração entre o município e os agrupamentos escolares no âmbito específico do Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular; elaboraram-se, conjuntamente com os responsáveis dos agrupamentos escolares, os horários das Actividades de Enriquecimento Curricular e preparou-se a candidatura ao financiamento do programa das AEC através da plataforma GAEC – Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular. Este programa abrange a totalidade dos alunos do 1.º ciclo.

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições, foi concluído o procedimento concursal (concurso público internacional) para fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo para o ano lectivo 2011/2012 e os procedimentos de ajustes directos para fornecimento de refeições pelos agrupamentos de escolas a alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo da escola de Izeda, das EB1 da Mãe d’Água, Beatas e Toural e do Jardim de Infância da Estação, tendo sido já assinados os contratos de fornecimento com a empresa Gertal e os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Augusto Moreno e Paulo Quintela e preparada e submetida a candidatura ao financiamento junto da Direcção Regional de Educação do Norte. Este programa abrange 1154 alunos dos 1358 matriculados

Foi realizado o procedimento de ajuste directo, à Paróquia de São Tiago, para apoio ao fornecimento de refeições escolares aos alunos da Escola EB1 do Campo Redondo e ao desenvolvimento de algumas das actividades das AEC – cedência, aquecimento, limpeza e manutenção de espaço. Foi concluído o procedimento e assinado o contrato com a empresa Gertal para o fornecimento de suplementos alimentares aos alunos carenciados (escalão 1 do abono de família).

Ainda no âmbito da Acção Social Escolar, foi concluída uma primeira fase de aquisição e fornecimento de manuais escolares a alunos carenciados do 1º Ciclo (Escala 1 do abono de Família) do concelho de Bragança, tendo sido adquiridos e entregues 777 manuais escolares, fichas de trabalho e CD's complementares a 259 alunos.

Aos alunos posicionados no escala 2 do Abono de Família (159) será re-embolsado metade do valor da factura dos manuais escolares apresentada no serviço de acção social escolar da CMB.

Com vista a garantir um número mínimo de auxiliares que assegurem o bom funcionamento do Programa de Generalização de Refeições, nomeadamente no apoio às refeições à hora de almoço (pré-escolar e 1º ciclo) e na componente de apoio à família (pré-escolar) em alguns estabelecimentos de ensino, foi aprovada, em reunião de câmara de 23 de Agosto, a atribuição de verbas às entidades coordenadoras /gestoras do pessoal auxiliar (Agrupamentos Escolares e Juntas de Freguesias) no valor total de 92.736,00€.

Procurando satisfazer as necessidades sentidas com a abertura de uma nova sala do ensino pré-escolar em cada um dos centros escolares da Sé e de Santa Maria, foram realizados, e já concluídos, procedimentos concursais para a aquisição de utensílios de refeitório e de material didáctico e para a aquisição de mobiliário, este em fase de adjudicação.

Pelo terceiro ano consecutivo, foi concretizado o programa de Estágio no Instituto Gulbenkian Ciência com a deslocação de 3 estudantes do ensino secundário, durante uma semana no referido Instituto.

Foram, também, efectuados trabalhos de manutenção e melhoria nas escolas EB1 dos Formarigos, Mãe d'Água, Campo Redondo, Salsas e nos Jardins-de-Infância de Gimonde, Santa Comba de Rossas e Santiago.

### **Serviço de Desporto e Juventude**

Neste período foi feita a gestão das instalações desportivas e a conclusão/avaliação dos Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação de Bragança realizados nos equipamentos desportivos, feita a orientação das actividades na Piscina Municipal, renovação e abertura de novas inscrições para as actividades orientadas na piscina, prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança, elaborada a programação dos percursos pedestres/caminhadas rurais para o resto do ano.

No mês de Julho decorreu mais uma edição das Férias Desportivas e Culturais na qual participaram 411 crianças dos 6 aos 15 anos, tendo sido desenvolvidas diversas actividades tais como jogos de pavilhão, actividades aquáticas na piscina municipal e na piscina do Clube Académico de Bragança, passeios de

BTT, caminhadas, Karting, ateliers de Pintura, Culinária e Construções de Papagaios, visitas a museus e ao centro de arte, cinema, discoteca, entre outras.

De 3 a 8 de Julho de 2011, realizou-se a 9ª Edição dos Jogos do Eixo Atlântico, na Cidade de Matosinhos, com a participação de 1500 jovens oriundos das 36 cidades associadas do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. A Comitiva de Bragança fez-se representar com 33 atletas nas modalidades de Natação, Atletismo de Pista, Atletismo Adaptado e Futebol de 7.

Durante os meses de Junho e Setembro o projecto Bragança Saudável, Bragança Solidária contou com a realização 3 caminhadas, num total aproximado de 40 km, nas freguesias de Outeiro, Rebordainhos e Babe, contando 135 participantes.

#### **Serviço de Acção Social**

No período em análise realizou-se um total de 140 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas, sendo 90 resultantes de marcação prévia e 50 sem marcação. Ainda neste período, foram realizadas 15 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Providência, pertença da CMB.

De 6 a 10 de Julho, decorreu em Bragança a I Semana do Voluntariado integrada na Volta a Portugal do Ano Europeu do Voluntariado.

O Município de Bragança integrou a organização desta iniciativa, realizada no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado, que integrou um vasto programa de conferências, mostras, workshops e outras actividades, promovida com o objectivo de facilitar a acção voluntária e melhorar a qualidade do voluntariado.

Na sessão de abertura, marcaram presença Gemma Sanchez, Representação da Comissão Europeia em Portugal, e Eugénio Fonseca, Presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado.

Ainda integrada na Volta a Portugal do Ano Europeu do Voluntariado, teve lugar a conferência “Voluntariado”, proferida pela Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Elza Chambel.

A iniciativa culminou, no dia 10 de Julho, com o 8.º Encontro de Gerações que reuniu cerca de duas mil pessoas no Santuário de Nossa Senhora do Aviso, em Serapicos.

Organizado pela Câmara Municipal de Bragança, esta edição do encontro, contou com o apoio das Juntas de Freguesia, IPSS do Concelho, do Centro de Saúde, da Delegação de Bragança da Cruz Vermelha Portuguesa, da GNR e dos Bombeiros Voluntários.

A Câmara Municipal de Bragança disponibilizou fogos sociais a cinco agregados familiares, cujos contratos de arrendamento foram assinados, no dia 12 de Agosto. De referir que estas cinco famílias integram 14 crianças com menos de 15 anos de idade, para as quais estes realojamentos representam perspectivas de um melhor futuro.

Nos últimos seis anos, e sobretudo desde que é proprietário do património habitacional transmitido pelo Instituto de Gestão e Alienação de Património Habitacional do Estado, o Município de Bragança tem dado prioridade à recuperação e beneficiação de fogos que permitam uma intervenção social focalizada no reforço da política de realojamentos, visando, assim, proporcionar melhores condições de vida às famílias, especialmente às que integram filhos menores de idade, situações de monoparentalidade e/ ou de dependência e com elementos idosos.

### **3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 10 concursos, com um valor base de 10.103.729,47 €+IVA, nomeadamente:

- Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para o projecto de ampliação da Zona Industrial de Bragança ( adjudicado por 24.900,00€); - Reconversão Urbanística da zona do Forte S. João de Deus - Remodelação dos edifícios da sede do Município (9.773.689,07€); - Construção de uma garagem no Aeroporto Regional de Bragança (adjudicado por 20.500,00€); - Escultura em homenagem a Abade de Baçal, colocada na aldeia de Baçal (adjudicado por 7.200,50€); - Fornecimento e Instalação de Reservatório de 30 m3 e ligação à rede pública na aldeia de Espinhosela (adjudicado por 41.980,00€);- Beneficiação de passeios na zona Industrial das Cantarias (adjudicado por 17.889,0€); - Cruzamento da rua Prof. Dr. Lucas Pires com a rua de Vale d'Álvaro e acesso à ETA em França (adjudicado por 41.208,00€); - Construção da Micro Central Hidroeléctrica do Fervença (145.000,00€); Substituição de conduta de Água no loteamento Municipal de Santiago (30.000,00€).;

Assim, foram adjudicadas obra no valor de 1.872.999,45 €+IVA, destacando-se as seguintes: Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d'Água (743.483,82€); Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d'Água (571.071, 69€); Reconstrução da Casa da Cidade - Sede das Associações em Santa Maria (216.905,07€); Construção da Micro Central Hidroeléctrica do Fervença (145.000,00€).

Outras obras a decorrer: - Ciclovia do Fervença - 2.ª fase (acesso ao Centro Ciência Viva); - Ciclovia e Praça da Mãe d'Água; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d'Água; - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d'Água ; - Pavimentações no Bairro do Campo Redondo, Misericórdia e outras ruas da cidade; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Conclusão dos trabalhos na via municipal Alfaião - S. Pedro de Sarracenos; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Início da Pavimentação da via municipal Santa Comba de Rossas-Rebordainhos; - Construção do Centro de Convívio do Zoio.

No dia 23 de Julho inaugurado o Centro de Convívio e da Sede de Freguesia de Macedo do Mato. No dia 30 de Julho inaugurado o Forno Comunitário de Pão e assinado Protocolo de Cooperação com Associação Amigos do Forno. No dia 12 de Agosto a Freguesia de Coelhoso homenageou os Emigrantes ao inaugurar um Largo no centro daquela localidade. No dia 11 de Setembro foi inaugurada a Sede de Freguesia de Carragosa.

Assinado, no dia 23 de Agosto o Auto de Consignação para a Melhoria da Eficiência Energética no Bairro Social da Mãe d'Água, que representa um investimento de 611.733,59 euros, participado pelo FEDER, envolvendo trabalhos em oito blocos, num total de 124 apartamentos, habitados por 316 pessoas.

**3.2 - Divisão de Urbanismo** – Face aos indicadores monitorizados e para valores acumulados a 31 de Agosto, realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 60% destas acções reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo em 1% ao que já era tendência no ano de 2010, acompanhando igualmente as emissões de licença de utilização no espaço rural, 65% no conjunto das acções.

O valor da receita apurado foi de 202.331,35€, cabendo 1938 guias emitidas, acompanhando igual tendência de decréscimo em 13,55%, face às 2242 guias emitidas em 2010.

No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das acções relacionadas “licenciamento e comunicações prévias”, regista-se um abrandamento de 7%. No total foram analisadas/executadas 1313 operações (-0,60% que em período homólogo).

#### **4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS**

##### **4.1- Divisão de Águas e Saneamento**

- **Água**

Nos meses de Julho e Agosto foram produzidos, na Estação de Tratamento de Água de Bragança, 493.989 m<sup>3</sup> de água e tratados 249.458 m<sup>3</sup>. Nas análises efectuadas para verificação da qualidade da água humana, tratada na ETA de Bragança e em todos os sistemas do meio rural, e em sistemas independentes verificou-se que os parâmetros de controlo de rotina se encontravam 100 % em conformidade.

**Executados os seguintes trabalhos:** - Adjudicação da empreitada “substituição de conduta de água no loteamento municipal de Santiago”, por 24.800,00€+IVA; - início da empreitada “colocação de caixas de contador no exterior na aldeia de vilarinho”; - execução de novos furos de captação de água nas localidades de Paradinha Velha e Paradinha Nova (aguarda-se o licenciamento dos furo de captação por parte da ARH–N); - Colocação de contadores nas aldeias de Maças, Fontes Parâmio e Zeive; - Em Outeiro, trabalhos na captação com pesquisas de novos drenos para reforço do abastecimento de água; - No decorrer do mês de Agosto efectuou-se a reabilitação do reservatório de Fontes de Transbaceiro.

Elaborado o boletim informativo referente aos trabalhos, qualidade da água e investimentos realizados no segundo trimestre do ano.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em colectores (123); limpeza de fossas (68); mudanças de nome de clientes (241); execução de novas ligações (38); substituição de contadores (215); reparação de fugas (85).

**4.2. Divisão Ambiente** – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

Durante os meses de Julho, Agosto e até 09 de Setembro foram concluídos os trabalhos de limpeza dos terrenos municipais, de todos os bairros da cidade. Foram efectuadas intervenções de manutenção em todos os estabelecimentos de ensino. Foi ainda efectuada uma acção de limpeza na Quinta da Trajinha. Estes trabalhos foram efectuados com recurso à equipa de reclusos (média de 4 elementos), afecta ao programa de limpeza das áreas de cedência, no âmbito do protocolo estabelecido entre a CMB e os Serviços Prisionais. No total foram limpos cerca de 33 ha de terrenos municipais.

No âmbito das comemorações do Ano Internacional das Florestas, e integrado no programa das férias desportivas, foi realizado um Peddypper denominado Floresta para todos, com o objectivo de informar e sensibilizar os mais jovens acerca da importância da floresta. Esta actividade contou com a colaboração de entidades com competências no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Bragança e a Guarda Nacional Republicana.

Foram efectuadas vistorias conjuntas com a Autoridade Florestal Nacional às árvores apresentadas pelas Juntas de Freguesia, com vista a proceder à classificação como património nacional, desde que reúnam os requisitos para serem consideradas.

No âmbito da actividade sanitária municipal, procedeu-se à captura de 53 canídeos errantes.

O Serviço Municipal de Protecção Civil procedeu à identificação de várias casas devolutas no Centro Histórico, ao apoio na elaboração do Plano de Emergência Interno da Barragem de Gostei e ao acompanhamento de todas as ocorrências de fogos florestais.

#### **4.3- Divisão de Mobilidade e Energia**

Na área de transportes, em termos de transportes escolares, foram adjudicados 27 dos 28 circuitos de transporte escolar em regime de aluguer para o ano lectivo 2011/12, colocados a concurso público, pelo valor total de 302.984,80 € + IVA (6%), -19,1% relativamente ao ano lectivo anterior. Foram, ainda, abertos 2 procedimentos por Ajuste Directo para a execução de transporte escolar em regime de aluguer, para servir as localidades de Quintas da Seara e Sortes, com os preços base de 6.840,00€ e 8.360,00€, respectivamente.

Os custos com transporte escolar relativos ao ano lectivo 2010/11, incluindo passes dos operadores privados, passes do STUB e circuitos de aluguer, foi de 574.421,33 € + IVA, sendo 374.503,07 € + IVA referente apenas aos circuitos de aluguer.

Desde Janeiro, foram transportados no STUB 184.603 passageiros, o que corresponde a um aumento de 2,5% relativamente a igual período de 2010, devido, fundamentalmente, ao aumento do n.º de utentes nas linhas urbanas (+5%, que corresponde a mais de 5 mil passageiros).

Relativamente ao Aeródromo, foi desencadeado o procedimento para aquisição de serviços de elaboração do Manual de Aeródromo, adjudicado à empresa CONSULGAL, por € 30.000,00 + IVA.

Verificaram-se, nos 8 primeiros meses de 2011, 2271 movimentos de aeronaves e 3694 embarque ou desembarque de passageiros, correspondendo a um aumento de 16 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 16,5 % no número de embarque e desembarque de passageiros face ao período homólogo.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2010, um aumento de 17,5 % no número de embarque e desembarques de passageiros (total de 3694 passageiros) e uma diminuição de 2 % nos movimentos das aeronaves - total de 685 movimentos (-14 em relação ao ano de 2010)).

#### **Outras actividades/assuntos relevantes:**

De 29 de Junho a 2 de Julho realizou-se o 17.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), no qual representantes de associações, académicos, especialistas e técnicos, oriundos de todo o Mundo, reuniram-se em Bragança e Zamora (Espanha), para abordarem a temática “Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável”.

No dia 09 de Julho, numa parceria da Câmara Municipal de Bragança com a Associação Cultural e Recreativa da Mãe de Água realizou-se, na Praça Camões, o XIII Festival de Folclore Cidade de Bragança que contou com a participação do Rancho Folclórico da Mãe d’Água, Grupo Folclórico de Danças e Cantares de Modivas – Vila do Conde, Rancho da Província de Zamora, Rancho Folclórico de Poiares – Coimbra e Rancho Folclórico de Gestaçô - Baião.

No dia 16 de Junho, Izeda comemorou o 21.º aniversário de elevação à categoria de vila, tendo-se procedido à assinatura do acordo de gemação com a freguesia de Cabeça Santa (concelho de Penafiel).

No dia 17 de Julho comemorou-se, em Baçal, o Dia da Freguesia com inauguração de elemento escultórico alusivo ao Abade de Baçal.

No dia 19 de Julho, reuniu o Conselho Municipal de Segurança, na Sala de Actos do Teatro Municipal, tendo este concluído que Bragança é considerada uma cidade segura, fruto da boa capacidade das instituições, incluindo a partilha de informação e recursos, e da atitude de cidadania da população. A forte rede social que o Município dispõe, com capacidade muito significativa de respostas, sustentada em recursos adequados e de boa governação contribui para atenuar situações de risco.

No dia 20 de Julho, um dia depois de comemorar os 18 anos de existência, a Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes (ASCUDT) inaugurou a sua nova sede. O equipamento, que acolhe 34 utentes, representa um investimento na ordem de 1,25 milhões de euros, co-financiados pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, sendo que a Câmara Municipal de Bragança cedeu, em regime de comodato, o terreno para a construção e contribuiu com 215 mil euros.

No dia 20 de Julho, assinado o contrato de co-financiamento que viabiliza a construção do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes, no qual se integram o Brigantia EcoPark (Bragança) e o Régia-Douro Park (Vila Real), com investimento de cerca de 19,3 milhões de euros, participado em 80 por cento pelo FEDER, o Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes integra dois pólos

distintos: o Brigantia EcoPark, em Bragança, (9.499.596 euros) e o Régia-Douro Park, em Vila Real (9.488.821 euros), que deverão ser construídos num prazo de 36 meses, sendo que a restante verba do investimento efectuado (272.257 euros) destina-se à PortusPark.

Em colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria, realizou-se, no castelo, no dia 23 de Julho, o Encontro Ibérico de Música Popular.

No dia 27 de Julho, decorreu, no Ayuntamiento de Santa Maria del Páramo (León - Espanha), a III Assembleia-geral da Associação Autovía León – Bragança, na qual participaram cerca de 50 representantes de entidades e instituições portuguesas e espanholas, entre as quais o Município de Bragança, que continuam a “lutar” pela construção de uma ligação rodoviária entre Bragança e León.

Nos dias 29, 30 e 31 de Julho, com o apoio da Câmara Municipal, a Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios organizou mais um Festival de Música e Tradição em Palácios. Ao longo dos três dias, a aldeia voltou a recriar o ciclo do pão, recordando as músicas tradicionais que então animavam os trabalhos agrícolas e promovendo almoços e jantares como em tempos recuados, e recebeu dezenas de forasteiros para assistir e participar na recreação da segada e malha manual, que é feita há 13 anos neste festival.

Teve lugar, no 11 de Agosto, a assinatura dos Contratos de Financiamento Comunitário dos projectos “EcoPolis”, que envolve a requalificação urbanística do antigo Forte e S. João de Deus (sendo promotor o Município de Bragança), e “Unidade de Cuidados Continuados de Bragança” (que tem como promotora a Santa Casa da Misericórdia de Bragança), na qual são intervenientes os promotores dos dois projectos e a Comissão Directiva do ON.2.

O Município de Bragança e Exército Português assinaram, no dia 15 de Agosto, um protocolo com vista à cooperação relativamente à instalação e dinamização do Centro de Memória da Presença Militar em Bragança, inserido no projecto EcoDomus, no âmbito da Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus.

Do dia 25 de Julho ao dia 22 Agosto realizaram-se as Festas da Cidade. De 12 a 15 de Agosto, no recinto do castelo de Bragança recriaram-se momentos da história medieval da cidade. Danças e músicas medievais, mercado com cerca de oito dezenas de expositores, jogos, torneios e personagens trajadas a rigor animaram as cerca de 15.000 pessoas que estimamos a tenham visitado e nela participado. A iniciativa que vai na sua 5.ª edição, contou com o apoio da Entidade

Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Integrou o Calendário Nacional de Eventos Regionais e pretende afirmar-se como um evento turístico de referência. O dia 21 de Agosto foi o dia dedicado ao mundo rural, onde se destacou o Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa e a Chega de Touros. Este ano o certame contou com a participação de 30 produtores, estando em concurso 80 animais. A tarde terminou com a chegada de touros, com participação de 14 animais e muita assistência. Paralelamente, decorreu o programa religioso, de 11 a 22 de Agosto, terminando com a celebração do dia da Padroeira da Cidade, Nossa Senhora das Graças, com eucaristia na Catedral, presidida, pela última vez, por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese Bragança - Miranda, D. António Montes Moreira e a grandiosa procissão na qual se incorporaram 18 andores das paróquias citadinas e da área rural do concelho.

Decorreu nos dias 24 a 26 de Agosto, o XXII Concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, no qual participaram 145 animais, de 79 produtores, oriundos dos seis concelhos do Solar da Raça.

Realizada no dia 28 de Agosto a XI Feira das Cebolas em S. Pedro de Sarracenos, tendo sido a edição mais participada e visitada de sempre.

Apresentação do livro O romance do gramático de Ernesto Rodrigues no dia 15 de Setembro, no Centro Cultural Adriano Moreira.

A variante Sul de Bragança da A4 – Auto-estrada Transmontana abriu ao trânsito no dia 15 de Setembro, às 24 horas.

Thiago Costa e Gustavo de Moura, dois dos melhores alunos do Instituto Federal do Pará (IFPA), vão frequentar, durante o ano lectivo de 2011/2012, os cursos de especialização tecnológica de Promoção Turística e Cultural e Secretariado e Assessoria Administrativa, no Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Este intercâmbio, que visa premiar o empenho destes estudantes, surge no âmbito do convénio de cooperação entre o Município de Bragança e a Prefeitura Municipal de Bragança do Pará, no qual estava previsto o envolvimento de estabelecimentos de ensino, nomeadamente do Instituto Federal do Pará e do IPB. Posteriormente, também dois jovens naturais do Concelho de Bragança e a frequentarem o IPB vão poder estudar no IFPA.

No dia 22 de Setembro, no âmbito da cerimónia de resignação do Bispo de Bragança-Miranda D. António Montes, o Município de Bragança procederá ao lançamento do livro “Pastorais dos Bispos de Miranda do Douro e Bragança” de Carlos Prada de Oliveira, assim como à oferta de dois álbuns

de fotografias com registo dos principais momentos de D. António Montes em eventos realizados no Concelho de Bragança.

Nos dias 24 e 25 de Setembro, âmbito das Jornadas Europeias do Património 2011, realiza-se, em Bragança, uma conferência intitulada “ A fortificação e a metamorfose do espaço na cidade de Bragança (séc. XVI-XVII)” e uma visita de estudo ao centro histórico, dinamizadas pelo Dr. Alexandre Rodrigues. Esta actividade é organizada pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, pela Câmara Municipal de Bragança e pelo IGESPAR.

“Bragança na Época Contemporânea” e “Bragança e Zamora a Património Mundial” são os dois desafios subjacentes à realização do Seminário Internacional “Bragança: uma Cidade Europeia”, que vai ter lugar nos dias 29 e 30 de Setembro, no Auditório Paulo Quintela. Durante o evento, organizado pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, diversos especialistas e um consultor da UNESCO vão debruçar-se sobre estes projectos de investigação, que agregam investigadores ibéricos.

No dia 02 de Outubro realiza-se, na Catedral de Bragança, a ordenação de D. José Cordeiro como 44.º Bispo da Diocese de Bragança-Miranda.

Município de Bragança, 21 de Setembro de 2011.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil”

----- **Presidente da Câmara – Veiguinhas! Veiguinhas!** .....

----- Cumprimento o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público presente. ....

----- Os tempos são difíceis, mas a paciência também tem que ser ponderada, os desafios, fazem-se apelos a todos.--- .....

----- Começo por responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Amândio Gomes, relacionada com o ponto de situação de Veiguinhas. ....

----- Até ao momento foram apresentados 4 estudos de impacto ambiental, e 7 procedimentos. Um procedimento pode ser um estudo que não chega à fase de impacto ambiental, complementa outro passo. O primeiro foi elaborado pela Hidrotécnica Portuguesa, que trabalhou a solução Veiguinhas, foi o gabinete técnico que elaborou o sistema integrado do Alto Sabor e que foi reprovado em 1998 por se localizar no Parque Natural de Montesinho, a declaração de desconformidade foi localizar-se no Parque Natural de Montesinho. ....

----- Em 2005 a ProSistemas, outra equipe, já elaborou o estudo que conduziu, estou a falar já nas datas finais, os estudo iniciaram antes, que em 2005 conduziu à aprovação da solução Azibo por se localizar fora do Parque Natural de Montesinho. A AGRI-PRO, em 2010 foi decidido um novo estudo apresentado por uma outra empresa, a AGRI-PRO, noutra consórcio de empresas, foi decidida a não conformidade por ter sido considerada insuficiente a justificação das alternativas, em particular a não avaliação de soluções mistas com águas subterrâneas, neste caso de Cova de Lua, solução já abandonada em 2005 pela própria Comissão de Avaliação, mas retomaram este processo. E retomaram este processo sabendo-se que a produtividade deste aquífero é muito baixa, é utilizada, todos os anos, em conjunto com as restantes alternativas que o Município dispõe, todas as disponibilidades existentes no Município são utilizadas num sistema que é precário, é o sistema de bombagem do Sabor na zona do Parque do Campismo, é o sistema de bombagem do Baceiro, é o sistema de bombagem de Cova de lua, é o aproveitamento ao longo do ano, das águas que escorrem para o Canal no sentido de ser preservada a água armazenada em Serra Serrada, que é uma capacidade muito limitada, muito baixa e que dá para 4 meses. ....

----- Porquê esta questão em Cova de Lua? Esta desconformidade foi baseada fundamentalmente nessa questão, porque se tratou de um erro de avaliação, que já tinha sido descartada, como disse, solução que envolve a capacidade máxima de Cova de Lua, são 150 000m<sup>3</sup>, corresponde a 15 dias de abastecimento de água à cidade, ela não funciona sozinha, funciona em complemento com outros, portanto o período de tempo em que está ligado o sistema de bombagem de Cova de Lua, é cerca de um mês e meio, as condutas são de pouca capacidade, complementam os sistemas, mas o volume real debitado de Cova de Lua são na ordem de 150 000m<sup>3</sup>, são 15 dias de abastecimento de água à cidade. ....

----- Trata-se de um erro cometido numa tese. Porque é que foi retomada esta questão de Cova de Lua e levou novamente a ser reprovado este estudo? Trata-se de um erro cometido numa tese de mestrado, apresentada pelo Dr. Luís Filipe, que confundiu quantidades de água que circulavam subterraneamente no aquífero, durante o inverno, período das chuvas, com água efectivamente armazenada e que teve que ser contrariada, nessa fase ainda, por um estudo, por um Hidrogeólogo, que mesmo assim não foi considerada essa avaliação por parte desse Hidrogeólogo, no entanto teve que se recorrer, de seguida, à contratação do Centro de Geosistemas do Instituto Superior Técnico, que

confirmou que o aquífero de Cova de Lua não tem potencial para ser integrado em qualquer situação alternativa, toda a documentação da Câmara, de sistemas de bombagem, identifica nisto, ou seja: . .....

Esta tese de mestrado seria chumbada, de forma inequívoca, por um Hidrogeólogo sénior, foi o que teve que acontecer através de um Centro de Estudos do Laboratório de Engenharia Civil. Há aqui uma situação perfeitamente indesejável. ....

-----Neste momento, na sequência dessa situação, foram solicitados esclarecimentos adicionais que têm a ver com as previsões de consumo, indicando, os consumos projectados são excessivos para aquilo que é o consumo real da cidade. Pois bem, teve que se demonstrar que as previsões de projecção de consumos, dos estudos iniciais para o ano 2051 foram ultrapassados com os censos de 2011, quer em termos de população, foi superada a capacidade hoteleira prevista, foram superados os postos de trabalhos criados na indústria, estes elementos adicionais foram hoje apresentados, que era a data limite, numa prorrogação de prazo que se tinha solicitado, assim como a integração de soluções diversas. ....

## CONDICIONANTES EXISTENTES

Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor



Inserido no Parque Natural de Montesinho  
(Rede Natura)



Necessidade de verificar se existe ou não qualquer alternativa viável técnica, económica e ambientalmente, fora da área protegida



Foram avaliadas **7 alternativas tecnicamente viáveis** ou já identificadas anteriormente, numa área de 1500 km<sup>2</sup> em redor de Bragança

Veiguiñas – inserido em Rede Natura

Castrelos – inserido em Rede Natura

Parâmio – inserido em Rede Natura

Gostei – fora da Rede Natura

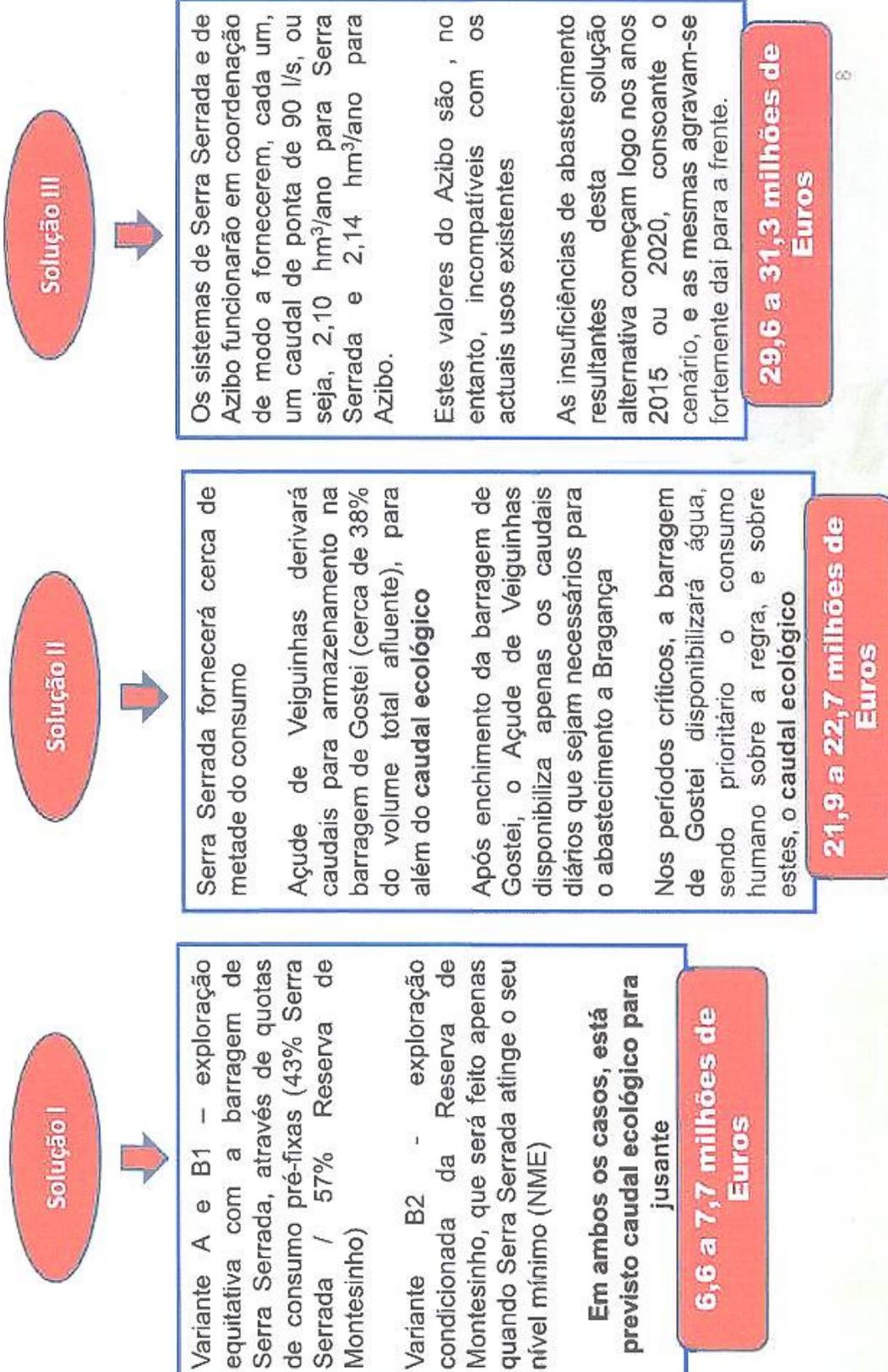
Rebordãos – inserido em Rede Natura

Parada – fora da Rede Natura

Azibo – parte inserido em Rede Natura



## ALTERNATIVAS AVALIADAS (Características de Funcionamento e Custos Previstos)



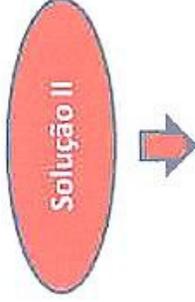
### ALTERNATIVAS AVALIADAS (Caracterização e Impactes)

Foi caracterizada a situação de referência e avaliados os impactes ao nível de todos os descritores.

Alguns descritores foram considerados de maior importância por influenciarem positiva ou negativamente o objectivo principal destes projectos que seria o reforço do abastecimento de água a Bragança, de uma forma viável a longo prazo e com custos finais reduzidos, quer a nível ambiental, quer a nível financeiro, para os concelhos que intercepta e para os consumidores finais.



todos os descritores concluem que esta solução é viável não apresentando qualquer estrangimento ou situação que ponha em causa a sua viabilidade técnica, económica ou ambiental.



todos os descritores concluem pela sua viabilidade, não se encontrando nenhum factor que de forma gravosa ponha em causa a manutenção desta alternativa.



solução não garante a disponibilidade de água sem pôr em causa actividades e os fins para que foi construída

impactes socioeconómicos mais gerais do empreendimento nos concelhos limítrofes que tornam em absoluto inviável qualquer aceitação pelas populações do recurso à captação no Azibo para reforço no abastecimento da cidade de Bragança.

Solução Inviável

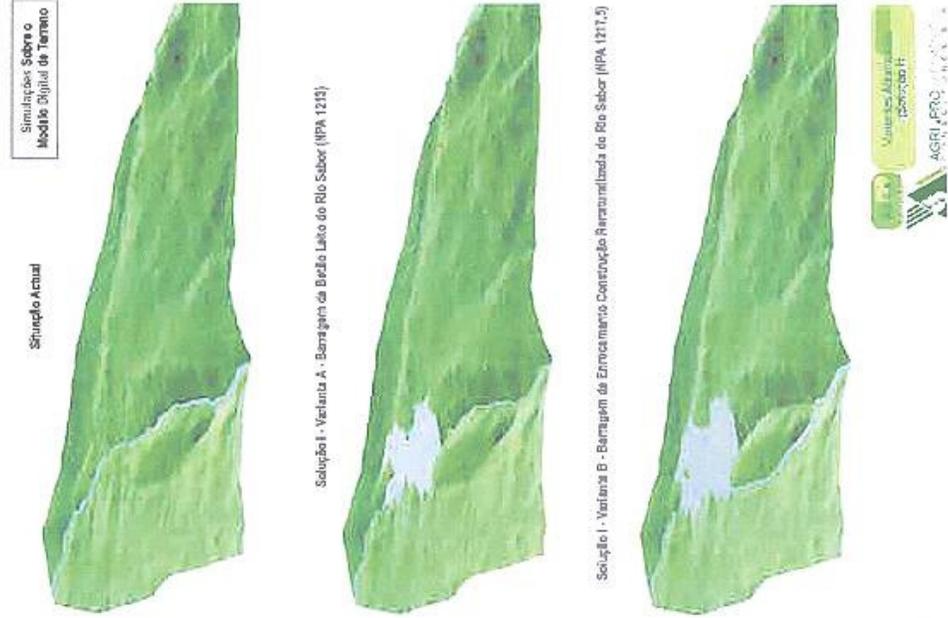
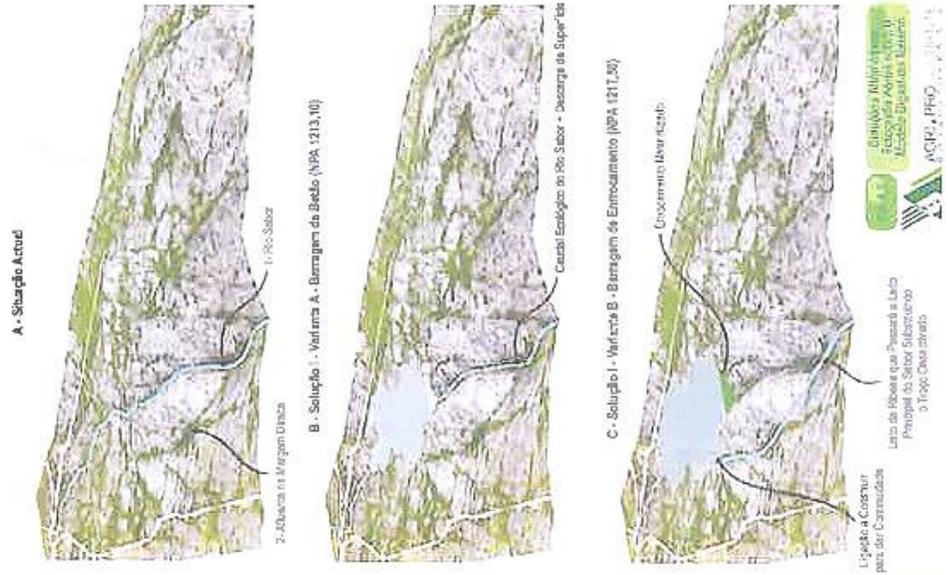
## COMPARAÇÃO DAS ALTERNATIVAS VIÁVEIS

Factor Ambiental	Soluções Alternativas	Justificação
Geologia e Hidrogeologia	Solução I	A Solução I (Variante B) promove uma melhor manutenção das características locais
	Solução I	A Solução I (Variante B) promove uma melhor manutenção das características locais
Climatologia	Solução I	A cola mais elevada da Variante B (Solução I) potencia os aspectos positivos da alteração morfológica do vale e consequentemente microclimática
	Solução I	A Solução I apresenta um balanço mais favorável em termos hidrológicos
Qualidade da Água	Solução I	A Solução I é ligeiramente mais favorável
	Solução I	A Solução I é ligeiramente mais favorável
Ambiente Sonoro	Solução I	A Solução I é mais favorável
	Solução I	A Solução I é mais favorável
Gestão de Resíduos – Sistemas Ecológicos – Flora, Vegetação e Habitats	Solução I	A Solução I (Variante B) é mais favorável
	Solução I	A Solução I é mais favorável
Sistemas Ecológicos – Fauna Terrestre	Solução I	A Solução I é mais favorável
	Solução I	A Solução I é mais favorável
Sistemas Ecológicos – Ecossistemas Aquáticos	Solução I	Menor afectação do sistema lótico actual
	Solução I	Menor afectação de classes de uso
Uso do Solo	Solução I	Menor afectação de classes de uso
	Solução I	Menor afectação de classes de uso
Paisagem	Solução I	Menor afectação de classes de uso
	Solução I	Menor afectação de classes de uso
Ordenamento e Condicionantes	Solução I	Solução I mais favorável e de menores conflitos
	Solução I	Solução I mais favorável e de menores conflitos
Socioeconomia	Solução I	Solução I mais favorável e de menores conflitos
	Solução I	Solução I mais favorável e de menores conflitos
Património	Solução I	Solução I mais favorável
	Solução I	Solução I mais favorável

A Solução I é a alternativa globalmente mais favorável em todos os descritores ambientais.  
A Variante B desta Solução corresponde ainda à alternativa que, em termos globais, apresenta um melhor enquadramento ambiental

## MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, VALORIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO (I)

### • Manutenção do contínuo fluvial Solução I – Variante B



## CONCLUSÕES

Após a avaliação das soluções com viabilidade para o reforço de abastecimento de água a Bragança, confirmou-se não existir qualquer alternativa fora do Parque Natural de Montesinho e das áreas protegidas, estando assim reunidas as condições para o cumprimento das condições definidas nos art.º 8º e 9º do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e da respectiva legislação comunitária.

Tendo em conta que ambas as soluções viáveis utilizam o Parque Natural como origem da água, a Solução I com a constituição de um lago e de uma pequena conduta, e a Solução II com um açude no mesmo local e um conjunto de condutas de grande extensão para a ligação à barragem de Gostei, verifica-se que o impacto dentro do Parque é semelhante mas claramente favorável à Solução I, Variante B.

----- Foram estudadas, assim: Veiguinhas, Castrelos, Parâmio, Gostei, Rebordãos, Parada, Azibo, numa área que envolveu a avaliação de uma área de 1 500km<sup>2</sup>. As soluções todas elas foram identificadas numa área vastíssima, o desnível entre o Azibo e Serra Serrada é de 700m, Azibo está a 600m, Serra Serrada ou Veiguinhas, estão a 1 300m. Recusámos esta solução como solução economicamente e ambientalmente inviável.....

----- A Barragem do Parâmio e Castrelos foram recusadas porque o impacto ambiental provocado na área do Parque Natural de Montesinho era muito superior do que qualquer outra solução alternativa, foi estudada uma solução com uma barragem em Rebordãos, a reconversão do uso previsto para Parada, só para abastecimento humano, não tem capacidade de armazenamento para esse efeito, necessitaria de um coroamento, ou seja, um muro de contenção de 1km, em betão, evitaria o uso futuro deste armazenamento de água, que não existe ainda, para fins agrícolas, e é bem sabido que a agricultura tem que ser um designo nacional, prejudicaria imenso as freguesias e prejudicaria o Concelho. Ainda assim está a ser estudada em alternativa com Rebordãos, conjugando várias soluções. Há também uma solução que está a ser conjugada, os excedentes de Serra Serrada com o aproveitamento da Barragem de Gostei, sendo que esta solução de Gostei já foi discutida na AM, correspondia a fazer um grande depósito de armazenamento, refazer aquela barragem, um investimento elevadíssimo para depois voltar a fazer bombagem de água para Montezinho, para o tratamento, uma irracionalidade completa. Mas há uma área de 1 500km<sup>2</sup> que foram estudadas, não há soluções viáveis fora da área do Parque Natural de Montezinho, não há solução viável fora da área do Parque Natural de Montezinho com uma tarifa que se adequa àquilo que é a capacidade económica para o povo pagar, qualquer solução fora do Parque Natural de Montezinho encarece a tarifa em mais 30 cêntimos ao consumidor, por outro lado a qualidade da água não tem comparação com aquela que se pode obter a uma cota elevada na Serra. ....

----- As 3 soluções que estão, neste momento, em avaliação, Veiguinhas com duas alternativas, uma de 6,7 milhões e outra de 7,7 milhões. A solução dois, que envolve a conjugação de Veiguinhas com Gostei, de 21,9 ou 22, 7 e a solução 3 que seria naturalmente a solução do Azibo, com 29, 6 a 31,3 milhões de euros. Não há dinheiro por parte de investidor nenhum para concretizar esta solução, pior

ainda, não haverá consumidores que possam pagar a tarifa correspondente à amortização de uma irracionalidade deste nível. ....

----- A solução três está a ser descartada como inviável, a solução dois está a ser considerada como uma solução viável se fosse eliminado o sistema de regadio, se fosse encarecido o investimento, se fosse encarecida a tarifa de água e ainda assim com um impacto ambiental superior àquele que corresponde à construção de Veiguiñas. Portanto será apresentada nesses termos. ....

----- Então o que é Veiguiñas? Há um conjunto de soluções que, comparação das alternativas, quero mostrar estas imagens, o azul não se nota na imagem, este é o caminho, quem conhece a Serra, portanto este é um caminho que se faz em terra batida, que é Porto Sabor, é a zona onde foi construído um açude provisório que desvia a água do rio que ajuda o abastecimento de água a Bragança, caso contrário nós teríamos sistemas de rotura frequentes, o caminho prossegue por aquela zona. Este é o rio Sabor, é a linha de água, está aqui identificada. Aquilo que se pretende construir é este lago, este lago que tem a solução A e a solução B que prevê desviar o leito do rio neste espaço para esta outra linha de água, ou seja, é uma cota muito baixa, ou seja, restabelecendo o contínuo da água, é uma solução interessante, no fundo é um lago de montanha que restabelece o contínuo da água com benefícios para os ecossistemas. ....

----- Pois bem, durante o mês de Agosto, ou seja, quero voltar a orientar a vossa atenção para esta situação, durante o mês de Agosto fizemos várias diligências junto da ARH, Presidente da ARH, da Secretaria de Estado, da CCDRN e de várias entidades que intervêm no processo, e também do ICNB, todas as identidades, e os responsáveis são favoráveis à construção desta solução, entendem que tudo o resto é uma irracionalidade total. ....

----- Com a engenharia todas as soluções são possíveis, em termos económicos daquilo que é sustentável, não há sustentabilidade em nenhuma delas. ....

----- Trouxemos o Sr. Secretário de Estado a esta zona, acompanhado por técnicos e responsáveis do ICNB. Trouxemos, no dia seguinte, o Presidente e Vice-Presidente da CCDRN, com outros técnicos, e devo citar assim: que lamentavelmente temos, dentro do Concelho, pessoas que fazem asneiras, que lutam contra o interesse do Concelho, e vou citar um nome, vou ter que o fazer. Quando estávamos a circular nesta zona e a explicar a quem não conhecia a zona, que se tratava de uma pequena inundação de uma pequena área sem valores ambientais específicos e que tivesse e que obrigasse a medidas excepcionais de valorização, para isso, digamos, quem fez essa justificação foi o engenheiro Rui, o

engenheiro responsável da AGRI-PRO, é o homem que no país é consultor da ONU e de outros organismos internacionais, é o homem que está, neste projecto, destacado como a pessoa mais conhecedora e mais habilitada no país, nesse âmbito, e portanto nesse aspecto, tranquilamente, ele é um homem sereno, é um homem culto, é um homem muito bem formado, e explicou tudo ao pormenor. ....

----- Pois bem, quando circulávamos nesta zona, houve um funcionário diligente do Parque Natural de Montezinho que disse, para influenciar o Sr. Secretário de Estado, provavelmente, e os seus superiores, que a inundação passaria para o lado esquerdo do caminho, muito para cima, e eu disse: bom, só se fosse para construir um armazenamento de água de abastecimento a Lisboa. Pois bem, depois continuámos e passado um bocadinho voltou a dizer – Não! Mas afinal chega aqui em cima. E voltamos a explicar – Não! Vamos descer para ver onde é que fica, vamos descer, para ver que fica lá abaixo. É uma pena que um cidadão de Bragança, neste caso foi o Leonel Guedes que fez isso, há muita gente que é adversa, que é adversa, eu peço desculpa, .....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, Sr. Presidente, .....

----- **Presidente da Câmara** - Peço desculpa, para o bem e para o mal, estou a falar, a assumir, também falei no Sr. Presidente da CCDRN, no Sr. Secretário de Estado, santa paciência! Falo só nisto, não falo em mais nada, para já só falo nisto, ou seja, estamos a fazer todas as diligências com a consciência de que há pessoas que se opõem, de facto, a um interesse vital para Bragança, este processo foi entregue hoje na Agência Portuguesa do Ambiente e nós esperamos que o Processo evolua favoravelmente, sendo que a nossa posição, no Ministério, foi clara, já. Se a situação não se resolver nós desencadearemos judicialmente os mecanismos necessários para reivindicar direitos do povo de Bragança que estão a ser sonogados administrativamente por pessoas que cujo rosto, muitas vezes, não se conhece. Esse será o nosso próximo passo, foi claro, estou a assumir isso perante a Assembleia, se esta situação ocorrer avançaremos, inevitavelmente, para este processo, ou seja, desafectação de área no Parque, como medida mínima. ....

----- Passo à parte seguinte. Eu não interromperei nenhum dos senhores deputados quando usar da palavra. Passo à fase seguinte, faz parte do estado e vida do Município, tem havido imenso dinheiro, citei-lhes 3 conjuntos de consórcios de equipas de engenharia no país, civil, ambiental, que têm obra feita em todo lado, dentro e fora do país, portanto não há aqui um problema na parte de engenharia, não há um problema a nível da identificação de bens ambientais, há um problema de fanatismos

absoluto com o qual nós não poderemos tolerar, e a fase seguinte vai ser essa, nós vamos ter que assumir, eu, Presidente de Câmara, assumirei essa luta. ....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente posso só dizer o seguinte? Leva 14 minutos de intervenção, tem 19, restam-lhe depois 5 para responder às questões que foram formuladas. ....

----- **Presidente da Câmara** – Eu vou então parar a minha intervenção sobre o Estado e Vida do Município, não farei mais nada. ....

----- **Presidente da Mesa** - Eu sugeria-lhe isso mesmo. Muito bem, enfim, o tempo passa e portanto sobre o Estado e Vida do Município, a Câmara Municipal dispõe apenas de 5 minutos para as respostas aos Srs. Deputados. Imagino que o documento que o Sr. Presidente apresentou à Assembleia seja do vosso conhecimento e portanto neste momento abrimos inscrições.....

----- Inscrições para esclarecimentos? Registamos a inscrição para pedido de esclarecimento do Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira, de Ana Cláudia Guedes de Almeida e também de Nuno Reis, do PSD. -- .....

----- **Vítor Pereira** – Bom, eu, antes de fazer qualquer tipo de esclarecimento, teria que tecer alguns considerandos sobre o que o Sr. Presidente aqui disse, porque efectivamente pôs em causa algo que eu considero muito grave, primeiro porque o visado não está na sala. ....

----- - .....

----- **Vítor Pereira** - Eu farei isso, esteja descansado que eu farei isso. Depois o Sr. Presidente, a propósito de defesa de qualquer tipo de dama, ou de qualquer tipo de intenção política, ou qualquer tipo de projecto que defenda para a sua Cidade e para o seu Concelho, não pode pôr em causa uma tese de mestrado, onde está a pôr em causa os arguentes, onde está a pôr em causa as pessoas com que acompanharam a própria tese, onde está a pôr em causa a própria instituição Politécnico de Bragança, e onde nós, cada um de nós e eu pessoalmente, falo por mim, não tenho conhecimento em que é que se baseou o tal dito Douto..... Professor sénior, para pôr em causa uma tese de mestrado, e para pôr em causa várias pessoas que fizeram parte de um júri que avaliaram essa suposta ou essa dita tese de mestrado. ....

----- Portanto, Sr. Presidente, eu acho que em politica não vale tudo, por mais agressividade, por mais mal estar que nos cause uma outra pessoa, não pode, de maneira nenhuma, vir aqui nesse ataque pessoal, que eu acho que não lhe ficou bem, Sr. Presidente, eu nunca vi e estou aqui há muitos anos

nesta AM, nunca vi, digo-lhe, Sr. Presidente, que eu nunca vi uma coisa destas, nunca vi, e como tal eu não poderia ficar bem com a minha consciência se não viesse dizer aqui isto. ....

----- Eu não sei qual será a posição do Luís Filipe, porque ele neste momento não se encontra em Portugal, mas eu se fosse pessoalmente comigo, o Sr. Presidente havia ter que dizer no sitio próprio, havia ter que dizer no sitio próprio, aquilo que disse aqui e havia de o provar, se fosse comigo, se fosse comigo pessoalmente, comigo pessoalmente, eu não estou aqui em defesa, não sou advogado em causa própria de ninguém, mas o que é certo, Sr. Presidente, eu não gostei muito daquilo que disse. ....

----- - .....

----- **Vítor Pereira** – Não! Eu fiz um aviso prévio e disse que efectivamente queria dizer isto antes de pedir os esclarecimentos, porque não podia deixar de passar e podem-me reprovar e podem dizer aquilo que disserem, neste momento se não estou a respeitar a ordem dos trabalhos, agora não podia deixar passar isso, como vocês, com certeza se fosse uma pessoa, ou eu digo qualquer pessoa desta AM, nem sequer digo outro grupo parlamentar, não deixariam passar isto em claro, penso eu, ou então já não temos qualquer dignidade nisto, no assumir destas coisas, por amor de Deus! .....

----- **Presidente da Mesa** – Tome atenção, Sr. Deputado Vítor, eu só quero informá-lo do seguinte: Pedido de esclarecimento são 3 minutos, infelizmente faltam-lhe vinte segundos. ....

----- **Vítor Pereira** – Eu prescindo do esclarecimento, eu faço os comentários depois. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem. Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento é isso mesmo, é a formação de pedidos de informação, eu não quis interromper o Sr. Deputado porque pensei que a qualquer momento ia fazer o pedido de esclarecimento, esgotaria o seu tempo, faltam poucos segundos. ....

----- Ora bem, em termos de inscrições temos, agora, o pedido de esclarecimento de Ana Cláudia Guedes de Almeida. Eu volto a lembrar, pedidos de esclarecimentos são 3 minutos. ....

----- **Ana Almeida** – Boa tarde, novamente. Eu vou fazer um pedido de esclarecimento mas não posso deixar de dizer que estou, nunca visto, estou indignada com o que se passou aqui, o Sr. Presidente da Câmara acabou de fazer, e eu como mulher das leis, acabou de fazer aquilo que os tribunais não podem fazer, julgar discricionariamente técnica, é insindicável nos tribunais. Sr. Presidente, o Sr. saneia pessoas, isto já é a segunda vez, temos que pôr rumo a isto, porque isto hoje está a começar mal. ....

----- Pedidos de esclarecimento - qual o estado de alteração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, para salvaguardar o projecto “Barragem Veiguihas”? Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado Nuno Reis, pedido de esclarecimento. ....

----- **Nuno Reis** – Será muito breve. Sr. Presidente. ....

----- Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe que o PSD sempre apoiou este investimento e portanto obviamente continuaremos ao lado da Câmara Municipal, na defesa de uma reivindicação que nos parece absolutamente justa, oportuna e necessária para aquilo que são as necessidades de abastecimento de água potável à cidade de Bragança, que ciclicamente passa por apertos no domínio da gestão dos recursos hídricos, cada vez que vem um período de maior seca. Mas o Sr. Presidente da Câmara teve a oportunidade de dizer que o Sr. Secretário de Estado, Daniel Campelo, se deslocou ao território onde se projecta eventualmente a execução deste empreendimento, mas não teve a oportunidade de esclarecer à AM se o Sr. Secretario de Estado, então manifestou, já à partida, uma aceitação, ou uma disponibilidade para avaliar o projecto e eventualmente apoiar esta pretensão muito justa do Município de Bragança. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fernando Paula.

----- **Fernando Paula** – Exma. Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, bom dia a todos. ....

----- Eu queria colocar aqui dois pedidos de esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara. O primeiro tem a ver com a leitura da água, a contagem da água. Eu já em tempos mandei um email para o Sr. Presidente da Câmara, que o gravador para se dar a leitura da água está desactivado, ou por outra, está cheio, quase sempre. A última vez que eu tentei, tentei quase durante quatro dias e só ao quinto dia é que eu consegui dar a leitura da água. ....

----- Outra questão que também se prende com a leitura da água é a seguinte: Nós damos a leitura da água para o gravador de chamadas, a leitura da água é anotada, mas a seguir se passar o leitor da água e se não tiver acesso ao contador, porque há muitas casas que ainda têm o contador dentro, a leitura que nós demos para o gravador de chamadas não é válida. Eu falei com o Engenheiro responsável e ele disse-me que é assim, que é da lei, se nós dermos a leitura para o gravador, mas se depois passar o leitor e encontrar a vivenda fechada ou o apartamento fechado, a leitura é zero. Ora isso implica custos adicionais para o consumidor, como sabem a água é por escalões, depois vamos pagar muito mais. ....

----- Portanto eu penso que esta situação devia ser revista, se passar o leitor, se a casa estiver fechada mas se entretanto o consumidor deu a leitura da água, deve valer essa contagem, penso eu. ....

----- Outra questão que tem a ver com os semáforos. Portanto, na Avenida Sá Carneiro, ali em frente ao Mini Preço, pelo menos esse, o semáforo para os peões está muito limitado, portanto tem cerca de 7 ou 8 segundos, é uma Avenida larga, como todos nós sabemos, e os idosos, até a mim me custa, que também tenho problemas de mobilidade, infelizmente, porque já fui operado duas vezes à coluna, eu não consigo atravessar a Avenida com sinal verde para peões, ainda me falta um metro ou dois e já está o sinal verde a cair. Portanto era bom que fossem revistos todos esses problemas nos semáforos com a passagem dos peões. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Peço então ao Sr. Presidente de Câmara para proceder às respostas às questões formuladas pelos Srs. Deputados. E, Sr. Presidente, tem 5 minutos, se para além destas questões quiser depois prolongar o seu discurso sobre o Estado e Vida do Município, pode utilizar o tempo. ....

----- **Presidente da Câmara** – O Sr. Secretário de Estado na visita, como é compreensível, tomou conhecimento da situação dos problemas do abastecimento de água a Bragança. Andamos nesta telenovela há 3 décadas e a água é um bem vital à vida, e em democracia também há regras para que determinadas situações sejam decididas, não pode uma pessoa, no anonimato, escrever um parecer, assiná-lo pelos restantes membros de uma Comissão, que, por escrito, discordam dessa mesma orientação. Portanto significa que há limites para tudo, não é? .....

----- O Sr. Secretário de Estado tomou conhecimento do processo à semelhança dos restantes membros, o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho prevê a construção de barragens para armazenamento de água, para abastecimento público, desde que não existam alternativas fora do Parque. Pois bem, não se tem conseguido encontrar alternativas viáveis em termos económicos ambientais fora do Parque Natural de Montesinho. Em termos de engenharia tudo é possível, enfim, mas o ser humano não pode consumir água a um preço insustentável, nem tem dinheiro sequer para fazer o investimento, enfim, não há nenhuma entidade, hoje, no país, que promova soluções fora de um quadro de sustentabilidade e de recursos disponíveis e também que aponte para soluções que o povo não pode comportar em termos de amortização. ....

----- A questão do gravador - tenho que mandar verificar nos serviços, não sei responder a isso, tomei nota, registei a sua preocupação. ....

----- Estamos a fazer uma revisão nos semáforos, a instalar lâmpadas DEL, a fazer a manutenção para economizar energia e dar mais visibilidade, quer aos condutores, quer aos peões, estamos numa operação desse nível. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Bom, terminado o período de esclarecimento e as respostas formuladas pelo Sr. Presidente, iniciamos, agora, um período de inscrições para intervenções: Vítor Prada Pereira, Luís, Jorge Novo. Estamos, agora, já no Período da Ordem do Dia e eu volto a retomar aquilo que disse há pouco, que os Deputados que atrás viram prejudicada a sua intervenção por esgotar o tempo, que façam a utilização desse tempo agora. Registei também Ana Cláudia Guedes de Almeida. ....

----- Eu vou ler as inscrições para pedidos de intervenções: Vítor Prada Pereira; Luís Pires, do PS; Jorge Novo; Ana Cláudia; José João Lourenço e José Luís Baltazar. ....

----- Vítor Prada Pereira, tem, agora, a palavra para a sua intervenção. ....

----- Vítor Prada Pereira prescinde da sua intervenção e entrega à Mesa uma Moção para a Mesa ler e pôr à discussão e votação nesta AM. ....

#### “Moção

Considerando que o governo, adiou por mais sessenta dias a abertura das obras do Túnel do Marão;...

Considerando que se trata de uma obra fundamental, para a continuação e ligação da futura A4, ao troço de Amarante; .....

Considerando que estão em causa os reais interesses da Região Transmontana.....

Esta Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 30 de Setembro de 2011, solicita ao Membro do Governo que tutela a referida obra, bem como ao Senhor Primeiro Ministro, as diligências necessárias a fim de proceder de imediato à abertura dos trabalhos.....

O Grupo Municipal do Partido Socialista .....

a) Vítor Prada Pereira.....

A enviar: .....

Ao Gabinete do Senhor Primeiro Ministro.....

Ao gabinete do Ministro da Economia e Emprego .....

Aos Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República.” .....

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimento sobre esta moção? .....

----- Não há pedidos de esclarecimento? Intervenções? .....

----- Vamos por à votação esta Moção. Eu entretanto, peço à Mesa o apoio na contagem do número de Deputados. ....

----- Vamos ter que fazer contagem, houve saídas e para não impedirmos já os trabalhos e o decorrer do tempo, vamos pedir que a votação se proceda da forma completa. ....

----- Quem vota contra? Quem se abstêm? Registamos uma abstenção. Aprovada por maioria, com uma abstenção. Vou pedir à Mesa, aos Srs. Secretários, o favor de contar as presenças existentes na sala. -- .....

----- Enquanto se procede à contagem eu faço a pergunta - declarações de voto? Para se proceder ao registo, duas declarações de voto registadas, já, de Nuno Reis e de Eduardo Malhão. Eduardo Malhão, prescinde? Há uma declaração só de Nuno Reis, para a fazer de imediato. ....

----- Portanto a Moção foi aprovada com maioria, com nenhum voto contra, uma abstenção e sessenta e nove votos favoráveis. ....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Nuno Machado Reis. ....

----- **Nuno Reis** - Só para dizer, muito rapidamente, que o PSD obviamente acompanha o pensamento do PS e que penso eu que todos as forças políticas da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no sentido de considerar que esta obra é estruturante e é fundamental para o desenvolvimento da região e portanto deve reiniciar o mais rapidamente possível, conforme teve oportunidade de esclarecer o Sr. Secretário de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional, exactamente aqui em Bragança. ....

----- A suspensão prende-se com a necessidade de proceder a uma reprogramação financeira da obra, na medida em que o Governo que nos antecedeu não nos deixou garantido o pagamento de investimento, e portanto é absolutamente necessário, é absolutamente necessário fazer uma reprogramação da obra para garantir o seu financiamento com recurso aos poucos meios que o PS ainda nos deixou no âmbito do QREN. Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- A intervenção da inscrição que está é do Deputado Luís Pires, tem a palavra Sr. Deputado. ....

----- Já terminamos as declarações de voto. ....

----- **Luís Pires** – Bom, muito bom dia a todos mais uma vez. Apenas um minuto, uma intervenção que é mais pessoal do que do meu grupo parlamentar, apenas para referir que faço parte desta

Assembleia há muitos anos, também, sempre me habituei no processo de maturação democrática a vir para aqui defender ideias, as ideias são o cerne da democracia, as ideias são aquilo que alimenta a evolução dos povos e já mais pus em causa nenhum dos deputados com quem convivi ao longo de alguns anos nesta Assembleia.....

----- Nesse sentido tenho que vos manifestar aqui a minha decepção, estou perfeitamente decepcionado com a intervenção que foi preferida pelo Sr. Presidente da Câmara na apresentação do Estado e Vida do Município, porque acho que não abona em relação àquilo que tem sido o trabalho dele ao longo dos anos, divirjo enormemente, noventa e muitos por cento, daquilo que é a condução deste Município por parte do Sr. Presidente da Câmara. Sempre lhe reconheci capacidade de trabalho e seriedade, esta intervenção ceio que foi infeliz, podia tê-la feito de outra forma e eu muito sinceramente e muito sentidamente fiquei extremamente decepcionado.....

----- O Sr. Presidente dizia que a água é um bem vital para a vida, o respeito pelas pessoas também é, hoje estamos numa posição, amanhã estaremos noutra e há que haver respeito para que as coisas não sejam sob elevadas. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, para sua intervenção, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Jorge Novo. .

----- **Jorge Novo** – Muito obrigado, Sr. Presidente, aproveito para o cumprimentar, bem como cumprimentar a Sra. e Sr. Secretários da Mesa da AM, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Sr. Vereador, Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Srs. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores .....

----- A minha intervenção talvez fique ferida, um pouco, no seu enquadramento, na sua razão de ser, por ser neste momento, mas acho que também faz sentido, porque venho falar precisamente de algo que já tinha referido na última AM realizada no dia 27 de Junho último, porque como então também referi também agora se inicia o debate e como se verificou pela intervenção do Deputado da CDU, José Brinquete, em que deu a entender que a necessidade de mudar o que se constituirá como problemas ou constrangimentos das Freguesias isso não corresponde necessariamente, quer dizer, tudo como dantes, quartel em Abrantes, e não se fala, e os problemas hão-de continuar. Não é assim que as coisas se resolvem. Relativamente também ao PS, dizer em abono da verdade e para precisar com rigor o que aconteceu, na altura em que o PS tinha uma proposta legislativa referente à organização do território,

era líder do PSD o Dr. Luís Filipe Menezes e de facto não concordou com qualquer proposta legislativa, por causa das Juntas de Freguesia, nomeadamente os autarcas do PSD da ANFRE, que junto do seu líder do partido não aceitaram. E não aceitaram porque? Porque relativamente às Juntas de Freguesia o PS falava muito ilusoriamente, quase em abstracto, que era necessário fazer-se uma aglomeração, um era o PS que dizia isso, proposta, fazia essa proposta mas com as competências na mesma e pior ainda, com os mesmos recursos, quer dizer, sem sentido nenhum, vazia, oca uma proposta que claramente mereceu depois, de todos os grupos presentes na ANAFRE, a sua discordância, como acabou por acontecer e essa lei depois não avançou.....

----- E portanto sobre o debate relativamente às transformações a operarem-se ao nível dos Municípios e das Freguesias, ele está a ser iniciado com a recente apresentação do “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, que se debruça sobre o Sector Empresarial Local, em primeiro lugar, a Organização do Território, a Gestão Municipal, intermunicipal e o Financiamento e a Democracia Local, numa perspectiva de três reformas: uma Reforma de Gestão, uma Reforma do Território e uma Reforma Política, contemplando, como todos sabemos, um cronograma apertado de forma a que estas reformas estejam concluídas em Junho de 2012 e possam ter plena eficácia e aplicação já nas Eleições Autárquicas de 2013. ....

----- Portanto estamos a falar num cronograma de acção muito curto, até Junho de 2012 as coisa irão a estar plenamente decididas. Este processo agora iniciado decorre, e também a bom da verdade, e devemos dizer-lo, em primeiro lugar, e como todos sabemos, do acordado pelo Estado Português, no Memorando de Entendimento sobre as Condicionantes de Política Económica, assinada em Maio com a Troika e muitas vezes também, e muitas vezes sentido por nós, por se considerar ser necessário ter ganhos de eficiência e eficácia nos diferentes níveis administrativos, na gestão do território e da prestação do serviço público aos cidadãos. ....

----- Também por essa razão, não só pela Troika, mas também porque todos sentimos que algo tem que ser feito a este nível, para termos mais ganhos de eficácia e de serviços aos cidadãos. É um processo que vai ter repercussões no número, na dimensão, na organização das nossas Freguesias e quiçá também nos Municípios, é algo que ainda estaremos para ver. Mas vai ter repercussões também na lei eleitoral, nas competências das autarquias, na organização dos serviços municipais, na forma de eleição e composição das câmaras e assembleias municipais, na lei das finanças locais, no estatuto dos eleitos locais e no regime jurídico da tutela administrativa entre outros diplomas.....

----- Falando no que concerne a nós, “por via de soluções que veiculem a aglomeração de Freguesias, dota-las de escala e de dimensão mais adequadas, atentas as respectivas tipologias e desde que salvaguardadas as especificidades locais, de elaborar uma matriz de critérios demográficos e geográficos suficientemente habilitadores das opções a tomar, tendo presente, e realço, a tipologia decorrente das noções de freguesia predominantemente urbana, de freguesia maioritariamente urbana, e de freguesia predominantemente rural” .....

----- Face a esta matéria, importará pois, do meu ponto de vista, independentemente das opiniões de cada um e das orientações políticas, partidárias ou ideológicas, promoverem em todos os fóruns possíveis a discussão política e cívica relativamente às alterações que irão ser introduzidas no enquadramento legal autárquico, nomeadamente ao nível das assembleias deliberativas das autarquias locais. . .....

----- Assim, deixo como sugestão, que a partir do diálogo entre os representantes dos Presidentes de Junta, presentes nesta AM, se promova reuniões de todos os Presidentes de Junta com a Câmara Municipal e com os representantes dos Partidos e Movimento com assento nesta AM. ....

----- Deixo também como sugestão e também incluindo os diferentes líderes dos grupos municipais, que nesta Assembleia se consiga realizar um debate profundo e esclarecido, construtivo e sério, em conjugação com a auscultação de todos os autarcas, Delegação Distrital da ANAFRE, população e sociedade civil, a realizar, quiçá, já durante o mês de Novembro. E digo isto porque? Porque nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, portanto este mês já de Novembro, o outro a seguir, Dezembro e Janeiro de 2012, decorrerá a fase de discussão Pública, onde as Assembleias de Freguesia e também as Assembleias Municipais, portanto durante estes noventa dias, irão ser convidadas a pronunciar-se, a dar os seus contributos, as suas ideias, aquilo que acham que é melhor para se estabelecer os consensos possíveis e desejáveis entre os diferentes intervenientes. Aliás é condição necessária, como refere o próprio Documento Verde, por acaso estranho que tenha uma capa azul, mas chama-se Documento Verde, na página vinte e dois, que diz assim: No caso das novas Freguesias, a designação deverá ser definida com base numa ampla discussão entre cidadãos e os seus representantes, nos órgãos autárquicos de Freguesia e Municipais, devendo as propostas ser submetidas à Assembleia da República. Portanto estão cometidas às Assembleias de Freguesia e às Assembleias Municipais um importante e fundamental papel também na discussão e depois na definição em lei daquilo que irão ser as mudanças produzidas. ....

----- Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, termino referindo que, para mim, o que deve estar na base e o que deve presidir a esta reforma, deverá ser o serviço das populações, deverá ser a melhoria das populações. Custa-me a acreditar que qualquer reforma e esta também se faça ou se pense que se faça por razões economicistas se bem que muitas vezes, quiçá, muitos de nós podemos pensar assim. É que as juntas de Freguesias como já tenho reiteradamente referido, representam, no seu todo, as 4259 (quatro mil duzentas e cinquenta e nove), apenas e tão só, 0,10% do Orçamento Geral do Estado. Por isso o que se não fizer para melhorar esta perspectiva, este aumento, este ganho de percentagem no Orçamento Geral do Estado, é para mim uma oportunidade perdida e para isso mais vale estar quieto. Se não for assim é, de facto, uma oportunidade perdida. ....

----- As Juntas de Freguesia, como todos sabemos, significam e significaram e hão-de continuar a significar e é para isso também que as leis devem contribuir, a proximidade com o cidadão. Como muito e bem foi dito pelos nossos colegas, mais no caso do nosso colega Telmo, de Espinhosela, que naquilo que eu consegui ler com toda a justiça e com clareza, era isso que ele queria dizer e foi isso que efectivamente disse, a proximidade com os cidadãos, ou auscultar o cidadão, o ser seu porta vós para a satisfação dos seus anseios, para resolução dos seus problemas, para o melhoramento da própria comunidade e da vida da própria comunidade, importa fazer então com que essa proximidade esteja sempre presente também nesta reforma, que esta proximidade não se perca e que em equilíbrio se procure ganhar mais competências, em equilíbrio se procure ganhar mais recursos, ganhando um pouco mais de escala, combatendo, as assimetrias territoriais e locais também vão existindo por vezes em Concelhos em cujo a área geográfica é muito elevada e também fundamentando a coesão e o respeito pelas especificidades territoriais e locais, adaptando as Freguesias aos tempos modernos e aos desafios do futuro. ....

----- Penso que muita coisa ainda há a dizer, deixo estas sugestões, meramente sugestões, como proposta para início de debate que deve ser claro, que deve ser objectivo, que deve ser apaixonado quando tiver que ser apaixonado, mas sobretudo que tenha subjacente uma premissa fundamental que é a defesa do serviço às populações com proximidade, mas também com competências e com recursos. Muito ainda há por dizer. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria. ....

----- Tem a palavra, agora, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida. ....

----- **Ana Almeida** – Obrigada, Sr. Presidente. Há males que vêm por bem, de facto a intervenção que eu trazia aqui no âmbito do Período Antes da Ordem do Dia, talvez tivesse ficado mais despercebida, ou descontextualizada e com o elo ou com a ponte para aquilo que eu pretendia que era efectivamente ligado ao Estado e Vida do Município, se a tivesse antes. E preliminarmente só tenho uma coisa a dizer, venha a reforma Autárquica, e venha a reforma no sentido de efectivamente haver quem regule e fiscalize estas actuações, esta forma de prestação de contas do Presidente da Câmara ao órgão soberano que é a AM. Foi, talvez, não quero empregar palavras menos simpáticas, não é essa luta que me traz aqui, mas sim a defesa dos interesses dos munícipes, mas, de facto, talvez tenha sido das actuações mais antidemocráticas que alguma vez vi, não percebi qual é o Estado de Vida Município, portanto para o Sr. Presidente da Câmara está bem. ....

----- Mas então vou retomar aquela que era a minha intenção no PAOD e efectivamente aquilo que eu vinha dizer e vinha pegar precisamente num ponto do documento da reforma Autárquica que era o ponto três do documento que remete para o reforço da regulação do Município, e o aspecto importante que é informação, e isto parece que foi de propósito, o Sr. Presidente ajudou-me hoje, parece que o papel que a informação tem no esclarecimento dos Membros da Assembleia, nomeadamente para poderem ter uma conduta esclarecida na participação que fazem no seu dia a dia, no âmbito da actividade municipal... desculpe, Sr. Presidente, não estou... ..

----- **Presidente da Mesa** – Também peço desculpa. ....

----- **Ana Almeida** – Pois, é que hoje está tão regulador, Sr. Presidente, tem que estar atento a tudo, É que, de facto, democracia, efectivamente não é só, e eu aqui permitia-me citar Gomes Canotilho, Pai da Constituição Portuguesa, democracia não é só um valor “fim”, é um valor “meio” e um instrumento que deve constar permanentemente do processo de afirmação no povo, na tomada das decisões que directamente lhe digam respeito. E, Sr. Presidente, a informação que o Sr. Presidente constantemente dá a esta casa, revela que o Sr. Presidente, há três anos que eu digo isto, nomeadamente, que o Sr. Presidente faz “copie face” daquilo que nos apresenta sucessivamente nas várias sessões, o que para mim só tem um significado, que o Sr. Presidente está aqui porque a lei o obriga a estar, mas que não tem vontade de nos prestar esclarecimentos, o que significa que as explicações, e hoje, a falta total de explicação sobre o Estado e Vida do Município reflecte a falta de ponderação de interesses para os munícipes, ou seja, o Sr. Presidente faz aquilo que é a sua vontade e ponto final. Acho esta conduta, já se adivinhava, completamente atentatória dos princípios de estado de direito democrática e vamos vê-

la e vou confirmá-la confrontando-lhe documentos em que há certidão desta Câmara que efectivamente de há três anos para cá o Sr. Presidente nem sequer se dá ao luxo de mudar a redacção de documentos.

----- Portanto, Sr. Presidente, vamos ser mais sérios na gestão autárquica. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada. ....

----- - .....

----- **Presidente da Mesa** - Um pedido de esclarecimento! Não estamos em pedidos de esclarecimento! .....

----- Eu vou fazer o seguinte, vou-lhe dar depois tempo de intervenção, porque não está num período de esclarecimento, nem sequer há aqui uma moção para ser votada, mas vai ter tempo para fazer uma intervenção sobre essa matéria. ....

----- Dou a palavra, agora, ao José Lourenço. ....

----- **José Lourenço** – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, caros Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social. ....

----- Esta Intervenção tem um carácter individual e não vincula o grupo a que pertenço, de pessoas que independente de qualquer força politica estão aqui a representar a nossa cidade, a nossa região, e na sequencia daquilo que aqui aconteceu hoje não podia ficar sentado, impávido e ficar bem com a minha consciência se efectivamente não disse-se aqui algumas palavras acerca de coisas que aqui foram ditas. Não me vou pronunciar sobre determinadas atitudes relativamente a pessoas, técnicos, pessoas com formação científica, acho que isso já foi dito. No entanto, e como sempre o fiz, seja na minha actividade profissional, seja aqui como membro, elemento desta sala, acho que tenho o dever de informar, de dizer aquilo que acredito. E, mais uma vez, assiste-se a uma insistência em soluções para a nossa cidade que deixam muitas interrogações. Obviamente que a gestão da água, tal como a gestão dos dinheiros públicos, deve ser cuidadosa, a da água sempre foi, a dos dinheiros públicos acho que, pelo jeito, só agora é que se está a falar muito nisso. ....

----- Mas voltando à questão da água, eu acho que deveria haver e estou disponível para qualquer um de vós que queira ter acesso a documentos, que qualquer cidadão, não precisa ser um cidadão pertencente a nenhuma organização em particular, nem técnico na matéria, estou disponível para qualquer dos presentes que se queira informar sobre o processo Veiguinhas, efectivamente ficar, se calhar, com uma ideia muito mais concreta do que realmente se tem passado, em vez de estarmos aqui

a ouvir falar ou tentar ouvir linchar publicamente técnicos de instituições diferentes nomeadamente o Politécnico, nomeadamente o instituto de Conservação da Natureza. ....

----- Quem se quiser informar terei todo o gosto em encaminhar, os documentos são públicos, há uma instituição que se chama “Agencia Portuguesa do Ambiente”, onde poderão consultar os processos. Veiguinhas tem cinco estudos feitos nestes vinte anos. Todos, todos os estudos indicam impactos negativos relativamente a essa opção. Pelos menos, já foram contratadas três empresas diferentes a promover esses estudos, pelo Executivo, e três empresas diferentes têm chegado a conclusões consensuais relativamente a esses impactos. ....

----- Há outras opções viáveis, há outras opções viáveis identificadas nesses mesmos estudos, com vista ao abastecimento de água a Bragança, em que.... ..

----- - .....

----- **José Lourenço** - Se o Sr. quiser falar aqui, se calhar, o resto da audiência vai agradecer. ....

----- **Presidente da Mesa** – Pode prosseguir, Sr. Deputado. . ....

----- **José Lourenço** – Eu, como digo, estou disposto a proporcionar às pessoas os documentos que efectivamente sobrestando naquilo que eu estou a dizer, se quiserem continuar apenas em ouvir posturas que politicamente são assumidas e numa de galvanizar e de manter as pessoas mal informadas, pois cada um está na sua opção. Acho que há opções, há opções mais viáveis não só em termos económicos como em termos técnicos, que foram identificadas nesses mesmos estudos e efectivamente denota-se, nalguns desses estudos, uma capitação exagerada nalgumas temáticas para efectivamente se continuar a justificar Veiguinhas como sendo a única opção viável.....

----- É assim, todos nós, como cidadãos, nem sempre quando apresentamos na nossa Câmara Municipal uma proposta de edificação ou qualquer coisa ela é aceite e não é um técnico anónimo que vai boicotar isso, é efectivamente o Executivo que assinam um parecer negativo obviamente subjacente numa apreciação técnica dos técnicos da Câmara, que ninguém põe em causa, como tal é assim: se nós quando vamos à nossa Câmara e nos acontece isso, a nossa Câmara quando faz isso, quando tem outras pretensões e efectivamente são chumbadas até pelas próprias empresas que contrata, não temos que estar aqui a tentar politizar as questões, temos que arranjar uma solução, efectivamente a água tem que ser bem gerida, e temos tido exemplos de boa gestão da água, o ano anterior foi um ano de seca extrema e, de facto, a água não faltou. ....

----- Agora, o resto ficará ao critério de cada um, mas efectivamente venho aqui disponibilizar os meus conhecimentos, poucos, para efectivamente quem quiser informar-se mais aprofundadamente sobre esta situação. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. deputado José Luís Baltazar. ....

----- **José Baltazar** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Eu vinha aqui lembrar aquilo que foi a apresentação dos dados dos censos de 2011 e que ficaram disponíveis a partir de Março deste mesmo ano. ....

----- Daquilo que diz respeito à Nut III, onde está incluído o Município de Bragança. é de realçar a maneira como os indicadores que o INE utilizou para saber de como é que agora devia processar todo o trabalho que desenrolou a maneira como o Município de Bragança realmente conseguiu aguentar-se e contrariar todos os indicadores em relação aos restantes municípios, e que são catorze, que fazem parte da Nut III e que em relação a Bragança todos eles são positivos, no tocante ao aumento da construção, aumento dos alojamentos, à fixação de famílias, e também ao aumento da população residente. Não é significativo este aumento da população residente no concelho de Bragança, mas não haja dúvida que temos que reconhecer que, durante estes últimos dez anos, a Autarquia teve, necessariamente, um papel determinante para que a leitura dos dados agora disponível para todos, mereçam este realce e que servem também para realmente destacar como positivo que foi o trabalho da Autarquia durante estes últimos anos. ....

----- Mais coisas se poderiam dizer sobre estes resultados dos censos 2011, mas pouco mais há a acrescentar a não ser que efectivamente aquilo que acontece a todo interior, Bragança aparece aqui como que a contrariar, a pôr um travão naquilo que é o êxodo rural, e que todos nós temos conhecimento, de dizer isto, mas que Bragança contraria efectivamente esta tendência. ....

----- A mim, e se o Sr. Presidente não me leva a mal, eu reentrava aqui, o esforço que devíamos continuar a fazer, por todos, nos sector produtivo afim de que esta tendência de 2%, portanto de aumento da população e de todos os outros indicadores que eu relatei, mas que efectivamente servissem para catapultar e também para trazerem um ânimo, um alento àqueles que todos insistimos em ficar afinal no nosso Município, que não tem só coisas menos boas como temos presenciado, porque a contrariar tudo isto há efectivamente quem trabalha e quem mostra resultado, e eles estão aí, o INE é exemplo disso mesmo. ....

-----Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bruno Veloso. ....

-----**Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. A minha intervenção vem só no sentido de algum esclarecimento e de algumas omissões que aqui foram ditas, ou foram tidas em conta pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa de Maria, a propósito daquilo que foi o passado relativamente recente. ....

-----Não mentiu, Sr. Presidente, mas omitiu parte da história, é que aquilo que o Sr. Presidente disse, é que há uns anos atrás, quando o Dr. Luís Filipe Menezes era líder do PSD, que o PS tinha um projecto muito mau e que o Dr. Luís Filipe Menezes, fruto da sensibilidade por parte de autarcas do PSD na ANAFRE, não assinou esse projecto, o que não é verdade, porque a verdade é esta, Sr. Presidente de Junta, é que esse projecto não era do PSD, não era do PS, só, era do PS e do PSD, porque uma quarta feira à tarde ele foi assinado pelo PSD na Assembleia da República e não foi assinado porque pessoas menos importantes, sabe, Sr. Deputado? É que ele foi assinado pelo Dr. Santana Lopes e pelo actual líder da bancada parlamentar do PSD, e no dia seguinte, fruto exactamente dessas pressões dos autarcas das Juntas de Freguesia do PSD, o PSD rasgou esse projecto, e sabe, Sr. Presidente? É que o acordo que agora parece que está em sintonia para ser assinado, basicamente é exactamente o mesmo que o PSD rasgou há uns anos, por isso é que o PS veio louvar, e muito bem, esta marcha - atrás do PSD e que venha aos encontros daquilo que sempre foram as posições do PS. Esta é que é a verdade, Sr. Presidente. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Ainda tem tempo, e foi pedido tempo por parte da bancada do CDS/PP, Ana Cláudia tem ainda seis minutos. ....

-----**Ana Almeida** – Não preciso tanto, Sr. Presidente. Novamente ainda sobre o Estado e Vida do Município e em coerência com a oposição que fizemos, na altura, para a ciclovia que foi adjudicada, no bairro da Mãe da Água, foi com alguma perplexidade, ou nem tanto, porque depois da ciclovia alguma coisa se esperava mais, que efectivamente li num jornal nacional o seguinte: “Câmara Municipal de Bragança e a crise”, no sentido de estar muita preocupada com os cidadãos de Bragança, claro que eu fiquei toda contente, mas, de facto, depois percebi que havia aqui alguma coisa de falta de racionalidade que eu não estou a perceber. A notícia diz o seguinte: “São mais de seiscentos mil euros

para recuperar o Bairro Social da Mãe de Água, um dos mais populosos de Bragança, a Câmara Municipal lançou ontem a empreitada de melhoria energética do Bairro. Rui Caseiro, Vice Presidente da Câmara, sublinha que o objectivo é melhorar as condições de cento e vinte e quatro apartamentos. Portanto, não sei, nem se diz - num total de..., porquê estes? Porquê não outros?.....

----- “É um passo muito importante porque estamos situados num dos bairros de pessoas mais carenciadas da cidade”. Onde é que está o estudo que comprova isso mesmo? A Mãe de Água, se calhar, não é dos bairros mais problemáticos da cidade, outros bairros haverá que exigem tanto ou mais que o da Mãe de Água. ....

-----“A nossa intenção é investir cerca de seiscentos e doze mil euros no sentido de requalificarmos este Bairro, com substituição de caixilharias, isolamento parte exterior e novas pinturas”. O Sr. Presidente vai-me dizer - em FEDER, é participada. Mas há uma parte não participada, verba própria do Município. Pergunto, Sr. Presidente, onde está a racionalidade económica desta medida? Consultou quem? Porquê? isto é baseado em que critérios equitativos de justiça social? Porque Mãe de Água e não outra? .....

-----Segunda questão ainda quanto à água. Se me podia explicar o que é a cota de disponibilidade que aparece nas facturas da água em Bragança. Quanto a mim é encapotadamente ou a taxa do contador, que não pode existir. ....

-----

-----**Ana Almeida** - Pois é, mas uma taxa implica uma prestação do serviço que não existe, Sr. Dr. Nuno, não é? Sabe isso tão bem quanto eu. Temos que esclarecer estas questões. Sr. Presidente .....

-----Obrigado .....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Havia uma inscrição do Dr. Amândio, mas não o estou a ver na sala. ....

-----Os Presidentes de Junta de Freguesia têm ainda muito tempo. Quer intervir? Pode intervir Sr. Presidente de Junta. ....

-----**Jorge Novo** - Obrigado, Sr. Presidente. É só para precisar sobre aquela questão que aqui tem sido levantada recorrentemente, é para dizer que efectivamente sobre as Freguesias, os autarcas do PSD, e bem, e muito bem, conseguiram demover o seu líder, de um posição que ele tinha assumido, errada, porque não tinham sequer sido consultadas as Assembleias de Freguesia, nem sequer tinham sido consultados os Presidentes de Junta, nenhum autarca, e portanto não se tomam decisões sobre

uma matéria sem consultar os intervenientes e afectados sobre essa mesma matéria. Além do mais, acresce ainda o seguinte facto, e como muito bem disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, o Paulo Xavier, estamos a meio do mandato, a meio do mandato não se alteram regras de participação dos Presidentes de Junta na AM, entre outros assuntos que não tenham sido objecto de suficiente discussão. E portanto era só para precisar este facto. ....

-----Muito obrigado, Sr. O Presidente. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Eduardo Malhão. ....

-----**Eduardo Malhão** – Uma vez mais bom dia a todos. Obviamente não pretendo vir aqui a ser incorrecto com ninguém e muito menos servir de advogado de defesa, pois não é essa a minha competência nem a minha missão nesta Assembleia, a minha missão aqui é atender o interesse colectivo, contudo gostaria de sublinhar o seguinte, sobre a discussão deste mesmo ponto que é o Estado e Vida do Município, para que tudo fique bem claro e que não haja aqui uma tentativa de branqueamento do que aqui se passou. Convém sublinhar, se o Sr. Presidente do Município não apresentou os dados e não prestou contas, como diz a Dr. Cláudia, a esta Assembleia, é porque o Regimento não lho permitiu, e de uma forma escrupulosa cumpriu exactamente os tempos que lhe são impostos, e podem dizer assim – bem, mas ele não geriu bem o tempo. Eu penso que não é correcta também essa observação porque ele trouxe aqui uma informação e deu resposta a uma solicitação de um Deputado deste fórum, que é de extrema importância, isto é caso para dizer - preso por ter cão, preso por não ter cão. Quando não se discute e não se ergue uma das bandeiras mais emblemáticas do nosso Concelho que é a questão da Barragem de Veiguihas, então o Município é omissivo, é incompetente e não cumpre o seu papel. Quando dá destaque a uma matéria dessa importância, então não vem aqui informar coisas, não diria que são de segundo plano, mas que não são essenciais e que não devem ser sobrepostas ao fundamental e ao principal. E, como eu disse, nós devemos focar-nos e devemos gastar a nossa energia na solução dos problemas e não na criação dos problemas, que nós temos muita apetência para isso, parece-me importante, de facto, termos essa linha de rumo e essa nova mentalidade. ....

-----Depois também queria dizer se alguém aqui tem dado mostras e bom exemplo de respeito e de ética, esse alguém, penso que é incontornável, tem sido o Sr. Presidente da Câmara. ....

-----E gostaria de abrir aqui uma ressalva para aquela Sra. Deputada que está ali muito sorridente, que isso também não é um bom principio democrático quando alguém aqui está a orar e as pessoas estão a fazer troça, que fique isto também sublinhado, porque isto também é espírito democrático e não devem ver só os argueiros nos olhos dos outros. ....

-----Depois gostaria também de dizer que o Eng. Jorge Nunos não fez aqui nenhum juízo de valores sobre ninguém, limitou-se a descrever uma situação, e mais uma vez, quando se argumenta alguma coisa e não se chamam os bois pelos nomes, passo a expressão, é acusado e somos acusados de falta de frontalidade. O Sr. Presidente trouxe aqui um facto, obviamente que serviu para ilustrar a situação, e para argumentar a situação, mas em momento algum fez aqui algum juízo de valores. ....

-----Queria, por último, dizer que os Srs. que vieram aqui a apontar o dedo acusador ao Sr. Presidente, que não foram, em nada, um bom exemplo de espírito democrático. ....

-----Tenho dito. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bruno Veloso. ....

-----**Bruno Veloso** – Ó! Sr. Presidente de Junta, eu louvo, de facto, a sua persistência e a sua tentativa de provar alguns factos que não são verdade, enquanto eu estava aqui a dizer algumas coisas, o Sr. Presidente dizia que não era verdade, e aquilo que eu disse foi única e exclusivamente isto, o Sr. não completou a história toda, e foi só essa parte, e depois veio dizer outras coisas aqui que nada puseram em causa aquilo que eu tinha dito, mas olhe, Sr. Presidente, aquilo que eu lhe vou dizer e também contrariando aquilo que foram as palavras, de facto, do Dr. Paulo Xavier, e o meu querido amigo, é que, de facto, também está errado, porque não foi por ser a meio do mandato, olhe, eu vou-lhe recuperar uma noticia que data de vinte de Dezembro de dois mil e sete, do Semanário “O sol” que dizia o seguinte: “ lei eleitoral das autárquicas para 2009 está entregue, o PS e o PSD entregaram hoje à tarde, na Mesa da Assembleia, o seu projecto conjunto da lei autárquica das autarquias locais para entrar em vigor nas próximas eleições autárquicas de 2009”. Portanto o argumento de que era a meio do percurso é que se alteravam as regras também é completamente falso. E, de facto, este acordo vingou e foi assinado e foi entregue pelo Alberto Martins e pelo Santana Lopes, portanto era só mais este esclarecimento, nem sequer era a meio do jogo que as questões tinham... ..

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado José Brinquete. ....

-----**José Brinquete** – Sr. Presidente da Mesa, eu não sabia que ia já usar a palavra, mesmo sem os apontamentos queria colocar aqui duas ou três questões. ....

-----A primeira, devo dizer que, pelo que sei, já foi abordada, eu não estava, posso ser prejudicado por isso, mas vou colocar a questão que trazia, que é sobre Veiguiñas. ....

-----Efectivamente o Sr. Presidente da Câmara aqui há uns meses já extensos, informava-nos de que tinha encomendado um novo estudo de impacto ambiental, creio que o terceiro, embora a imprensa agora diga que é o quarto, mas eu creio que é o terceiro, depois o Sr. Presidente da Câmara esclarecerá, e que tinha encomendado a uma empresa, se eu não estou em erro, que era a mesma que tinha feito o estudo do impacto ambiental do baixo Sabor e que dava, de certa forma, algumas garantias de sucesso.

-----O que acontece é que há dois meses soubemos que o estudo de impacto ambiental tinha sido chumbado, e depois eu li declarações do Sr. Presidente da Câmara, na imprensa, aquando da visita do Secretário de Estado Daniel Campelo, que disse coisas que me preocupam muito. O Sr. Presidente da Câmara numa linha que bem entende, há muito tempo, os responsáveis não são os responsáveis políticos que governam o país, são os fundamentalistas técnicos do ICN, e eu isso preocupa-me porque não atira ao alvo certo, nós a última vez, e era a segunda, que tinha sido decidido não construir Veiguiñas, foi um Secretário de Estado do CDS, no governo do PSD/ CDS com Santana Lopes, estamos lembrados disso, nos últimos em que se foi embora, o Ministério da Agricultura e do Ambiente despacharam desfavoravelmente, portanto o partido do Sr. Presidente da Câmara, não são os técnicos do ICN. ....

-----Agora, é já na vigência também de um partido do Sr. Presidente da Câmara que volta a ser chumbado este estudo. E há duas ou três questões que são pertinentes. ....

-----A primeira é que volta-se a gastar dinheiro, pelos vistos, ingloriamente. Tinha até muito interesse saber quanto é que custou este estudo, na medida que era encomendado a uma entidade especial de corrida. ....

-----Depois interessa saber se assume ou não que é já na vigência do seu partido que isto acontece e o Secretário de Estado, cá está, Daniel Campelo, não se compromete com nada, com coisa nenhuma, que é uma palavra mais bonita. ....

-----Bem, e por último, eu devo dizer que está a Centro Cultural, mas, ontem aqui, nas teses que ilustres oradores apresentavam, apresentavam o Parque Natural de Montesinho como uma coisa extraordinária para a conjuntura dos pressupostos que devem servir de suporte para que Bragança e

Zamora, o casco histórico de Bragança e Zamora possam ser candidatos a património mundial. E o Sr. Presidente da Câmara nas declarações quando cá veio Daniel Campelo, disse que poderia propor a extinção do Parque Natural Montesinho, a palavra extinção é muito dura, mas foi uma coisa parecida. ...

-----Bem, o Sr. Presidente da Câmara e o PSD, de uma forma geral aqui no Concelho, porque não é só o Presidente da Câmara que é responsável, é o PSD no Executivo, precisam de resolver várias contradições.....

-----A primeira - São ou não são a favor da existência do Parque Natural de Montesinho, e se para umas coisas são a favor e para outras são contra, para o património Mundial interessa o Parque, para resolver o problema da águia o Parque é extinto. Porque coloca-se uma questão que nós sabemos e já aqui falamos nela que é, por um lado o Parque tem determinadas regras, e se se quer acabar com ele, acaba-se com ele, mas então não serve para suporte de outras coisas, não é? .....

-----Depois quem governa é que é responsável por estas coisas, não são técnicos nenhuns, e eu que não tenho nem sequer amizade com nenhuns desses técnicos que dá esses pareceres e nem sei se são bons, se são maus, faço o pedido ao Sr. Presidente da Câmara que é, se acha que os técnicos estão a violar a leis e estão a proceder mal, então meta-os em Tribunal, meta-os em Tribunal, mas assuma a responsabilidade politica, que agora quem governa é o seu partido.....

----- Por último, dizer que fizemos aqui, várias vezes, um desafio ao PSD e ao Presidente da Câmara que é - proponham a esta Assembleia que seja declarada de utilidade pública a construção da barragem de Veiguiñas. E eu pergunto - porque é que não propõem isso? Eu voto a favor, é que a última vez que o tal Secretário de Estado do Governo de Santana Lopes despachou negativamente, até foi dando o recado que - se vocês declararem de utilidade pública, ultrapassam-se os obstáculos todos - Porque é que não propõem isso? Eu não percebo! Espero que quando vier usar da palavra me diga alguma coisa sobre isso. ....

-----Por último, dizer que vou pedir também a cópia do estudo de impacto ambiental, que ainda não tive acesso a ela, também ainda não a procurei, devo dizer, para poder ver quais foram os fundamentos, porque nós já temos dois estudos para trás, já gastamos tanto dinheiro, ver se foram pelo mesmo caminho, se convenceram suficientemente, porque aqui a questão é que pedem sempre alternativas, não é? Se convenceram suficientemente de que não havia alternativas, para ver como é que foi gasto esse dinheiro e que estudo é que foi feito, porque o Sr. Presidente também foi dizendo que já está a caminho de um quarto estudo. Isto nunca mais para! Isto não pode ser assim! E Bragança continua sem

água suficiente, sendo um Concelho, provavelmente dos Concelhos do país, que mais reservas de água tem, tanto nos lençóis freáticos como nos cursos fluviais. ....

-----A última questão, havia mais, mas o tempo está acabar, era as minhas grandes preocupações, e da CDU, sobre o funcionamento dos correios. Nós aprovámos aqui, há tempos, uma moção, nesta Assembleia, apresentada pelo PSD, que a CDU votou favoravelmente e que era uma moção muito bem feita, excelente, que colocava as preocupações todas, e penso que foi uma boa atitude que tomamos, só que com o decorrer do tempo as coisas não melhoram e pioram, e neste momento as duas grandes preocupações são estas: .....

-----Primeiro - Há correio com atraso de oito, dez e quinze dias, os carteiros dizem que têm milhares de cartas por distribuir, alguns disseram-me já isso, não foram todos, porque também não falei com todos, porque não têm pessoal, isto é gravíssimo, e dizem eles que estão nessas milhares de cartas, cartas que são para pagar impostos e outras coisas e que terminam o prazo. ....

-----Segundo - A principal estação de correios da cidade, da capital de Distrito, mudou os horários sem prestarem informação nenhuma a ninguém. Abria às oito horas e trinta minutos, passou para as nove horas. À hora do almoço fecha, aliás a gente depara ali com muita gente que fica admirada - então costumava vir aqui à hora do almoço. ....

----- Bem, e porque é que eu coloco aqui isto? Porque não tenho nenhuma proposta, neste momento, mas queria fazer uma recomendação verbal à Câmara, ao Executivo e em particular ao Sr. Presidente da Câmara, se ainda não fez nenhuma diligência, que faça alguma diligencia e que transmita as preocupações que penso que não são só minhas, que é uma autentica vergonha um dos serviços nacionais que já foi dos melhores do mundo, os correios aqui há uns ano estavam no quarto ou quinto melhor do mundo, está a degradar-se a olhos vistos e na capital distrito apresenta este serviço da fraca e má qualidade. ....

-----É tudo. Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----Terminámos o período de intervenções no Período da Ordem do Dia. Eu propunha ainda, porque depois estamos habituados depois da parte da tarde, a 4 horas, e pode acontecer não se terminar dentro do tempo, que se avançasse já para a apresentação do ponto 4.2 ... ..

----- .....

-----**Presidente da Mesa** - Peço desculpa, Sr. Presidente, peço desculpa, tem ainda cinco minutos se quiser usá-los para proceder às respostas, é um lapso da minha parte, peço desculpa. ....

-----**Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Salientar, relativamente à intervenção da Sra. Deputada Ana Cláudia, o seguinte: Sobre o Estado e Vida do Município as agendas de cada uma das Assembleias realizadas, desde há catorze anos, integram a informação prestada pelo Município, reportada a cada um dos períodos, ou seja, ao intervalo de tempo que decorre entre as assembleias municipais e trata-se de informação exaustiva que identifica, de forma transparente, a actividade do Município, de forma bastante exaustiva. ....

-----Sr. Deputado Lourenço - Salientar-lhe que todos os estudos de impacto ambiental realizados, sem excepção, identificam Veiguiñas como a solução mais favorável em termos técnicos, económicos e ambientais, o que o Sr. Deputado diz é totalmente contrário a todos os estudos realizados pelas melhores equipas de engenharia do País, e que têm envolvido diversas especialidades do conhecimento.

-----Recuperação do Bairro Social da Mãe de Água - Sobre os critérios de justiça, e outros, que nos levaram à candidatura deste investimento a fundos comunitários, para beneficiar património municipal, conservando-o para as próximas décadas e em simultâneo beneficiar famílias carenciadas, em termos do conforto habitacional e da redução da factura energética, trata-se de uma boa e fundamentada opção de investimento, uma boa e justa medida. ....

----- No Bairro Social vivem trezentas e dezasseis pessoas, em cento e vinte e quatro apartamentos, envolvendo, esta intervenção, a recuperação de oito blocos, e com uma economia previsível na factura de energia, para cada uma das famílias, de quinhentos e setenta e sete euros/ano. ....

-----Trabalhamos no âmbito de uma política de sustentabilidade e eficiência energética, aproveitamos recursos para valorizar o património e ajudar as famílias mais carenciadas, numa situação de crise. São, inquestionavelmente, no âmbito do arrendamento social aquelas que dispõem de rendimentos médios per capita mais baixos. Havendo possibilidade e capacidade em termos orçamentais de modo a ajudar famílias carenciadas, seguramente que o Município fez o que devia ser feito. --.....

----- Não se confunda investimento na reabilitação de fogos sociais, no âmbito da melhoria da eficiência energética, que envolve beneficiação de fachadas, coberturas, janelas, espaços comuns, sistema de segurança e recepção de sinal de televisão, com a requalificação de espaços no Bairro da Mãe de Água. ....

----- A criação da Praça da Mãe de Água e ciclovia da Mãe de Água, são projectos diferentes, em execução, ambos os projectos co-financiados com fundos comunitários, e o Bairro da Mãe de Água vai também beneficiar bastante com este projecto de criação da Praça da Mãe de Água e da ciclovia, requalificando espaços públicos degradados, devolvendo-os ao uso pelos cidadãos, melhorando as condições de vida e atractividade urbana. ....

-----Relativamente ao Sr. Deputado Brinquete, respondi-lhe sobre o projecto de Veiguinhas. Por Princípio, queremos que o Parque Natural de Montesinho se mantenha, como queremos resolver um problema estrutural de abastecimento de água a Bragança, as duas situações não são incompatíveis, é preciso que isso fique bem claro. Que fique claro também, que todos os estudos identificam essa compatibilidade, visto de entre todas as soluções estudadas, só Veiguinhas se apresenta como solução economicamente viável e de reduzido impacto ambiental, sendo por isso a única para cuja concretização todos os estudos de engenharia apontam. É também verdade que nenhum Parque Natural consegue sobreviver tendo uma política e uma orientação de gestão contra direitos fundamentais das populações, as freguesias da área do Parque Natural de Montesinho são, no nosso Concelho, as que estão mais penalizadas, num quadro de despovoamento, de envelhecimento e de empobrecimento, não é um bom sinal para a gestão dos últimos anos do Parque Natural de Montesinho. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

-----Eu, se calhar, pedia ao Sr. Presidente o favor de ...não sei se tem que ir buscar documentação, mas avançávamos já para o .....

**PONTO 4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**  
**PONTO 4.2.1 – ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICÍPIA E.M, S.A – EMPRESA METROPOLITANA DE CARTOGRAFIA – EMC. ....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de Julho do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e José Leonel Branco Afonso, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

## **“ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICÍPIA E.M., S.A - EMPRESA METROPOLITANA DE CARTOGRAFIA - EMC”**

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro.

1. Em 21 de Dezembro de 1998 a Assembleia Municipal aprovou sob proposta da Câmara Municipal (Reunião de 12 de Outubro) a adesão do Município de Bragança à “Empresa Metropolitana de Cartografia” - EMC com uma participação de 0,77% do capital social da empresa, a que correspondem 5 000 acções com um valor unitário de 4,99€, o que totalizou uma participação de 24 950,00€.

O capital social da “Município, E.M., S.A.”, é de 3 236 678,67€ perfazendo 648 633 acções com o valor nominal de 4,99€.

2. A empresa apresentou nos três últimos exercícios, 2008, 2009 e 2010 uma queda acentuada no volume de negócios, pelo que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, perante resultados de exploração anual operacionais negativos, é obrigatória a realização de equivalente transferência, a cargo dos sócios, na proporção da respectiva participação social, para efeitos de equilíbrio de resultados.

Nos termos do disposto no citado diploma, a “Município E.M. S.A.”, tem vindo a reclamar junto dos sócios as transferências financeiras para cobertura daqueles resultados negativos, cabendo ao Município de Bragança, a transferência global de 11 105,26€, de acordo com a proporcionalidade.

Dos 74 accionistas (63 municípios, 10 associações municipais e 1 entidade empresarial), apenas 24% liquidaram o passivo referente aos exercícios de 2008 e 2009.

O Município de Bragança nunca recebeu qualquer dividendo desta empresa.

O Relatório e Contas de 2010, da Empresa, evidencia que o capital próprio atingiu 3 995 063,81€, pelo que, de acordo com a proporcionalidade, a participação deste Município no capital social da “Município, - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”, é nesta data, de 30 796,03€, com o valor unitário de 6,16€ cada acção.

3. Assim, e em cumprimento do solicitado, informa-se V. Exa. que a alienação da participação deste Município no capital social da empresa “Município E.M., S.A.” deverá obedecer à seguintes metodologia:

- Propor à Câmara Municipal a alienação da participação deste Município na Empresa, pelo valor unitário de 6,16€;
- Posteriormente, solicitar à Assembleia Municipal a devida autorização de alienação, nos termos estabelecidos na alínea I) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Por fim, e após autorização da Assembleia Municipal, desenvolver as iniciativas previstas no artigo 6.º dos Estatutos da “Município E.M., S.A.”, ou seja contactar todos os accionistas, 62 municípios, 10 associações municipais e 1 entidade empresarial, no sentido de informarem do seu interesse na aquisição da participação do Município de Bragança na empresa, “Município E.M., S.A.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, autorizar a alienação da participação deste Município na Empresa, “Município, E.M., S.A.”, pelo valor unitário de 6,16€.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar à Assembleia Municipal a devida autorização de alienação.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Setembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

-----**Presidente da Mesa** - Sr. Presidente não quer acrescentar nada mais? Muito bem. ....  
-----Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre este ponto? .....  
-----Srs. Deputados, pedidos para inscrição para intervenções sobre este ponto? .....  
-----Há um pedido de intervenção, Ana Cláudia Guedes de Almeida. Prescinde. ....  
-----Bom, Srs. Deputados, vamos votar a proposta que vem na certidão, que acompanha os documentos, sobre a alienação da participação do Município de Bragança no capital social da Empresa Município E.M, S.A - Empresa Metropolitana de Cartografia. ....  
-----O Sr. Presidente da Câmara prescindi, remete para os documentos, por isso naturalmente pedimos que os Srs. Deputados formulassem os vossos pedidos de esclarecimento ou intervenções sobre a matéria. ....  
-----  
-----**Presidente da Mesa** - Está gravado, depois pode ver nas actas, mas pronto não estava atenta, mas olhe que eu falo até bastante alto ao microfone. Bom, eu volto a formular a questão, vamos passar então à votação deste ponto. ....  
----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E**

**SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.** .....

-----**Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

-----Ana Cláudia Guedes de Almeida quer fazer declaração de voto, tem a palavra. ....

-----**Ana Almeida** - Bom dia, novamente. Sr. Presidente eu acho que já não preciso de provar nada, acho que já provei o que tinha a provar e a mim mesma, que eu leio os documentos, portanto eu sei ler e muito bem os documentos que o Sr. Presidente da AM me envia e que agradeço. ....

-----Mas de facto o debate político e público se fosse só por documentos não estávamos aqui, Sr. Presidente, e não é esse o escrutínio que esteve na base da criação das assembleias municipais, portanto fica aqui a minha objecção então à forma de actuar, que, pelos vistos, está a ser a regra hoje nesta sessão da Assembleia, a remeter para o documentos.....

----- Eu só queria perguntar ao Sr. Presidente o seguinte: A cartografia é um dos aspectos chave para a reforma da organização do modelo territorial, a Direcção Geral do Urbanismo e Ordenamento do Território inclusivamente vai deixar de ser do Território e Desenvolvimento Territorial, vai passar a ser só Direcção Geral do Ordenamento do Território e Cartografia, solicito ao Sr. Presidente que me diga, saímos desta mas vamos fazer o quê relativamente à cartografia? Qual tem sido a posição da Câmara Municipal relativamente à homologação da cartografia? Que quem anda na gestão urbanística sabe o como necessário é para a correcta e eficiente gestão urbanística. ....

-----Obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. Não foi uma declaração de voto, foi um pedido de esclarecimento e teve o momento próprio para o fazer, lamento. ....

-----Bom, tem a palavra para declaração de voto também, que tinha sido pedida, Vítor Prada Pereira. Eu peço que se cinjam ao teor da declaração de voto.....

-----**Vítor Pereira** – Já há um bocado que ouvi dizer na sala que o Sr. Presidente está muito escrupuloso no cumprimento das suas funções, hoje. Eu vou-me cingir à minha declaração de voto e vou dizer que mais vale tarde do que nunca, eu também não percebo porque é que nós aderimos em noventa e oito a esta cartografia, aliás na própria certidão o Sr. Presidente vem dizer, e vem fazer meia culpa, diz que efectivamente nunca esta Câmara Municipal tirou dividendos desta dita empresa. ....

-----Por isso mesmo, Sr. Presidente, mais vale tarde do que nunca, ainda bem, de vez em quando o Sr. Presidente vem-nos dando razão àquilo que a gente vem apontando ao longo destes anos todos. ....

-----Muito obrigado. ....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

-----Terminadas estas declarações de voto, vamos almoçar. Eu recorro que temos mais cinco pontos, se não houver muitas moções as quatro horas do período da tarde vão-nos permitir terminar os trabalhos: .....

----- Então vamos terminar os trabalhos, são doze horas e cinquenta e cinco minutos, uma menos, penso que podemos estar aqui às catorze horas e trinta minutos para iniciar os trabalhos. ....

-----Bom apetite para o almoço, Srs. Deputados. ....

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhores deputados, espero que tenham tido um bom almoço, parece que sim, porque o silêncio não impera na sala.....

----- Senhores deputados vamos passar ao ponto seguinte.....

**PONTO 4.2.2 – FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS PARA O ANO 2012.** .....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

#### **“ CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Setembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2012**

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta, tendo por base a informação prestada pelo Departamento Administrativo e Financeiro:

Tendo por base a informação solicitada à Repartição de Finanças e com base nos elementos respeitantes a anos anteriores, apresenta-se, para efeitos de fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis para o ano de 2012, a seguinte informação:

## 1. Introdução:

Nos termos do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, cabe aos Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa do Imposto Municipal de Imóveis, (IMI) relativo aos prédios urbanos, para vigorar no ano seguinte, bem como comunicar tal facto à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 30 de Novembro.

Com a aprovação do CIMI, pretendeu-se criar um novo sistema de determinação do valor patrimonial dos imóveis, actualizar os seus valores e repartir de forma mais justa a tributação de propriedade imobiliária, principalmente no plano intergeracional e promoção da sustentabilidade local.

Verificou-se, também, uma redução substancial dos limites mínimos e máximos das taxas a aplicar aos prédios urbanos.

No anterior Código da Contribuição Autárquica (CCA) esses limites variavam, para os prédios urbanos, entre 0,7% e 1,3% (cf. n.º 1 do artigo 16.º do CCA).

A Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro, estabeleceu medidas fiscais anticíclicas, alterando entre outros, o Código do IMI, tendo em vista minorar o impacto nas famílias dos custos crescentes com a habitação, as quais produziram efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.

Assim, o artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), passou a ter a seguinte redacção, com a redução dos valores máximos, para os imóveis urbanos.

### “Número 1

Alínea a) Prédios rústicos: 0,8% ( valor fixo)

Alínea b) Prédios urbanos: 0,4% a 0,7%;

Alínea c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,4%.

Número 5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia.”

Cumpre salientar que os municípios não têm intervenção directa na determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos novos.

O valor patrimonial resulta da seguinte expressão:

$V_t = V_c \times A \times C_a \times C_l \times C_q \times C_u$ , em que:

$V_t$  = Valor Patrimonial Tributário

$V_c$  = Valor base dos prédios edificados

$A$  = Área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação

$C_a$  = Coeficiente de afectação

$C_l$  = Coeficiente de localização

Cq = Coeficiente de qualidade e conforto

Cu = Coeficiente de utentes

A intervenção dos municípios, é uma “intervenção indirecta” através da Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos (CNAPU), concretamente através do representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses emitindo um parecer não vinculativo na fixação dos coeficientes de localização.

Sendo os coeficientes de localização um dos elementos na determinação do valor patrimonial tributário de um imóvel e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário que é por natureza um mercado dinâmico, na parte final do ano de 2007 e 1.º semestre do ano de 2008, decorreram os trabalhos preparatórios de elaboração das propostas dos peritos com o apoio dos interlocutores nomeados pelas câmaras municipais, tendo a CNAPU aprovado, no final do 1.º semestre de 2008, e, no âmbito das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º do artigo 62.º do CIMI, a primeira proposta de revisão trienal do zonamento para vigorar nos três anos seguintes.

Neste âmbito, no ano em curso, procedeu-se à análise inicial e global do processo de revisão do zonamento 2011 tendo sido ponderada a actual situação do mercado de imóveis, bem como do sector da construção civil e da transacção de terrenos no concelho de Bragança, tendo sido considerado que a situação actual, de mercado está desajustada aos valores dos coeficientes em vigor.

Assim, decorridos três anos desde a realização da última abordagem do zonamento, aprovado pela Portaria n.º 982/2004, de 04 de Agosto, compete aos peritos locais (Direcção de Finanças) conjuntamente com um interlocutor nomeado pelo Município de Bragança a revisão e a elaboração de uma proposta a submeter a CNAPU, conforme alínea b) do artigo 62.º e 64.º do CIMI.

Em representação deste grupo de trabalho foi apresentada pelo interlocutor do Município proposta de revisão/actualização do zonamento nos termos do CIMI, a qual, foi ratificada em Reunião de Câmara de 25 de Julho de 2011, envolvendo redução nos coeficientes para efeitos de avaliação de terrenos e de localização para cálculo do valor patrimonial tributário dos edifícios, nos seguintes termos:

1. As percentagens a aplicar para a avaliação de terrenos deverão ser alteradas dos actuais 30% para 25%, dos actuais 25% para 21% e dos actuais 20% para 17%, mantendo-se as zonas de 15%;
2. Os coeficientes de localização para a afectação de habitação deverão ser reduzidos em 0,1 em todas as zonas actualmente com os valores entre 0,6 e 1,3, mantendo-se todos os coeficientes nas zonas inferiores a 0,6;
3. Os coeficientes de localização para as afectações de serviços, comércio e indústria deverão ser reduzidos em 0,1, em todas as zonas actualmente com valores entre 0,6 e 1,2, mantendo-se todos os coeficientes nas zonas inferiores a 0,6.

A conjuntura particularmente adversa, a nível económico-social e financeiro que atravessa a Europa e particularmente Portugal e que levou ao abrandamento das transacções imobiliárias portuguesas, conduziu a que em 2010, fossem agilizadas medidas anticrise, através de uma solução urgente e transitória destinada a corrigir, de forma rápida, situações mais evidentes através da redução de alguns coeficientes de localização, tendo sido aprovada e publicada a Portaria n.º 1119/2009, de 30 de Setembro, a qual actualizou o zonamento com a introdução de zonas homogéneas e com a diminuição de alguns dos coeficientes de localização e da percentagem, conforme previsto no n.º 2 do artigo 45.º do CIMI, definindo ainda as áreas da sua aplicação.

A referida Portaria aplica-se a todos os prédios urbanos cujas declarações modelo n.º 1, a que se referem os artigos 13.º e 37.º do CIMI, foram entregues a partir do dia seguinte da data da sua publicação, ou seja, o dia 1 de Outubro de 2009.

Nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 este Município optou por fixar taxas abaixo dos máximos previstos: 0,7% (máximo 0,8%) para os prédios urbanos não avaliados e 0,4% (máximo 0,5%) para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e, para o ano de 2009 fixou 0,6% para os prédios urbanos não avaliados e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e para o ano de 2010 a taxa fixou-se em 0,6% para os prédios urbanos não avaliados e em 0,375% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

Para o ano de 2011, considerando que o país vivia um momento de retracção económica que a situação económica das famílias se agravava gradualmente, devido sobretudo ao aumento do desemprego, a Câmara Municipal deliberou fixar as taxas de IMI para os prédios urbanos não avaliados em 0,6% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e taxa fixou-se em 0,365%.

Ao longo dos últimos anos a receita gerada pelo Imposto Municipal sobre Imóveis, apresenta um moderado acréscimo percentual, tendência invertida no ano de 2009, registando um montante de 2 835 573,99€, correspondente a uma variação negativa de 1,84%, relativamente ao ano de 2008.

Em 2010, a receita de IMI registou o montante de 2 915 746,39€, correspondendo a um acréscimo de 5,65% relativamente ao anterior.

O valor da receita cobrada bruta entre Janeiro a Agosto de 2011 situou-se em 2 052 398,10€, estimando-se que no final de 2011 atinja os 3 081 711,59€, valor que se traduz num acréscimo de 56 483,76€ (i.e. 1,9%), relativamente ao ano anterior.

Refira-se que no ano de 2010, da projecção efectuada resultaram valores sobrevalorizados, tendo a cobrança efectiva desta receita registado um valor inferior ao estimado em 326 563,70€.

As actualizações efectuadas em 2011, com reporte ao ano de 2010, de prédios rústicos registaram, relativamente ao ano anterior, um incremento de 5,78%.

Os novos registos foram de apenas 146 prédios e os eliminados atingiram 236 prédios.

Nos prédios urbanos e de acordo com mesma metodologia as actualizações efectuadas registaram um acréscimo de 45,48%. Foram registados 549 novos prédios e eliminados 245 prédios.

A receita municipal no âmbito da cobrança do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) e SISA atingiu, em 2007, o montante de 1 759 928,91€ e em 2008 registou um valor de 1 351 561,99€, revelando uma acentuada redução de -23,93%. Em resultado do abrandamento da actividade da construção civil e diminuição do poder de compra das famílias o valor bruto cobrado registou, novamente, um decréscimo nos anos de 2009 e 2010 sendo de 1 052 281,18€ e 849 918,50€, respectivamente.

Estima-se que a receita do IMT em 2011 não ultrapasse os 772 783,01€.

A Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro, alterou ainda o n.º 5 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, passando o período de isenção a conceder aos prédios urbanos de habitação própria e permanente, cujo valor tributável não ultrapasse os 157 500,00€, para um período de 8 anos. Relativamente aos que apresentam um valor tributável superior a 157 500,00€ e inferior a 236 250,00€, ser-lhe-á concedida uma isenção por um período de 4 anos.

Não há lugar a qualquer liquidação de IMI sempre que o montante do imposto a cobrar seja inferior a 10,00€.

Estão isentos de IMI o Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como as autarquias locais e as suas associações e federações de municípios de direito público.

O número total de prédios rústicos - no ano de 2010 - era de 270 564, tendo-se registado um decréscimo de 61 em relação ao ano anterior, verificaram-se 146 novas inscrições, foram actualizados 15 638 e eliminados 236 prédios. O valor patrimonial dos prédios rústicos existentes é de 4 479 125,10€.

O número de prédios urbanos avaliados e não avaliados - em 2010 - era de 41 300, tendo-se registado um acréscimo de 324 em relação ao ano de 2009, verificaram-se 549 novas inscrições, foram actualizados 7 404 e eliminados 245 prédios urbanos. O valor patrimonial dos prédios urbanos existentes é de 1 085 913 458,19€.

Feita uma avaliação ao valor médio patrimonial verifica-se que, os prédios rústicos apresentam um valor médio de 16,92€ e os prédios urbanos um valor patrimonial médio de 26 293,30€.

Quanto às taxas fixadas no ano de 2010 no âmbito de prédios urbanos não avaliados e feita a comparação entre 18 municípios, capitais de distrito, verifica-se que, todas aplicam taxas superiores às de Bragança, à excepção dos Municípios de Beja, Évora, Faro, Santarém e Viseu e que a média é significativamente superior à taxa fixada pelo Município de Bragança.

Constata-se ainda que, de entre este grupo de municípios e relativamente aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, todos aplicam taxas superiores às fixadas pela Câmara de Bragança, à excepção de Aveiro, Évora e Lisboa que aplicam taxas inferiores, posicionando-se assim o Município de Bragança abaixo da média nacional.

Se a comparação for realizada com a totalidade dos municípios do país, obtemos sensivelmente as mesmas conclusões, sendo que a maioria dos municípios pratica taxas superiores às fixadas pela Câmara Municipal de Bragança.

## 2. Considerandos:

Considerando a necessária sustentabilidade financeira do Município, que tem de harmonizar o orçamento da receita e da despesa; e este, por sua vez, tem de garantir o bom funcionamento dos serviços do município e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, assim como garantir níveis de investimento compatíveis com os projectos de desenvolvimento e prioridades estabelecidas;

Considerando que, para o orçamento da receita corrente do município, contribuem os impostos directos (no essencial receita de IMI e IMT) que, em 2010, representaram 16,20% das receitas correntes e que a despesa corrente em tempo de profunda crise económica e social, tem tendência a subir;

Considerando que, as transferências da Administração Central (FEF, FSM e PIRS) no ano de 2011, em resultado do corte de verbas registou um decréscimo global de 4,44%, relativamente ao ano de 2010, e que para o ano de 2012 se prevê um novo corte de 6,7%;

Considerando que, o país vive um momento de recessão económica, que continuará a traduzir-se na diminuição de receitas no âmbito da prestação de serviços e no IMT;

Considerando que o essencial dos impostos cobrados aos cidadãos e empresas, ocorrem ao nível do IVA, IRS e IRC e que estes impostos são cobrados pela Administração Central e que se impunha que, por razões de coesão social e territorial, o governo procedesse a uma redução acentuada nos impostos atrás referidos, para a população e empresas sedeadas no interior do país, medidas que poderiam estabelecer uma rotura com o actual modelo de desenvolvimento que tem vindo a concentrar a população e a economia no litoral;

Considerando o equilíbrio financeiro necessário à sustentabilidade, no âmbito das competências e atribuições municipais;

## 3. Proposta:

Nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 112.º, da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de Novembro, proponho à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes valores das taxas do Imposto Municipal de Imóveis para vigorarem no ano de 2012:

Alínea b) do n.º 1 do artigo 112.º dos citados Diplomas – Prédios Urbanos: 0,6%;

Alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º dos citados Diplomas – Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,365%.

Mais proponho que, nos termos da alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º, do mesmo Diploma, e para efeitos do n.º 5 do artigo 112.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de Novembro, que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e três votos contra dos Srs. Vereadores Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso e Humberto Francisco da Rocha.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

#### **Declaração de voto dos Srs. Vereadores Jorge Gomes e Leonel Afonso**

Embora constatando que se regista diminuição no valor do coeficiente de localização, um dos indicadores que interfere no cálculo do valor patrimonial tributário, para a habitação, comércio, serviços e avaliação de terrenos, consideramos que no que diz respeito ao Imposto Municipal de Imóveis (IMI) é indispensável que a Câmara Municipal proceda a um ajustamento significativo das taxas em vigor, fixadas no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para os prédios urbanos entre 0,4% a 0,7% e para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, entre 0,2% a 0,4%, designadamente porque:

- A Câmara Municipal deve manifestar um gesto de solidariedade com os seus municípios;
- Os contribuintes estão, presentemente, sujeitos a um crescendo infindável de obrigações financeiras de natureza fiscal, impostas pelas políticas recessivas que têm vindo a ser desenvolvidas;
- Os cidadãos confrontam-se quotidianamente com instabilidade laboral e crescente dificuldade no acesso ao emprego;
- O modelo social vigente está posto em causa e “sangra” permanentemente as pessoas que vivem num crescendo de dificuldades.

#### **Declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha:**

O Sr. Vereador Humberto Rocha, justifica o seu voto contra por achar que os actuais valores da taxa de IMI são excessivos, acrescentando que no momento de crise profunda que atravessamos, justificaria um gesto de solidariedade para com os municípios, procedendo a uma diminuição mesmo que simbólica das referidas taxas.

**Declaração de voto do Sr. Vice-presidente Rui Caseiro:**

No actual contexto de diminuição de receitas, nomeadamente das transferências da Administração Central, é fundamental construir um Orçamento Municipal que não impeça o município de desempenhar as competências e atribuições que legalmente lhe estão atribuídas.

Analisando as taxas de IMI praticadas nos vários municípios, a Capital de Distrito, Bragança, é daqueles que aplica taxas mais reduzidas, por isso o meu voto favorável.

**Declaração de voto do Sr. Presidente**

Voto favoravelmente, por considerar que o município tem vindo a aplicar taxas inferiores ao máximo previsto, constatando-se que comparativamente aos outros municípios de referência é das mais baixas.

O município obriga-se a garantir o equilíbrio orçamental, no sentido de assegurar respostas diversas aos cidadãos, nos termos das suas competências. Esse equilíbrio não é fácil de promover, conforme se constata pela grave situação económica, financeira e social que o país vive.

O Município tem vindo a reduzir as taxas de IMI e no corrente ano propôs a redução das percentagens para efeitos de cálculo dos valores patrimoniais dos terrenos e o abaixamento dos coeficientes de localização para efeitos de cálculo do valor patrimonial das construções, o que reverterá numa redução de receita municipal, com ganho para os contribuintes.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Setembro de 2011.”

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este ponto pretende fornecer algum esclarecimento inicial, adicional ao que estava na documentação enviada para a Assembleia? .....

----- O Sr. Presidente da Câmara está disponível para os pedidos de esclarecimento e responder também depois a eventuais intervenções. Nesse sentido, inscrições para pedidos de esclarecimento? Registamos já um pedido de esclarecimento de Bruno Veloso e Ana Cláudia Guedes de Almeida. Até ao momento, apenas verifiquei estas duas inscrições para pedido de esclarecimentos, pelo que peço ao Sr. Deputado Bruno Veloso o favor de vir ao microfone para colocar as questões que pretende formular à Câmara Municipal de Bragança.....

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, eu dirigi-me aos Serviços da Assembleia no sentido de fazer uma projecção para auxiliar melhor os senhores deputados, relativamente a uma dúvida que se me apresenta. Este quadro é o excerto da proposta, em acta, que o Assembleia Municipal de Bragança/Acta da Quarta Sessão Ordinária – 30/09/2011

Sr. Presidente da Câmara apresentou no ano passado, em que o Sr. Presidente, portanto já com as contas fechadas, de dois mil e nove, naturalmente, esta reunião data de vinte e nove de Setembro, diz que o valor arrecadado pelo IMI é dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil setecentos e oitenta e dois, ponto oitenta e quatro, como podem ver no quadro. Na proposta que ora nos apresenta apareceram mais cento e tal mil euros e aparece como arrecadamento do IMI relativamente a dois mil e nove, de dois milhões oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e três. E, obviamente que tendo as contas encerrado já neste período, eu gostaria e acho que é plausível que o Sr. Presidente desse uma explicação do porque desta variação destes números. E mais, é porque toda a análise que o Sr. Presidente faz em termos de aumento de receita, diminuição de receita relativamente ao IMI está assente em pressupostos completamente diferentes, portanto há uma diferença de cento e trinta e seis mil e qualquer coisa, euros, que eu agradecia que o Sr. Presidente nos desse essa explicação. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – A questão seguinte. Prescinde?.....

----- O Sr. Presidente da Câmara pretende responder já? Imagino que sim, para a sequência das intervenções seguintes. ....

----- **Presidente da Câmara** – Não percebi os números referidos, mas para correcta resposta, remeto para as Contas de Gerência onde constam os valores cobrados de IMI. Os valores que estão na Conta de Gerência são os valores realmente cobrados, não são os valores projectados. Imagino que na Conta de Gerência de dois mil e nove esteja como valor arrecadado de IMI o montante de 2 915 746,39 € (dois milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e quarenta e seis euros e trinta e nove cêntimos), a Assembleia Municipal, os senhores deputados dispõem da Conta de Gerência, podendo por confronto de valores esclarecer as dúvidas colocadas. ....

----- **Presidente da Mesa** – D. Luísa podia trazer, por favor, a Conta de Gerência do ano de dois mil e dez, que está em arquivo, para entregar ao Sr. Presidente da Câmara. ....

----- **Bruno Veloso** – Eu não sei se ouvi bem o Sr. Presidente, admito que quando estava a preparar esta Assembleia não tive acesso a este documento, de facto, da Conta de Gerência, e qual é o valor, no entanto, o Sr. Presidente aqui avançou durante a sua intervenção, eu penso que não ouvi mal, avançou ainda outro número, novecentos e quinze mil, agora o que me parece que com estas coisas tem que se ter cuidado, é que os documentos que ele apresenta não são uma questão de finalização de contas e

com a Conta de Gerência, mas as propostas que são feitas a esta Assembleia têm, de facto, de reflectir exactamente o valor da Conta de Gerência e que têm que ser, de facto, uns números mais verdadeiros...

-----  
----- **Bruno Veloso** – não! Não reflectem porque nos está a dar duas informações diferentes, o ano passado, referente a dois mil e nove, deu-nos um valor, este ano, relativamente a dois mil e dez, está-nos a dar outro valor.....

----- **Presidente da Mesa** – Enquanto o Sr. Presidente consulta a Conta de Gerência, a qual já está na sua mão, eu ia pedir que os Srs. deputados, aguardando naturalmente que o Sr. Presidente faça a consulta, inscrições para intervenções sobre esta matéria? .....

----- Registamos já a intenção de intervenção de José Brinquete, da CDU; Ana Cláudia Guedes Almeida, do CDS/PP; Bruno Veloso, do PS, Luís Pires, do PS, .....

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa, peço desculpa, não vi, o braço estava muito baixo, Dr. Amândio Gomes, do PSD, não reparei, o braço estava muito colocado em baixo. Só para vos mostrar que, de facto, mantemos uma atitude democrática e transparente. José Lourenço, do Movimento Sempre Presente, confesso que não reparei, porque o Dr. Cadavez, enfim, é um pouco alto e tapou o dedo que estava indicado pelo Dr. Amândio.....

----- Compreendam, a Mesa está aqui a olhar para os deputados e há várias filas, e à medida que vamos colocando as questões vamos observando, o Brinquete foi o primeiro a levantar o braço, a seguir foi a Ana Cláudia, depois houve alguns deputados que lentamente foram levantando o braço. Eu nem sequer reparei que o Dr. Amândio tinha colocado o braço no ar. A Mesa vai fazendo inscrições e até vos digo, pode aceitar reclamações na ordem que a gente vê e lê, embora seja competência da Mesa dirigir os trabalhos. E portanto eu paço, neste momento, a ler as inscrições para intervenções, que são as seguintes: José Brinquete; Ana Cláudia, Bruno Veloso; Luís Pires; Amândio Gomes e José Lourenço. São as inscrições que a Mesa registou. Volto a dizer, em devido tempo os grupos parlamentares devem gerir o seu tempo, tendo tempo podem ainda continuar a discussão. ....

----- Por isso a palavra, então, é dada, pela Mesa, ao Sr. deputado da CDU, José Brinquete.....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre este ponto gostava de dizer o seguinte: em primeiro lugar e à parte do esclarecimento destas parcelas que o Sr. deputado Bruno colocou, eu devo registar em nome da CDU, que da parte do Executivo Municipal tem havido um esforço

no sentido de procurar vários caminhos por forma a minimizar os valores, as tributações aos proprietários dos imóveis em particular na Cidade. ....

----- Estou a lembrar-me da negociação que tem havido com as Finanças, em termos de zonamento dos espaços e de mudanças de valores, e também devo reconhecer que há um esforço grande de nos fornecer um conjunto de dados que permitem avaliar não só a evolução deste imposto, como também os valores que vão sendo cobrados. Esse é um dado positivo, no entanto, acresce a isto tudo que a CDU é contra este imposto da forma como ele existe, e então é uma questão central e uma questão de fundo a que subordinamos a nossa posição e o nosso voto. Eu devo lembrar que este imposto nasceu sob a propaganda de que se tinha acabado com o outro, que se tinha acabado com a contribuição autárquica, foi no tempo do governo Durão Barroso e Paulo Portas cuja Ministra das Finanças era a tenebrosa, mas muito admirada, Dr. Manuela Ferreira Leite, e depois, de facto, a contribuição autárquica acabou, mas nasceu o imposto terrível, não só em valores exorbitantes, como também num outro problema que é, o proprietário de uma casa, nunca é verdadeiramente proprietário da sua casa: Vamos ver: Se tem dinheiro para apagar do seu bolso compra e paga a casa ao construtor ou a quem lha vendeu, se não tem dinheiro vai à banca e quando acabar o empréstimo, resolveu o problema e fechou ali o seu compromisso com o banco. Em relação a esta tacha, é pela vida fora, a casa nunca é dele, paga por toda a vida este imposto. Pode dizer-se assim: Bem, mas a contribuição autárquica tinha também uma filosofia de base que era - paga-se uma contribuição autárquica - porque determinado cidadão é proprietário do imóvel ou de um prédio rústico e sobretudo em termos de imóveis, que era onde incidia a contribuição autárquica, a sociedade, neste caso o Município, fornece-lhe um conjunto de serviços, a água, a luz, os esgotos, os lixos, etc. etc., e tinha algum sentido e era necessário os cidadãos suportarem esses tipos de serviços públicos, e fundamentais à vida em sociedade. ....

----- Acontece é que, neste momento, nós já pagamos esses impostos a duplicar, na factura da água nós agora voltamos a pagar a recolha de lixo, os resíduos, na electricidade pagamos não sei quantas taxas, portanto nós vivemos num país da ditadura dos impostos e das taxas e pela nossa parte não estamos para aí virados para suportar este tipo da ditadura capitalista. ....

----- Portanto este imposto tem, de raiz, uma situação que nós não concordamos e lutaremos para que um dia, quando formos governo, um dia quando o PCP for governo, que vai acontecer, como sabem, não é? E com o apoio de muitos de vocês, e com o apoio de muitos de vocês, já tenho ali um aliado. ....

----- O que é que nós faremos? Faremos uma coisa que é muito simples que é uma tributação fiscal mais justa, porque não sei se concordam, mas penso que muita gente pode concordar comigo e com o meu partido, a tributação fiscal que hoje existe é extraordinariamente injusta e por isso nós mesmo com os esforços que a Câmara tem feito e que eu de início chamei à atenção e que são positivos, nós não estamos de acordo com este imposto, da forma como ele nasceu, com a agravante de que já temos informação, como vocês têm, de que lá no célebre acordo da Troika, a que nós chamamos programa de agressão a Portugal, está lá que o IMI também vai ser agravado, e hoje vamos tomar aqui uma decisão que até pode durar durante o próximo ano todo, mas não está certo que dure, preparem-se para o Ministro das Finanças aparecer aí com novidades porque está lá, não é? E então há duas coisas que são importantes aqui na nossa decisão, por um lado é já o valor que é muito elevado, por outro lado, vai ser agravado, e um terceiro aspecto, que não é menos importante, é que a esmagadora maioria das pessoas que tinha isenção e que ainda não sofreu na pele o pagamento desse imposto as isenções estão a acabar. ....

----- Bem, e como é que é possível, e termino com isto, como é que é possível que um T3 na Avenida Sá Carneiro ou no perímetro fundamental da cidade, quando começar a pagar efectivamente paga cerca de seiscentos ou setecentos euros por ano, quer dizer, o dono da casa que tem que pagar ao banco, que tem também que viver com as dificuldades que tem, como é que suporta um IMI de seiscentos, setecentos euros? Nós consideramos que isso é incomportável e inaceitável, portanto por essas razões todos vamos votar contra, como é de esperar, não é? .....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem, agora, a palavra a Dr. Ana Cláudia Guedes de Almeida. ....

----- **Ana Almeida** – Boa tarde novamente. Eu só queria dizer duas coisas, era a este ponto que eu me referia, quando de manhã disse, relativamente à informação, que a informação deve ser clara, transparente e objectiva e não contraditória, de facto tal como o Bruno Veloso fez, eu estive a comparar a certidão que nos foi entregue este ano com a certidão do ano passado, e de facto também tinha detectado essa divergência de valores, mas surpreendeu-me igualmente um outro aspecto, que foi qual? O ano passado deliberamos uma redução da taxa de IMI, este ano estamos a manter, para os prédios urbanos, e constato, e peço aos colegas para não o fazer sozinha e certificarem-se daquilo que eu estou a dizer, que façam uma leitura comparativa das certidões. e de facto a conclusão a que eu

chego é que os considerandos, portanto os fundamentos na base dos quais o Sr. Presidente fundamenta a redução no ano passado, são os mesmos fundamentos para os quais mantém a taxa este ano. Ora, das duas uma, ou a crise serve para baixar e afinal de contas o dinheiro da taxa nunca foi preciso pela Câmara Municipal e nós andamos à mingua da arbitrariedade do Sr. Presidente, ou então ela efectivamente foi precisa, não é? E como estamos pior do que aquilo que o Sr. Presidente pensava, porque fez mal as contas e já se viu, este ano não pode baixar e anda aqui, e, José Brinquete, com o maior respeito, não tenha ilusões, o Sr. Presidente nas comissões técnicas que tem com avaliadores das finanças, o problema, como bem diz o José Brinquete, é um nacional, é na base da tributação dos prédios. O problema é que nós tributamos os prédios de acordo com a sua localização e zonamento e não com uma capacidade edificativa concreta ou a tipologia do prédio, mas isso o Sr. Presidente não lhe convém contestar aquilo que é a base da avaliação e era isso que se esperava se ele efectivamente quisesse o bem estar e a redução das despesas do Município. Mais, o Sr. Presidente tributa, não é? Para certos aspectos nós somos considerada cidade do interior, mas para as receitas pomos-nos ao lado das maiores cidades de Portugal, como as do litoral, nomeadamente Figueira da Foz ou Lisboa. Esclareçamos em que posição é que nós estamos, nós temos que defender coerentemente a nossa posição, do princípio ao fim. ....

----- Portanto isto é estrutural, eu tenho vindo, podem comprovar das actas das reuniões de há três anos para cá, em Setembro, esta questão é uma questão estrutural e ao Município convém, e mais, tenho plena consciência que nós temos sido levados no juízo de bondade que o Sr. Presidente nos dois últimos anos quando reduziu, nos quis fazer acreditar que podia fazer. Por isso vou votar contra. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** - Bem, exceptuando a parte do PAOD e que o Sr. Presidente da Assembleia hoje foi demasiadamente escrupuloso, eu tendo em dizer que as assembleias ordinárias de Setembro começam a tornar-se demasiadamente monótonas e comuns, particularmente devido às temáticas aqui trazidas, mais do que a própria substância dos pontos agendados, mas antes perante a falta de imaginação e de criatividade ou mesmo ausência de dinâmica, demonstrada pelo Câmara Municipal e pelo Sr. Presidente. Tornou-se uma rotina, quase que um frete, um cumprir calendário. ....

----- Eu acho que, de facto, o Sr. Presidente, e já foi aqui reafirmado, faz de facto um copy paste, de há três ou quatro anos para cá, para justificar a manutenção da taxa, para justificar a diminuição da taxa, o Sr. Presidente compreende sempre na perfeição todos os problemas dos munícipes associados, mas a responsabilidade nunca é do Sr. Presidente .....

----- O Sr. Presidente parece que está ocupado em certificar-se da dúvida que eu lhe levantei, mas eu vou prosseguir. ....

----- Enfim, o que temos é um discurso gasto, um percurso estafado de quem andou e já não tem muito para andar, o grande problema é que a cidade e a sua dinâmica, se ressentem com esta postura e é aqui que o executivo demonstra as suas maiores fragilidades, naturalmente que o PS assume e tem assumido as suas responsabilidades, tem apontado caminhos alternativos com enorme motivação, e assumindo a dinâmica necessária e com vontade de construir uma Bragança diferente onde as pessoas estejam efectivamente primeiro, uma cidade capaz de responder aos anseios das suas populações. ....

----- Mas importa aqui referir que o IMI foi uma criação, também já aqui lembrada, da Dra. Manuela Ferreira Leite e do Dr. Durão Barroso, mas é um imposto com o qual esta Câmara Municipal tem sempre lidado muito mal, um imposto que ... de facto, e eu já disse aqui, a uma ginástica repetitiva e a um argumento já visto sempre nos capítulos anteriores, por parte do Sr. Presidente, aqui o Sr. Presidente de Câmara utiliza o mesmo esquema, sempre a mesma apresentação, e sempre a mesma argumentação. ....

----- Reconhece as dificuldades das populações, diria mais do que entre a justificação e a consequência, existe um atrevimento quase patético de reconhecimento das dificuldades alheias, bem ao estilo de Alberto João Jardim, sempre a atirar as responsabilidades para o poder central de Lisboa, para poder central a responsabilidade única, e maior, e exclusiva de aliviar os cidadãos. ....

----- Eu sempre pensei que isto nos últimos anos tivesse a ver com uma questão de protagonistas, mas afinal não é! É que os protagonistas mudaram mas o comportamento do Sr. Presidente e da Câmara Municipal mantém-se exactamente o mesmo, a responsabilidade é sempre dos outros, mudam os protagonistas em Lisboa e os de Bragança não-de mudar, em breve. ....

----- Os outros que resolvam, o que eu quero é dinheirinho, é esta a máxima do Sr. Presidente, para fazer ciclo vias, para alimentar alguns elefantes brancos de algumas elites e também, diga-se em abono da verdade, para fazer reduções de 3% nas questões sociais, como aqui já foi dito noutras Assembleias...

----- Mas a pergunta que se persiste é, Sr. Presidente e as pessoas. Não basta ajustar os índices de localização, importa uma política real de investimentos e como prioridades na despesa sejam diferentes, Sr. Presidente, e é exactamente isso .....

----- Sr. Presidente, eu fazia um exercício muito simples para fazer uma pequena demonstração, da teimosia e da falta de criatividade do Sr. Presidente. ....

----- O Sr. Presidente propõe-nos hoje uma taxa de 0,6%, o que de acordo com as suas contas dará em números redondos e para termos uma ideia, à volta de três milhões de euros de receita no final do ano, normalmente as suas projecções, não era só o Governo PS que se enganava, as suas também ficam sempre muito abaixo daquilo que é projectado para aquilo que de facto acontece. ....

----- E o que acontece é que sendo mais ou menos a receita, de 0,6%, eu propunha um exercício, é que o Sr. Presidente adoptasse, por exemplo, uma taxa de 0,4, sabe qual é que era a diminuição da receita, prevendo naturalmente essa despesa? Era aproximadamente de um milhão de euros. Bem, poderíamos fazer muitas comparações, um milhão de euros teria dado para pouco mais de meia ciclo via, um milhão de euros, bem, já não falo mais nada, um milhão de euros é o valor do passivo do Mercado Municipal, que está bem à vista, de facto que não serve as populações, não serve as pessoas, e de facto é uma teimosia do Sr. Presidente. De facto temos uma visão diferente, temos perspectivas diferentes da política local, da política de proximidade, daquela que cria laços com as pessoas e que de facto compreende as suas necessidades. ....

----- Bem sabemos que o Sr. Presidente de Câmara não é sensível às pessoas nem às suas dificuldades, di-lo sempre nestes momentos, mas a sua actuação é efectivamente contrária, e a prova disso é que teima em repetir as justificações, mas perde sempre, sempre, sempre perde a oportunidade de ser consequente com as justificações que dá e portanto aquilo que a gente continua a achar é que a Câmara Municipal, dadas as suas prioridades, dados os seus investimentos, tem margem de facto para aliviar as populações e para baixar o IMI. ....

----- Perante esta proposta, naturalmente o grupo municipal do PS só pode votar contra. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Luís Pires. ....

----- Prescinda? Prescinda.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio Gomes, do PSD. ....

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Exmos. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta.....

----- Há pouco foi aqui posta em causa a veracidade das informações prestadas pela Câmara, especialmente o comportamento do Sr. Presidente, que agora diz uma coisa, depois dirá outra. Bom, de manhã queixaram-se, enfim, dos termos agressivos com que o Sr. Presidente se teria comportado ao se referir a nomes, que por acaso não estava aqui, mas que devia estar, com certeza. Eu não sei com que base nem com que força moral os Srs. apontam tanta falta de rigor e tantos defeitos aos Sr. Presidente da Câmara, quando os Srs. são muito mais agressivos, centenas de vezes mais agressivos, do que ele tem sido até hoje, tem-nos dado lições de ética e de comportamento inatacável. ....

----- Eu penso que o facto do Sr. Deputado Bruno Veloso ter dito que ele tem o discurso de quem andou e não tem muito para andar, desengane-se. Ele tem ideias e concretiza-as e faz tudo para as concretizar e quando ele luta contra pessoas que têm um comportamento indigno para com a cidade de Bragança ao dificultar os seus anseios, ele está no bom caminho, está no bom caminho porque todos temos a obrigação ... ..

----- **Amândio Gomes** - Levante o dedo, venha aqui, faça o que quiser, eu digo o que me apetecer, eu sei o que vem dizer, sei o que vem dizer, mas digo-lhe que é preciso ter um pouco também de tolerância para com aqueles que se sentem irritados por ver pessoas de Bragança a lutar ou a comprazerem-se com que determinadas obras não sejam levadas até fim. Todos temos a obrigação de lutar pelo bem-estar das gentes de Bragança e lutar pela angariação de meios necessários para fazer uma captação de água para abastecer no dia de amanhã a cidade de Bragança, penso que todos devemos estar no mesmo campo de batalha, e não é vir aqui atirarem-se contra o Sr. Presidente a dizerem cobras e lagartos, não pode ser. ....

----- Que tem teimosia e falta de criatividade, mas se um Presidente da Câmara não for teimoso, quem o será? Como levará o seu trabalho até ao fim? Tem que se ser teimoso, quando se quer levar um projecto até ao fim tem que ir até ao fim, desde que esse fim seja plausível, naturalmente, não é fazer uma coisa qualquer, mas neste caso da água, neste caso da água, tudo leva a crer que é o Sr. Presidente que está no bom caminho.....

----- Queria dizer ao Sr. Brinquete que retirasse o adjectivo de “tenebrosa” com que qualificou a Dr.ª Manuela Ferreira Leite, nunca foi tenebrosa, foi sempre uma mulher que fez tudo por servir o seu país e

por ir pelo melhor caminho, e pena foi que aqueles que lhe sucederam não a tivessem ouvido, porque com certeza hoje não estávamos como estamos .....

----- **Amândio Gomes** - Pois não, é verdade, pois não, mas não seria porque o estado a que o PS nos conduziu é bem mais lastimável do que o Sr. pode pensar. ....

----- Sobre o lançamento das taxas, naturalmente que a Câmara tem que angariar os meios suficientes para ter meios para fazer as obras que se propõe levar a efeito, e muitas das taxas têm assento, ou tem origem, em parâmetros que o Estado, que o Governo Central, estabeleceu, e a Câmara de Bragança não está a aplicar as taxas máximas, por isso não venham cá com essas contas porque quando os Sr. estão no Governo das coisas, tudo são rosas, tudo está bem, quando estão os outros, é tudo mal, não pode ser assim, não pode ser assim, temos que ser sérios na apreciação dos factos e portanto eu quero-lhes dizer que o PSD vai votar favoravelmente as taxas propostas pela Câmara e eu digo pela Câmara porque não é o Sr. Presidente quem estabelece as taxas, é a Câmara, e a Câmara tem mais componentes, e todos tem responsabilidades, não é só ele. ....

----- De manhã, também a Sra. Dra. Ana Guedes de Almeida se referiu, invocando certa agressividade, certa falta de ética que o Sr. Presidente teria tido, a Sra. Dr.<sup>a</sup> não tem grande espaço, digamos assim, para se referir ao Sr. Presidente desta maneira, porque a sua agressividade é incomparavelmente maior à dele. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, Amândio Gomes. ....

----- Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Guedes de Almeida, faça favor, defesa da honra. ....

----- José Brinquete, tem o dedo no ar. Defesa da honra. ....

----- Silêncio na sala, está muito barulho, está muito barulho desse lado daí, é preciso serenarem os ânimos. Muito obrigado. ....

----- **Ana Almeida** – Ó! Sr. Dr. Amândio Gomes, eu não queria, e acho que tenho demonstrado isto nesta Assembleia, que a minha posição aqui é estreitamente do ponto de vista do interesse público, o Sr. Presidente da Câmara, tem vós, já aqui estive para se defender e não se defendeu, desde pequenina, e isto para que fique em acta, que o respeito e que me merece o maior dos respetos, não vou entrar em confronto directo com o Sr. Dr., mas no meu pouco espaço de actuação também eu lhe dei a ler algumas estatísticas e que eu saiba o Sr. Dr. Amândio Gomes foi dos poucos autarcas que depois da primeira legislatura ou mandato, os Mirandeses não o quiseram. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- José Brinquete, tem a palavra para defesa da honra. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu pedi a palavra para me dirigir ao Dr. Amândio, por quem tenho admiração e estima, para lhe dizer que eu utilizei dois objectivos, um pode ter sentido negativo e outro pode ter sentido positivo, eu disse: “tenebrosa” e “admirada” Dr. Manuela Ferreira Leite, e devo dizer-lhe que eu não concordo e não me identificando com as suas posições políticas admiro a Dr. Manuela Ferreira Leite pela sua combatividade e firmeza, mas posso talvez considerar que ao chamar-lhe tenebrosa era até com algum sentido carinhoso, sabe porque? Porque ela quando foi Presidente do PSD deu uma entrevista que eu guardo, porque admiro-a, tenho um dossier só sobre ela, e ela dizia que as filhas lhe chamavam de “bruxa”, chamavam-lhe “bruxa”, com carinho. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Dr. Amândio Gomes, para defesa da honra. ....

----- **Amândio Gomes** – Sra. Dra., eu só lhe quero dizer, se realmente o respeito que nutre por mim é aquele que manifestou aqui, dispenso o seu respeito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eu chamo para a sua intervenção, o Sr. Deputado José Lourenço, do Movimento Sempre Presente. Tem a palavra Sr. Deputado. ....

----- **José Lourenço** – Boa tarde a todos. Eu vou-me abster de dar continuidade a algumas palavras que foram proferidas pelo amigo Dr. Amândio Gomes, disponibilizei-me há bocado, e esta primeira parte desta intervenção é nessa continuidade e como tal de carácter individual, para fornecer, para encaminhar quem estiver interessado em fundamentar-se devidamente sobre o processo de Veiguiñas. Como curiosidade apenas vos posso dizer que hoje termina o segundo prazo de prorrogação que a comissão de avaliação da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) relativamente a este projecto concedeu ao Executivo Camarário, para na sequência de terem sido identificadas opções viáveis, foi solicitado à Câmara Municipal de Bragança ou à empresa que procedeu ao estudo que procedesse à avaliação das mesmas, e pela segunda vez, tudo indica, uma vez que hoje é o ultimo dia para apresentação dessa avaliação que é necessária, isso não aconteceu. ....

----- Isto é uma informação que eu estou a dirigir a este lado da sala, que é para quem me disponibilizo, seja quem for e a que horas for, para efectivamente mostrar documentação relativamente à mesma. ....

----- Agora vou falar em nome da globalidade do grupo, e relativamente à questão das taxas de IMI, efectivamente achamos, por tudo o que foi dito antes e muito bem, pelos anteriores intervenientes, nos tempos que correm e coincidindo esta fase de cortes de décimo terceiro mês, esta fase de esforço grande, muita gente vai ficar desempregada, com o fim de muitas isenções de pagamento de IMI, seria efectivamente, que no caso de Bragança a taxa se adequasse à nossa interioridade e não efectivamente, como já disseram aqui, não fosse comparável às cidades que efectivamente têm níveis de produtividade e de desenvolvimento superiores à nossa. ....

----- Por conseguinte achamos que na época em que vivemos seria muito bom, não seria um sinal, seria efectivamente uma ajuda aos nossos munícipes se a taxa fosse diminuída, para fazer face aos tempos mais difíceis que se aproximam. Por tal vamos votar contra esta proposta. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Registamos, ainda, o pedido de intervenção do Nuno Reis, da bancada do PSD. Tem a palavra, Sr. Deputado. ....

----- **Nuno Reis** – obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Membros da AM. ....

----- O debate durante a manhã foi um bocadinho crispado, exaltado, com um tom um bocado duro, e de alguma forma para aliviar alguma cristação que se notou durante o debate, eu confesso que estou achar esta Assembleia absolutamente extraordinária, porque é uma Assembleia cheia de revelações, porque se já sabíamos que a deputada Heloísa Apolónia, que faz parte das listas da CDU, guardava na carteirinha a fotografia do Eng.º Sócrates, hoje descobrimos que o José Brinquete guarda fotografias da Dr. Ferreira Leite num dossier, e portanto é uma tarde cheia de revelações, Sr. Deputado. ....

----- Mas, Srs. Deputados, permitam-me dizer o seguinte, eu não estaria bem com a minha consciência, se não viesse aqui dizer o seguinte: é verdade que os tempos que nós vivemos são tempos muito duros, tempos de grande exigência, tempos que vão exigir, de todos nós, grandes e duros sacrifícios. Hoje durante a manhã foi conhecido o relatório de execução orçamental do primeiro semestre, e viemos a descobrir que durante o primeiro semestre deste ano houve um desvio orçamental de qualquer coisa como sete mil milhões de euros, para isto contribuíram factos como o

descontrolo das contas públicas com funcionários, o descontrolo das contas públicas por incorporação do buraco chamado “BPN” e mais recentemente por incorporação do buraco chamado “Região Autónoma da Madeira”. Isto exige, de todos, um sentido de seriedade e de responsabilidade, e significa também que por muito que nós todos gostássemos de afrouxar as necessidades de financiamento por parte dos poderes públicos, Administração Central e Administração Local, a verdade é que neste momento não é possível, e não é possível nem sério exigir-se tal coisa.....

----- É verdade que o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal na proposta que submeteram a esta Assembleia, o ano passado, disseram exactamente o mesmo que dizem este ano, para justificar a manutenção do valor da taxa. Mas enquanto alguns dos Srs. lêem que é desconsiderandos, ou essa fundamentação serviu para justificar uma redução do valor da taxa, eu entendo que já o ano passado aqueles considerandos serviriam para justificar a fixação daquele valor, daquela taxa muito concretamente.....

----- Pedem-nos que reduzamos o valor do IMI, e portanto que reduzamos o valor das receitas do Município para o próximo ano. Bom, eu gostava era que viessem aqui dizer quais são as despesas que nós também devemos reduzir, porque não é suficiente vir-se dizer aqui, não é suficiente vir-se dizer aqui, que nós, que nós temos simultaneamente que reduzir a receita e manter o nível de despesa ou aumentá-lo, porque não percebo como é que a oposição nos pede que reduzamos o valor da taxa de IMI e portanto o valor da receita, e nos pede simultaneamente mais apoio e mais protecção social às famílias que estão abrangidas por esta crise. Do meu ponto de vista estas posições não são conciliáveis. Mas digo mais, digo mais, parece-me absolutamente infundado, injustificado e injusto, e injusto, que se venha aqui dizer que a fixação do valor da taxa de IMI não acautela as necessidades das famílias, parece-me injusto. E injusto porque? Porque a verdade é que uma parcela, ou uma boa parte das receitas obtidas por IMI, tem servido também para financiar programas e políticas sociais. Eu, durante a manhã, não sei se alguns dos Srs. deputados estavam fora desta sala, mas eu tive a oportunidade de ver ali a assinatura de protocolo para intervenção no domínio da habitação social, lendo os relatórios que nos vêm sendo enviados pela Câmara Municipal para esta Assembleia, vemos que há uma preocupação na distribuição de habitação social não apenas na cidade mas também para as aldeias, para famílias carenciadas. Há um programa de intervenção para a qualificação habitacional de gente com problemas financeiros, há programas de apoio e protecção à infância. ....

----- O facto de nós termos reforçado a oferta na nossa cidade, no ensino pré-escolar, isto não significa nada? Isto não significa uma redução dos encargos para as famílias que deixam de ter que pagar as taxas nas IPSS's e no sector privado? Não significa rigorosamente nada? .....

----- O facto de nós nos preocuparmos em construir habitação a baixo custo para os jovens, não significa rigorosamente nada? .....

----- O facto de nós criarmos o cartão do idoso e isentarmos do pagamento de taxas, por serviços municipais, um segmento importante da nossa população, não significa rigorosamente nada?.....

----- O facto de nós apoiarmos a compra de manuais, no primeiro ciclo, não significa rigorosamente nada? - .....

----- O facto de nós apoiarmos com as refeições escolares os alunos do primeiro ciclo, também não significa rigorosamente nada? .....

----- Eu peço imensa desculpa, mas parece-me absolutamente injustificado e injusto, dizer que o facto de nós estarmos a manter o valor da taxa cobrada por IMI revela uma insensibilidade social, é absolutamente injusto, despropositado e desfasado daquilo que é a realidade do Município.....

Mas digo mais, pasme-se! Isto é que é, do meu ponto de vista, politicamente, surpreendente! Que é isto? Então, de manhã, eu tive aqui um Deputado, que, dirigindo-se ao PSD, dizia: a bem de garantir a seriedade da politica e de evitar hipocrisias lembrem-se que foi o PSD que falou de portagens e etc. Mas a verdade é que eu pergunto se não há aqui alguma hipocrisia quando o PS vem pedir protecção social aos Portugueses que deixou nas condições que deixou. Será que os setecentos mil desempregados fomos nós que os criámos? Será que o desemprego continua a crescer? Será que o estado actual da economia não é vosso? E são vocês, que os lançaram nessas condições, que vêm dizer que nós não temos sensibilidade social! Que nós não temos politica social! Que as famílias estão a passar mal! Pois estão, Srs. Deputados, e os Srs. deviam saber isso muito melhor do que nós, porque foram vocês os principais responsáveis pela situação a que todos nós chegámos, e os Srs. deviam-no reconhecer. Mas deviam fazer mais, eu recomendo, alguns Srs. Deputados que estão preocupados com as despesas públicas, façam o que alguns dos deputados já fazem nesta Assembleia, prescindam do recebimento de senhas de presença, prescindam do recebimento de ajudas de custo, façam isso, chamem-lhe populismo, é o que dizem do Dr. Alberto João Jardim por gastar muito, os Srs. podem ajudar-nos poupando. Portanto Srs. Deputados tenham lá santa paciência, as vossas críticas são injustas, são despropositadas e completamente desfasadas da realidade. ....

----- Disse muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Havia uma inscrição prévia do Bruno Veloso, o Grupo Municipal do PS decide quem faz a intervenção. Então, Vítor Prada Pereira, primeiro, depois Bruno Veloso e ainda está o Arqt.º Ortega, tendes que gerir o tempo. ....

----- **Vítor Pereira** – Muito rapidamente, eu há bocado, lá fora, numa brincadeira com o amigo Nuno, disse-lhe que o Nuno efectivamente às vezes tem comportamentos dentro desta Assembleia que me parecem estranhos e às vezes ambivalentes, com uma certa ambivalência e que me cria uma certa perplexidade que efectivamente fico espantado, mas não quero entrar por aí, Nuno. Só quero rebater aqui duas ou três afirmações, que efectivamente fizeste aqui, desculpa tratar-te por tu, com a amizade que nos une. ....

----- Primeiro - O relatório semestral das despesas e das receitas do Estado, do primeiro ano, diz exactamente o contrário, é que as despesas dispararam exactamente a partir do momento que entrou este Governo, exactamente, e aumentamos as receitas. Quero dizer também que, e agora muito me admira muitas das vezes os governantes que nos governam, a partir de Junho, neste país, quando para tomarem certas decisões que têm afectado, e de que maneira, os Portugueses, e agora falamos do aspecto social, e não vou enumerar aqui, toda a gente sabe, quando vêm exactamente e muitas das vezes chamam à colecção a crise, eu quero dizer que é exactamente pela tal crise europeia e mundial que nos afecta e devido a isso que o governo socialista criou o défice que criou para face a esse aspecto emergente social das pessoas e das empresas, fundamentalmente por isso, foi por isso que o Governo socialista fez isso, foi! É evidente que o Governo Socialista não tem culpa e felizmente que os gestores do tal famoso BPN, felizmente que não têm nada a ver os homens e as mulheres do PS, felizmente. Mais, é evidente que não temos responsabilidades, digo eu e penso eu, e pensa toda a gente, nesta questão da Madeira, e tudo que envolve a Madeira, nós não temos responsabilidades, não nos mandem agora e nos chamem também a assumir responsabilidades que não nos dizem respeito. ....

----- Mais, em relação ao IMI, ó! Nuno, em relação ao IMI, eu quero dizer que este apregoado e este “arrozado” de enunciações que fizeste aqui em relação à Câmara, ao aspecto social, eu mando-te, aliás é discutível logo no ponto seguinte, no último ponto da ordem do dia desta Assembleia, eu mando-te consultar o relatório da auditoria externa, em que diz lá, *ipsis-verbis*, que esta Câmara diminui 3% nos apoios sociais. Diminui! Ora isso desmonta completamente o argumentário que aqui trouxeste, e é

evidente que isso leva-nos a pensar que efectivamente as preocupações sociais que este executivo do PSD, eu gosto mais de falar assim em vez de focalizar o Sr. Presidente, gosto mais de falar no PSD, porque é o PSD que tem responsabilidades, muitas das vezes nós esquecemo-nos, nas intervenções que fazemos aqui, e faço também a minha culpa, em focalizar simplesmente a actuação num homem, mas não é um homem, é o PSD, e aliás o vosso correligionário político, Dr. Amândio Gomes, disse-o aqui, é o PSD, portanto temos que pôr de parte, muitas das vezes, as críticas que temos feito ao Eng. Jorge Nunes, porque é o PSD, porque nós estamos a falar de política. E portanto o que nos trás aqui é dizer que o IMI, como muito bem disse aqui alguém, nós não nos podemos comparar seja com que cidade for, do litoral, nós somos uma cidade do interior e somos uma cidade que às vezes com intervenções que eu ouço aqui, parece que estamos no país das maravilhas, é uma cidade, e muitas das vezes basta-nos sair à noite, a partir das cinco da tarde, passear por essa Sá Carneiro e por esses bairros da cidade e ver como pulsa esta cidade, e o Nuno sabe bem disto, e sabe bem do que é que eu falo. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Bruno Veloso, de seguida o Sr. Deputado Ortega, e eu recorro que o PS tem quatro minutos. ....

----- **Bruno Veloso** – Eu vou ser rápido e começo por dizer que esta minha intervenção, de facto, se deve a uma resposta ao Dr. Amândio Gomes, por quem, de facto, tenho muito respeito, e foi exactamente por lhe ter muito respeito que também... ..

----- **Bruno Veloso** - Não! E foi exactamente por isso que eu não pedi defesa da honra, porque eu sei que o Dr. Amândio certamente não me queria ofender. E portanto isto é uma questão política, Dr. Amândio, e a lisura e o respeito fazem parte sempre da minha actuação. Eu, quando de alguma forma, e permita-me a expressão, me atiro ao Sr. Presidente de Câmara, é como disse o meu camarada, e muito bem, é à figura do Presidente de Câmara aquilo que ele representa e não à pessoa em si, porque enquanto pessoa naturalmente tenho respeito por ele, como tenho respeito por toda a gente. ....

----- O Dr. Amândio fez aqui, de alguma forma, uma “acusação” de que eu acusei o Sr. Presidente de Câmara de mentir aos dados ou de dar dados diferentes. Dr. Amândio eu não quero que fique com uma ideia que sou que estou a mentir, e que sou eu que estou a dar dados errados, o que acontece é que, de facto, e o Sr. Presidente está certamente a certificar-se para dar uma resposta a esta Assembleia, a

mostrar os dados, e eu tenho aqui uma folhinha para lhe entregar que é a pagina duzentos e quarenta e seis, da acta da reunião do ano passado, por esta altura, onde, de facto, os valores não coincidem com aqueles que são apresentados hoje, e é exactamente isso que eu perguntei, mas eu vou-lhe dar esta folhinha para o Senhor ficar e certificar-se de que eu não estou levantar suspeitas. Mas, olhe Dr. Amândio, e tenho, de facto, muito respeito por si, mas sabe que essa é uma diferença e o Sr. utilizou uma adjectivação no seu discurso diferente da que a gente utiliza e da que nós estamos habituados a utilizar, é que o Sr. disse uma coisa que, de facto, infelizmente o Sr. Presidente de Câmara e neste caso o Eng.º Jorge Nunes, de manhã não foi certamente o mais feliz quando se dirigiu a um membro ausente desta Assembleia, e o Sr. utilizou aqui uma expressão que é exactamente a expressão que a gente repudia, é que o Sr. disse, o Sr. tirou notas do meu discurso, eu também tirei do seu, é que o Sr. diz - nós combatemos pessoas que são contra Bragança. Pois essa é que uma diferença entre a vossa postura e a nossa, é que nós não combatemos pessoas, combatemos ideias, e pelas ideias, e o combate pessoal não entra, não é chamado para aqui. ....

----- Relativamente àquilo que eu disse, que foi repetitivo e à falta de imaginação e à falta de dinâmica, ó! Sr. Presidente, quem apresenta as propostas é o Sr. Presidente de Câmara, de facto tem sido infeliz, que esta história do IMI tem sido repetitiva ao longo destes dias. Bem, se já não lhe sobra imaginação, de facto tem toda a razão Dr. Amândio, de facto a Câmara é um conjunto de colaboradores, tem mais Vereadores e protocandidatos, de facto, olhe! que lhe peça uma ajudinha a ver se a imaginação continua a ser diferente. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado. ....

----- Quero informar o PS que tem dois minutos. Sr. Deputado Ortega tem a palavra. ....

----- **João Ortega** – Boa tarde a todos. Aproveitando os dois minutos eu só queria dizer que ter ideias diferentes não é estar contra a cidade, e portanto essa parte, Dr. Amândio Gomes, afectou-me, eu tenho ideias diferentes, combati, discuto-as e estou disposto a discuti-las, este assunto fica por aqui porque eu queria falar do IMI e do IMI de outra maneira. É que nós proprietários, vou dizer assim, vamos ter um outro agravamento que está aqui escondido, é que as nossas propriedades, hoje, e desde a implementação deste imposto, nunca valeram aquilo porque foram avaliadas e hoje não têm comprador, ou seja, o Estado tributa-nos por um valor que efectivamente ele não está no mercado e no

mercado, neste momento, o mercado imobiliário de Bragança se não é zero é próximo disso, portanto a desvalorização do imobiliário em Bragança é outra forma do imposto ser agravado. ....

----- E em relação à acção social é preciso ver que esta crise do imobiliário não afecta, digamos assim, os que chamamos, normalmente, “pobres”, afecta a classe média, afecta-nos a todos, o nosso património imobiliário desvaloriza todos os dias e a esta Assembleia, se calhar, convinha chamar a atenção para uma acção dos bancos, que está no início mas que pode vir ali a ser galopante, é os bancos venderem as casas cujas hipotecas não são pagas, pelo remanescente do valor da hipoteca, ou isso não chega acontecer ou as nossas casas, então, a venda dos bancos das casas hipotecadas passa a criar o valor de mercado e isso seria gravíssimo. Era esta a atenção que eu queria chamar à Assembleia .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Temos ainda uma inscrição, Deputado Nuno Reis, do PSD. ....

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Membros da AM. Muito rapidamente, porque a discussão já vai longa e não queremos perder tempo com coisas pouco importantes, dizer, muito rapidamente, o seguinte: o Dr. Amândio é o decano da bancada do PSD nesta Assembleia, a sua presença, nesta Assembleia, muito nos honra, muito nos orgulha, até porque a sua sabedoria construída ao longo da experiência de décadas ao serviço do poder local e da democracia, que sempre serviu com grande afinco, é um orgulho, é uma honra, gostamos muito de o cá ter e gostamos desta vivacidade e este contributo para o debate que nós aqui temos. E, portanto, não deixo de achar algo irónico, que de algumas bancadas se venha por em causa o seu espírito democrático depois de tantos anos ao serviço da democracia local e nacional que V. Exa. serviu até como Deputado da Assembleia da República.....

----- Dizer-lhe, finalmente, que quanto à segunda parte da intervenção do Deputado Ortega, deixe-me dizer-lhe que não podia estar mais de acordo, mas eu lembrava também ao Sr. Deputado duas coisas: primeiro - os valores patrimoniais, em muitos casos, foram avaliados para se conseguirem financiamentos junto da banca e nalguns casos foram inflacionados para obter esses financiamentos. De todo o modo, quero lembrar ao Sr. Deputado que se encontra em preparação um processo de reavaliação geral do património, nos próximos tempos. E portanto estou certo que nós todos poderemos fazer um ajustamento, uma modulação do valor patrimonial dos imóveis àquilo que são o seu valor real aproximado, porque é assim que se procura obter essa justiça e essa equidade, na tributação.....

----- Dizer, finalmente, ao meu querido amigo e ainda Primo distante, Vítor Prada Pereira, o seguinte, meu querido Vítor Prada Pereira, o meu amigo quis mesmo fazer-nos acreditar que em cem dias de Governo, este Governo criou sete mil milhões de euros de buraco? Ó! Sr. Deputado, não brinque comigo, então o desvio, o défice é de sete mil milhões e o Sr. acha que nós... olhe! Sr. Deputado, nem que estivéssemos muito entusiasmados conseguiríamos atingir esse valor, e portanto deixe-me dizer-lhe que a sua argumentação e os fundamentos da sua argumentação caem por terra, a responsabilidade dos Estado, do pandemónio em que chegaram as contas públicas é inteira e exclusivamente vossa, devem assumi-la, até porque esse é o primeiro acto de contrição para se reconciliarem com os Portugueses, que, como vêem, apesar das vossas posições ainda continuam bastante distantes de vocês. De qualquer forma dizer-lhe o seguinte, esta cidade de facto pode ser uma cidade do interior, pode debater-se com problemas de cidade do interior, é verdade que o poder de compra desta cidade pode e vai certamente muito maior, mas eu quero-lhe dizer uma coisa Sr. Deputado, é que esta cidade não se resigna e quer ter ambições como as cidades do litoral e para isso acontecer é necessário continuar a impulsionar o investimento público, é necessário continuar a ter uma atitude proactiva, dinâmica, ambiciosa, e não uma coisa comezinha para aqui muito paroquial e por isso lhe digo uma coisa, para nós continuarmos a investir, ó! Sr. Deputado o Sr. que sabe que há algumas discordâncias em algumas opções do investimento publico, em relação ao executivo, da minha parte, mas, olhe! Sr. Deputado, o Executivo foi eleito para liderar este Concelho e repare que os Srs. que nos acusam de vivermos mal com a democracia e de vivermos mal com opiniões diversas, é um Deputado que, às vezes, até nem está de acordo, que lhe vem aqui dizer que a democracia em Bragança está bem, recomenda-se, e digo-lhe uma coisa, em tudo que tenha que ver com o impulsionar a cidade, dinamizar os investimentos, continuar a acreditar que este projecto politico vai levar Bragança para onde ela merece, que é para um padrão de vida e um nível de riqueza próximo das cidades do litoral, eu estou-lhe a dizer que estes Deputados, na diversidade das suas opiniões, continuarão a apoiar, hoje e sempre, esta Câmara Municipal. Muito obrigado Sr. Deputado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão terminadas as intervenções, a Câmara Municipal tem tempo para, se o Sr. Presidente entender fazer algumas considerações, pelo que, faça o favor, Sr. Presidente, disponha. ....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. O primeiro esclarecimento é dirigido às questões levantadas pelo Sr. Deputado Bruno Veloso. A Conta de Gerência, no ano de dois mil e dez,

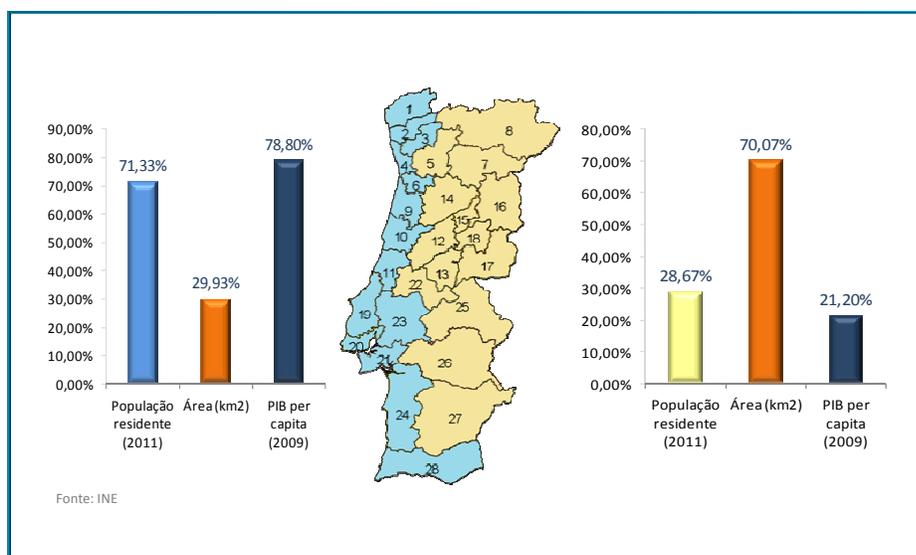
inscreve 2 794 600€ (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil e seiscentos euros). O valor que tinha indicado, que está provavelmente nesse mapa que eu não consultei, mas no mapa que me serviu de apoio e de informação, estão inscritos 2 915 000€ (dois milhões novecentos e quinze mil. Dois milhões novecentos e quinze mil foi o valor total das receitas arrecadas e dois milhões e setecentos e noventa e quatro é o valor da receita inscrita. Porquê a diferença? Pelas restituições que o Município tem de fazer ao longo do ano, face a pedidos de restituição que cidadãos apresentam nas Finanças, valores que vão sendo restituídos à medida que as situações são resolvidas. A conta de Gerência inscreve correctamente o valor efectivo da receita, já o orçamento inscreve valores previsionais de realização de receita, podendo esta confusão estar a dar origem às questões colocadas. ....

----- Os fundamentos para fixar as taxas de IMI são os mesmos. Poderíamos, eventualmente, agora tínhamos razões relacionadas com o corte de transferências por parte da Administração Central, apresentar proposta de aumento de taxas de IMI. O país está confrontado com uma situação financeira difícil, em recessão económica, resultado de viver há mais de quinze anos acima das suas possibilidades, tendo-se endividado excessivamente, estando no essencial a ser governado a partir de orientações externas impostas. Não fosse o governo de equilíbrio e boa gestão orçamental, estaríamos a propor tudo o que o Governo Central se obriga a fazer, isto é, aumentar a carga de impostos aos cidadãos, reduzir o investimento, para pagar dívidas. Face ao equilíbrio que temos mantido, apesar de termos desde há 14 anos consecutivos mantido um elevado investimento, como não há registo, não estamos a propor agravamento dos valores das taxas de IMI, pelo contrário. ....

----- Portanto não se trata de uma falta de reflexão, bem pelo contrário, o desejável seria aumentarmos a coluna das receitas correntes, precisávamos, a todo custo, aumentar as receitas correntes, mas sabemos que a conjuntura económica é extremamente desfavorável para os cidadãos, e que o Governo a ter que se sacrificar com uma carga fiscal impossível, os cidadãos para fazer face a uma governação descontrolada, bom, tivemos que optar por um cenário minimalista que é o de manter a situação. ....

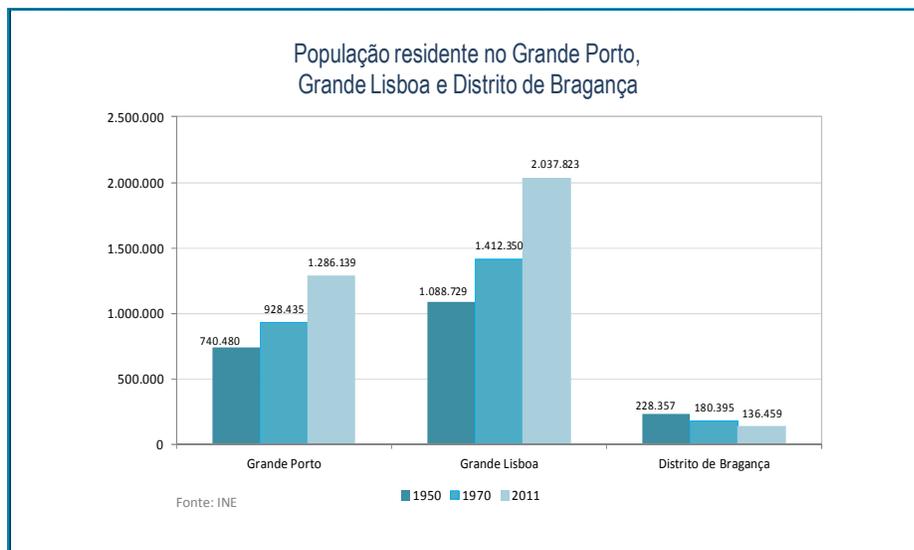
----- É evidente que a Bragança de hoje não é a Bragança de há catorze anos atrás, apesar da sua localização periférica no contexto do País. É preciso entender que os municípios do interior, e Bragança sofre dos problemas associados à sua localização, têm estado nas últimas décadas, sujeitos a uma pressão excessiva do centralismo. Vejam-se os seguintes dados a partir do documento projectado: constatamos que 3/4 da população está no litoral, numa faixa de território correspondente a 30% da

área do território nacional, 4/5 da economia está no litoral, significa que resistir no interior não é fácil, os municípios no interior resistirem com orçamentos altamente dependentes de transferências do Estado, exercício quase impossível, 2013 será mais difícil e 2014 ainda mais, esta é a minha convicção, e que em a construção do orçamento do Município de 2012 também não é fácil. ....

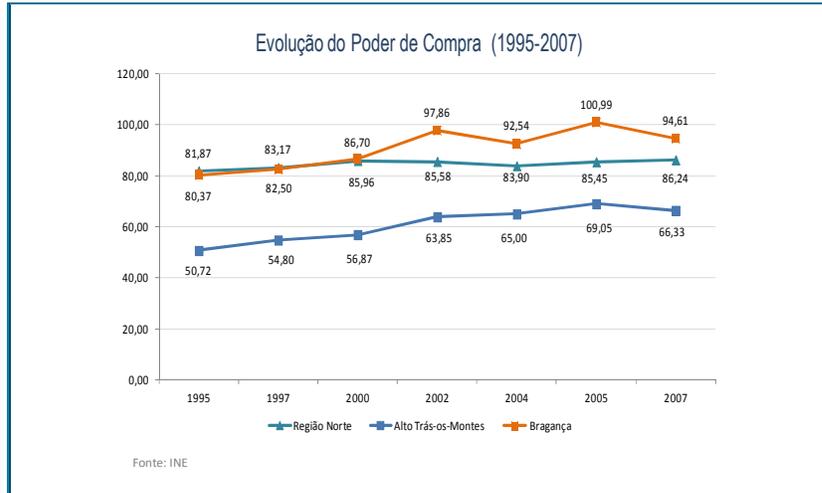


1

Mas, ainda assim, constatamos, pelos censos de 2011, que Bragança resiste em termos territoriais, consegue desempenhar o seu papel de cidade ancora no território, consegue fixar nas actividades económicas, fixar pessoas, é o único município de Trás-os-Montes que cresce, e no Douro o único município que cresce é Vila Real, crescem os dois municípios, se este dado é positivo, já o decréscimo da população em todos os restantes concelhos não é um bom sinal para as duas cidades, nós precisávamos é que estivessem a crescer de um modo geral, todos os concelhos. Mesmo assim, estas duas cidades, e Bragança estando mais periférica do que Vila Real, cidade que está a um passo do Porto, e por isso aí se fixam mais iniciativas, mesmo de âmbito público, pela sua proximidade ao litoral, o que não acontece com Bragança, tendo que se lutar de forma muito mais intensa para se conseguir assegurar a fixação de iniciativas adicionais, e, ainda assim, Bragança é um território que faz ancoragem para os territórios próximos, em que a população e a economia crescem. ....

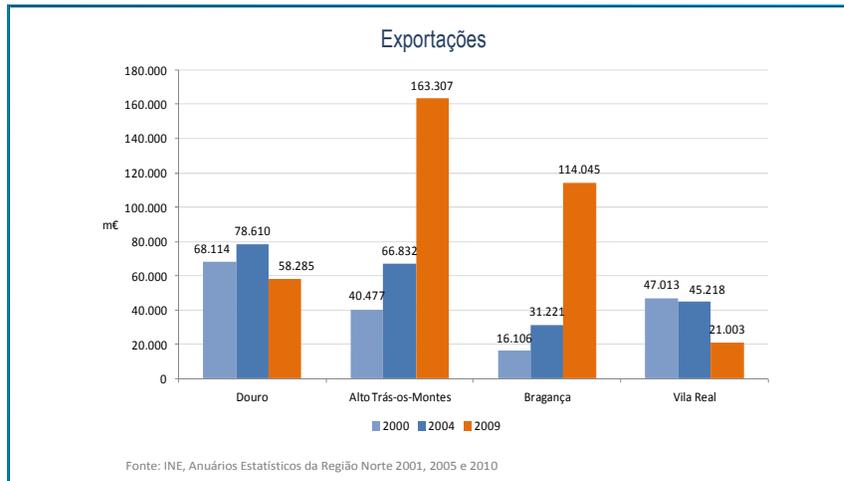


----- A cidade ganhou, de forma inequívoca, atratividade, competitividade, os dados evidenciam-no bem. Se olharmos para a evolução do poder de compra, a partir de 1997, Bragança começa a distanciar-se e a superar a média da Região Norte.



3

Em 2005 ocupávamos a sétima posição de entre todos os municípios da Zona Norte, comparação feita com municípios muito competitivos, como é a Maia, com o Parque de Ciência e Tecnologia, onde tem centenas de engenheiros a trabalhar para multinacionais, ou com municípios como Matosinhos, que tem receitas próprias enormíssimas, comparada com aquilo que nós podemos angariar num universo reduzido e com dificuldades de orçamento, ainda assim, neste período de governação do PSD na Câmara Municipal, é bem evidente uma trajetória de crescimento e de afirmação na economia, de afirmação a nível dos cidadãos. ....



----- E se olharmos para a actividade económica, agora de forma mais clara e observarmos a actividade exportadora, o Município de Bragança evolui de 2000, no mesmo período, para 2009, representando 60% de todas as exportações do Alto de Trás-os-Montes. Se compararmos com o Douro, representa, só Bragança, o dobro da exportação do Douro, o discurso negativo, pessimista, de falta de visão, tem que se relativizar e cada um dá-lhe a importância que quer. Eu não perco tempo com esse tipo de visão, ouço-a, naturalmente, é a minha obrigação, mas temos que empenhar o melhor da nossa energia para continuar a fazer evoluir o nosso Concelho, para que o exemplo do Município seja indutor para as restantes instituições. ....

----- Há uma coisa que é clara, que os cidadãos estão em sintonia com a posição da Câmara Municipal, sabem que a construção de Veiguinhas é estrutural, não é um problema conjuntural, é um problema que se arrasta há cerca de três décadas, não há, hoje, dinheiro para construir soluções economicamente inviáveis, não é possível também que um grupo restrito de fundamentalistas impeça, de forma irracional, a concretização da única solução económica e ambientalmente possível.....

----- Pode ser necessário recuperar direitos do povo Bragançano, o acesso a recursos próprios, pela via da oposição no âmbito do direito, quem impôs restrições administrativas inaceitáveis, pode eliminá-las, não podemos que nos arrastem para uma situação de subdesenvolvimento sem se saber concretamente o que se pretende proteger e que seja mais relevante que as pessoas, as suas actividades sociais e económicas, sempre desenvolvidas em boa harmonia com o território. As próximas

décadas da humanidade vai estar confrontada com problemas que se relacionam com a água, a energia, os alimentos. É importante aproveitar de forma sustentada os recursos, não abandonar o território e por isso consideramos inaceitáveis soluções que rompem com o equilíbrio que sempre as populações souberam manter.....

----- Uma situação de seca prolongada deixa-nos sem um recurso essencial. Não há água nos rios ou em albufeiras, em condições de utilização, e sem capacidade de transporte de outras origens, situação á qual a Protecção Civil Nacional informou não poder responde por falta de meios, e o custo, se fosse possível mobilizar os meios necessários seria da ordem de, um milhão e oitocentos mil euros/mês. ..

----- Estamos pois a falar de um problema estrutural, de um problema grave para a vida das pessoas e para as actividades económicas, que não podem ser encaradas de ânimo leve, em gabinetes, colocando em confronto, de forma irracional um interesse estratégico, bem sentido e compreendido pelos cidadãos, com ideias que também não fazem sentido no plano global sustentabilidade global e em particular em sentido específico no que respeita á resolução de um problema local prioritário.....

----- Apoios Sociais - Há apoios sociais classificados como despesa corrente que o relatório de auditoria destaca. Há outros apoios sociais na área do investimento, agregados ao investimento como seja o investimento nos fogos sociais do Bairro da Mãe de Água que não vão aparecer no Relatório de Auditoria e de Avaliação das Contas no final de 2011, como tratando-se de apoio social, apesar de se tratar de um grande apoio. Trata-se de um investimento do Município em património próprio, que reverte para o activo do Município mas que não deixa de ser um importante apoio social que beneficia as famílias ali vivem, cidadãos de baixo rendimento que passam a usufruir de melhores condições de conforto e também da redução da factura energética. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Posto isto e não havendo mais inscrições para intervenções, vamos passar à votação do ponto 4.2.2 - Fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis para vigorar no ano 2012. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA ABSOLUTA, COM VINTE E QUATRO VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E QUARENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Bruno Veloso.....

----- -.....

----- **Presidente da Mesa** - A Mesa contou 24 pessoas, lamento, é irrelevante, no fundo, para o valor final e portanto esta é o valor que fica gravado no microfone. Dizia eu, declarações de voto? Registo de intenção de declaração de voto de Eduardo Malhão, José Brinquete, Ana Cláudia e Bruno Velosos. ....

----- Eduardo Malhão tem a palavra para a declaração de voto. ....

----- **Eduardo Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Sr. Vereador, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros da Juntas de Freguesia, minhas Sras. e meus Srs. Senhores. Votei favoravelmente a proposta de fixação das taxas do IMI para o ano 2012, acompanhando os meus colegas de bancada e respeitando o sentido de voto PSD, mesmo discordando das regras de cálculo que determinam, por portaria, o pagamento do IMI.....

----- Todavia gostaria de salientar que este imposto, conhecido para muitos como imposto terrível, teve o demérito de estar na base e no início da crise que tem afectado o mercado imobiliário no país e na região, aliás mercado esse que é hoje quase inexistente, como todos sabem. E eu recorro que em 2008 construíram-se em Portugal cerca de cento e vinte mil fogos, no fecho do primeiro semestre de 2011 tinham-se construído apenas sete mil fogos, é por isso, quase, hoje, um mercado estagnado. ....

----- Gostaria também de lembrar que os imóveis constituem a única existência das empresas dos promotores que é taxada mesmo não sendo vendida, se um empresa tiver no seu balanço, nas suas existências, um conjunto de imóveis ao longo de dez anos, são taxados mesmo que não tenham lucros com eles, e pagam imposto a partir do terceiro ano, estão isentas três anos, após os três anos pagam impostos, ao fim de dez anos esse imóvel pode estar depreciado em cerca de 30%. É de facto uma situação dramática, por isso urge encetar um processo de reforma deste imposto, essa reforma obviamente que não pode no âmbito desta Assembleia é da competência do Governo, mas a própria impulsionadora e autora da anterior reforma da tributação do património, precisamente a Dr. Manuela Ferreira Leite, já hoje, aqui invocada, é de opinião que é preciso depois de algum experimentalismo e de algum percurso deste imposto, fazer a sua reforma e adapta-lo às necessidades do mercado e à actual situação. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, para a declaração de voto, o Sr. Deputado José Brinquete. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM eu aproveitava a declaração de voto para dizer que a discussão deste ponto teve algumas derivações para outros assuntos que não eram só o que estava em debate, houve aqui um momento de alguns comícios, como diria Pacheco Pereira - o momento Chaves -

Chaves, para quem não percebeu bem a primeira vez, o momento Chaves, aquele momento de comício que me apraz, e depois o Sr. Presidente da Câmara também teve a necessidade de tratar na sua intervenção de esclarecimentos assuntos que não tinham mesmo a ver com isso, e disse uma coisa interessantíssima que eu tenho que registar para a acta: Se tivermos em conta, porque é essa a verdade absoluta, que quem chumbou o estudo de impacto ambiental foi o Ministério do Ambiente, eu repito, o Ministério do Ambiente, e o Sr. Presidente da Câmara sabe que foi o Ministério do Ambiente, então é de também ter uma leitura de que o Sr. Presidente da Câmara diz que há um grupo restrito de ambientalistas fundamentalistas, portanto eu não sabia que no Ministério do Ambiente, no poder político havia um grupo restrito de ambientalistas fundamentalistas. ....

----- A CDU, em coerência, votou contra e eu expliquei detalhadamente as razões porque é que votou contra, mas também regista que o grupo parlamentar do PS votou contra o voto dos seus Vereadores na Câmara... ..

----- - .....

----- **José Brinquete** - Então a acta é falsa! E eu tenho aí a acta que é ... ..

----- - .....

----- **José Brinquete** - Tem a certeza? Não, isso foi nas majorações, ...é, então se for assim, se for assim, eu depois vou-me certificar e posso corrigir a minha apreciação política. ....

----- Por último, dizer que me agradou muito a posição do Eduardo Malhão, agora aqui, na declaração de voto, porque o Deputado Eduardo Malhão disse, em resumo, o seguinte: Que é contra, mas que vota favoravelmente por disciplina política. Ora, para um cidadão que diz que é um eleito independente, é um independente muito disciplinado, ou será que isso tem a ver também com as novas responsabilidades que brevemente vai assumir, de qualquer maneira, muita sorte para o mandato que vai ter, porque não vai ter concorrente, onde vai ter que defender efectivamente os seus associados, aí não pode meter a disciplina de voto do PSD. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, para declaração de voto. ....

----- **Ana Almeida** – Bom, só reforçar porque é que votei contra. Efectivamente porque acho que o debate foi profícuo na conclusão e o membro Eduardo Malhão tirou essa mesma conclusão, aquilo que o Arquitecto Ortega disse, desvalorização predial com a sobreavaliação dos prédio implica uma dupla tributação do património, que efectivamente nos vai levar, ainda, e o Dr. Nuno não está aqui, não é à

fixação das pessoas. Eu só não percebo é que nomeadamente os Sr. Presidentes de Junta, que lutam no seu dia a dia pela fixação de pessoas nos seus aglomerados, tenham votado a favor, porque efectivamente estão a dar, digamos assim, mais um empurrão para que as pessoas saíam dos aglomerados e vão para a cidade ou para outras cidades. ....

----- E portanto o problema é efectivamente estrutural e, como bem disse o Brinquete, não é? Só a disciplina de voto justifica esta falta de independência na votação, porque todos concordámos que o problema é grave e é de tributação do património e que não está bem. ....

----- Portanto se o Município tem poucas receitas próprias, também não percebo o Sr. Presidente, como é que, aliás não é verdade, tenha dito que Bragança tem vindo sempre a crescer, de 2005 a 2007 a linha amarela estava a decrescer e se houve um aumento de exportações, então estamos bem para que vir com a taxa de IMI, ainda, Sr. Presidente? É contraditório, e os fundamentos são precisos, Sr. Presidente, não é falta de imaginação que lhe queremos imputar, é porque efectivamente na tomada de decisões e esta é uma decisão discricionária que implica avaliação técnica, percebe? Os fundamentos têm que vir ao de cima para parecer verossímeis, porque se não forem verossímeis estamos a brincar, por isso votei contra. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.....

----- Sr. Deputado Bruno Veloso quer fazer a sua declaração de voto? Tem a palavra. ....

----- **Bruno Veloso** – Naturalmente por tudo o que foram as nossas intervenções, o PS só podia votar contra esta proposta da Câmara Municipal e esclarecer também o José Brinquete, que por algum lapso naturalmente seu, não reparou na votação dos Vereadores da Câmara Municipal representantes do PS, que além de votarem contra ainda assumiram uma declaração de voto onde explicam de facto esses mesmos motivos da declaração de voto. ....

----- Ainda relativamente a este ponto foram, de facto, abordadas outras questões, mas há uma coisa, antes de passar aos números que o Sr. Presidente nos deu, que eu queria de facto saudar. Queria saudar o Deputado Malhão, que durante os dois anos anteriores a este, portanto 2010 e 2009 fez exactamente o mesmo discurso, exactamente o discurso oposto que ele faz aqui, hoje, mas a votação acaba por ser a mesma, mas saúdo, de facto, a sua justificação pelo menos, esperemos que para o próximo ano, se a medida for a mesma, de facto tenha a coragem de afrontar o seu grupo parlamentar e votar de acordo com aquelas que dizem ser hoje as suas convicções, que não foram no passado,

porque este debate a grande diferença que teve é que desta vez não foi o Eduardo Malhão a fazer a defesa da bancada do PSD, mas foi o Dr. Amândio. Portanto esta foi a única grande nuance perante uma mesma proposta exactamente igual à do ano passado. ....

----- Sr. Presidente de Câmara deixe-me que lhe diga, que o Sr. Presidente solicitou dados aos seus serviços, é só um pequeno esclarecimento, .....

----- **Presidente da Mesa** – Declaração de voto!, .....

----- **Bruno Veloso** – Mas vem na consequência também nos dados que nos foi apresentado pela Câmara Municipal em teor deste documento. O Sr. Presidente certamente que irá olhar melhor para as minhas dúvidas e também entenderá que os valores que lhe foram dados não serão os mais correctos, eu tenho aqui os documentos de Prestação de Contas do 2009, o Sr. Presidente na sua resposta diz-me o seguinte, e peço atenção à Assembleia .....

----- O que nos surge este ano, na sua proposta, é dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil. O que nos surgia na proposta do ano passado, referente a 2009, era de dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, esta era a minha dúvida que eu perguntei. O Sr. Presidente responde-me com os números de 2010, que eu não contesto porque a relação do ano passado com este ano bate certo, e o Sr. Presidente diz-me assim: Não! Em 2009, a Câmara Municipal arrecadou dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, que é isso que está na Conta de Gerência, e depois o que está no documento é dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e deve-se eventualmente a devoluções, eu não consigo entender como é que a Câmara faz uma devolução de sessenta mil e aumenta dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, para dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, não consigo entender. E depois o eu diz o documento de Prestação de Contas,.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado tem mesmo que terminar. ....

----- **Bruno Veloso** – Vou terminar já, o que diz o documento de Prestação de Contas não são os tais dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, Sr. Presidente, tenho aqui à minha frente, dois milhões, seiscentos e noventa e um mil. Portanto acho que é melhor o Sr. Presidente certificar-se e porque deve haver, de facto, aqui algum erro. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eu quero pedir aos Srs. Deputados, eu vou pedindo insistentemente, que se cinjam, de facto, às declarações de voto, da forma como deve ser e da forma correcta. ....

----- Passamos ao ponto seguinte .....

**PONTO 4.2.3 – MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS APLICÁVEL A PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS. ....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Setembro do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS APLICÁVEL A PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS**

Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada, a seguinte proposta, tendo por base a informação prestada pelo Departamento de Obras e Urbanismo:

“Considerando os incentivos já aprovados, nomeadamente a redução de taxas em 50% e 75% para todas as operações urbanísticas no Centro Histórico da Cidade, situação que muito pode beneficiar os proprietários de imóveis degradados;

Considerando que os vários prédios urbanos degradados existentes no Centro Histórico em nada prestigiam a imagem da cidade de Bragança, situação, que não acompanha ainda o enorme esforço feito pelo município ao nível da renovação de todas as infra-estruturas, pavimentos e mobiliário urbano, assim como o investimento realizado na Cidadela na reabilitação de coberturas e fachadas e outros imóveis de referência no centro histórico, bem como boas iniciativas de investimento privado na requalificação e valorização do património edificado;

Considerando que há edificações que debilitam a imagem urbana dado o seu estado de elevada degradação, não cumprem satisfatoriamente a sua função, fazendo perigar a segurança de pessoas e bens;

Considerando ainda o levantamento efectuado pelos serviços da Divisão de Urbanismo relativamente à actualização de novas situações de imóveis degradados e que no conceito de degradação se baseou nos seguintes critérios:

- Beirais e coberturas em estado de ruína total ou parcial;
- Paredes em derrocada total ou parcial das fachadas;
- Ausência total ou parcial de caixilharias.

Considerando como necessária a penalização dos proprietários que abandonam os seus prédios não promovendo a sua conservação, recuperação e reabilitação e por isso prejudicam a imagem urbana do conjunto;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redacção dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, prevê no n.º 8 do artigo 112.º, dos já citados diplomas a majoração até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados;

Propõe-se que, e em conformidade com o n.º 8 do artigo 112.º dos referidos diplomas, seja majorada em 30 % a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados conforme listagem, anexo I e planta de cadastro, anexo II, bem como solicitar ao Serviço de Finanças a actualização do valor patrimonial tributário relativo aos prédios identificados.

De salientar que na identificação dos imóveis, nas listagens dos anos de 2008 e 2009, os artigos matriciais n.º 162 da freguesia da Sé e n.ºs 559, 685 e 676 da freguesia de Santa Maria, deixam de ser objecto de majoração pelo facto de estarem a ser submetidos a obras de beneficiação, devidamente licenciadas por esta autarquia, beneficiando da mesma medida os imóveis constantes na listagem do ano de 2010 referente aos artigos matriciais n.ºs 112 e 933 da freguesia da Sé.

Considerando, também, ser justo que para os proprietários de imóveis que venham a ser intervencionados com obras de beneficiação, das quais resulte reavaliação do valor patrimonial, os mesmos sejam beneficiados, através da minoração do IMI;

Considerando que a área definida no Plano de Pormenor da Zona Histórica I é a área urbana mais representativa em termos patrimoniais e com mais constrangimentos em termos de uso;

Assim, propõe-se:

- Em conformidade com o n.º 6 do artigo 112.º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redacção dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, seja minorada em 30% a taxa a aplicar aos prédios que venham a ser intervencionados com obras de beneficiação, dentro da área

definida pelo Plano de Pormenor da Zona Histórica I e áreas urbanas das freguesias rurais e Vila de Izeda, das quais resulte reavaliação do valor patrimonial, apresentados anualmente em lista própria com base nos alvarás de utilização emitidos pela Câmara Municipal.

Que os prédios objecto de minoração da taxa de IMI, relativamente aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, sejam os constantes do anexo III e planta de cadastro anexo IV.

Os prédios que já beneficiaram da minoração do IMI, no ano de 2008, cessam a manutenção deste incentivo no ano de 2011, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 8 de Setembro de 2008, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 29 de Setembro de 2008.

Os prédios que já beneficiaram da minoração do IMI no ano de 2009, está previsto ainda a manutenção deste incentivo até ao ano de 2012, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 12 de Novembro de 2009, submetida e aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal a 27 de Novembro de 2009.

Aos prédios que já beneficiaram da minoração do IMI no ano de 2010, está previsto ainda a manutenção deste incentivo até ao ano de 2013, conforme proposta apresentada em Reunião de Câmara de 13 de Setembro de 2010, submetida e aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal a 24 de Setembro de 2010.

Os prédios objecto de identificação e que foram submetidos a obras de beneficiação dentro da área definida pelo Plano de Pormenor da Zona Histórica I e áreas urbanas das freguesias rurais e Vila de Izeda, das quais resultou reavaliação do valor patrimonial e respectiva emissão dos alvarás de utilização, no período compreendido entre Setembro de 2010 a Agosto de 2011, devem, à semelhança dos anos anteriores, ser mantido o incentivo pelo período de 4 anos.

Assim sendo, propõe-se submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas f) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), n.º 6, do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nºs 7 e 8 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redacção dada pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.”

#### **Intervenção do Sr. Vereador, Jorge Gomes**

O Sr. Vereador questionou o Sr. Presidente sobre se estavam salvaguardados os interesses dos proprietários sem recursos financeiros, de forma a estarem abrangidos pela isenção da Majoração.

### **Intervenção do Sr. Presidente**

O Sr. Presidente informou que esse tipo de isenção encontra-se previsto na respectiva Lei.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar conforme informação proposta.

Mais, foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

### **Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha:**

O Sr. Vereador Humberto Rocha, embora votando favoravelmente, manifestou no entanto sérias dúvidas de que uma boa parte dos proprietários de imóveis abrangidos pela majoração, tenham capacidade financeira para poder proceder só por si a recuperação dos respectivos imóveis.

### **Declaração de voto do Sr. Presidente:**

O Sr. Presidente sublinhou que a proposta de majoração e minoração apresentada, corresponde a uma boa orientação de política urbanística.

À maioria dos imóveis está atribuído um valor patrimonial muito baixo, (valor médio dos prédios rústicos é de 16,92€ e para os prédios urbanos é de 26 293,00€), estando isentos os prédios, sempre que o montante do imposto a cobrar seja inferior a 10,00€, o que abrangerá alguns imóveis, verifica-se ainda, um conjunto amplo de outras isenções legais nomeadamente os sujeitos passivos cujo rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior ao dobro do valor do IAS, e cujo valor patrimonial tributário global não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de Setembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

**ANEXOS: Anexo I – Majoração-Taxas do IMI; Anexo II – Planta de cadastro-projecto IMI-Majoração; Anexo III – Lista de prédios urbanos para minoração da taxa do IMI – 2011 (2 páginas) e Anexo IV – Planta de cadastro – projecto IMI – Minoração”**



ANEXO I

**MAJORAÇÃO - TAXAS DE IMI**

**LISTA DOS PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS PARA MAJORAÇÃO DA TAXA IMI**

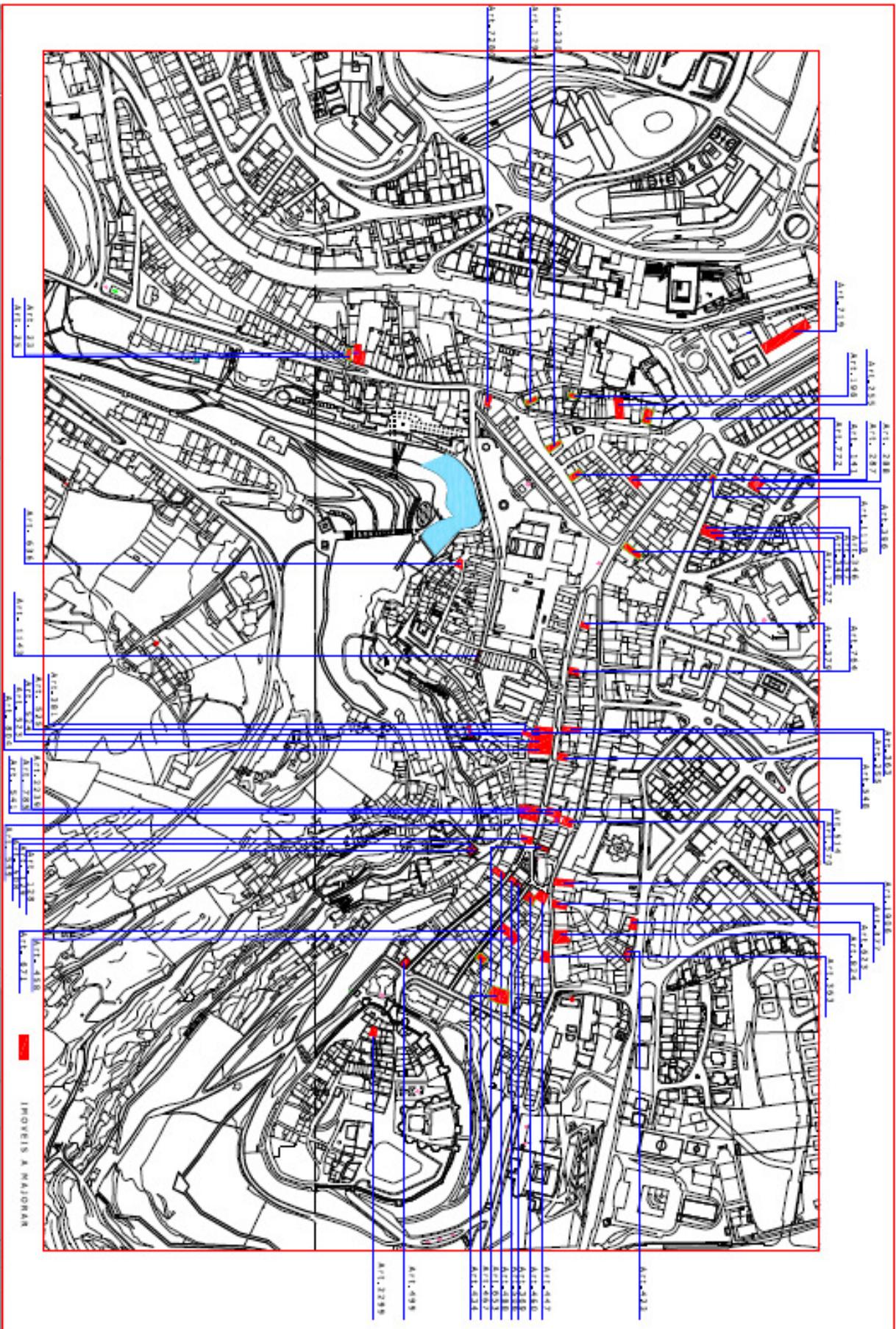
Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Taxa	Majoração
Santa Maria	363	€ 14.733,95	0,60%	30%
Santa Maria	364	€ 23.848,92	0,60%	30%
Santa Maria	377	€ 9.159,09	0,60%	30%
Santa Maria	458	€ 1.873,64	0,60%	30%
Santa Maria	447	€ 8.979,05	0,60%	30%
Santa Maria	508	€ 9.404,75	0,60%	30%
Santa Maria	514	€ 11.500,29	0,60%	30%
Santa Maria	523	€ 27.679,48	0,60%	30%
Santa Maria	524	€ 13.996,75	0,60%	30%
Santa Maria	525	€ 112.073,48	0,60%	30%
Santa Maria	541	€ 3.133,54	0,60%	30%
Santa Maria	549	€ 22.671,71	0,60%	30%
Santa Maria	559	€ 39.290,00	0,365%	30%
Santa Maria	570	€ 7.004,56	0,60%	30%
Santa Maria	623	€ 2.365,04	0,60%	30%
Santa Maria	636	€ 5.942,03	0,60%	30%
Santa Maria	671	€ 18.292,15	0,60%	30%
Santa Maria	685	€ 15.540,00	0,365%	30%
Santa Maria	785	€ 21.646,06	0,60%	30%
Santa Maria	804	€ 17.861,70	0,60%	30%
Santa Maria	824	€ 7.562,31	0,60%	30%
Santa Maria	980	€ 4.892,26	0,60%	30%
Santa Maria	1906	€ 8.250,30	0,60%	30%
Santa Maria	2239	€ 4.860,00	0,365%	30%
Santa Maria	548	€ 6.762,55	0,60%	30%
Santa Maria	653	€ 49.320,00	0,365%	30%
Santa Maria	460	€ 9.307,87	0,60%	30%
Santa Maria	467	€ 17.510,00	0,365%	30%
Santa Maria	506	€ 8.929,00	0,60%	30%
Santa Maria	488	€ 6.779,49	0,60%	30%
Santa Maria	434	€ 9.111,77	0,60%	30%
Santa Maria	255	€ 1.696,10	0,60%	30%
Santa Maria	128	€ 20.335,00	0,365%	30%
Santa Maria	129	€ 21.393,25	0,365%	30%
Santa Maria	369	€ 4.805,88	0,60%	30%
Santa Maria	499	€ 2.257,95	0,60%	30%
Santa Maria	423	€ 7.383,10	0,60%	30%
Santa Maria	676	€ 14.991,88	0,365%	30%
Sé	23	€ 7.359,11	0,60%	30%
Sé	162	€ 34.559,21	0,60%	30%
Sé	255	€ 8.462,91	0,60%	30%
Sé	287	€ 4.558,64	0,60%	30%
Sé	288	€ 9.198,79	0,60%	30%
Sé	346	€ 2.425,94	0,60%	30%
Sé	347	€ 5.141,04	0,60%	30%
Sé	348	€ 4.400,00	0,365%	30%
Sé	379	€ 2.391,56	0,60%	30%
Sé	396	€ 18.398,02	0,60%	30%
Sé	719	€ 81.694,54	0,60%	30%
Sé	764	€ 61.290,00	0,60%	30%
Sé	141	€ 27.611,03	0,60%	30%
Sé	1727	€ 32.419,32	0,60%	30%
Sé	25	€ 8.929,00	0,60%	30%
Sé	772	€ 184.950,00	0,365%	30%
Sé	196	€ 2.073,93	0,60%	30%
Sé	129	€ 7.103,63	0,60%	30%
Sé	230	€ 6.548,46	0,60%	30%
Sé	1118	€ 1.718,35	0,60%	30%
Sé	1143	€ 1.489,28	0,60%	30%
Sé	7280	€ 90.630,00	0,365%	30%

Elaborado por:

Arq.to João Ribeiro (Chefe Divisão Urbanismo)

Data: \_\_\_\_\_

Ezequiel Diegues (Assistente Técnico)



**CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**  
 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO  
 Divisão de Urbanismo

**PLANTA DE CADASTRO - Anexo II**  
 PROJECTO IMI  
 - MAJORAÇÃO -

PROJ.	ARQUIT.
ENG.	DOMIC.
REC.	PROVISOR.
	REPARAR

SETE/2011  
 Escala: **1**

LISTA DE PRÉDIOS URBANOS PARA MINORAÇÃO DA TAXA IMI - 2011 (ANEXO III)

Nome	Nif	Freguesia	N.º Artigo	Matriz	N. Lic. Util.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dora de Lurdes Pereira dos Santos	166016080	Nogueira	382	urbana	12_08	x	x	x	x			
Amalia Augusta Santos Silva	131613510	Quintela de Lampaças	417	urbana	24_08	x	x	x	x			
António Carlos da Fonte Amarel	184120020	São Pedro	383	urbana	46_08	x	x	x	x			
Hipólito Augusto Correia de Matos	209223316	Aveleda	522	urbana	49_08	x	x	x	x			
Cremilde Augusta Pires	108991083	Gondensende	245	urbana	54_08	x	x	x	x			
Vitor Manuel Borges Pires	219086870	Alfaião	84	urbana	58_08	x	x	x	x			
Eugénia Maria de Lurdes Fernandes	109726537	Coelhoso	442	urbana	69_08	x	x	x	x			
José Amadeu Cardoso de Araújo	144260239	Gondensende	235	urbana	90_08	x	x	x	x			
Maria do Amparo Pereira dos Santos	210651474	Samil	1770	urbana	94_08	x	x	x	x			
António Valdemar Ferreira	248177222	Rio Frio	446	urbana	98_08	x	x	x	x			
Neilson João Rodrigues Fernandes e Andreia Delmima Rodrigues Fernandes	214699935 e 225105950	Baçal	402	urbana	109_08	x	x	x	x			
Carminda do Ceu Xavier Rodrigues	192487272	Macedo do Mato	377	urbana	110_08	x	x	x	x			
Elio Sarativa Botelho	211823295	Mós	97	urbana	132_08	x	x	x	x			
Avelino Jorge Pereira Ribeiro	106372637	Gimonde	269	urbana	133/08	x	x	x	x			
Maria Gorete Pereira da Cruz	147185165	Babe	335	urbana	167_08	x	x	x	x			
União de S. Pedro-Associação Recreativa e Social	504223321	São Pedro	31	urbana	190_08	x	x	x	x			
Luis Manuel Vinhas	135819679	Rio Frio	72	urbana	201_08	x	x	x	x			
Maria Margarida Neto Rego	152473602	Rabal	85	urbana	208_08	x	x	x	x			
Jorge Manuel Fernandes	164842284	Samil	1413	urbana	209_08	x	x	x	x			
Carlos Fernando Celas Rodrigues	205971008	Samil	36	urbana	220_08	x	x	x	x			
Anibal dos Santos Parente	140938900	Mós	206	urbana	223_08	x	x	x	x			
Paulo Jorge Mesquita da Costa	193806037	Santa Maria	2294	urbana	128_08	x	x	x	x			
Maria Virginia Caetano (António José Capitão)	142808318 (143850636)	Serapicos	434	urbana	250_08	x	x	x	x			
Luis Amandio de Sousa Martins	159957486	Rebordãos	96	urbana	248_08	x	x	x	x			
Maria Olinda Pires	208608494	Carrazedo	127	urbana	30_09	x	x	x	x			
Francisco Rodrigues Gostei	206446039	Aveleda	516	urbana	50_09	x	x	x	x			
Alcino António Afonso Pilão	188348310	Rebordãos	485	urbana	26_09	x	x	x	x			
Telmo Alexandre Age Cadavez	211174947	Parâmio	439	urbana	66_09	x	x	x	x			
Jurg Heinz Baldesberger	229731937	Rio de Onor	309	urbana	94_09	x	x	x	x			
Maximino do Sacramento	143850563	Serapicos	444	urbana	175_09	x	x	x	x			
Fernando Tabanez Ribeiro	119391260	Castro de Avelãs	164	urbana	149_09	x	x	x	x			
Julio Candido Santos (Isaura da Gloria Alfonso)	164688498 (703821768)	Izeda	804	urbana	176_09	x	x	x	x			
Isabel Maria Fação de Oliveira	177588640	Gimonde	44	urbana	193_09	x	x	x	x			
Marcelino Orlando Silva Ferreira Correia	199946663	Izeda	318	urbana	33_09	x	x	x	x			
José Augusto Palma Ferreira	151422656	Outeiro	Omisso	urbana	205_09	x	x	x	x		x	
Maria da Gloria Cemeirão Moreira	106334492	Izeda	267	urbana	220_09	x	x	x	x		x	
Américo Pires Veloso	117305430	França	520	urbana	241_09	x	x	x	x		x	
Delfim Agostinho Oliveira Atilano	212663402	Quintela de Lampaças	420	urbana	246_09	x	x	x	x		x	

LISTA DE PRÉDIOS URBANOS PARA MINORAÇÃO DA TAXA IMI - 2011 (ANEXO III)

Nome	IM	Freguesia	N.º Antigo	Munic	N. Le. Ucl.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ara Palmar Sacar Vila	200662002	Silves	140	urbana	249_09			x	x	x	x	
Luis Arnaldo de Sousa Ferreira	102020011	Beja	30	urbana	250_06			x	x	x	x	
Herculano Alves Allanor	101720100	S. Pedro	200	urbana	10_10			x	x	x	x	
valentim Augusto Moura	102000040	Oliveira	200	urbana	19_10			x	x	x	x	
Fernando Talma Rodrigues Talar de Jesus	100100000	França	541	urbana	80_10			x	x	x	x	
Maria do Ceu Anabela Alves	102001000	Gilmonde	07	urbana	123_10			x	x	x	x	
Joaquim do Nascimento Pereira	100517730	Expolitcausa	124	urbana	130_10			x	x	x	x	
Augusto Aclacio de Moura	100627104	Santa Maria	50	urbana	07_10			x	x	x	x	
Maria de Fátima Gomes Vinhas	202070047	Santa Maria	70	urbana	102_10			x	x	x	x	
Joel Sebastião Fernandes	175100470	Santa Maria	2100	urbana	127_10			x	x	x	x	
Maria João de Almeida Coelho de Sousa	104020000	Santa Maria	Orbeixo	urbana	140_10			x	x	x	x	
Ara Paula dos Reis Lamy Alves	200020000	Santa Maria	191	urbana	132_10			x	x	x	x	
Maria Adelaide Cavaleiro Rodrigues	100400710	Carnide	207	urbana	142_10			x	x	x	x	
Hugo Miguel Ferreira Rodrigues	210004201	Irada	770	urbana	17010			x	x	x	x	
António Avêlino Lopes Plassero	100070011	Santa Maria	007	urbana	17010			x	x	x	x	
Domingos Pires Moreira	100420710	França	107	urbana	17010			x	x	x	x	
Crutina Maria Rodrigues	210000700	São Pedro Semelinos	00	urbana	17010			x	x	x	x	
Cacimiro António Fernandes	100054000	Rio Frio	Orbeixo	urbana	20110			x	x	x	x	
Luis Filipe Pires Carneiro	202041000	Beja	100	urbana	20010			x	x	x	x	
Guilomar de Fátima Rodrigues Gomes	201202000	Carp. de Pareda	300	urbana	21010			x	x	x	x	
Adriano Lopes Erua	100000000	Alvão	04	urbana	20010			x	x	x	x	
Fernando Luis Moreira Fernandes	100000000	Santa Maria	07	urbana	12011			x	x	x	x	
Fernando Augusto Martins Gonçalves	174100002	Beja	002	urbana	0711			x	x	x	x	
António José Fernandes	100714011	Expolitcausa	000	urbana	0411			x	x	x	x	
Francisco Tiago Moreira Galvão	100700000	Gojal	10	urbana	0011			x	x	x	x	
Vitor manuel Rodrigues Pereira	104000700	Domel	Orbeixo	urbana	0111			x	x	x	x	
Fernando Telmaro Ribeiro	110001000	Cabeira de Avella	Orbeixo	urbana	7011			x	x	x	x	
Fernando Cardoso Pereira	200400000	Semel	2	urbana	7211			x	x	x	x	
Olga Manuela Gomes Pereira	240177040	Ribeirão	200	urbana	7111			x	x	x	x	
Eduardo do Nascimento Moreira	140007107	Avêlida	470	urbana	0711			x	x	x	x	
Maria Rosa Vitor Moreira	100720001	França	7000	urbana	0411			x	x	x	x	
Joel Daniel Fernandes	240121100	Santa Maria	070	urbana	0211			x	x	x	x	
Umbelina dos Anjos Capela	147000070	Mós	Orbeixo	urbana	4011			x	x	x	x	
Isabel Maria Rosa	104000074	Santa Maria	040	urbana	0011			x	x	x	x	



----- **Presidente da Mesa** - Quero dar uma informação prévia, porque nos documentos que remetemos aos Srs. Deputados, na certidão respectiva, sobre este ponto, na página três faltava a transcrição de uma intervenção do Sr. Vereador Jorge Gomes e a resposta do Sr. Presidente de Câmara. Verificou-se esse lapso, ele é corrigido hoje com a entrega de um documento onde já se reflecte essa intervenção do Sr. Vereador, e eu dei indicação aos serviços para passarem esse documento aos líderes dos grupos municipais e passo também a ler aqui para os restantes membros tomarem conhecimento desse facto. ....

----- Portanto na página três da certidão que receberam, não-de reparar que a meio do texto, após o terceiro parágrafo inicia-se a frase e diz “ após análise e discussão “ antes, aconteceu uma intervenção do Sr. Vereador Jorge Gomes, eu passo a ler, com a intervenção depois do Sr. Presidente. ....

----- Portanto termina no período anterior e diz o seguinte: .....

----- **“Intervenção do Sr. Vereador, Jorge Gomes.....**

----- O Sr. Vereador questionou o Sr. Presidente sobre se estavam salvaguardados os interesses dos proprietários sem recursos financeiros, de forma a estarem abrangidos pela isenção da Majoração. ....

**Intervenção do Sr. Presidente .....**

----- O Sr. Presidente informou que esse tipo de isenção encontra-se previsto na respectiva Lei. ....

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar conforme informação proposta. ....

----- Mais, foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos”. ....

----- Era este textozinho que faltava na certidão inicial, ela está já na posse dos líderes dos grupos municipais, e passamos então ao debate sobre este tema. ....

----- Neste sentido eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se pretende inicialmente proceder a algum esclarecimento adicional, ou pretende obter primeiro questões, para responder no final. ....

----- Nesse sentido, Srs. Deputados, inscrições para pedidos de esclarecimento sobre essa matéria? ...

----- Luís Pires, José Brinquete. Luís Pires tem a palavra para formular as questões que pretenda fazer à Câmara Municipal. ....

----- **Luís Pires** – Bom muito boa tarde a todos, mais uma vez. Bem-vindo, Nuno, essa eloquência que esteve para aí reservada para o fundo sala, durante uns tempos, parece que voltou ao activo. Verifiquei

com agrado que tentaste fazer uma imitação do meu timbre, não conseguiste, quando eu vim aqui fazer aquela declaração, de manhã, tentaste imitar-me, mas não conseguiste, da mesma forma que eu, por muito que me esforce, não consigo utilizar trezentas palavras para dizer que a parede é branca, diferenças de formação, mas enfim.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, as questões. ....

----- **Luís Pires** – Foi só um ponto prévio. Sr. Presidente continuo com uma dúvida relativamente a este ponto, que tem a ver com o seguinte: qual é que é o mapa que nos é apresentado? Qual é que é a delimitação? Eu fico sempre nesta dúvida, porque eu consigo identificar um conjunto de prédios degradados na cidade de Bragança que não estão identificados no mapa, facilmente visíveis por toda a gente que passeia um bocadinho pela cidade, portanto gostaria de saber qual é a delimitação física a que se cinge o mapa, para nós depois a seguir podermos fazer a intervenção. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado .....

----- José Brinquete, faz favor. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, para nós esta proposta é muito clara e nem é nova, é recorrente, porque a lei assim obriga, todos os anos, a tratar dela, mas há dois esclarecimentos que eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara pudesse fornecer, se for possível.....

----- O primeiro é o seguinte: as majorações estão a ser aplicadas aos proprietários que têm os imóveis degradados? A todos? Dito de outra forma, ou colocado de outra forma: A Câmara conhece os proprietários todos? Para tentar perceber melhor porque é que pagam sistematicamente uma majoração tão elevada, não é? E continuam sem mexer uma palha em relação ao seu património, não é? A segunda pergunta é: qual é a explicação que o Sr. Presidente da Câmara tem para que haja esta inércia em relação à recuperação dos imóveis depois de um investimento tão grande, do ponto de vista público, sendo certo que no meio rural, até pela lista que nos foi fornecida, há muito mais iniciativa? O que é que está a acontecer? .....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Houve duas questões colocadas, entretanto há interpolação à Mesa por parte de Nuno Reis, tem a palavra. ....

----- Sobre a condução dos trabalhos? .....

----- **Nuno Reis** – Sr. Presidente, eu solicitava à Mesa que informasse o Deputado Luís Pires, que me dirigiu alguns pedidos de esclarecimento, no seu pedido de esclarecimentos ao Município, o seguinte: tendo estado no fundo da sala, nunca abandonei a sala, como outros Deputados, sempre honrei o meu mandato e o compromisso que assumi perante os eleitores. Quanto ao número de palavras que cada um usa nas suas intervenções, bom, isso depende da dimensão e variedade do vocabulário que cada um tem. -- .....

----- Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente, foram formuladas as questões, o Sr. Presidente poderia proceder às respostas que foram solicitadas? .....

----- **Presidente da Câmara** - A majoração está, de facto, a ser aplicada, a introdução do factor de majoração é feito directamente pelos serviços, na base de dados das Finanças, seja a dos valores fixados para as taxas de IMI. Acontece que lidamos com edifícios com valores muito baixos, até algumas situações de isenção, e portanto o efeito real da decisão, num caso ou outro, é reduzido. Há situações complexas, muitos herdeiros querem vender, não conseguem resolver a situação, ou até temos sido confrontados com situações de património, em que não há herdeiros identificáveis, situação que estamos a tratar com as Finanças. ....

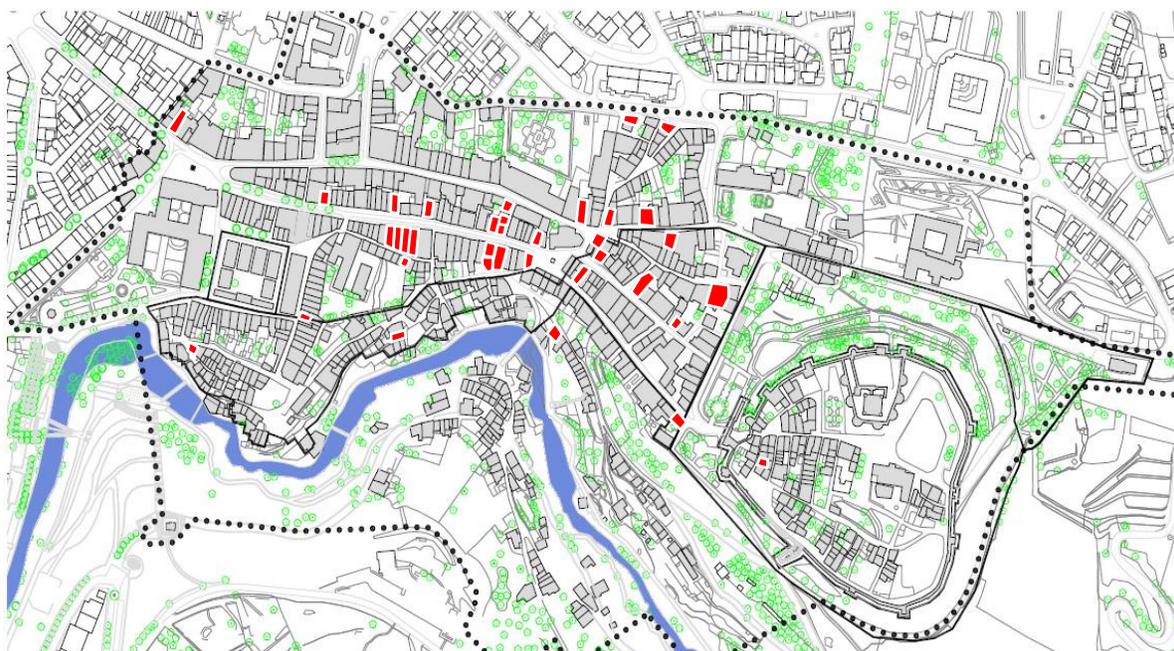
----- Já a actualização de imóveis com valores patrimoniais muito baixos, não tem evoluído, reunimos recentemente com responsáveis das Finanças para que a situação evoluísse. Há necessidade de aperfeiçoamento da reforma de tributação em sede de IMI, feita num sentido de maior justiça fiscal comparativamente ao sistema tributário anterior. O Governo manifestou de aperfeiçoar esta reforma, é bom que assim aconteça, visto se o universo de tributação aumentar haverá maior justiça tributária e permitirá ao Município baixar ainda mais as respectivas taxas. Confrontados com uma realidade dessas fá-lo-emos, até lá o Município tem também que proteger o seu equilíbrio orçamental. ....

----- Os imóveis que identificados, no Centro Histórico estão em situação de degradação, entendida essa degradação tendo por base de três parâmetros que estão descritos na respectiva certidão, são os que estão identificados com os respectivos artigos, em documento distribuído aos Srs. Vereadores. A situação no contexto da área edificada não corresponde a uma situação grave, no Centro Histórico de Bragança é evidente o razoável nível de conservação, comparativamente a centros históricos noutras cidades.....

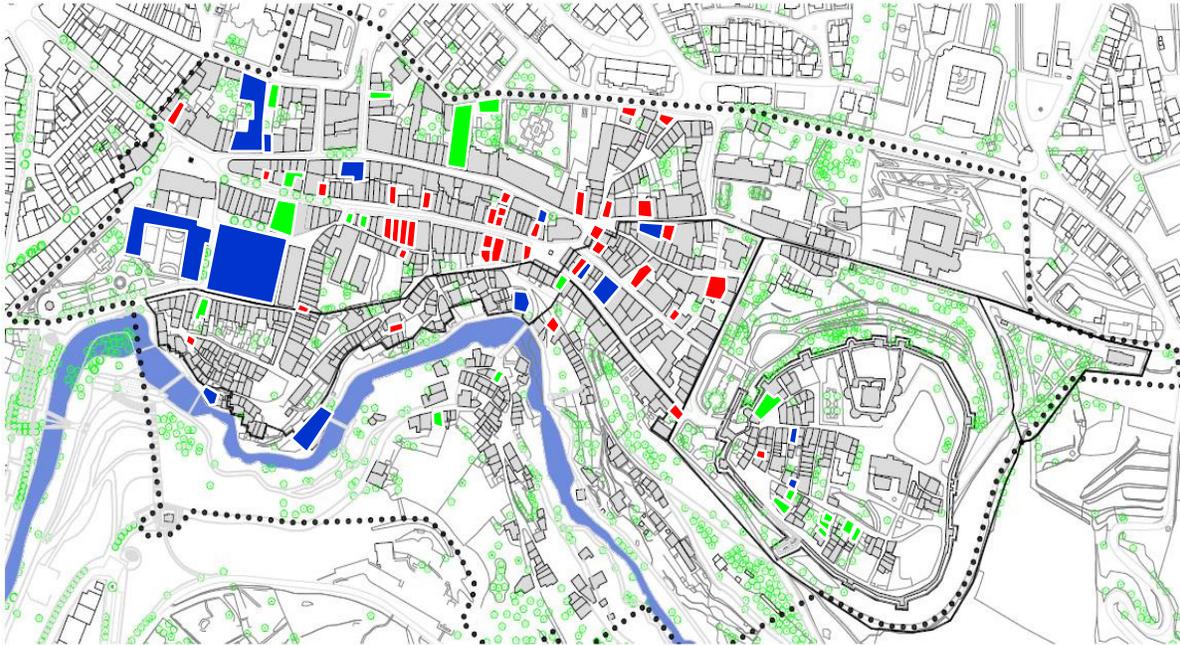
----- .....

----- Se passarmos para o mapa dos imóveis a aplicar minoração da taxa de IMI, constatamos que a situação no Centro Histórico tem evoluído significativamente. Há hoje mais sensibilidade dos proprietários para a reabilitação do que para a construção nova, o licenciamento municipal é hoje mais significativo na conservação de imóveis, mais na área rural do que na área urbana. No Centro Histórico de Bragança continua a haver intervenções de investimento público e privado de requalificação do património edificado.

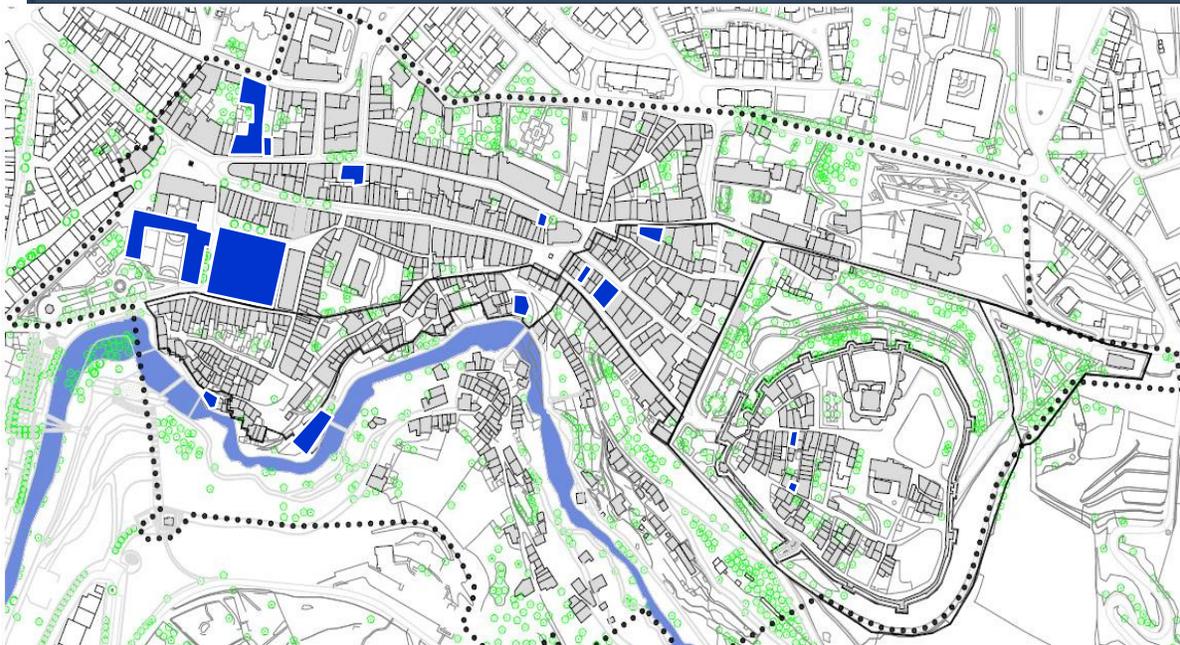
## Imóveis degradados



# Estado actual - dinâmica



# Investimento Público



# Investimento Público



# Investimento Público



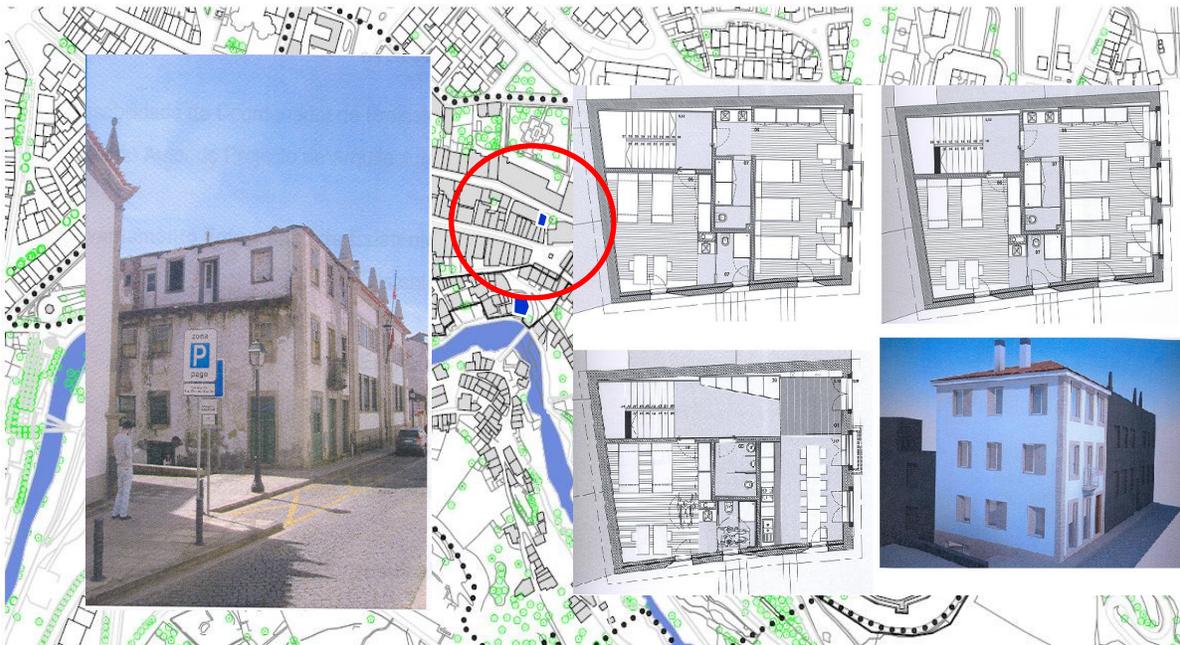
# Investimento Público



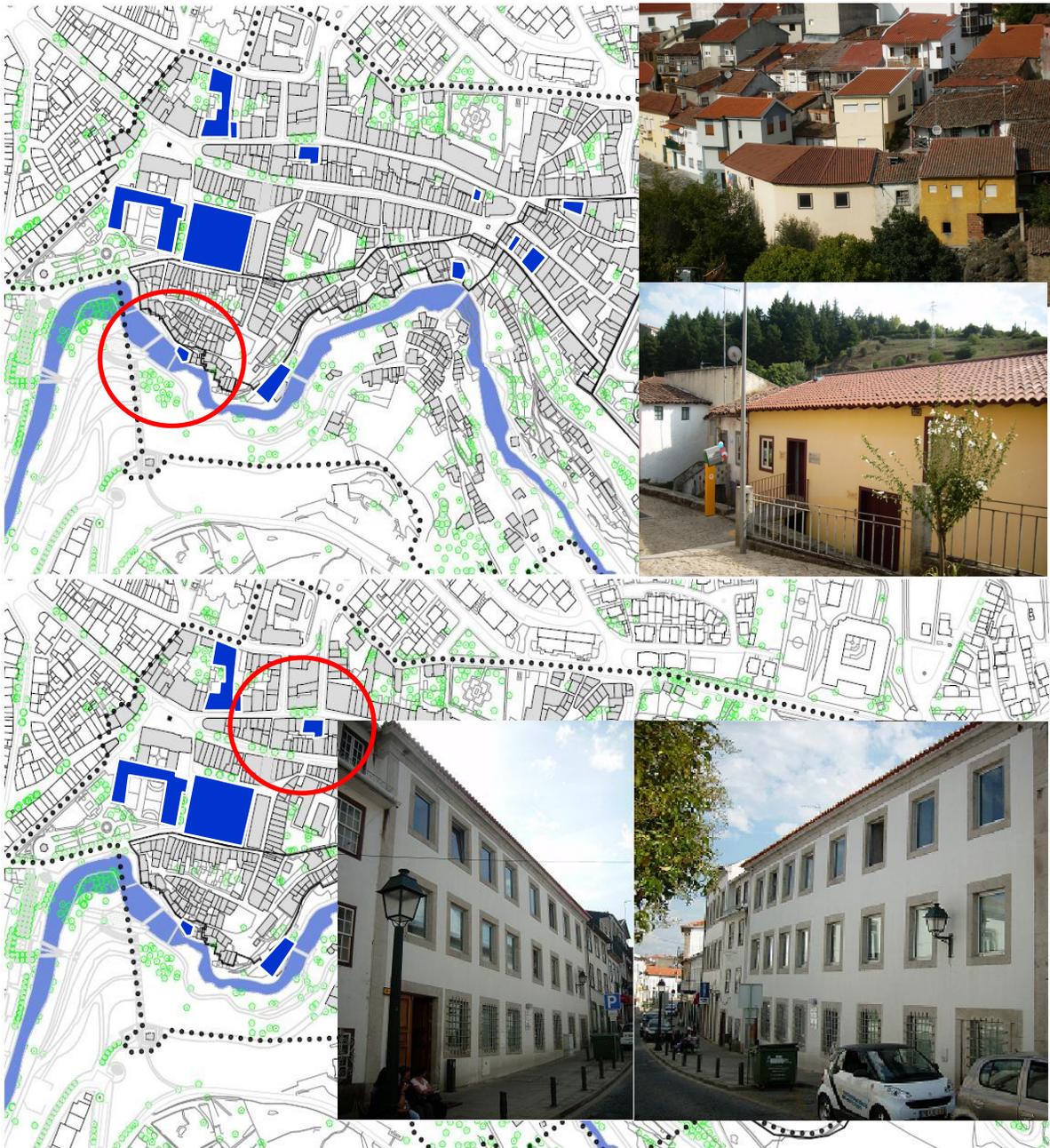
# Investimento Público



# Investimento Público



# Investimento Público



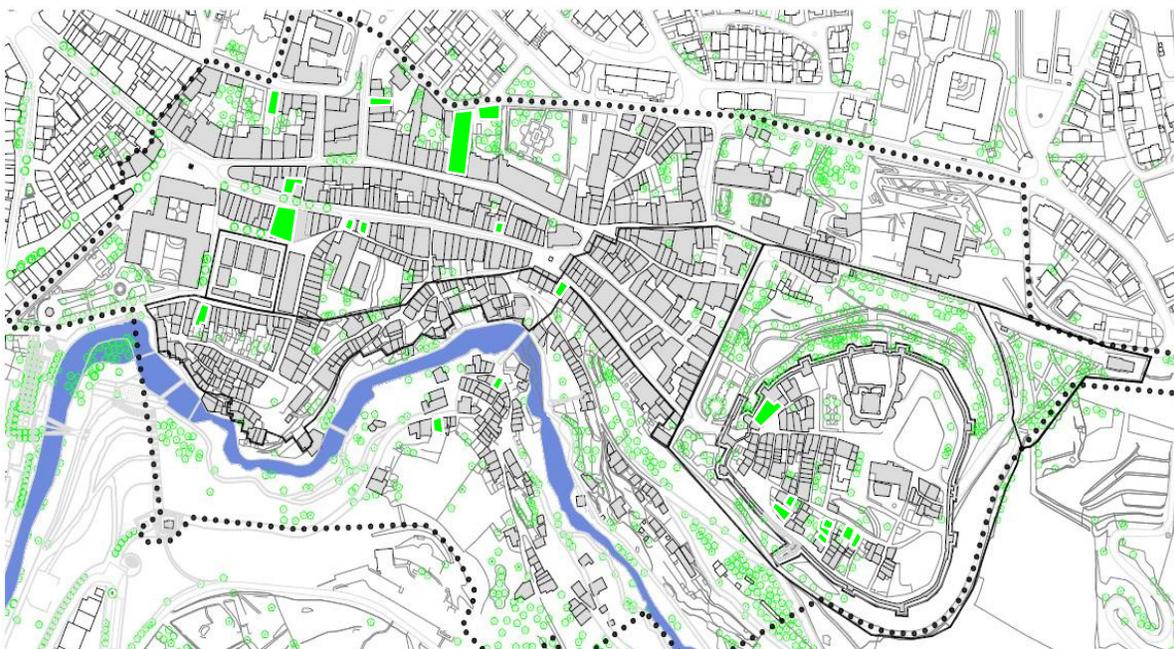
# Investimento Público



----- Esta é uma abordagem ao investimento público feito nos anos mais recentes ou em curso, em imóveis no Centro Histórico, a que acresce a recuperação de fachas e coberturas em 31 edifícios na Cidadela, e que nos permite em parte olhar o antes e o que é agora, salientando o investimento enorme, não só em infra-estruturas públicas mas em requalificação de edifícios, investimento público que se aproxima dos cinquenta milhões de euros de investimento, que é muito significativo e não voltará a ocorrer nas próximas décadas. ....

----- Vejamos também o que tem acontecido a nível privado. ....

## Investimento Privado



----- Portanto é preciso continuar a olhar para a reabilitação urbana como prioritária, do nosso ponto de vista. No Plano de Urbanização considerou-se a reabilitação urbana como uma das áreas de

intervenção prioritária, seja do Centro Histórico da cidade, seja dos núcleos mais tradicionais das nossas aldeias. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Postos os esclarecimentos às questões formuladas e às intervenções efectuadas, passamos à votação. ....

-----

----- **Presidente da Mesa** – Não! Peço desculpa, então, eu estava a contar que já tinham acontecido as intervenções, peço desculpa por este meu lapso. ....

----- Srs. deputados, quem tem intenção de proceder a intervenções sobre esta matéria? .....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, Luís Pires e José Lourenço. É esta a sequência. . ....

----- Ana Cláudia Guedes Almeida, para intervenção.. ....

----- **Ana Almeida** – Boa tarde de novo. Ou é impressão minha, ou o Sr. Presidente, registo aí uma mudança de tom na importância que está a dar à requalificação urbana, porque remeto também para as Assembleias dos anos anteriores, de Setembro, e quando eu vincadamente digo que o problema do Centro Histórico era um problema estrutural que convinha discutir, e já agora esforcei-me por o discutir, já que propus à Comissão Permanente e com agrado a Comissão Permanente em unísono e esta AM nos dará o orgulho de ter um colóquio a discutir “reabilitação urbana em Bragança para o Centro Histórico de Bragança”, que é um dos pontos que vai ser votado hoje, denoto que efectivamente o Sr. Presidente tem consciência, mas que está a atacar o problema, ou melhor, não quer matar a doença, quer atenuar a dor, porque o Plano de Urbanização, Sr. Presidente, como muito bem sabe, não é, neste momento, o plano mais efectivo e mais eficiente para o problema do Património!.....

----- O Sr. Presidente, desde o diploma da reabilitação urbana que tinha em seu poder instrumentos de delimitação de uma área de reabilitação urbana fosse no Centro Histórico ou noutros pontos da cidade, para os quais podia fazer planos de pormenor de salva guarda, e, Sr. Presidente, permita-me, era muito mais amigo dos Municípios, criava medidas preventivas para essas áreas e não, aliás porque o Plano de Pormenor, Sr. Presidente, tem um problema que foi levantado por Luís Pires, que é o problema do cadastro, o Sr. Presidente não sabe de quem são os prédios, como é um problema geral do País, é o cadastro, pois é, não é, Sr. Presidente? Todos sabemos isso, e o Plano de Pormenor o que é que o Sr. Presidente faria no plano de pormenor de salvaguarda? Tomava seu aquela área, ficava do Município e a gestão, se tivesse adoptado um sistema de imposição administrativa, que o podia ter feito, ficava o Sr.

Presidente detentor de todos os poderes de gestão daquele território, mas não quis atacar o problema, desde há dois anos a esta parte, o CDS anda a dizer que o problema é um problema de fundo e que tem que ser discutido. ....

----- Portanto mais uma vez e portanto eu agora apelava a esta Assembleia, que, efectivamente, não nos precipitássemos, eu vou contra, obviamente, esta majoração e minoração, porque mais uma vez o Plano de Urbanização e a Câmara estão dependentes do investimento privado e isso lê-se no documento, só leva minoração quem tem dinheiro, quem tem majoração a Câmara Municipal não conhece os proprietários, não os consegue identificar, não pode, porque não tem dinheiro, e isto é uma pescadinha de rabo na boca, lançar mãos dos instrumentos coercivos de realização das obras e então não vai com meias medidas, em vês de reabilitar penaliza ainda quem não consegue reabilitar. E depois, Sr. Arquitecto, se calhar há cidades que morrem efectivamente por falta de politicas coerentes, dos seus responsáveis. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Deputado Luís Pires, do PS. ....

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito boa tarde. Eu chamei a atenção, à bocadinha, para o mapa, porque realmente não podemos correr o risco de estar a cobrar a uns e não cobrar a outros, não é justo e nós temos que ser justos e isso acho que é um factor imprescindível para que tenhamos uma cidade também justa. Realmente o léxico está cada vez pior, tenho tido tanto que fazer e com a crise que até já tenho que escrever as coisas, se não depois esqueço-me. ....

----- Meus caros amigos, acontece o seguinte, temos assistido a uma degradação progressiva das estruturas urbanas, mais visível, com mais pragmatismo, nas zonas ditas históricas, isso decorre normalmente do envelhecimento próprio das casas, sobrecarga de utilizações, desajustamento de desenhos na sua organização e novos modos de vida, ou ainda, e mais grave, da politica urbana promovida pelas autarquias como acontece no caso de Bragança, que claramente fomentou a deslocalização dos seus habitantes para bairros periféricos em detrimento do centro. ....

----- Por isso, torna-se, na nossa óptica, imprescindível o desenvolvimento de processos de *reabilitação* urbana integrada, racionalizando os recursos, evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórias. ....

----- A degradação do edificado cresceram a um ritmo superior à sua recuperação, com uma postura Municipal desajustada, com uma preferência dos particulares em investir em obras novas e das autarquias com vontade que tal aconteça, nenhuma das estratégias ensaiadas, até ao momento, se revelou sustentável a longo prazo, nem eficaz nos resultados obtidos. ....

----- A verdadeira reabilitação não poderá realizar-se sem a participação activa e financeira de particulares, numa perspectiva de sustentabilidade dos processos, em consequência não se pode adoptar uma postura hostil e beligerante com os particulares proprietários basicamente porque, na maioria das vezes, estes ou não têm poder financeiro para intervir, ou nem sempre sabem que são proprietários, ou então se encontram náufragos em processos judiciais, intrincados e sem fins à vista.....

----- A certidão emanada pelo Executivo é de uma frieza social brutal, palavra que está na moda, indicia falta de sensibilidade, falta de capacidade inovativa, e demonstra uma total demissão das responsabilidades endogenamente atribuídas a uma autarquia. Refere a certidão e podem lê-lo claramente - considerando como necessária a penalização dos proprietários que abandonam os seus prédios, não promovendo a sua conservação, recuperação, reabilitação e por isso prejudicam a imagem urbana do conjunto. ....

----- Esta postura, esta abordagem, só por si, a seco, é atroz, uma autarquia pertence aos seus municípios, no mínimo o que dela se exige é que se inteire dos problemas que lhe assistem, que indague sobre as causas que motivam ao abandono dos prédios, que contribua e facilite no sentido de obviar as causas desse abandono, mas não! A política é, como dizem em Espanha, penaliza-se e “punto” não se faz mais nada. Não pode ser, não pode ser assim!.....

----- Os efeitos do congelamento das rendas, a descapitalização dos proprietários do prolongado escalonamento das actualizações, no caso de obras de reabilitação, os constrangimentos à reabilitação, sejam eles de que nível forem, seja por salvaguarda de valores arqueológicos ou patrimoniais em geral, da propriedade fundiária, da falta de meios e ainda a iniciativa dos proprietários tradicionais, isto concomitantemente com as políticas emanadas da autarquia, têm sido claramente nefastas para o tecido urbano e mais antigo da nossa cidade.....

----- Considerando que o mercado de arrendamento saudável é um factor determinante para alavancar a reabilitação, cremos que, genericamente, a Câmara deveria apelar a novas abordagens, tal como uma parceria que realizou com o IPB na procura de novos usos culturais e de lazer, que poderiam

passar também pelo incentivo à instalação de unidades hoteleiras, nas áreas históricas, bem como a instalação de indústrias ditas criativas.....

----- Considerando a reabilitação Brigantina e fazendo um enquadramento com o regime jurídico de reabilitação urbana, deixamos o desafio ao Executivo para a criação de uma bolsa de arrendamento na qual constem prédios a reabilitar e cuja renda resultante seja helicoidalmente distribuída entre a autarquia e o proprietário, invertendo-se a hélice no sentido do proprietário com o passar dos anos. ....

----- A reabilitação surgiria de uma candidatura conjunta da autarquia e dos proprietários a uma linha de apoio à recuperação habitacional em áreas urbanas tipo daquilo que já existia como seja o “REABITE” ou o “RECRIA” ou outras acções do “An. 2º” ou outras linhas que possam existir. ....

----- Minhas Sras. e meus Srs. face às inúmeras e habituais acusações de *postura* negativista por parte do Executivo, que teima em desconsiderar outras opiniões que não as próprias, esta reflexão que queremos séria, que aqui apresentámos, não o é feito de forma de moção, pretende-se o respeito pelo elemento básico e significativo da existência do Município, que é o Munícipe. Deixemos de lado a postura, e positiva, e de alheamento social, e tomemos o partido das pessoas. Com esta atitude garante-se complementaridade e coordenação entre os diversos actores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas áreas de reabilitação urbana, e diversificam-se também por outro lado a gestão das intervenções da reabilitação urbana até hoje centradas numa coisa que é o SRU (Sociedade de reabilitação Urbana) abrindo desta forma novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados. ....

----- Meus caros amigos, Sr. Presidente, apenas lado a lado com os munícipes é que nós conseguimos fazer as coisas e não de costas voltadas, interesse-se por todos os munícipes, seja qual for o nível social e o estado financeiro de cada um deles. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado João Lourenço, do Movimento Sempre Presente. ....

----- **José Lourenço** – Mais uma vez, boa tarde. Num invento em que mais dignos e dos mais altos representantes do nosso município estiveram presentes, um estudioso desta temática dizia que Bragança podia ser caracterizada como um “donut”. Na altura não percebi bem, mas eu penso que seria o facto de se achar que em termos urbanísticos efectivamente foi uma cidade que se desenvolveu na

preferia, tendo esquecido o seu centro, que efectivamente é onde está a cultura e a história de um povo.-- .....

----- O que estamos aqui a presenciar hoje, não podemos deixar de apoiar, mais precisamente no sentido de se beneficiar quem faz estes investimentos para recuperação do nosso património, que é de todos, e lamentar que esta politica do Executivo não se verifique há mais tempo, da mesma forma que atitudes como a recente requalificação do bairro social da Mãe de Água, achamos, apenas, que só peca por tardia, efectivamente são obras que dignificam a nossa cidade.....

----- Achamos, mesmo votando a favor, que haja um cuidado muito profundo na definição das pessoas que vão ser efectivamente algo da majoração de imposto, porque pode haver efectivamente questões muito delicadas em termos sociais e familiares e por conseguinte acho que se devia premiar quem se esforça e se calhar não punir assim tanto quem efectivamente se calhar não tem capacidades para proceder a essas obras. E pensamos que é por este tipo de obras que efectivamente os poucos recursos disponíveis deviam ser canalizados e como tal se assim fosse, há mais tempo, não haveria tantas criticas a outras obras que temos presenciado e serem feitas nesta cidade, Aliás, dizia um dia destes um Secretário de Estado do actual Governo, nesta cidade, que efectivamente obras tipo “ciclo vias” e outras infra-estruturas de grande dimensão, neste tipo de cidades, teriam que terminar. Acho que é este o caminho, é efectivamente apoiar as pequenas iniciativas, dinamizar os centros históricos, promover actividades que tenham a ver com a realidade da região, nomeadamente o turismo e aproveitamento dos produtos e do saberes locais. ....

----- Vamos votar a favor com as ressalvas que efectivamente enunciámos. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Terminadas as intervenções, não sei se o Sr. Presidente da Câmara pretende fazer alguma intervenção? .....

----- Vamos passar à votação.....

----- Eu quero dizer que temos, insistentemente, verificado o seguinte, estão setenta e oito deputados na sala, faltam vinte e um deputados, chegámos a ter sessenta e seis, sessenta e um. Eu lembro que o Regimento diz na página quarenta e oito: n.º 4. – “No início de cada sessão, reunião ou prolongamento do dia anterior, é colocado o livro de presenças à disposição”- e os Srs. assinam; n.º 5 - Simultaneamente com o encerramento da sessão é colocado o livro de presenças para as pessoas assinarem no final; n.º 6 - em qualquer momento dos trabalhos em que se verifique a não existência de

quórum será feita uma chamada e marcadas, pela Mesa da Assembleia, as faltas dos que se verificarem; n.º 7 - Pode ser marcada falta ao membro da Assembleia que em qualquer reunião, tenha procedido à assinatura de entrada nos termos do n.º 4º e tenha, sem autorização, abandonado a reunião por um período superior de 30 minutos; n.º 9 - São condições necessárias para que seja autorizado o procedimento de pagamentos a Membros da AM relativos à sua presença nos trabalhos da AM que não tenha sido marcada falta pelo incumprimento do disposto nos números 4 e 5, pela ausência da chamada referida no ponto 6 e ainda pela ausência, ou seja, uma ausência dos serviços superior a 30 minutos sem o devido formalismo cumprido. ....

----- Faltam vinte e um Deputados, Srs. Deputados! .....

----- Eu vou fazer a chamada dos Srs. Deputados. ....

----- Com esta tomada de atitude deseja, a Mesa, moralizar os trabalhos nesta Assembleia, aceitaram fazer parte das listas candidatas a este órgão, naturalmente para participar nele, não aceitaram integrar as listas para se ausentarem e receber uma senha de presença, também estão aqui por trás questões económicas, mas de justiça essencialmente, há pessoas que estão aqui o tempo todo a participar nos trabalhos como lhes compete e é a sua obrigação, e receberão a senha de presença, se há deputados que estão no hall de entrada, eu peço aos serviços, Luís, se há Deputados à entrada, que entrem, porque eu vou proceder à chamada, e será feita a marcação de falta a quem não responder à chamada, e assim decorrendo do nº 9 do artigo 64.º(faltas e sua justificação) - não serão pagas as devidas senhas de presença. Espero, muito sinceramente, que isto sirva de atenção aos Sr. Deputados, para o futuro, em termos da vossa atitude. Eu vou passar de imediato à chamada. ....

----- Meus senhores, perceberam o que a Mesa pretende? .....

----- Passamos à votação. ....

----- - .....

----- **Presidente da Mesa** - É uma interpelação à Mesa? Julgo ser uma interpelação à Mesa, à condução dos trabalhos. ....

----- **Maria Veloso** – Muito boa tarde a todos. Era só em relação a este problema das ausências e de início de trabalhos. Eu, já agora, queria propor que fosse, enfim, com tolerância razoável, mas que o início dos trabalhos não fosse, como hoje, às 10:20h, porque, sinceramente, acho que é um exagero. ....

----- **Presidente da Mesa** – Foi às 10:00h. ....

----- **Maria Veloso** – Foi exactamente às 10:20h que nós iniciámos os trabalhos, que eu tomei nota, que eu estava ali desde as 9:30h. Portanto acho que também temos que ter em atenção uma tolerância razoável mas não uma hora. ....

----- Obrigado .....

----- **Presidente da Mesa** - Eu peço correcção, mas a acta faz parte da discussão e nós começamos a discussão da acta às 10.00h. ....

----- Bom, meus caros Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, vamos passar à votação do ponto que acabámos de discutir, majoração e minoração das taxas IMI. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA COM UM VOTO CONTRA, DEZASSETE ABSTENÇÕES E SESENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? Registo duas intenções de declaração de voto, Luís Pires e Ana Cláudia Guedes de Almeida. ....

----- **Luís Pires** – Boa tarde, mais uma vez. Para que não venha alguém aqui ao palanco chamar-nos a atenção que os Vereadores não votaram da mesma forma que nós, venho eu aqui constatar esse facto e dizer o seguinte: realmente há uma tendência nesta Assembleia, e eu já chamei atenção para isso algumas vezes, quando confrontados com um problema somos logo colocados a tentar ver se aquilo que nos é apresentado está certo, se não está, se é justo, se não é etc., uma série de considerações, quando por vezes o problema não está na aquilo que é apresentado, está a montante, é preciso ver que aquilo que é apresentado é valido ou não. E nesta situação, relativamente à majoração, acontece algo similar, porque aquilo que os Vereadores, se calhar, de uma forma inadvertida votaram, foi a proposta de majorar ou não naquelas condições que estavam especificadas. Nós provámos, aqui, hoje, que existem soluções alternativas que não seja apenas clicar com uma taxa em cima dum munícipe, há alternativas, por isso é que nós não tivemos o sentido de voto que tiveram os Vereadores, criámos aqui uma alternativa que, se o Sr. Presidente quiser por em prática, creio que será interessante para a cidade e que mudará também um pouco a face do nosso Centro Histórico. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida. .

----- **Ana Almeida** – Bom, só acrescentar duas coisas àquilo que já tinha dito antes para justificar o meu sentido de voto. Tenho pena que se tenha votado desta maneira, porque de facto não perceberam que a Câmara Municipal está a penalizar os munícipes, mas também pelo seu incumprimento naquilo que são os seus deveres no âmbito da gestão urbanística. E aqui não resisto em invocar uma norma do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que desde a sua versão inicial, 2001, impõe um dever de conservação aos proprietários, que agora até é de oito em oito anos. ....

----- Ó! Sr. Presidente, das duas uma, e diz mais, esse regime diz mais - todas as obras isentas ou não, e é o caso da obra de conservação isenta de controlo preventivo, são fiscalizáveis. Então anda mal a fiscalização da Câmara, porque de facto ele não fiscaliza e deixa passar o dever de conservar de oito em oito anos e depois ainda paga ao proprietário, também por um erro que não é só seu, de não ter conservado. Mais uma vez, insisto, se calhar, Sr. Presidente, valeria a pena repensar a sua posição, ou não tem fiscais Municipais para o efeito, ou então valeria a pena reposicionar a sua consideração acerca dos polícias municipais.....

----- Por outro lado, não nos deixemos iludir, Lourenço, o Sr. Presidente quando eu, há bocadinho, brinquei, no sentido de notar aqui uma diferença de tom quanto à sua posição da reabilitação urbana, é que a história da ocupação do território está a mudar e nomeadamente obriga-nos o PNPOT( Programa Nacional da Política de ordenamento do Território), a contenção de perímetros e a deixarmos de ter um urbanismo de expansão para termos um urbanismo operacional, obriga à requalificação, não é a vontade do Sr. Presidente, são imposições do programa nacional de politica de ordenamento do território.....

----- obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- Vamos passar ao ponto seguinte. ....

#### **PONTO 4.2.4 - FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA O ANO DE 2012. ....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Setembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA O ANO DE 2012**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, "Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 780.º do código do IRS."

Nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do mesmo diploma legal, "A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos."

Em face do anteriormente exposto, e:

1. Considerando que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios tem em vista atingir os objectivos de equilíbrio financeiro e é obtida através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.), Fundo Social Municipal (F.S.M.) e participação variável até 5% do valor do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respectiva circunscrição territorial;

2. Considerando que 5% do valor da colecta líquida do IRS neste concelho no ano de 2008 (*i.e.* de 28 790 250,72€) representou uma receita, no ano de 2010, para o Município de Bragança de 1 296 804,00€, e que o valor da colecta líquida do IRS neste concelho no ano de 2009 (*i.e.* de 28 053 427,00€) representa uma receita, no ano de 2011, de 1 293 109,00€, receita que não sendo muito significativa regista uma tendência de variação negativa (*i.e.* -3 695,00€) é, no entanto, necessária à prossecução do investimento;

3. Considerando que, o montante da colecta líquida de IRS, no concelho de Bragança, no ano de 2010 ascendeu a 26 358 783,13€ (fonte: Direcção de Finanças de Bragança, em 12 de Setembro de 2011) e que, esse valor representará, em 2012, uma receita previsional (dado tratar-se de uma base de dados dinâmica e não estando, ainda, reflectidas eventuais compensações, os elementos são meramente indicativos) para o Município de Bragança de 1 214 995,22€, ou seja, inferior em 78 113,78€ (*i.e.* -6,04%), relativamente à receita de 2011;

4. Considerando ainda que, o IRS não constitui uma receita adicional deste Município, estando sim, integrada nas transferências normais da Administração Central, no âmbito do estabelecido na Lei de Finanças Locais (LFL) no que respeita à repartição de recursos públicos (artigos 19.º e 20.º). Num exercício de coesão, a anterior LFL previa que 5% de IRS cobrado a nível nacional fosse repartido pelos municípios, distribuindo receitas captadas nos municípios mais ricos para municípios mais carenciados (quase todos no interior do país). A actual LFL ao atribuir directamente a cada município 5% do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no respectivo município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais elevado poder de compra, acentuando as desigualdades entre municípios e no país;

5. Considerando também que, a redução da taxa do IRS não se reflectiria positivamente na economia familiar dos munícipes de recursos mais baixos, mas sim nos grupos profissionais com melhores remunerações e que, por esta via, tal redução das receitas municipais poderá penalizar acções a favor das famílias mais carenciadas;

6. Considerando que 95% da receita de IRS é recebida pela Administração Central, fazendo sentido que a redução no imposto em causa seja feita pela Administração Central, por dispor de margem suficiente para o efeito e que medidas drásticas de redução de IRS, neste âmbito, fazem sentido por parte da Administração Central, como medida de incentivo à fixação da população jovem no interior despovoado;

7. Considerando que, ao reduzir as receitas do município, fica prejudicado o efeito de redistribuição a realizar por este no plano das suas atribuições sociais, a favor dos mais carenciados. Na dimensão municipal trata-se de uma medida prejudicial, já o mesmo não aconteceria se fosse a Administração Central a abdicar de uma significativa parcela dos 95% que recebe. Essa sim, seria uma medida justa e de incentivo à fixação de jovens quadros nas regiões fronteiriças, económica e socialmente mais deprimidas.

Perante o quadro factual atrás descrito e nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho à Câmara Municipal a aprovação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Bragança, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das previstas no código do IRS.

Nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a presente proposta deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da já citada Lei conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e três votos contra dos Srs. Vereadores Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso e Humberto Francisco da Rocha.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

**Declaração de voto dos Srs. Vereadores Jorge Gomes e Leonel Afonso**

A actual Lei da Finanças Locais atribui, directamente, a cada município 5% do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no respectivo município.

Por considerar que a Câmara Municipal, no actual quadro de dificuldades económicas acrescidas, deverá manifestar firme solidariedade com os seus munícipes, torna-se essencial que, nesta matéria, proceda a uma redução significativa da taxa se IRS que lhe cabe, como forma de aliviar as dificuldades quotidiano das famílias, posição que vai ao encontro das posições que defendemos no decurso da última campanha eleitoral autárquica.

**Declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha:**

O Sr. Vereador Humberto Rocha, justifica o seu voto contra por entender que no actual contexto de crise, em que o poder de compra das famílias se justificaria plenamente que a Câmara abdicasse de uma pequena parte deste imposto em favor dos seus munícipes.

**Declaração de voto do Sr. Presidente**

O Sr. Presidente da Câmara sublinhou que uma perspectiva de falta de rigor na elaboração de orçamentos públicos associada a respostas que pretendam agradar a todos, conduz inevitavelmente as instituições para o desequilíbrio financeiro e o descrédito, o que a este Município já aconteceu em tempos recentes.

Assim, por razões de sustentabilidade presente e futura do Município de Bragança, voto favoravelmente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Setembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, algum esclarecimento inicial? .....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** - Não! Muito bem. ....

----- Pedidos de esclarecimento sobre este ponto da agenda de trabalhos? .....

----- Intervenções? José Brinquete. ....

----- Quero também, com satisfação, informar à Assembleia que já estão presentes oitenta e seis Deputados, na sala. ....

----- Faça favor, Sr. Deputado. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, vou ser muito rápido, é para dizer que a CDU vai votar a favor da proposta da Câmara, como veem também estamos a favor de propostas do PSD, mas não é por ser do PSD, é porque temos também uma posição de princípio que consideramos que a equidade fiscal não é estabelecida desta forma, aparentemente pode parecer simpático reduzir destes 5% para cada um dos municípios que paga qualquer coisa, mas quem fez isto lançou um veneno nacional inqualificável que foi o Governo de José Sócrates, como sabem, porque o Governo arrecada 95% deste imposto e depois diz às autarquias - vejam lá se dos 5% que recebem se querem dar algum, ou se querem prescindir de algum - nós não aceitamos este tipo de política fiscal, nós consideramos que os impostos têm carácter nacional e devem ser decididos do ponto de vista nacional, e o que o Governo de José Sócrates e do PS fizeram foi lançar a confusão por todo o país, cada Município depois fica ao seu critério. ....

----- Acresce que também do estudo que se faz em cada sítio onde se faz esses estudos, não são os mais pequenos e os que pagam menos que vão ficar beneficiados, muitas vezes são aqueles que pagam mais que, ainda por cima, vão ficar beneficiados, daí que o voto vai ser favorável, estamos de acordo com a proposta que a Câmara apresenta. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, para a sua intervenção, o Deputado Luís Pires. ....

----- **Luís Pires** – Bom, mais uma vez boa tarde. Então estamos aqui perante esta Assembleia para falarmos na taxa “Robim Hode”, não é? Ou seja, vamos tirar àqueles que mais têm para distribuir por aqueles que menos tem. Isso seria interessante se depois aqueles que, vamos-lhes chamar os “fora da lei” que ficam com o saco do dinheiro que fizessem essa distribuição. Só que depois temos exemplos como na Madeira, que eles andam a distribuir o dinheiro sem nós saberemos como e depois dá este buraco que deu. ....

----- É assim, imaginem que há uma família com um jovem e um pai, o pai tenta impor ao jovem que com cinquenta euros compre um determinado artigo, quando ao jovem o que lhe dava jeito não era esse artigo A, mas sim o artigo B. Portanto, o deixamos aqui o dinheiro na autarquia, digamos assim,

permite-nos ter a ideia que o Sr. Presidente, mais uma vez falando no Sr. Presidente como Executivo, iria utilizar essa verba para as obras que a Câmara tem feito, ou seja, iria aplicar esse dinheiro em, obras sociais, em participações em projectos comunitários, ciclovias, por exemplo, ou coisas do género, não é? Portanto aqui o que está na balança é entre deixar o dinheiro na Câmara, para que a Câmara o aplique numa forma que da nossa óptica não é correcta, porque temos desde sempre vindo a criticar aquilo que é a actuação e o modelo de cidade que nós temos preconizado por esta Câmara, ou então o dinheiro ficar em alguns de nós para podermos comprar algo que nos dê mais interesse. Portanto meus caros amigos, e isto aqui sem ser insensível socialmente, se nós tivéssemos a certeza que a Câmara iria utilizar o dinheiro nos moldes e nas linhas que nós achamos mais correctas, claramente iríamos votar a favor, como temos a certeza que vai ser, mais uma vez, desbaratado, vamos votar contra. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

- - - - -

----- **Presidente da Mesa** – Intervenção? O Sr. Deputado Bruno Veloso estava inscrito, a seguir Nuno Reis, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** – Bem, acho que já foi quase tudo dito pelo meu camarada Luís Pires, e só salientar, mais uma vez, e o principio que norteia a votação do PS é exactamente o mesmo para a votação do IMI, a Câmara reconhece todas as dificuldades, mas na hora de aliviar os cidadãos venha cá mais dinheirinho. E naturalmente que se nós concordássemos com as prioridades de investimento da Câmara Municipal, até poderíamos entender indispensável esta verba todo e esta sofreguidão de recolher receitas e especialmente através dos impostos, dos contribuintes e dos cidadãos Brigantinos. Como, de facto, discordamos da politica de investimento da Câmara, agora com a nova reabilitação da nova acrópole da cidade, com a construção da Câmara nova Municipal, e portanto com este tipo de obras, de criação de elefantes brancos, não aproveitando inclusivamente os edifícios no centro da cidade que, de facto, ao qual poderiam dar outra utilização, outra justificação, e de facto, também a partir daí trazer as pessoas para o centro da cidade, e portanto isto numa politica a encadear, nós até poderíamos aceitar que, de facto, esta necessidade premente da Câmara Municipal fosse uma realidade, mas, de facto, assim não é, e atendendo às dificuldades naturalmente o que a gostaríamos mesmo era que o Sr. Presidente de Câmara mantivesse alguma sensibilidade social para com as pessoas.

----- Naturalmente que também sabemos que muitas das pessoas visadas com esta diminuição do IRS não seriam os escalões mais baixos, mas seriam efectivamente a classe média que está, de facto, a

sofrer um ataque fortíssimo, por parte deste governo, e que a Câmara Municipal, sendo Bragança uma cidade de serviços, podia de facto utilizar este valor também para atrair novas gentes. Muito obrigado. ...

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Nuno Reis, do PSD. ....

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, rapidamente dizer que confesso que não compreendo, minimamente, as posições do PS, há que baixar o IMI, perdendo receita, há que prescindir dos 5% do IRS, perdendo receita, eventualmente até devemos descer as taxas municipais, eventualmente perdendo receita. A pergunta é - vamos buscar dinheiro onde? Até porque, se bem me lembro, também são contra o endividamento do Município, portanto vamos buscar dinheiro onde? Fechamos o Município? Paramos as obras? Ou cortamos despesas? Bom, eu dei aqui já alguns exemplos de como podem começar os Senhores, dando exemplo, prescindindo de despesas de ajudas de custo e até das vossas senhas de presença, mas quanto a isso vocês não se prenunciam. ....

----- Agora, dizer-vos outra coisa, vocês vêm permanentemente aqui, quer na nesta sessão de Setembro, quer na sessão de Dezembro, dizendo - somos contra isto, somos contra aquilo, somos contra este investimento, somos contra aquele investimento, a Câmara não estabelece prioridades, que são as prioridades económicas do Concelho. Bom, nós já todos percebemos contra o que é que os Srs. são, mas afinal são a favor do que? Quais são as vossas prioridades estratégicas? Eu devo dizer que ouvi com grande atenção e muito interesse e com sentido muito construtivo a intervenção do Dr. Luís Pires, quando aqui veio fazer um conjunto de propostas para efeitos de reabilitação urbana, eu penso que as propostas do Deputado Luís Pires, independentemente de ser oriundo de uma bancada do PS, deviam ser objecto de estudo e de consideração, mesmo no âmbito de uma das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, parecia-me muito útil e parecia-me muito útil que a Assembleia Municipal também colabora-se com a Câmara Municipal nesse sentido. Agora aquilo que eu digo é o seguinte – ó! Srs. Deputados do PS, digam lá, afinal os Srs. são a favor do quê, e vamos buscar dinheiro onde? Disse. ...

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra, para a sua intervenção, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida. ....

----- Antes da Sra. Deputada e enquanto se dirige para o palanco, eu só quero dizer o seguinte: como sabem o espaço aqui em frente ao auditório Paulo Quintela, é um espaço parqueado, e se algum dos

Srs. Deputados por acaso tem o carro ali numa situação de irregularidade de pagamento, é melhor que se dirija para lá porque naturalmente as forças policiais estão a fazer o seu trabalho. ....

----- **Ana Almeida** – É só para justificar e, se calhar, fazia aqui o dois em um, porque não se me afigura que tenha muito mais a dizer sobre isto, a nossa posição tem sido, desde sempre, votar contra este ponto, eu concordo plenamente com que o José Brinquete diz, o problema não é um problema local, é um problema nacional, e portanto é mais uma forma de o Governo arrecadar os 95% e depois na margem que deixa aos Municípios, deixa-os com os meninos nos braços para eles dispensarem ou não os 5%. ....

----- O que eu proponha ao Sr. Presidente, e é pena ele não estar aqui, é que consulte um dos seus sábios gabinetes jurídicos no sentido da possibilidade da distribuição social desta taxa dos 5%, ou seja, dela poder ser recolhida equitativamente em função dos rendimentos concretos de cada munícipe. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- E assim terminamos as intervenções sobre este ponto. Quero dizer que na sala estão, agora, oitenta e dois deputados, e passaremos então à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM VINTE E DOIS VOTOS CONTRA, ZERO ABSTENÇÕES E SESSENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES..**

----- Declarações de voto Srs. Deputados? Não há declarações de voto. ....

----- Avançamos para o ponto seguinte.....

**PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económica – Financeira reportados a 30 de junho de 2011. ....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

#### **“1 - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Setembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO E ANÁLISE ECONÓMICO-FINANÇEIRA REPORTADOS A 30 DE JUNHO DE 2011**

“Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do Relatório da Auditoria às Contas do Município e da Análise Económico-financeira, realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Pereira & Duarte, com referência a 30 de Junho de 2011 e reportado de 1 de Janeiro de 2011 até aquela data, o qual se encontra à disposição para consulta dos Exmos. Vereadores, em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 48.º, da Lei n.º12/2007, de 15 de Janeiro, ficando um exemplar anexo ao livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.

A Análise Económico-financeira, da Câmara Municipal, feita nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para o primeiro semestre de 2011, dá conta do cumprimento das disposições legais e normas internas, e de que, em termos económicos e financeiros, a situação global evolui positivamente, como se refere:

A estrutura patrimonial, de forma sintética e comparativamente a 31 de Dezembro do ano de 2010, reflecte as seguintes variações:

O Activo Líquido apresenta uma diminuição de 55 m€;

O Passivo registou um decréscimo de 3% (-2,47 M€), originado pela diminuição da dívida de fornecedores – sendo que os que se referem a imobilizado apresentam um decréscimo de 8% e os empréstimos obtidos uma diminuição de 492 m€;

Os fundos próprios registaram um crescimento de 2% (de 119,8 M€ para 122,2 M€).

Ao nível dos resultados, cuja comparação é efectuada com período homólogo do ano anterior, verificamos em 2011, um Resultado Líquido semestral, inferior em 1,14 M€, resultante principalmente da diminuição dos resultados operacionais.

Ao nível dos proveitos operacionais, registou-se um decréscimo de cerca de 3%, correspondendo a uma variação absoluta de 419 m€. Esta diminuição foi originada pela quebra de proveitos (oriundos de impostos, taxas, vendas e prestações de serviços) e pelo aumento dos custos operacionais em cerca de 7,1%. Ao nível dos custos operacionais, registou-se um aumento de 19% nos fornecimentos e serviços externos; o custo de mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas decresceu 14% (89 m€); a rubrica de transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais diminuiu cerca de 25% (138 m€); as amortizações do exercício revelaram um acréscimo de 9%

(206 m€); os custos com pessoal registaram um aumento de cerca de 3% (93 m€) face a Junho de 2010 (69% deste acréscimo são referentes a despesas com a saúde).

Ao nível da execução orçamental, verifica-se em 30 de Junho de 2011 e para uma execução semestral, uma taxa para a despesa de 41,18% e da receita bruta de 43,99%.

À data de 30 de Junho, o orçamento da despesa, apresenta despesas pagas na ordem dos 15 736 015,00€ e receita bruta cobrada no montante de 16 810 277,00€.

A execução orçamental mostra-se positiva, já que o grau de execução da receita bruta é superior ao grau de execução da despesa e foi cumprido igualmente o princípio orçamental do equilíbrio, já que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente.

Sublinhou ainda o Sr. Presidente que comparativamente a Dezembro de 2010, se registou um decréscimo do passivo (76,9M€) de 3,12%, sendo que do total do passivo, a rubrica “ACRESCIMOS e diferimentos passivos” (subsídios ao investimento) representa 70%, (53,8M€) desse valor.

A rubrica de fornecedores, fornecedores de imobilizado e empréstimos, apresenta uma diminuição de 2,1M€.

Os proveitos operacionais registam uma diminuição de 3% (4,9m€), resultado do decréscimo de vendas, prestações de serviços, impostos e taxas.

Os custos operacionais aumentaram 7,1% (643m€), envolvendo as rubricas “fornecimentos e serviços externos”; pessoal (encargos com a saúde) e amortizações do exercício.

O resultado operacional regista um decréscimo de 1,06M€, resultado da diminuição dos proveitos operacionais e agravamento dos custos operacionais.

O resultado financeiro registou um acréscimo de 4%. O resultado extraordinário é negativo (1,8M€) e foi incrementado em 124m€.

Feita a análise financeira, não considerando no passivo circulante os proveitos diferidos, os rácios de liquidez geral e reduzida são positivos (liquidez geral passou de 2008/71,82%; 2009/67,79%; 2010/89,58% e 2011/127%). O índice de liquidez imediata aumentou e o de endividamento diminuiu.

A execução da receita bruta registou 16,8M€ (menos 2,3M€ que o previsto), e representa 44,08%.

A execução da despesa registou 15,74M€ e representa 41,18% ou seja menos 3,37M€ que o previsto, consequência da redução na despesa corrente e no investimento.

O endividamento líquido total do município é de 4,16M€, sendo que o limite da capacidade de endividamento é de 23,23M€.

Considerando os valores referidos a capacidade líquida de endividamento é de 84,80%.

Quanto à dívida de curto, médio e longo prazo, registou um decréscimo de 1,98M€.

O Executivo Municipal apreciou os documentos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, remete a Análise Económico-financeira à Assembleia Municipal.

Depois de apreciados os documentos pelo Executivo Municipal, e dando cumprimento ao disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de Setembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## **II – ANEXOS:**

### **Análise Económico-financeira – Junho 2011**

Análise Económico – Financeira  
Junho de 2011  
1/25

# **Análise Económico-financeira**

**Junho 2011**

## Índice

1. Introdução .....	3
2. Análise da Situação .....	4
2.1. Análise Patrimonial .....	4
2.1.1 Análise da evolução do Activo.....	5
2.1.2 Análise da evolução dos Fundos Próprios e Passivo.....	6
2.1.2.1 Fundos Proprios .....	6
2.1.2.2 Passivo .....	7
2.2. Análise Económico-financeira .....	9
2.2.1 Análise Económica .....	9
A. Evolução dos Proveitos.....	9
B. Evolução de Custos.....	10
C. Evolução de Resultados.....	11
2.2.2 Análise Financeira.....	12
2.3. Análise à Execução Orçamental .....	14
2.3.1 Controlo Orçamental da Receita.....	15
2.3.2 Controlo Orçamental da Despesa .....	18
2.4. Limite de Endividamento .....	24

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007**, de 15 de Janeiro, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Bragança, com referência a 30 de Junho de 2011.

## **1. Introdução**

A análise económico-financeira é reportada a 30 de Junho de 2011 e tem por base o balancete do final do primeiro semestre.

Para efeitos de análise patrimonial (Balço) comparamos os dados a 30 de Junho de 2011 com os reportados a 31 de Dezembro de 2010.

Para efeitos de análise dos Resultados comparamos os dados referentes a Junho de 2011 com os do período homólogo de 2010.

**A análise foi preparada tendo por base as Demonstrações Financeiras elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.**

**Importará referir que procedimentos contabilísticos, relativos a especializações económicas dos custos e proveitos, por norma realizados apenas no final do exercício, não estão reflectidos nas contas intercalares, facto que pode condicionar e condiciona a leitura das mesmas.**

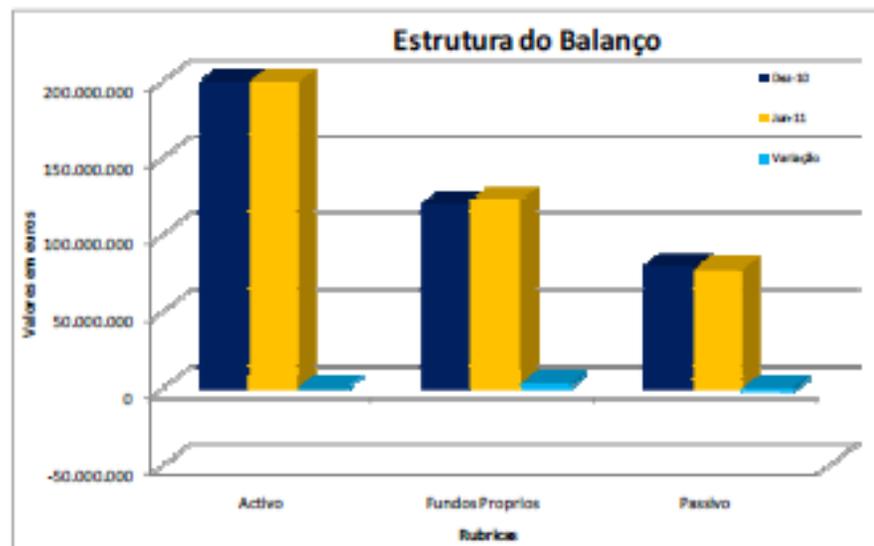
## 2. Análise da Situação

### 2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2010, a estrutura patrimonial do Município é a seguinte:

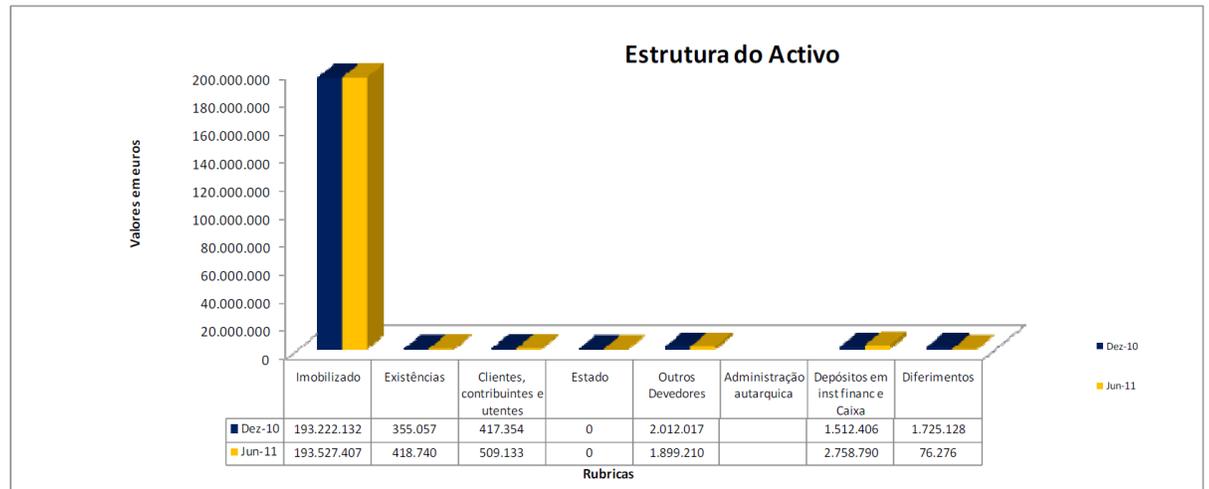
#### Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	30.06.11	31.12.10	Varição Abs.	%
<u>Activo Total</u>	199.189.556	199.244.093	-54.538	0%
<u>Passivo</u>	76.942.910	79.420.651	-2.477.741	-3%
<u>Fundos Proprios</u>	122.246.646	119.823.443	2.423.203	2%



### 2.1.1. Análise da evolução do Activo

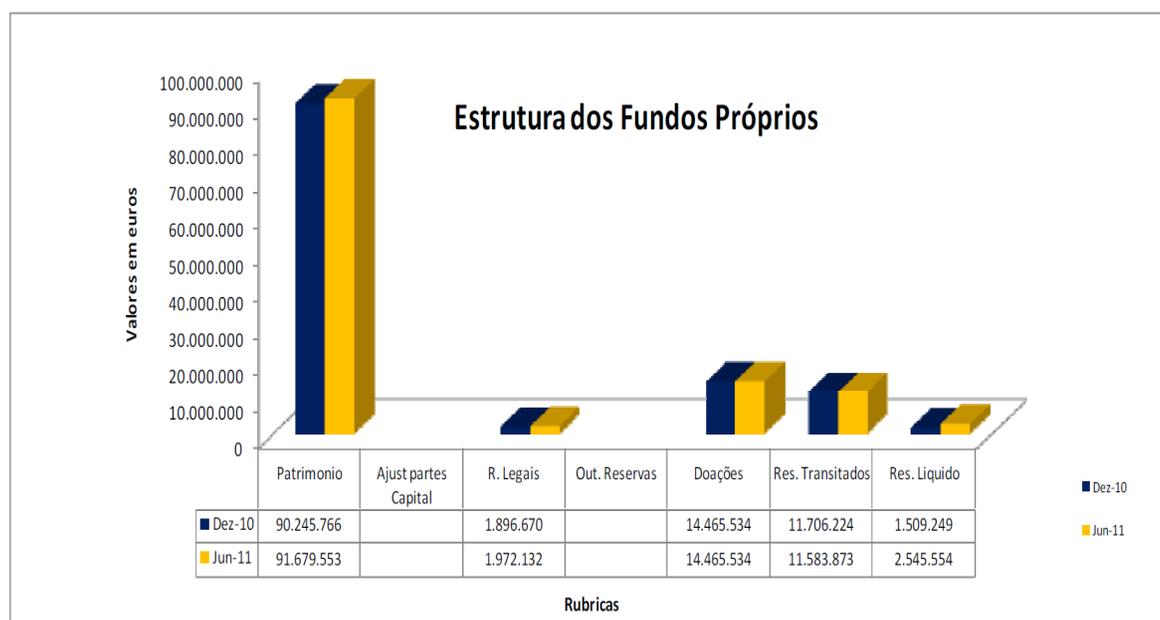
O Activo apresenta a seguinte evolução comparativamente a Dezembro de 2010:



- i. O Activo Líquido registou uma variação negativa de aproximadamente, 55 m€ que em termos percentuais representa 0,03%.
- ii. A rubrica de Imobilizado, que representa 97% do Total do Activo Líquido em 30.06.11, registou um aumento de 305 m€.
- iii. A rubrica de Clientes, contribuintes e utentes com um saldo de 509 m€, regista um aumento, de 92 m€, representativo de 22%.
- iv. A rubrica de Outros Devedores representa, em 30.06.11, 1% do Total do Activo, tal como em 31.12.10. Registou, face a esta data, um decréscimo de 113 m€, cerca de -6%.
- v. O total dos Depósitos Bancários e Caixa aumentaram, cerca de 1,25 M€, isto é 82%, e representam 1% do Activo Líquido.
- vi. Os Acréscimos e Diferimentos Activos registam uma diminuição de 1,65 M€, cerca de -96%.

## 2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1 - Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição e evolução face a 31/12/2010:

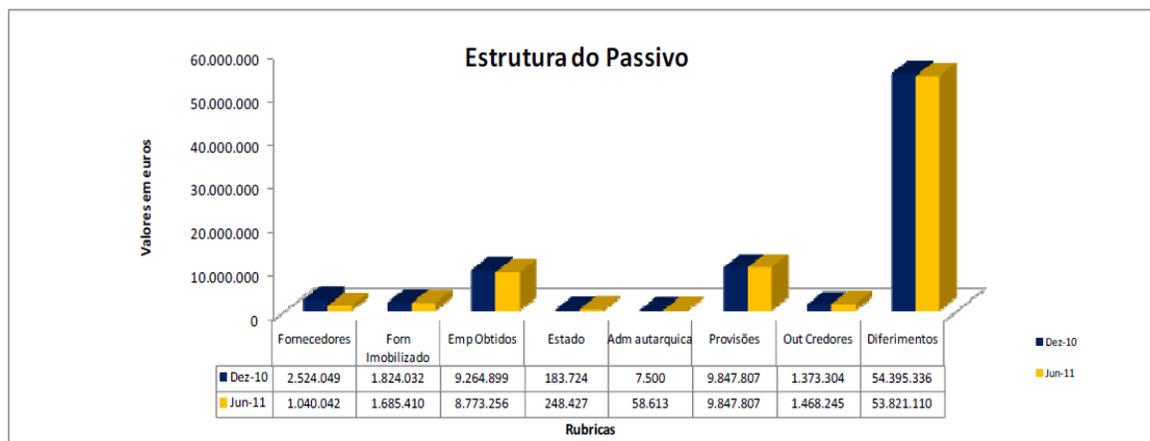


Os Fundos Próprios registam um aumento de 2,4 M€, que resulta:

(a) do resultado líquido alcançado no período, no valor de 2,5 M€;

(b) de regularizações efectuadas na rubrica de Resultados Transitados, no montante total de 122 m€.

2.1.2.2. - Comparativamente a Dezembro de 2010, o Passivo apresenta a seguinte evolução:



- i. O Passivo Total regista um decréscimo de aproximadamente 3,12% face a 31 de Dezembro de 2010, representando à data de 30.06.11, 39% do Total de Balanço.
- ii. A rubrica de "Fornecedores de Imobilizado" registou um decréscimo de 8%, isto é, aproximadamente 139 m€, representando, em 30.06.11, 2% do Total do Passivo (2% igualmente em 31.12.10);
- iii. A rubrica de Fornecedores tem um peso de 1% sobre o Passivo Total e diminuiu cerca 1,48 M€, representativos de -59%, face a 31.12.10.
- iv. A rubrica de empréstimos obtidos registou um decréscimo de 492 m€, cerca de - 5%. No exercício de 2011 representa 11% no total do Passivo, um ponto percentual a menos que em 31.12.10.
- v. As Provisões não registaram variação no período em análise. O seu peso em 30.06.11 passou para 13% do Total de Passivo.

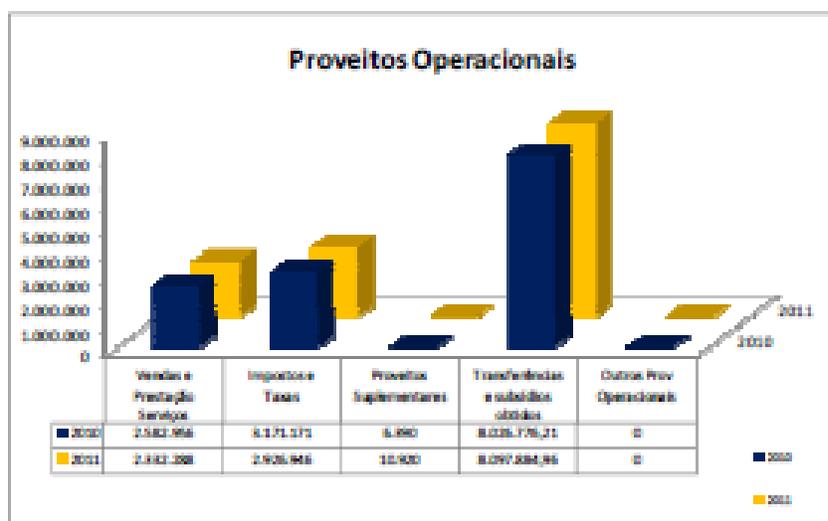
- vi.** O aumento registado em Outros Credores foi de 95 m€, cerca de 2%. Esta rubrica mantém em Junho de 2011, tal como em 2010, um peso de 2% no total do Passivo e engloba os saldos de “Cauções de Clientes”.
  
- vii.** A rubrica de “Acréscimos e diferimentos passivos” regista uma diminuição de 574 m€, em consequência da regularização dos Acréscimo de Custos realizados em 2010, no montante de 853 m€, compensada parcialmente pelo aumento dos Subsídios para Investimento, no valor de 278 m€. O seu peso no Total do Passivo é, à data de 30.06.11, de 70% contra os 68% que ocupava em 31 de Dezembro de 2010.

## 2.2. – Análise económico-financeira

### 2.2.1. – Análise Económica

A demonstração dos resultados em 30 de Junho de 2011, comparativamente com a do período homólogo de 2010, evoluiu do modo seguinte:

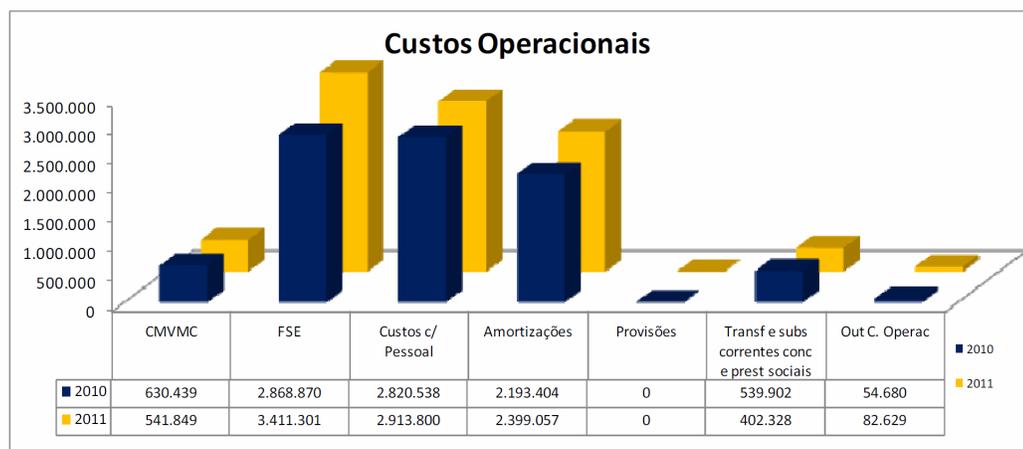
#### A. Evolução dos Proveitos Operacionais



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais, registam uma diminuição de 3%, o que em termos absolutos corresponde a 419 m€.
- ii. O referido acréscimo resulta dos decréscimos registados em Vendas e Prestações de Serviços (251 m€) e Impostos e Taxas (244 m€).

## B. Evolução de Custos

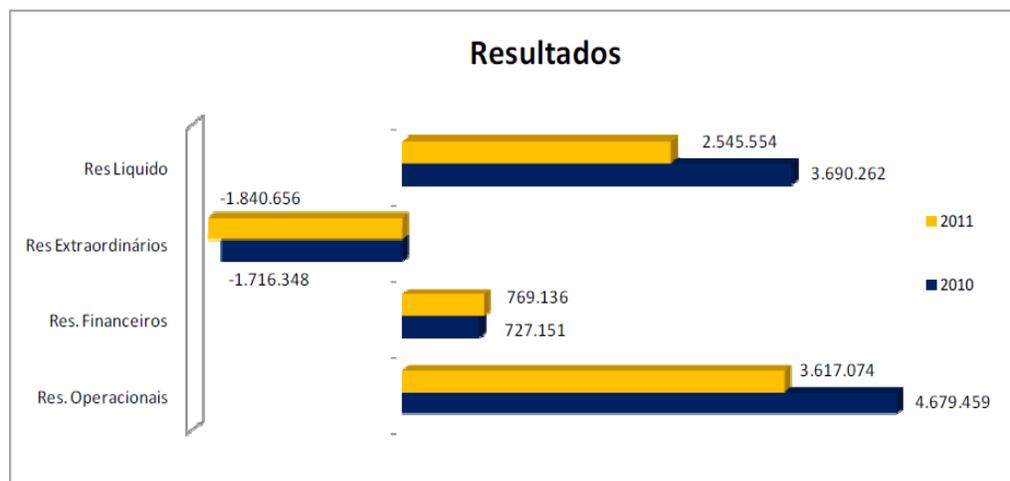
Os custos operacionais registam face ao período homólogo do ano anterior a seguinte evolução:



- i. Os Custos Operacionais aumentaram, face a 30.06.10, 643 m€, cerca de 7,1%.
- ii. O CMVMC decresceu 14%, cerca de 89 m€. O seu peso face ao Total dos Custos Operacionais é de 6%.
- iii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de 19%, que se traduziu, em termos absolutos num acréscimo de 542 m€. O seu peso é de 35% na estrutura dos Custos Operacionais.
- iv. A rubrica de «Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais» diminuiu, face ao período homólogo, cerca de 138 m€ (-25%).
- v. Os Custos com Pessoal registaram um aumento de 3%, cerca de 93 m€, face a Junho de 2010 e representam 30% do total dos Custos Operacionais.
- vi. As Amortizações do Exercício revelam um acréscimo de 206 m€, cerca de 9%, e representa, em 30.06.11, 25% do total dos Custos Operacionais.

### C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional registou face a Junho de 2010 um decréscimo de cerca de 1,06 M€ por força do acréscimo de 643m€ registado nos Custos Operacionais, acompanhado de uma diminuição de 419 m€ dos proveitos operacionais.

O Resultado Financeiro registou um acréscimo de cerca de 42 m€, consequência do aumento de 4% ocorrido nos Proveitos Financeiros.

O Resultado Extraordinário apresenta-se negativo, tendo sofrido um agravamento de 124 m€, face ao período homólogo do ano anterior.

Comparativamente a Junho de 2010, o Resultado Líquido regista um decréscimo de cerca de 1,14 M€.

### 2.2.2. – Análise Financeira

Rátios	Formula de Calculo	Jun-11	Dez-10
(*) Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	10%	10%
(*) Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	9%	9%
(*) Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	5%	3%
Endividamento	Passivo / Activo	39%	40%
(*) Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	75%	75%
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Activo	60%	60%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Liquido	68%	67%
(**) Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	127%	90%
(**) Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	118%	84%
(**) Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	62%	22%
(**) Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	6%	8%

(\*) – Passivo Circulante incluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)

(\*\*) – Passivo Circulante excluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)

Se no Passivo Circulante forem incluídos os Proveitos Diferidos (subsídios ao investimento), os rácios de **liquidez geral e liquidez reduzida** revelam que o Activo Circulante é insuficiente para financiar o Passivo Circulante, conclusão que se observa igualmente em 2010.

Caso contrário, estes rácios revelam um cenário oposto, isto é, o Activo Circulante financia integralmente o Passivo Circulante.

Da análise do rácio de **liquidez imediata** conclui-se que o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas Disponibilidades, nos dois períodos em comparação, se revela negativo o que justifica a necessidade de recurso ao endividamento.

Do rácio de **Endividamento e Autonomia Financeira** conclui-se que o Total do Activo é financiado em cerca de 40% por capitais alheios, facto que se verificava igualmente em 2010.

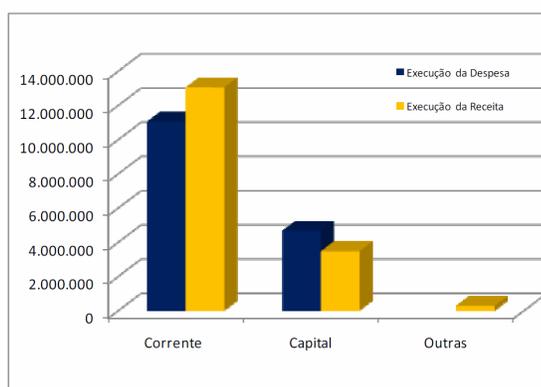
No que se refere à **Estrutura de endividamento**, não incluindo no Passivo Circulante a rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios ao Investimento), concluímos que, à data de 30.06.11, apenas 6% do Passivo é de curto prazo.

O rácio de **Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes** revela que os Capitais Permanente são insuficientes para financiar o Imobilizado Líquido (este indicador deveria ser igual ou superior a 100%), o que significa que o Activo Permanente está a ser financiado pelo Passivo Corrente, provocando um desequilíbrio do Fundo de Maneio.

### 2.3 – Análise à Execução Orçamental

Em 30 de Junho, o grau de execução orçamental era o seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita líquida		Execução da Receita bruta	
	Euro	%	Euro	%	Euro	%
Corrente	11.055.750	48,11%	13.052.360	56,69%	13.083.519	56,83%
Capital	4.680.264	30,73%	3.475.572	23,05%	3.475.572	23,05%
Outras			282.345	255,28%	282.345	255,28%
<b>Total</b>	<b>15.736.015</b>	<b>41,18%</b>	<b>16.810.277</b>	<b>43,99%</b>	<b>16.841.436</b>	<b>44,08%</b>



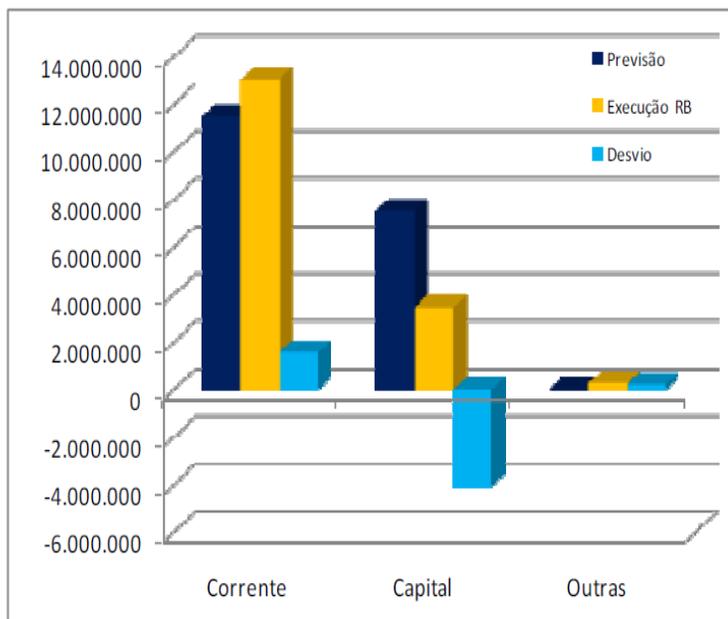
Considerando os valores proporcionais ao semestre, as conclusões são as seguintes:

	Execução da Despesa		Execução da Receita líquida		Execução da Receita bruta	
	Euro	%	Euro	%	Euro	%
Corrente	11.055.750	96,22%	13.052.360	113,38%	13.083.519	113,65%
Capital	4.680.264	61,46%	3.475.572	46,11%	3.475.572	46,11%
Outras			282.345	510,57%	282.345	510,57%
<b>Total</b>	<b>15.736.015</b>	<b>82,37%</b>	<b>16.810.277</b>	<b>87,99%</b>	<b>16.841.436</b>	<b>88,15%</b>

O grau de execução da Receita Bruta é superior ao da execução da Despesa, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental, a Despesa Corrente foi coberta pela Receita Corrente.

	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Corrente	11.511.750	13.052.360	1.540.610	113,38%	13.083.519	1.571.769	113,65%
Capital	7.538.100	3.475.572	-4.062.528	46,11%	3.475.572	-4.062.528	46,11%
Outras	55.300	282.345	227.045	510,57%	282.345	227.045	510,57%
<b>Total</b>	<b>19.105.150,00</b>	<b>16.810.277,03</b>	<b>-2.294.872,97</b>	<b>87,99%</b>	<b>16.841.436,24</b>	<b>-2.263.713,76</b>	<b>88,15%</b>

A representação gráfica dos desvios apurados é a seguinte:



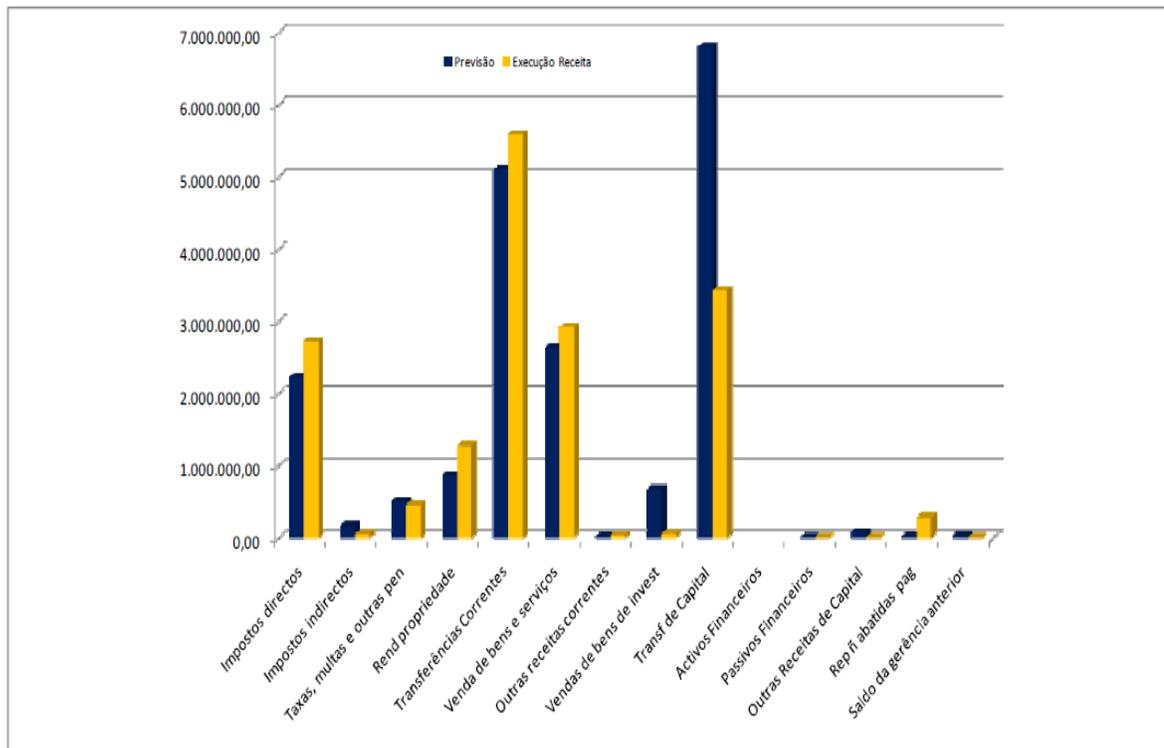
Detalhadamente, por rubrica de Receita, é possível analisar os graus de realização e os respectivos níveis de desvio face ao orçamentado:

Designação	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Impostos directos	2.226.100,00	2.719.089,97	492.989,97	122,15%	2.747.089,29	520.989,29	123,40%
Impostos indirectos	160.850,00	53.207,67	-107.642,33	33,08%	53.207,67	-107.642,33	33,08%
Taxas, multa e outras penalidades	511.500,00	458.654,19	-52.845,81	89,67%	459.931,42	-51.568,58	89,92%
Rendimentos de propriedade	856.700,00	1.282.309,09	425.609,09	149,68%	1.282.309,09	425.609,09	149,68%
Transferências Correntes	5.103.550,00	5.584.631,94	481.081,94	109,43%	5.584.631,94	481.081,94	109,43%
Venda de bens e serviços	2.633.600,00	2.918.079,31	284.479,31	110,80%	2.919.961,97	286.361,97	110,87%
Outras receitas correntes	19.450,00	36.387,94	16.937,94	187,08%	36.387,94	16.937,94	187,08%
<b>Total de receitas correntes</b>	<b>11.511.750,00</b>	<b>13.052.360,11</b>	<b>1.540.610,11</b>	<b>113,38%</b>	<b>13.083.519,32</b>	<b>1.571.769,32</b>	<b>113,65%</b>
Vendas de bens de investimento	666.550,00	55.080,22	-611.469,78	8,26%	55.080,22	-611.469,78	8,26%
Transferências de Capital	6.801.600,00	3.420.434,01	-3.381.165,99	50,29%	3.420.434,01	-3.381.165,99	50,29%
Activos Financeiros			0,00	-		0,00	-
Passivos Financeiros	50,00	0,00	-50,00	0,00%	0,00	-50,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	69.900,00	57,84	-69.842,16	0,08%	57,84	-69.842,16	0,08%
<b>Total de receitas capital</b>	<b>7.538.100,00</b>	<b>3.475.572,07</b>	<b>-4.062.527,93</b>	<b>46,11%</b>	<b>3.475.572,07</b>	<b>-4.062.527,93</b>	<b>46,11%</b>
Reposições ñ abatidas nos pag	18.550,00	282.344,85	263.794,85	1522,07%	282.344,85	263.794,85	1522,07%
Saldo da gerência anterior	36.750,00	0,00	-36.750,00	0,00%	0,00	-36.750,00	0,00%
<b>Total de outras receitas</b>	<b>55.300,00</b>	<b>282.344,85</b>	<b>227.044,85</b>	<b>510,57%</b>	<b>282.344,85</b>	<b>227.044,85</b>	<b>510,57%</b>
<b>Total</b>	<b>19.105.150,00</b>	<b>16.810.277,03</b>	<b>-2.294.872,97</b>	<b>87,99%</b>	<b>16.841.436,24</b>	<b>-2.263.713,76</b>	<b>88,15%</b>

As Receitas Correntes, excepto a rubrica de Impostos Indirectos, registam níveis de execução próximos ou mesmo superiores aos previstos.

Ao nível das receitas de Capital regista-se uma reduzida percentagem de execução nas rubricas de Vendas de bens de investimento e uma menos elevada nas Transferências de Capital que face ao peso que ocupam no total das receitas de Capital justificam o menor grau de execução apurado no final do ano em análise.

A representação gráfica é a seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Jun-11	Jun-10
---	--------	--------

Impostos Municipais / Total de Receitas	19%	19%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	3%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	46%	46%
Total das Transferências / Total das Receitas	54%	54%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	0%

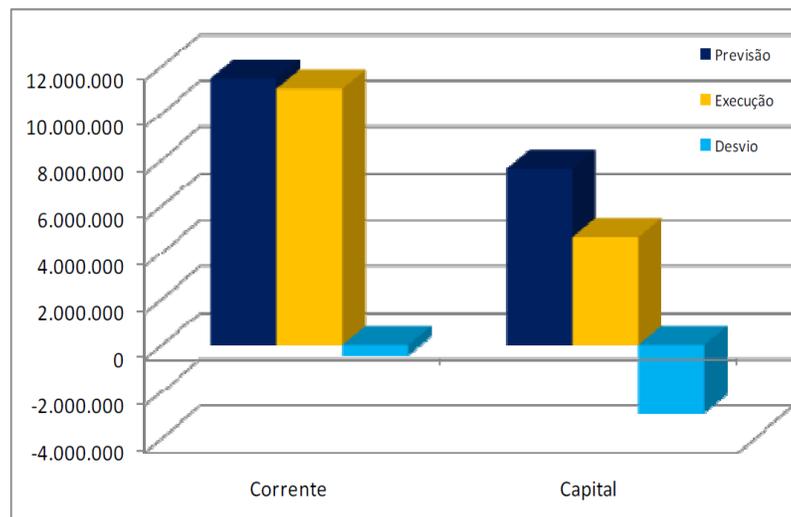
### 2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa

No semestre o Grau de execução orçamental da Despesa foi de 82,37%, tendo-se apurado um desvio de 3,37 M€.

O nível da execução verificada nas Despesas de Capital foi de 61% enquanto o grau de execução das Despesas Correntes foi de 96%, tal como se conclui do quadro seguinte:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	11.490.150	11.055.750	-434.400	96,22%
Capital	7.615.000	4.680.264	-2.934.736	61,46%
<b>Total</b>	<b>19.105.150,00</b>	<b>15.736.014,83</b>	<b>-3.369.135,17</b>	<b>82,37%</b>

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios é evidenciada do modo seguinte:

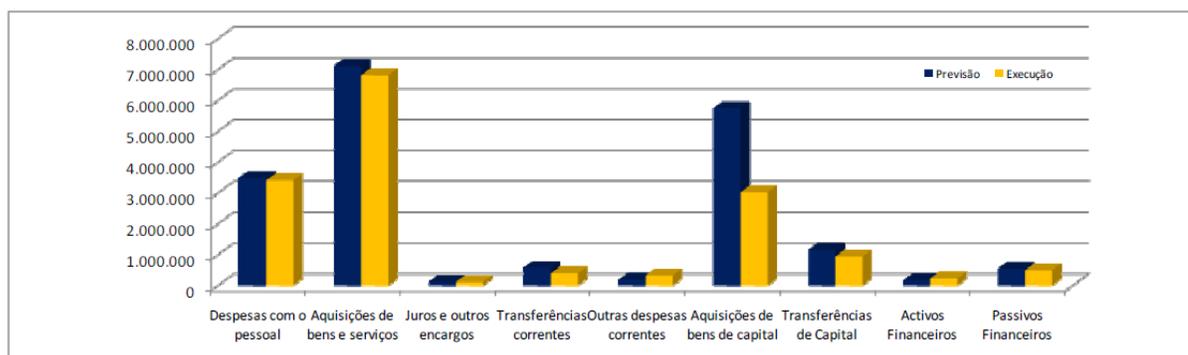


Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foi o seguinte:

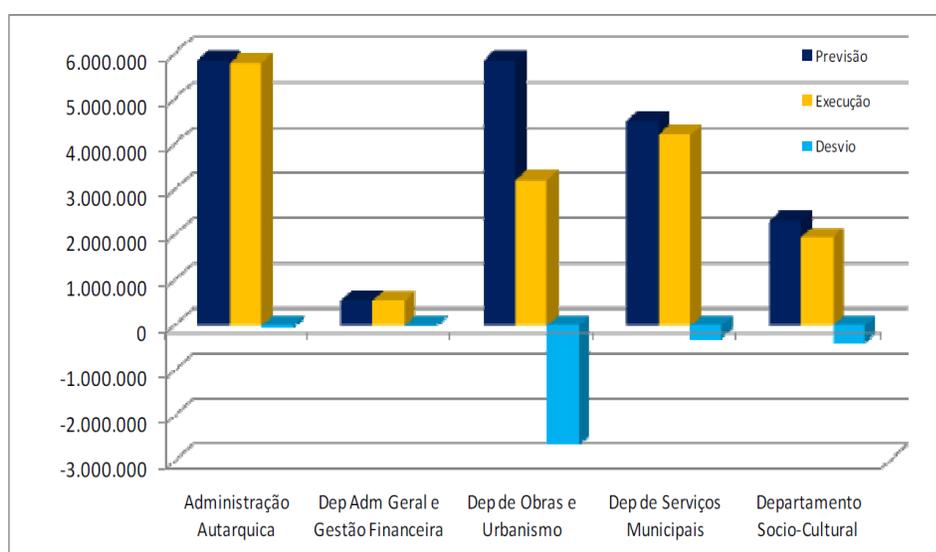
	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	3.468.650	3.407.134	-61.516	98,23%
Aquisições de bens e serviços	7.123.250	6.810.959	-312.291	95,62%
Juros e outros encargos	128.100	117.719	-10.381	91,90%
Transferências correntes	580.250	393.787	-186.463	67,87%
Outras despesas correntes	189.900	326.152	136.252	171,75%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>11.490.150,00</b>	<b>11.055.750,41</b>	<b>-434.399,59</b>	<b>96,22%</b>
Aquisições de bens de capital	5.739.450	3.018.768	-2.720.682	52,60%
Transferências de Capital	1.160.500	939.853	-220.647	80,99%
Activos Financeiros	165.000	230.000	65.000	139,39%
Passivos Financeiros	550.050	491.643	-58.407	89,38%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>7.615.000,00</b>	<b>4.680.264,42</b>	<b>-2.934.735,58</b>	<b>61,46%</b>

O grau de execução ficou abaixo dos valores orçamentados, sobretudo nas rubricas de «Transferências correntes», «Aquisição de bens de capital» e «Transferências de Capital» apresentando, no entanto, percentagens de execução orçamental mais elevadas nas rubricas de «Despesas com Pessoal», «Aquisições de bens e serviços» e «Juros e outros encargos».

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



A execução orçamental da Despesa por departamento apresenta a seguinte representação gráfica:



Foi, sobretudo, na Divisão de Obras e Urbanismo que o grau de execução orçamental da Despesa ficou aquém do previsto. Ao nível das Despesas de Capital, o grau de execução foi de 45%, tendo sido realizadas despesas no montante de 1,96 M€ contra os 4,38 M€ orçamentados. As Despesas correntes nesta Divisão registaram uma execução de 85% apresentando um desvio de cerca de 217 m€.

A Administração Autárquica e o Departamento de Serviços Municipais, que registaram desvios negativos de cerca de 55 m€ e 285 m€ revelam graus de execução orçamentais para as Despesas Correntes, de 108% e 97% e para as Despesas de Capitais, de 89% e 53%, respectivamente.

O quadro seguinte revela, de forma detalhada, por departamento e por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental registado no final do primeiro semestre de 2011.

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
<b>Administração Autárquica</b>				
<u>Assembleia Municipal</u>				
Despesas com Pessoal	21.700	27.781	6.081	128,02%
Aquisição de bens e serviços	8.350	7.716	-634	92,41%
<u>Câmara Municipal</u>				
Despesas com Pessoal	552.300	539.459	-12.841	97,67%
Aquisição de bens e serviços	1.835.900	2.030.567	194.667	110,60%
Transferências correntes	360.250	283.439	-76.811	78,68%
Outras despesas correntes	189.900	326.152	136.252	171,75%
Aquisição de bens de Capital	892.400	812.774	-79.626	91,08%
Transferências de Capital	1.158.000	939.853	-218.147	81,16%
<u>Operações financeiras</u>				
Juros e outros encargos	128.100	117.719	-10.381	91,90%
Activos Financeiros	165.000	230.000	65.000	139,39%
Passivos Financeiros	550.050	491.643	-58.407	89,38%
<b>Dep Adm Geral e Gestão Financeira</b>				
<u>Divisão Administrativa</u>				
Despesas com Pessoal	227.550	247.897	20.347	108,94%
Aquisição de bens e serviços	9.850	10.676	826	108,39%
Aquisição de bens de Capital	2.500	335	-2.165	13,39%
<u>Divisão Financeira</u>				
Despesas com Pessoal	239.850	220.418	-19.432	91,90%
Aquisição de bens e serviços	22.050	13.228	-8.822	59,99%
Aquisição de bens de Capital	2.500	0	-2.500	0,00%
<u>Divisão Informática e Sistemas</u>				
Despesas com Pessoal	60.150	56.963	-3.187	94,70%
Aquisição de bens e serviços	2.550	1.544	-1.006	60,53%

Análise Económico – Financeira  
Junho de 2011

22/25

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
<b>Dep de Obras e Urbanismo</b>				
<u>Divisão de Obras</u>				
Despesas com Pessoal	380.700	348.807	-31.893	91,62%
Aquisição de bens e serviços	133.100	75.969	-57.131	57,08%
Aquisição de bens de Capital	3.855.950	1.598.690	-2.257.260	41,46%
<u>Divisão de Equipamento</u>				
Despesas com Pessoal	245.500	253.546	8.046	103,28%
Aquisição de bens e serviços	438.350	330.201	-108.149	75,33%
Aquisição de bens de Capital	105.000	13.281	-91.719	12,65%
<u>Divisão de Urbanismo</u>				
Despesas com Pessoal	257.600	235.174	-22.426	91,29%
Aquisição de bens e serviços	21.650	16.568	-5.082	76,52%
Aquisição de bens de Capital	420.150	345.858	-74.292	82,32%
<b>Dep de Serviços Municipais</b>				
<u>Divisão de Saneamento básico</u>				
Despesas com Pessoal	283.900	264.027	-19.874	93,00%
Aquisição de bens e serviços	1.385.000	1.465.896	80.896	105,84%
Aquisição de bens de Capital	113.900	119.371	5.471	104,80%
<u>Divisão Defesa Ambiente</u>				
Despesas com Pessoal	345.900	321.711	-24.189	93,01%
Aquisição de bens e serviços	1.507.100	1.446.802	-60.298	96,00%
Aquisição de bens de Capital	66.400	46.772	-19.628	70,44%
<u>Divisão de Transportes e energia</u>				
Despesas com Pessoal	380.650	362.341	-18.309	95,19%
Aquisição de bens e serviços	224.600	157.294	-67.306	70,03%
Aquisição de bens de Capital	193.850	31.700	-162.150	16,35%
<b>Departamento Socio-Cultural</b>				
<u>Divisão Cultural e Turismo</u>				
Despesas com Pessoal	294.000	323.805	29.805	110,14%
Aquisição de bens e serviços	347.950	321.466	-26.484	92,39%
Transferências correntes	120.000	9.598	-110.402	8,00%
Aquisição de bens de Capital	47.500	554	-46.946	1,17%
Transferências de Capital	2.500	0	-2.500	0,00%
<u>Divisão de Educação e Desporto</u>				
Despesas com Pessoal	178.850	205.204	26.354	114,74%
Aquisição de bens e serviços	1.186.800	933.033	-253.767	78,62%
Transferências correntes	100.000	100.750	750	100,75%
Aquisição de bens de Capital	39.300	49.433	10.133	125,78%
<b>Total Despesas</b>	<b>19.105.150,00</b>	<b>15.736.014,83</b>	<b>-3.369.135,17</b>	<b>82,37%</b>

Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Jun-11	Jun-10
Transferências correntes / Total das Despesas	3%	3%
Transferências de Capital / Total das Despesas	6%	6%
Despesa Corrente / Total das Despesas	70%	57%
Despesas de Capital / Total das Despesas	30%	43%
Total do Investimento / Total das Despesas	19%	31%

## 2.4 – Limite de Endividamento

Procedemos ao cálculo do limite de endividamento à data de 30 de Junho de 2011, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Importa, no entanto, referir que o cálculo não considera, por falta de informação disponível, o endividamento subjacente à participação do Município em Associações de Municípios e Sector Empresarial Local, à excepção do Mercado Municipal de Bragança.

**Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (art.º 37.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro)**

	Descrição	Montante
A - Passivos (Emprestimos contratados, contratos de locação Financeira e dividas a Fornecedores)	- Empréstimos Bancários	6.411.178
	- Contratos de Leasing	
	- Dividas a Fornecedores	1.066.808
	- Dividas a Fornecedores Imobilizado	2.781.730
	- Dividas a EOEP	248.427
	- Dividas a Outros Credores	403.772
	- Acréscimos e Diferimentos Passivos	397.159
	<b>Soma dos Passivos</b>	<b>11.309.074</b>
B - Activos	- Saldo de Caixa	17.012
	- Depósitos em Instituições Financeiras	2.741.778
	- Aplicações de Tesouraria	
	- Investimentos Financeiros	2.792.975
	- Créditos sobre Terceiros	2.518.287
	- Acréscimos e Diferimentos Activos	76.276
<b>Soma dos Activos</b>	<b>8.146.328</b>	
C - Endividamento líquido do Município		3.162.745
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	-	
	-	
Sub-Total 2		
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integraram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime sufrágico do sector empresarial local)	- Mercado Municipal de Bragança	998.203
	-	
Sub-Total 3		998.203
F - Endividamento líquido total		4.160.949
G - Determinação da Capacidade de Endividamento	- Impostos Municipais	4.343.285
	- Participação do Município no FEF e no IRS	14.244.036
	- Derrama	0
	- Participação nos resultados das entidades o sector empresarial local relativas ao ano anterior	0
H - Limite da Capacidade de Endividamento (125% de G)		23.234.151
I - Capacidade líquida de Endividamento (H - F)		19.073.203

Legenda:  
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro  
IRS- Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Porto, 5 de Setembro de 2011

Em representação de  
Fatima Pereira & Carlos Duarte,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, sobre esta matéria pretende fazer algum esclarecimento inicial? Muito bem. ....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Podem, os Srs. Deputados, constatar da certidão e do Relatório da Análise Económica – Financeira, apresentada, que a execução orçamental se mostra positiva, já que o grau de execução da receita bruta é superior ao grau de execução da despesa, e foi cumprido igualmente o princípio do equilíbrio orçamental, já que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente. ....

----- Registou-se um decréscimo do passivo de 3,12% sendo que do total do passivo a rubrica “acréscimos e deferimentos passivos” correspondem a subsídios ao investimento e representam 70% desta rubrica, ou seja, cinquenta e três vírgulas oito milhões de euros. A rubrica “fornecedores de imobilizado” e “empréstimos” apresenta uma diminuição de dois vírgula um milhões de euros. Os “proveitos operacionais” registam uma diminuição de cerca de zero vírgula cinco milhões de euros, resultado do decréscimo de vendas, prestações de serviços, impostos e taxas, e também do corte de transferências da Administração Central. Os custos operacionais aumentaram 7,1% envolvendo rubricas: fornecimentos serviços externos, pessoal, encargos com a saúde e amortizações do exercício. O Resultado Operacional regista um decréscimo de um vírgula zero seis milhões de euros, resultado da diminuição dos proveitos operacionais e agravamento dos custos operacionais. O Resultado Financeiro registou um acréscimo de 4%. O Resultado Extraordinário é negativo em um vírgula oito milhões de euros e foi incrementado em cento e vinte e quatro mil euros. ....

----- Feita a análise financeira, não considerando o passivo circulante, os proveitos diferidos, os rácios de liquidez geral e reduzida, são positivos. A liquidez geral passou, no ano de 2008, de setenta e um vírgula oitenta e dois, para sessenta e sete vírgula setenta e nove no ano 2009, para oitenta e nove vírgula cinco em 2010, e para cento e vinte e sete por cento em 2011. O índice liquidez imediata aumentou e o endividamento diminuiu. A execução da receita bruta registou dezasseis vírgula oito milhões de euros e representa quarenta e quatro vírgula zero oito por cento previsto no orçamento. A execução da despesa registou quinze vírgula setenta e quatro milhões de euros, representa quarenta e um vírgula dezoito por cento, ou seja, menos três vírgula trinta e sete milhões de euros que o previsto, consequência da redução na despesa corrente e no investimento. O endividamento líquido total do Município é de quatro vírgula dezasseis milhões de euros, sendo que o limite de capacidade de

endividamento é de vinte e três virgula vinte e três milhões de euros, ou seja, a capacidade de endividamento está tomada em cerca de 19%.....

----- Quanto à dívida de curto prazo, médio e longo prazo, registou um decréscimo de um virgula noventa e oito milhões de euros, ou seja, no essencial os dados do Município são positivos comparativamente a 2010, sendo que já os de 2010 eram positivos, de salientar que há uma tendência de diminuição de receita, que é bem evidente, e no próximo ano a diminuição será maior, e em 2013 será maior ainda, ou seja, o exercício da elaboração de um orçamento equilibrado será mais complexo amanhã do que o é hoje. ....

----- Para todos os efeitos os resultados são positivos e a avaliação interna à actividade do Município, sob o ponto de vista administrativo, técnico, jurídico, evidencia plena regularidade da parte dos serviços. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Algum pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara? Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, Ana Cláudia e Brinquete. ....

----- **Adriano Rodrigues** – Boa tarde a todos, Sr. Presidente. Sr. Presidente de Câmara, Sr. Vereador, Sr. Secretário. A Comissão de Economia, Orçamento e Plano da AM de Bragança, reunida em 26 de Setembro de 2011 para analisar o relatório intercalar Económico-Financeiro às Contas do Município de Bragança, relativas ao primeiro semestre do ano 2011, decidiu, por unanimidade, não apresentar qualquer opinião técnica, ou crítica, do documento pelos seguintes motivos: .....

----- Primeiro - pouco tempo para análise profunda e detalhada do documento, como seria desejado;.....

----- Ponto dois – a informação nele vertida é insuficiente para uma análise técnica e política; .....

----- Ponto três - tratando-se de uma análise intercalar às contas do Autarquia e mesmo considerando a sua importância ou obrigação legal, a Comissão irá dar maior atenção ao relatório anual final, caso o mesmo nos chegue atempadamente. ....

----- Atendendo ao último ponto a Comissão solicita ao Executivo Autárquico, que logo que o documento seja analisado em reunião de Câmara, seja enviado de imediato aos elementos desta comissão.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Temos a intervenção de Ana Cláudia Guedes de Almeida, de seguida, depois José Brinquete e depois Luís Pires. ....

----- **Ana Almeida** – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma pergunta muito concreta, qual é o prazo de pagamento aos fornecedores que a Câmara está neste momento a registar? .....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, é para dizer, em primeiro lugar, que eu participei neste relatório que o Adriano leu em nome da Comissão de Economia, e portanto subscrevo-o nos termos em que está redigido, mas queria acrescentar o seguinte: .....

----- Embora este ponto seja para conhecimento e portanto não é para decisão de nada, para nós, CDU, o importante são as entidades reguladoras do Estado, para efeito, e achamos que é supérfluo este tipo de estudos, ou este tipo de auditorias, na medida em que custam dinheiro e nem sequer fazem sentido nos municípios que têm ROCs contratados, Revisores Oficiais de Contas, os Revisores Oficiais de Contas têm a obrigação de fazer este trabalho, podem-me dizer que há Câmaras que não têm, aliás não é obrigatório que todas tenham, mas Bragança tem. E, porque é que as entidades reguladoras do Estado é que são efectivamente importantes? Porque nós temos a IGF que é a Inspeção Geral de Finanças, que tem poderes e competências para fiscalizar as contas dos Municípios e temos também o IGAL o antigo IGAT, antiga Inspeção Geral da Administração do Território, que agora se chama Administração Geral da Administração Local, que, aliás, o Governo já anunciou que vai extinguir, o que é mau sinal, e ainda temos o Tribunal de Contas, portanto, agora, é moda, não foi só aqui no Município que eu tenho conhecimento que se fazem estes relatórios, já o ano passado tivemos também este relatório, mas este relatório com todo o respeito por quem o fez e etc., tem um valor residual, não é? A verdadeira apreciação às contas do Município, no caso do nosso, para mim, só merecem completo crédito os destas identidades que eu referi. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Ainda para esclarecimentos, Luís Pires. ....

----- Prescinda, Luís Pires. ....

----- Bruno Veloso, tem a palavra .....

----- **Bruno Veloso** – Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, e este relatório é explícito nessa matéria, o seguinte: Portanto, os auditores, portanto quem elaborou este relatório, obviamente que só se pronuncia sobre os dados que lhe são fornecidos pela Câmara Municipal, aquilo que eu pergunto é se neste relatório está vertido as contas que, sistematicamente, o Sr. Presidente da Câmara se tem furtado em dar a esta Assembleia, relativamente à qual é a dívida da Câmara Municipal perante as Águas de Trás-os-Montes e a dívida que as Águas de Trás-os-Montes tem com a Câmara Municipal, portanto se esse deve e haver está contemplado, e se está, gostaríamos de saber também, mais uma vez, qual era o montante em causa. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Terminadas os pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente pretende responder às questões formuladas? .....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Quanto ao pagamento de fornecedores, estamos a pagar o mês de Julho, sendo que há determinado tipo de serviços como seja: combustíveis; comunicações; energia; transportes; serviço de alimentação nas escolas; actividades de enriquecimento curricular; limpezas de espaços verdes, pagamos a factura no próprio mês, significa, assim, que estamos a pagar também o mês de Agosto, no que diz respeito a este tipo de prestações de serviços, o mesmo é dizer que estamos no intervalo entre os, no máximo 90 e o mínimo 30 dias, um nível considerado bom, face ao que ocorre em geral no País. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Intervenções sobre esta matéria, sobre este tema? .....

----- Luís Pires.....

----- Eu reforço, não sei se os Srs. Deputados lá ao fundo estavam distraídos. Se há intenções de inscrição para intervenções? Não! .....

----- **Luís Pires** – Eu também vou ser rápido, e não tem muito a ver com o ponto, tem a ver com o que o Adriano aqui veio ler ou veio dizer. Aqueles anseios, aqueles lamentos do Adriano, são exactamente comungados pela bancada do PS, e quando chega a altura de analisar as contas, chegam tarde, não temos tempo de fazer uma análise como deve ser, ainda bem que alguém que não é do PS veio aqui dizer publicamente aquilo que nós sentimos, apenas isso. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Bruno Veloso, tem a palavra. ....

----- **Bruno Veloso** – Bem, como já imaginava, fiquei sem resposta, mais uma vez, o Sr. Presidente de Câmara, mais uma vez, ou fingiu que não ouviu a nossa pergunta, ou propositadamente não quis responder, mas gostava também de salientar ainda um outro pormenor. Eu também sou da opinião do Brinquete, acho que este tipo de relatórios são feitos pelas autoridades competentes, normalmente estas empresas pagas muitas das vezes escrevem aquilo que a gente gosta de ouvir, mas de qualquer forma tem uma vantagem esta empresa que fez este relatório, também faz uma chamada de atenção, nomeadamente refere o endividamento do Mercado Municipal, um milhão de euros, ora aqui está mais uma proposta que a gente tem andado sempre a debater, portanto se houvesse uma baixa do IMI para 0,4% perdia-se um milhão de euros, era o suficiente se a gente alienasse o Mercado Municipal, que não serve as populações, ora aqui está uma proposta divergente que o Nuno Reis já perguntava, e também não aparecem mais participações nenhuma sobre os valores das outras participações em empresas municipais e a Lei das Finanças Locais é muito clara e impõe definição do perímetro de consolidação dos municípios, que esse perímetro é englobado e tal perímetro deve conter também as entidades do sector empresarial e, de facto, este relatório faz essa chamada de atenção, e muito bem, porque, de facto, só está lá a empresa Mercado Municipal, as outras omitem-se. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Terminadas as intervenções, foi discutido e foi tomado o devido conhecimento sobre esta matéria. ....

----- Passamos ao ponto seguinte: ....

**PONTO 4.4 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO** sobre a seguinte proposta da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, da AM – “Colóquio – A reabilitação urbana no contexto das novas políticas urbanísticas” .....

----- Seguidamente se transcreve a proposta apresentada à Comissão Permanente, pelo Senhor Coordenador da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território e previamente distribuída pelos membros. ....

#### “CERTIDÃO

----- LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA: .....

----- Certifica que na acta da reunião da Comissão Permanente, realizada no dia 16 de setembro de 2011, devidamente aprovada em minuta e com a presença dos Senhores: .....

- \_\_\_\_\_ **Luís Manuel Madureira Afonso** - Presidente da Mesa da Assembleia; .....
- \_\_\_\_\_ **Maria Madalena Morais Morgado** – Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. ....
- \_\_\_\_\_ **Acúrcio Álvaro Pereira** - Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. ....
- \_\_\_\_\_ **Rui Fernando Rodrigues Correia** - Representante do Partido Social Democrata;.....
- \_\_\_\_\_ **Manuel António Pires** - Representante do Partido Socialista; .....
- \_\_\_\_\_ **Luís Miguel Vale Fernandes Vale** – Representante do Partido Bloco de Esquerda; .....
- \_\_\_\_\_ **José João Martins Lourenço** – Representante do Movimento Sempre Presente; .....
- \_\_\_\_\_ **António Guedes de Almeida** - Representante do Partido Popular.....
- \_\_\_\_\_ **João Vítor Alves** – Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS; .....
- \_\_\_\_\_ **Adriano Augusto Correia Rodrigues** – Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do  
Concelho de Bragança, .....

Se encontra uma deliberação do seguinte teor: .....

----- REALIZAÇÃO DE UM COLÓQUIO, subordinado ao tema “A REABILITAÇÃO URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS POLÍTICAS URBANÍSTICAS” .....

----- O Sr. Coordenador da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, Arq.º João Ortega, propôs a realização de um colóquio cujo programa abaixo se transcreve:.....

#### “ COLÓQUIO

#### A REABILITAÇÃO URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS POLÍTICAS URBANÍSTICAS

(Coordenadora Científica: Prof. Doutora Fernanda Paula Oliveira

Coordenadora Executiva: Dr. Ana Cláudia Guedes)

Dia \_\_\_\_\_

- 9.30h – Entrega de documentação .....
- 10.00h – Sessão de abertura: Secretário de Estado .....
- Painel I – Moderador – Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º Jorge Nunes .....
- 10.30h – Evolução das políticas de reabilitação urbana em Portugal .....
- Arquiteta Ana Pinho .....
- 11.00h – O regime da reabilitação urbana: procedimentos e instrumentos.....
- Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira.....
- 11.30h – Coffe Break.....
- 11.45h – O planeamento no âmbito da reabilitação urbana.....
- Arquitecto Adelino Gonçalves.....
- 12.50h – Debate .....
- Almoço .....
- Painel II: Moderador .....
- 14.30h – Reabilitação urbana e património cultural (em especial planos de pormenor de salvaguarda) .....
- Dr.ª Paula Cabral Oliveira .....
- 15.00h – Os sujeitos da reabilitação urbana .....
- Mestre Fernanda maças/ Maria José Castanheira Neves .....
- 15.30h – Debate .....
- 16.00h – Coffe Break.....
- Painel III: Moderador ( Presidente do IPB ).....
- 16.15h – Modelos e instrumentos de execução .....
- Professora Doutora Alexandra Leitão .....

16.45h – A reabilitação urbana e o regime jurídico da urbanização e edificação .....  
Dr.ª Ana Cláudia Guedes .....  
17.15h – Debate .....

Dia \_\_\_\_\_

Painel IV: Moderador – Prof. Doutor Adriano Moreira.....  
9.30h – Instrumentos de política urbanística .....  
Mestre Cláudio Monteiro.....  
10h00 – Apoios à reabilitação urbana: os incentivos fiscais e instrumentos de financiamento .....  
Mestre Dulce Lopes.....  
10.30 h – Coffe Break.....  
14.45h – Os fundos de investimento imobiliário de reabilitação urbana.....  
Dr.ª Ana Maria de Almeida .....  
12.15h – O Centro Histórico de Bragança .....  
Arquitecto Ortega .....  
12.45h - Debate.....  
António Mendes Baptista – Presidente do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana .....  
Sessão de encerramento: Ministra da Agricultura, Desenvolvimento Regional, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território” .....

----- A presente proposta foi submetida à aprovação da Comissão Permanente, sendo aprovada por unanimidade dos membros presentes. ....

----- Nos termos do Artigo 18.º (Ordem do Dia), do Regimento da Assembleia Municipal, este assunto ficou agendado como ponto 4.4 da ordem de trabalhos da próxima Sessão da AM de 30 de setembro.....

----- Foi ainda solicitado à Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território a elaboração de um orçamento para esta iniciativa.....

----- Para constar, passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo em uso nesta Assembleia Municipal.....

----- Assembleia Municipal de Bragança, 19 de setembro de 2011 .....  
a) Luis Manuel Madureira Afonso” .....

----- **Presidente da Mesa** - Julgo que quer fazer uma intervenção inicial, sobre esta matéria, o Sr. Deputado do PS, João Ortega.?

----- Ana Cláudia? Tem a palavra. ....

----- Este ponto também é apenas para discussão e tomada de conhecimento. ....

----- **Ana Almeida** – Aquilo que está em causa é uma proposta que o CDS/PP fez e que apresentou à Comissão Permanente, da realização de um colóquio, de um dia e meio, para discutirmos um dos anseios que eu tenho vindo a sentir e que me tem levado aos sentidos de voto, sempre em Setembro,

nomeadamente quanto ao ponto da majoração dos prédios degradados. De facto tenho tido aqui uma guerrilha, uma quezília com o Sr. Presidente, no sentido de achar, de entender, que a política urbanística para o centro histórico, não obstante existir um plano de pormenor e nomeadamente para prédios que necessitem, não só para o centro histórico, porque para o centro histórico até se coloca mais um outro aspecto, que é a questão do património e de protecção de património, mas para outras áreas onde haja prédios degradados, a necessidade de debatermos a política urbanística que está a ser usada, nomeadamente ver os pontos fortes que o regime da reabilitação urbana que foi aprovada em 2009 nos oferece, e desde de 2009 que eu tenho vindo a sugerir ao Sr. Presidente da Câmara que o faça, sem nunca a Câmara Municipal ter adoptado qualquer medida nesse sentido. De forma que, consegui, com a ajuda de uma Prof.ª Dr.ª da Faculdade de Direito, a qual será a coordenadora científica desse colóquio, um painel de pessoas que virão falar no regime geral da reabilitação urbana, e que aliás até se justifica que se faça, porque essa Prof.ª Dr. que acompanha as alterações legislativas, já esteve no Gabinete da Sra. Ministra do Ordenamento do Território, a Dr.ª Assunção Cristas, e está a participar na alteração ao Regime. Portanto é um regime que sem ter sido totalmente aplicado, já se fala na sua alteração. E não pode ser mais oportuno falar nele e Bragança seria pioneira, reparem, a proposta é trazer pessoas de reconhecido valor, a nível nacional, que venham discutir imparcialmente, objectivamente, os instrumentos jurídicos e não só jurídicos, económicos e financeiros, parece-me que também é um ponto que a Autarquia deve abraçar sem qualquer tipo de reserva, e discutirmos a reabilitação em Bragança, que seria um colóquio não propriamente local, mas nacional, com grande projecção de discussão, que cujas conclusões poderiam eventualmente levar até, e é a nossa intenção, de um livro de actas daquilo que resultar do colóquio e portanto queremos a participação séria nesta matéria.....

----- O colóquio seria a realizar na semana de 14 de Novembro, é um dia e meio, era a nossa aposta, para termos tempo de confirmar os convites aos envolvidos e portanto trazer à cidade de Bragança, pessoas, trazer à cidade de Bragança, conhecimento, trazer à cidade de Bragança, participação cívica nas matérias que também são do poder local e por isso é esta a razão de ser da proposta do colóquio. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada. ....

----- Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? .....

----- Intervenções sobre esta matéria?.....

----- Registamos dois pedidos de intervenções: José Brinquete e Eduardo Malhão.....

----- Para intervenção, tem a palavra, o Sr. Deputado José Brinquete.....

----- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, eu não pude estar na reunião da Comissão de Urbanismo, onde se discutiu esta proposta, mas, de qualquer maneira, acho que ela tem aspectos bastantes válidos, embora chamo a atenção do seguinte: Não percebo porque é que na ordem de trabalhos, porque também não estive na Comissão Permanente, estou a faltar um bocado a estas coisas, faltei sobretudo naquela noite, também não estive na Comissão Permanente e não percebo porque é que na ordem de trabalhos só está a discussão e conhecimento, e então o primeiro esclarecimento que eu precisava de saber é se estamos a discutir para votar, ou se estamos só a discutir para tomar conhecimento. ....

----- Diz o Sr. Presidente que é só para tomar conhecimento. ....

----- **Presidente da Mesa** – Foi assim que ficou descrito na acta da reunião da Comissão Permanente, e não foi, o texto foi escrito ali. ....

----- **José Brinquete** – então a segunda pergunta que eu faço ao Sr. Presidente da A.M para meu entendimento é a seguinte: há discussão, já se está a fazer, e depois tomou-se conhecimento e fechou-se o ponto, então que sequencia, que andamento é que isto depois vai ter? .....

----- **Presidente da Mesa** – Eu, se calhar, para já lhe adiantar, talvez essa é a resposta mais em concreto, vou-lhe passar a palavra ao Arquitecto Ortega que fez a apresentação na Comissão Permanente.....

----- **João Ortega** – Havido algum lapso, mas de facto a proposta da Comissão de Urbanismo à Comissão Permanente, uma reunião aconteceu antes a outra logo a seguir, primeiro a Comissão de Urbanismo, depois a Comissão Permanente, foi exactamente nos termos que a Deputada Ana Cláudia indicou, a Comissão de Urbanismo propôs à Comissão Permanente o patrocínio deste colóquio, portanto que fosse algo promovido pela AM para se vir a realizar, o que significa que neste momento a proposta da Comissão de Urbanismo significaria se a Assembleia aprova ou não aprova, patrocina ou não patrocina este colóquio, foi nestes termos que as coisas foram colocadas. ....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** – Eu recorro aos presentes e a quem estava presente na Comissão Permanente e em substituição do CDS estava o Dr. Guedes de Almeida, que se encontra na sala, a quem eu dirigi a necessária obrigação de apresentação também de um orçamento para esta matéria, e noto que há esta falha, não foi feito aqui a apresentação de qualquer valor de despesas, como sabe, e bem,

eu insisti muito nessa reunião que devia de haver uma orçamentação. Quem é que vem, quantas pessoas vêm, quanto tempo permanecem em Bragança, para se poder calcular a despesa com a estadia, basicamente é a despesa da estadia, que seria um dia, alimentação, deslocação. Por aquilo que me foi dito, dos oradores que haviam de vir, nada mais seria exigível. Foi solicitada a apresentação de um documento de despesa. ....

-----  
----- **Presidente da Mesa** - Eu remeto novamente, .....

----- Bom, mas não pode ser assim dessa maneira, por isso eu vou manter, não pode fazer uma apresentação do orçamento com base em nada. ....

----- Deixem-me dizer o seguinte: não vamos levantar confusão, há uma falha por parte do CDS/PP, peço desculpa, tomem atenção, eu explico porquê. A comissão Permanente tomou esta decisão e renunciou-se, todos se renunciaram, acharam interessante o tema e que o colóquio se realizasse. Todos, sem excepção, afirmaram que queriam saber uma conta discriminada de despesa. ....

----- **Presidente da Mesa** - Foi obtido da palavra do Sr. Dr. Guedes de Almeida que estava presente, a responsabilidade de apresentar esse documento. Esse documento não está aqui para discussão, a vossa intenção seria que a Assembleia promovesse esse colóquio. Está ultrapassado. A Comissão Permanente aceitou, não me parece ser necessário que seja deliberado pela a Assembleia, tal facto, da promoção ser feita pela Assembleia, a Assembleia tem um orçamento, julgo, estou certo, se não acontecer nada em contrário que o orçamento que viremos a atingir este ano, os valores são aquém do que estava inicialmente previsto, e por isso não me parece que venha a haver problemas de orçamentação, dessa ordem, que eu sugiro que seja de menor valor, porque é possível fazer isso com menor valor, de acordo com o que foi conversado na Comissão Permanente, e portanto não vejo problema nenhum.....

----- A Câmara tem vindo a pagar despesas de “n” situações que aconteceram, recorde da Comissão das Comemorações do Centenário da República e não há problema nenhum, o orçamento da Assembleia vai suportar seguramente, não há problema porque vamos ficar aquém do valor do ano passado, foi um compromisso assumido a meu pedido explicito. ....

----- **Ana Cláudia** – Ó! Sr. Dr., eu tive dificuldades, a informação foi-me transmitida, não estou a dizer que não, mas eu própria, repare, na lógica da prática que o Sr. Dr. Luís Afonso está a descrever, que a

Câmara tem tido, a Câmara tal como faz no âmbito da sua gestão ordinária, quando tem convidados e lhe paga alojamento, lhe paga alimentação, aliás, digo, todas as pessoas que virão, nenhuma delas cobrará nada relativamente ao serviço do colóquio, portanto não é isto. Eu não sei se a Câmara Municipal não tem, digamos assim, protocolos com hotéis, que possa ser o melhor preço possível, porque se estamos a trabalhar nestes moldes, não é? Tem que haver uma colaboração entre todos, nomeadamente dizer assim, porque todos nós sabemos se formos a título individual para um hotel o preço é um, se formos no âmbito de uma instituição de trabalho, o preço é outro. E portanto a AM, no seu orçamento, pode ter melhor essa perspectiva do que eu própria, portanto é uma questão de, sem que isto seja, digamos assim, um facto impeditivo de se avançar até com as datas, de entre nós acertarmos essa situação, eu própria tive dificuldade por estas razões. ....

----- **Presidente da Mesa** – Mas não tinha que ter razão para dificuldades, porque foi transmitido ao Sr. seu pai a indicação clara de que se fizessem sugestões à Câmara, foi sempre assim, quando foi da Comissão das Comemorações do Centenário da República .....

----- **Ana Cláudia** – Mas eu senti-me à vontade, aliás eu propus à Assembleia.....

----- **Presidente da Mesa** – Sem querer prolongar o diálogo, foi dito precisamente o que foi experiência promovida pela Assembleia, que era o seguinte: A Câmara, através do Gabinete do Sr. Presidente, ter a indicação de quais os hotéis que a Câmara estava com acordos, quais os valores, foi acrescentado nomes de unidades hoteleiras que eu sabia que estavam debaixo desse acordo, ao seu pai, e portanto foi-lhe dito que havia valores, e contactasse a Câmara, através dos serviços da Assembleia, para obter os valores, mas não há problema nenhum. ....

----- **Ana Cláudia** – Mas eu só queria dizer outra coisa, a questão aqui é: eu própria só depois de ter esta confirmação da realização e do interesse em realizar nestas datas, é que poderei, na qualidade de responsável executiva, pelo mesmo, de perguntar às pessoas, por exemplo: há um painel de manhã num dia e um painel de manhã noutro dia e outro à tarde, portanto três painéis, ou melhor três períodos de tempo, duas manhãs e uma tarde. Haverá, eventualmente, pessoas que vindo de manhã depois nem ficam, entende aquilo que eu, portanto eu não sei, portanto há coisas que eu antecipadamente não sei e não consigo prever, portanto daí a razão de não ter trazido também um valor, não é? Portanto só agora, contactando pessoalmente as pessoas, pergunto: ficam para dormir? Não ficam para dormir? E posso dar um número exacto e trabalhar a partir daí. Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Sabe que o nosso objectivo, dentro da Comissão Permanente, é aceitar a realização deste colóquio. É verdade que parece que este ano o orçamento da Assembleia irá ficar aquém daquele, a não ser que aconteça alguma alteração, que eu espero que não aconteça, e quero-vos explicar, estava a dizer eu que não aconteça a necessidade de uma reunião extraordinária, quero também, tenho vindo a fazer um esforço e já o fiz hoje e consegui, que duas comissões que queriam fazer reuniões, dialogassem para as realizar no mesmo dia. Fico grato por terem chegado a consenso que uma que vai reunir às 18h e outra reunirá às 21h, significa uma enorme poupança para o Município, nomeadamente em deslocações de alguns dos Srs. Deputados. Tudo quanto refere hoje a despesa, tem que ser acautelada e por isso o esforço que eu peço aqui é que haja um cuidado extremo na despesa, não me parece, este ano, volto a dizer e não volto a repetir, que os valores que foram atingidos em termos de despesa para a Assembleia, o ano passado, cheguem a ser atingidos, bem longe disso, de resto a Assembleia vai propor, este ano, um orçamento para ser incluído no plano de orçamento do ano seguinte, que ainda vai reflectir uma redução de valor, temos, todos, de dar o nosso contributo para a poupança.....

----- Este colóquio é muito interessante, a despesa que falou já me parece exagerada, mas vamos dialogando no sentido de reduzir ao mínimo, o que interessa é que a realização seja positiva, tenha a anuência de público, com o menor gasto possível. ....

----- E por isso não me parece que haja necessidade de uma deliberação, foi assim que foi decidido na Comissão Permanente, não vou tomar uma decisão diferente, que é, é para realizar no âmbito da AM, naturalmente com o orçamento que está aprovado. ....

----- E posto isto espero que tenha ficado esclarecida, satisfeita. Quero só perguntar à Dra. Ana Cláudia quais são os dias em que se vai realizar o colóquio. ....

----- **Presidente da Mesa** - Então quando é que me vai dar indicação clara, porque há coisas a fazer antes, estamos a falar do mês de Novembro. Srs. Deputados já não vai haver oportunidade de vos dizer isto, mas vão chegar depois convites a todos, que em Novembro, 14, 15 ou 16 irá decorrer um colóquio sobre a Reabilitação Urbana. ....

----- Depois dialogaremos de forma concertada que a despesa seja, claro, a menor possível, para os cofres do Município. ....

----- **Presidente da Mesa** – José Brinquete, tem a palavra. ....

----- **José Brinquete** – Eu vou ser rápido, mas como eu estava a dizer, não me foi possível estar nem Comissão de Urbanismo nem Comissão Permanente. Não estando na Comissão fiquei surpreendido com a fórmula como veio para a ordem de trabalhos porque eu não estaria de acordo que um assunto tão importante ficasse na ordem de trabalhos com este figurino, só tomada de conhecimento. E estou de acordo também que é preciso um orçamento mínimo, não é? Aliás fico muito surpreendido com o que o Sr. Presidente da Mesa disse, duas ou três vezes, que a Assembleia tem um orçamento. Do que eu sei, sou Membro da Assembleia, não tenho conhecimento de nenhum Orçamento da Assembleia, admito que tenha uma conta corrente no orçamento da Câmara, mas chama-se orçamento da Assembleia a uma coisa completamente distinta e que está prevista na lei. ....

----- Por último, dizer-vos o seguinte: Nós temos uma decisão, de vinte seis de Fevereiro de 2010, portanto já com ano e meio, decisão por unanimidade desta Assembleia que era fazer um debate - audiência pública - da cidade, sobre a continuação da revitalização económica, social e cultural da cidade, há um determinado momento em que a Assembleia ou a Comissão Permanente, agora também não tenho a certeza, entregou esta tarefa à Comissão de Urbanismo, a Comissão de Urbanismo já fez algumas diligências para montar este debate, mas ainda não conseguiu, o Sr. Presidente da Comissão de Urbanismo, provavelmente numa próxima Assembleia pode dar nota disso, e agora surge também esta proposta, claro que esta proposta é interessantíssima, e em principio irá a ser realizada, mas não podemos desvalorizar uma decisão por unanimidade da Assembleia, quando ambas são complementares uma da outra, a outra decisão é para que a cidade discuta, a cidade discuta política, porque as leis, em geral, é suposto que o Staff técnico da Câmara as conheça, mas precisamos é de uma discussão política no bom sentido, da polis, dos cidadãos desta cidade, e agora pela força das circunstâncias aquela decisão, por unanimidade, tomada há um ano e meio, vai ficar para à posteriori, e então é esse alerta que eu chamo a atenção, porque também valoriza esta iniciativa e também me parece que pode ser importante a população, em geral, assistir a ela, mas nunca atingirá os objectivos que a outra pretende atingir, até porque o número de oradores é muito grande, o espaço de debate é muito pequeno, e o objectivo é mesmo produzir reflexão, que até pode servir para o País todo, como a Dra. Ana Cláudia disse. Portanto era para deixar isso dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Ana Cláudia, é um pedido de esclarecimento sobre a intervenção? Se é um pedido de esclarecimento sobre a intervenção, concedo-lhe a palavra, se não, não. ....

----- António Eduardo Malhão, tem a palavra .....

----- **Eduardo Malhão** – Compreendo que a hora já vai um pouco adiantada, por isso vou ser muito breve. Sendo esta uma matéria de grande relevo, não podia deixar também aqui de dar o meu contributo com algumas breves notas. Se me permitem, começaria com um parêntesis para dizer que, de facto, queria também falar na deliberação que foi aqui tomada por unanimidade, por proposta da CDU, que se sobrepõe, de certa forma, a esta mesma proposta que aqui hoje fomos informados. Quere-me parecer que isto é mais uma proposta do CDS/PP do que propriamente da Comissão. Foi um programa trabalhado quase em exclusivo pela Dr.<sup>a</sup> Cláudia, pelo que eu julgo saber, não é? E para isso seria muito mais ágio e mais objectivo e simples, propor aqui uma proposta à discussão nesta Assembleia e fazer como fez a CDU. Parece-me que há aqui uma duplicação de energias e de recursos que se deveria evitar. Contudo, não deixo, obviamente, de reconhecer mérito à iniciativa, não é? É sempre bom discutir um aspecto que é importante, que é um dos fenómenos mais complexos e inquietantes dos nossos dias, provocado, curiosamente, pelo crescimento urbano e pelo desenvolvimento e não pela inércia do mercado, isso é reflexo de dinamismo e não de inércia, de qualquer forma, enfim, volto a frisar que esta matéria é uma matéria muito séria para andarmos aqui a duplicar iniciativas e a sobrepor o trabalho, enfim, desta mesma Assembleia. ....

----- Uma outra nota, para referir que a reabilitação urbana apenas terá sucesso se for considerada como uma prioridade nacional de carácter estratégico que mobilize e envolva toda a cadeia de valor e todos os interessados, designadamente as entidades reguladoras. Não é possível discutir a reabilitação esquecendo a lei das rendas, que é um elemento vital na problemática da reabilitação, gostava de ver esse tema também obviamente no painel. ....

----- Uma terceira e última nota, e esta por mera orientação e reflexão pessoal, no sentido de acrescentar ao debate também algum pragmatismo e experimentalismo, não haver só também a vertente académica e teórica, é importante que as pessoas que estão no terreno também se pronunciem sobre as matérias que dizem respeito a todas, que são matérias do dia a dia, matérias do País real e profundo e que ao falar de reabilitação que não se ignore um conceito muito mais estruturado e mais abrangente, diria eu, de última geração, que é a regeneração urbana. O conceito de reabilitação pressupõe projectar, licenciar a reabilitação de edifícios, quando nós sabemos que a montante há questões mais complexas, como a humanização das zonas históricas, a animação cultural e comercial dessas zonas, não podemos falar na reabilitação como um conceito abstracto e redutor.

Parece-me que, de facto, era importante ter também este principio de incluir no debate as pessoas que estão no terreno, agentes do mercado, porque se não se envolver a sociedade civil nesta matéria que é importante e que diz respeito a todos, de facto estamos todos aqui a perder tempo. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado, Julgo que há uma última intervenção, do Sr. Deputado Ortega. ....

----- **João Ortega** – Só para esclarecer algumas coisas, como o Presidente da Comissão de Urbanismo, o que foi entendido é que a proposta da CDU, de há um ano e meio, não está em causa, não se realizou porque falharam alguns dos contactos que estavam feitos. A proposta do CDS, a partir do momento em que a Comissão do Urbanismo a aceitou e a propõe na sua globalidade, ou seja, são todos os membros da Comissão de Urbanismo que propõem à Assembleia esse patrocínio, penso que deixa de ser uma proposta do CDS, a Comissão de Urbanismo aceitou, não são esforços duplicados, porque a Comissão de Urbanismo entendeu, e, na minha opinião, bem, que uma coisa é complementar da outra, a realização primeiro de uma ou de outra, não está em causa ainda que a indicação da Comissão de Urbanismo é que eventualmente faria mais sentido primeiro esta proposta e de seguida termos a discussão mais genérica, mas não me parece que isso esteja condicionado, parece-me que nesta discussão mais genérica fará todo o sentido, que todos os elementos da cidade, que todos os cidadãos participem independentemente da sua posição, da sua formação, da sua participação na sociedade, acho que fará todo o sentido que participem e portanto o que o Eduardo Malhão disse fará todo o sentido. ....

----- **Presidente da Mesa** – Duas notas finais, já vamos terminar a Assembleia, uma é que me é pedido pelos serviços, sistematicamente, e eu sistematicamente o faço, que: todos os Srs. Deputados que fizeram intervenções e que as elaboraram de forma escrita que as remetam via email para o email da Assembleia, porque isso poupa imensas horas de audição dos textos, para serem inscritos, sendo que eles se vierem já preparados escritos pelos oradores, fica o trabalho muito facilitado, e são horas e horas de audição da gravação para se fazer a acta. Isso é um primeiro aspecto. ....

----- Segundo, para finalizar, agora mesmo às 18h vai inaugurar a exposição Terra Quente Terra Fria de Graça Morais, no Centro de Arte Contemporânea aqui ao lado, portanto estão todos, naturalmente, convidados. ....

----- Muito boa tarde a todos e bom fim-de-semana e até breve. ....

**PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

**A – Assembleia:**

**I – PRESENÇAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – Mesa:**

**Presidente** – Luís Manuel Madureira Afonso  
**Primeiro Secretário** – Acúrcio Álvaro Pereira  
**Segunda Secretária** – Maria Madalena Morais Morgado

**2 – Membros:**

Adriana da Conceição Vilares Angélico  
Amândio dos Anjos Gomes  
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho  
Anibal de Jesus Raimundo Morais  
António Almeida Dionísio  
António Eduardo Fernandes Malhão  
António Manuel Pereira  
António Nuno Neves Pires  
Cândido Vaz Alves  
Carlos José Cadavez  
Domingos Moura dos Santos  
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro  
Isabel Maria Lopes  
João Paulo da Veiga Matos  
José Alberto Moutinho Moreno  
José Luís Baltazar  
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso  
Maria Teresa  
Nuno Filipe Machado Reis  
Pedro Luís Esteves Fernandes  
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

**PARTIDO SOCIALISTA**

Alcídio Augusto Castanheira  
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso  
Fernando Carlos da Silva Paula

Francisco Manuel Esteves Marcos  
João Batista Ortega  
Luís Carlos Magalhães Pires  
Luís Manuel Silvestre  
Maria Aurora Correia  
Maria Celina da Silva Paula  
Maria de Fátima Renovato  
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar  
Vanda Marisa Graças Espírito Santo  
Vítor Prada Pereira

#### **MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE**

Agostinho Gonçalves Esteves  
Armando José Morais  
José Fernando Cameirão  
José João Martins Lourenço  
Manuel Agostinho Pires Diz  
Normando dos Santos Lima  
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA**

José António Saraiva Brinquete

#### **CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR**

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Baçal	João Luís Correia Rodrigues
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins

Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

## II – FALTAS

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

António Manuel Teixeira Batista (Justificada)  
Carlos Abílio Moreno

**PARTIDO SOCIALISTA**

Dinis Manuel Prata Costa

**PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais (Justificada)
Castrelos	Amílcar Pereira Ventura
Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Parâmio	José Augusto Afonso (Justificada)

**B- CÂMARA**

**PRESENCAS:**

**Presidente** - António Jorge Nunes

**Vereadores:** Rui Afonso Caseiro  
Humberto Francisco da Rocha

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 16/12/2011 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. ....

O Presidente, \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

A Segunda Secretária \_\_\_\_\_